

Estudo Técnico Preliminar 33/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 10905.720184/2021-21

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades dos serviços de monitoramento eletrônico, de forma a garantir a segurança das Unidades da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, e assegurar a integridade física de servidores e daqueles que eventualmente transitam pelas diversas instalações do Órgão nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Dois fatores primordiais levam à necessidade da SRR09 promover a contratação centralizada de monitoramento eletrônico:

1) a regionalização dos trabalhos da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, trazida pelo Novo Regimento Interno da instituição, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, do Gabinete do Ministério da Economia; e

2) a redução quantitativa (redimensionamento) das UASG de compras visando à promoção de um paradigma de menor pulverização das contratações públicas, tendo em vista que a centralização virá acompanhada de ganhos, tais como maior economia de escala, menores custos (especialmente com instrução processual) e o incremento do potencial de controle institucional, externo e interno, e social, redução esta instituída pela Portaria ME/SEDG-GD/SG nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019.

Observa-se que a contratação dos serviços de monitoramento eletrônico tem como objetivo atender as demandas provenientes de todas as unidades da SRRF09, incluindo aquelas sob jurisdição específica em cada caso.

Resumidamente, os serviços de monitoramento eletrônico deverão atender a SRRF09 - UASG 170156 (DRF/CTA, ALF/CTA, DRF/PTG, ALF/PGA e DRJ/CTA), a ALF/FOZ - UASG 170162 (ALF/DCA), a DRF/CVL - UASG 170157, a DRF/LON - UASG 170159 (DRF/MGA), e suas jurisdicionadas no Paraná, e também a DRF/FNS - UASG 170169 (ALF/FNS e DRJ/FNS), a DRF/JOI - UASG 170171 (ALF/SFS), a DRF/BLU - UASG 170314 (ALF/ITJ) e a DRF/JOA - UASG 170170, e suas jurisdicionadas em Santa Catarina.

As unidades citadas têm contratos de monitoramento eletrônico, em andamento ou em prorrogação excepcional, cada qual atendendo apenas no âmbito de sua jurisdição. Tais contratos apresentam-se bastante heterogêneos em seus objetos, o que motiva a SRRF09 a buscar o objetivo de homogeneização e regionalização, respeitando as particularidades locais.

Ademais, à contratação dos serviços de monitoramento eletrônico aplicam-se, no que couber, as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, caracterizando-se como presentes o interesse público e a necessidade de melhoria, sustentação e continuidade das atividades da Receita Federal do Brasil e unidades jurisdicionadas.

Neste âmbito, é importante observar que os serviços a serem contratados são necessários para que os servidores das unidades demandantes e suas jurisdicionadas possam desempenhar suas atividades regimentais com a melhor efetividade possível, com maior segurança e sem qualquer dispersão que possa ser originada pela demanda com serviços gerais de monitoramento eletrônico.

Trata-se de "serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e continuada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional", conforme o art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal	Gustavo Luis Horn

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A realização de nova contratação surge como providência necessária e imprescindível, em observância ao princípio da continuidade da prestação de serviços públicos e do interesse público, especialmente pela necessidade de zelo ao patrimônio público e aos bens custodiados pela Receita Federal do Brasil - RFB, assim como o atendimento à regionalização das atividades na 9ª Região Fiscal.

Os serviços de monitoramento eletrônico são imprescindíveis às Unidades da RFB, tendo em vista garantir a preservação e a integridade física dos servidores e contribuintes, das edificações, instalações e demais bens móveis e imóveis, mercadorias apreendidas e outros bens de terceiros custodiados pela RFB, bem como de toda a documentação que nelas tramita ou se encontra arquivada.

O modo de cálculo necessários para atender à demanda encontra-se definido na Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896, de 10 de dezembro de 2020, que estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Os quantitativos prescritos na referida norma foram definidos a partir de levantamento e análise do grau de risco em cada uma das localidades, cujo cálculo levou em consideração aspectos como área do imóvel, quantidade de pavimentos, acessos, localização em área de risco, número de atendimentos a contribuintes e valores patrimoniais existentes, assim como outros aspectos genéricos.

A definição normativa interna das necessidades, por meio dos Parâmetros Uniformes Institucionais - PIU, com amparo em levantamento de necessidades em âmbito Nacional, visa a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

Nos demais aspectos, o presente Estudo Técnico Preliminar adota a padronização prevista na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ademais, a contratação está de acordo com o Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Cumprе ressaltar que os serviços a serem contratados não fazem parte das atribuições dos servidores pertencentes às carreiras da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e se constituem em terceirização expressamente prevista e recomendada pela legislação referenciada, visando a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do(s) local(is) de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para este fim, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser previamente efetuado junto aos contatos informados no ANEXO II deste Estudo Técnico Preliminar.

A vistoria às instalações é faculdade das licitantes interessadas, sempre que entenderem necessário, razão pela qual não será expedido atestado de vistoria pela Contratante. Todavia, para o correto dimensionamento do objeto e formulação das propostas, a Contratante deve orientar as empresas interessadas em participar do certame para que sejam realizadas a(s) visitas ao(s) local(is) de prestação dos serviços.

Deve ser exigida declaração, emitida pelo licitante, de que conhece as condições locais para a execução do objeto OU que realizou vistoria no(s) local(is) da prestação dos serviços, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, ou - caso opte por não realizá-la - de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por esta informação e que não fará uso deste fato para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Contratante, na forma de anexo específico do Edital.

O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital para o certame e se estenderá até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria o licitante, ou seu representante formalmente identificado como tal, deverá estar identificado com documento pessoal contendo foto.

5. Levantamento de Mercado

Agente responsável pela cotação: Lennon Onofre Garcia Machado.

Foram realizadas pesquisas de preços conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A primeira etapa para o levantamento de mercado foi buscar junto às empresas prestadoras de serviço de monitoramento eletrônico, informações quanto à viabilidade da execução do futuro contrato, tendo em vista que o objeto da contratação é bem complexo com área bastante abrangente (envolvendo os estados do Paraná e Santa Catarina).

Nessa etapa, foi enviado e-mail para mais de 20 (vinte) empresas, questionando a viabilidade da contratação de 3 (três) grandes grupos: Contrato 01 para Estado do Paraná (exceto Região de Foz), Contrato 02 para Região de Foz do Iguaçu e Contrato 03 para o Estado de Santa Catarina, levando em consideração ainda o aspecto de elaboração de projeto técnico.

No entanto, apenas 7 (sete) empresas responderam formalmente as mensagens. Dessas, 6 (seis) responderam dizendo que SIM, conseguiriam atender a demanda de contratos desse vulto no PR e/ou SC, algumas fazendo a ressalva de que seria necessária a terceirização de parte dos serviços, especialmente quando se fala de acionamento de apoio tático local no caso de disparo de alarme, devido ao grande número de unidades a serem atendidas em cidades muito distantes umas das outras. Foram as empresas Grupo Brasil Sul, Grupo Dinamus, Grupo GPS Onseg, Orbenk, Grupo Intersept e Grupo Equipseg. Apenas 1 (uma) empresa - Grupo Segplus - respondeu formalmente que não seria capaz de atender a essa demanda de serviço.

Além dessas sete empresas que responderam formalmente, foi feito contato telefônico com várias outras empresas que responderam positivamente à demanda, quase todas sempre fazendo a ressalva de terceirização do serviço de acionamento de apoio local no caso de disparo de alarme e/ou projeto técnico.

Por essa razão, os itens deste ETP abaixo mencionados, admitem a subcontratação para a prestação dos seguintes serviços:

- "As atividades de projeto, instalação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme não poderão ser realizados por vigilante, que é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983."
- "Em caso de constatação de evento de disparo ou acionamento de alarme, a Central de Operações da CONTRATADA, através de seu apoio tático, deverá deslocar-se imediatamente até o local, adotando todas as providências necessárias e, em caso de arrombamento ou invasão, deverá acionar o órgão policial competente e, se for o caso, disponibilizando inclusive um ou mais vigilantes até que o problema seja solucionado, sem ônus adicional para a Administração."

O estabelecimento do valor de referência para a contratação regional fora baseado numa metodologia criada para poder viabilizar a obtenção de orçamentos junto às empresas especializadas. Isto porque para ser possível o orçamento de uma maneira tradicional seria necessário conhecer ou visitar pessoalmente cada unidade, fazer um projeto prévio, obter as plantas de projetos arquitetônicos e elétricos, entre outros empecilhos, tornando absolutamente inviável que uma empresa percorra todas as unidades da RFB no PR e SC a fim de estabelecer esses valores.

Tendo isso em vista e considerando ainda o estabelecido na NT RFB/Sucor/Copol nº 18/2017, foram categorizadas todas as unidades da 9ª RF a partir de dois aspectos:

1. Nível do Serviço de Monitoramento eletrônico (mínimo, médio e máximo); e
2. Porte do Imóvel da Unidade RFB (Escritório de Pequeno ou Grande Porte e Depósito de Pequeno ou Grande Porte).

Ambos os critérios foram estabelecidos conforme a Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18/2017.

Ademais, na referida Nota Técnica ficam estabelecidos os critérios para enquadramento do nível de serviço de monitoramento eletrônico, bem como o quantitativo mínimo necessário para equipamentos e materiais a fim de montar a infraestrutura necessária para cada tipo de imóvel conforme seu porte.

Desta forma, a obter os preços separados por itens de níveis do serviço de monitoramento e por porte do imóvel (este incluindo os serviços de projeto, instalação, manutenção e comodato dos materiais e equipamentos), obteve-se a média dos valores coletados numa planilha de consolidação onde constam todas as unidades da 9ª RF devidamente categorizadas conforme suas características e assim, estabeleceu-se um preço de referência para a contratação regional.

A primeira fonte de preços para estabelecimento do valor de referência foi ORÇAMENTO JUNTO A EMPRESAS ESPECIALIZADAS. Apenas 3 (três) empresas forneceram orçamentos: Grupo Dinamus, Protal e Ondrepsb.

A partir desses valores obtidos em orçamentos chegamos num ponto crucial da metodologia aplicada para a busca das demais fontes de preços, quais sejam: outras unidades/órgãos da Administração Pública Federal (DRF/Florianópolis e SRRF09) e Painel de Preços. Porém, nessas outras fontes são fornecidos apenas os valores globais da contratação, sem a discriminação de quanto custa o valor do Serviço de Monitoramento Eletrônico (seja mínimo, médio ou máximo), nem quanto custa a Infraestrutura de Materiais e Equipamentos para Porte do Imóvel da Unidade RFB (seja Escritório de Pequeno ou Grande Porte ou Depósito de Pequeno ou Grande Porte). Então, foi estabelecida a metodologia de calcular a média dos preços fornecidos pelas três empresas para os três níveis de serviços (baixo, médio e máximo).

O valor médio desses preços foi calculado em R\$ 927,78. Posteriormente, foi calculada a média dos preços fornecidos pelas três empresas para os 4 portes de imóveis (escritório de pequeno porte, escritório de grande porte, depósito de pequeno porte e depósito de grande porte).

O valor médio desses preços resultou em R\$ 5.050,90. Desta forma, o total da soma da média dos valores fornecidos pelas empresas para o serviço de monitoramento e os serviços de acordo com o porte do imóvel resultou em R\$ 5.978,68 (R\$ 927,78 + R\$ 5.050,90).

O próximo passo foi estabelecer qual a proporção de cada parte componente do valor global que ficou assim definida:

- Valor Médio dos Orçamentos para o Serviço de Monitoramento (níveis baixo, médio e máximo): R\$ 927,78 que corresponde a 15,52% do valor global.
- Valor Médio dos Orçamentos para os Serviços de Infraestrutura (projeto, instalação, manutenção, comodato dos materiais e equipamentos para os 4 portes de imóvel): R\$ 5.050,90 que corresponde a 84,48% do valor global.

Assim, foi possível proporcionalizar os valores globais obtidos em outras unidades/órgãos da Administração Pública Federal (DRF/Florianópolis e SRRF09) e no Painel de Preços.

Isto posto, partiu-se então para a segunda fonte de preços que foram os valores obtidos em PROCESSOS DE OUTRAS UNIDADES/ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

No processo de contratação dos serviços pela DRF/Florianópolis foi obtido o valor (já atualizado) global de R\$1.569,50.

Utilizando a proporção acima descrita, os valores desta unidade ficaram assim definidos:

- Valor DRF/Florianópolis para o Serviço de Monitoramento (níveis médio): R\$ 243,58 que corresponde a 15,52% do valor global.
- Valor DRF/Florianópolis para os Serviços de Infraestrutura (projeto, instalação, manutenção, comodato dos materiais e equipamentos para escritório de pequeno porte): R\$ 1.325,92 que corresponde a 84,48% do valor global.

Já no processo de contratação dos serviços pela SRRF09 foi obtido o valor (já atualizado) global de R\$1.051,26.

Utilizando a proporção acima descrita, os valores desta unidade ficaram assim definidos:

- Valor SRRF09 para o Serviço de Monitoramento (níveis máximo): R\$ 163,15 que corresponde a 15,52% do valor global.
- Valor SRRF09 para os Serviços de Infraestrutura (projeto, instalação, manutenção, comodato dos materiais e equipamentos para escritório de grande porte): R\$ 888,11 que corresponde a 84,48% do valor global.

Por fim, partiu-se para a terceira fonte de preços que foi o PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL.

O valor médio obtido da busca feito no sítio Painel de Preços foi de R\$ 4.666,92.

Utilizando a proporção acima descrita, os valores do Painel de Preços proporcionalmente ficaram assim definidos:

- Valor Médio do Painel de Preços para o Serviço de Monitoramento (níveis baixo, médio e máximo): R\$ 724,30 que corresponde a 15,52% do valor global.
- Valor Médio do Painel de Preços para os Serviços de Infraestrutura (projeto, instalação, manutenção, comodato dos materiais e equipamentos para os 4 portes de imóvel): R\$ 3.942,62 que corresponde a 84,48% do valor global.

PREÇO DE REFERÊNCIA - ORÇAMENTOS, OUTRAS UNIDADES E PAINEL DE PREÇOS										
ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	Orçamento 1 Dinamus	Orçamento 2 Protal	Orçamento 3 Ondrepsb	DRF/FLN	SRRF09 Curitiba	Painel de Preços	VALOR MENSAL MÉDIO	VALOR TOTAL ANUAL R\$
01	Monitorament o	Nível Baixo • CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) • ALARME (sistema de presença)	550,00	750,00	500,00			724,30	631,08	7.572,90
02	Monitorament o	Nível Médio • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sistema de presença)	1.200,00	900,00	500,00	243,58		724,30	713,58	8.562,91
03	Monitorament o	Nível Máximo • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sist. presença) • APOIO LOCAL	1.950,00	1.500,00	500,00		163,15	724,30	967,49	11.609,88
04	Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.) *	Escritório de Pequeno Porte (até 2.000m²)	2.723,32	2.326,16	2.250,00	1.325,92		3.942,62	2.513,60	30.163,25
05	Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.) *	Escritório de Médio e Grande Porte (acima de 2.000m²)	5.497,57	6.772,83	7.100,00		888,11	3.942,62	4.840,23	58.082,71
06	Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.) *	Depósito de Pequeno Porte (até 4.000m²)	3.406,07	3.927,66	3.500,00			3.942,62	3.694,09	44.329,05
07	Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.) *	Depósito de Médio e Grande Porte (acima de 4.000m²)	6.847,41	8.359,82	7.900,00			3.942,62	6.762,46	81.149,55
VALOR TOTAL DO SERVIÇO (12 MESES) R\$										241.470,25

Após obter os valores dessas três fontes (orçamentos com empresas, valores praticados em outras unidades da administração pública federal e painel de preços) foi estabelecido então o valor médio mensal para cada tipo de serviço e porte de imóvel. Posteriormente esses valores médios de referência foram consolidados combinando cada tipo de serviço com cada porte de imóvel. E por último, cada um desses valores combinados foram atribuídos a cada uma das unidades da 9ªRF que, ao final, consolidados, geraram o VALOR DE REFERÊNCIA FINAL.

PREÇO DE REFERÊNCIA FINAL PARA CADA COMBINAÇÃO SERVIÇO/IMÓVEL				
ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO Monitoramento	DESCRIÇÃO Imóvel	Valor de Referência MENSAL
01	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL BAIXO • CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) • ALARME (sistema de presença)	Escritório de Pequeno Porte (até 2.000m²)	3.144,68
02	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL BAIXO • CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) • ALARME (sistema de presença)	Escritório de Médio e Grande Porte (acima de 2.000m²)	5.471,30
03	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL BAIXO • CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) • ALARME (sistema de presença)	Depósito de Pequeno Porte (até 4.000m²)	4.325,16
04	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL BAIXO • CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) • ALARME (sistema de presença)	Depósito de Médio e Grande Porte (acima de 4.000m²)	7.393,54
05	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÉDIO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sistema de presença)	Escritório de Pequeno Porte (até 2.000m²)	3.227,18
06	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÉDIO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sistema de presença)	Escritório de Médio e Grande Porte (acima de 2.000m²)	5.553,80
07	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÉDIO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sistema de presença)	Depósito de Pequeno Porte (até 4.000m²)	4.407,66
08	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÉDIO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sistema de presença)	Depósito de Médio e Grande Porte (acima de 4.000m²)	7.476,04
09	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÁXIMO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sist. presença) • APOIO LOCAL	Escritório de Pequeno Porte (até 2.000m²)	3.481,09
10	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÁXIMO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sist. presença) • APOIO LOCAL	Escritório de Médio e Grande Porte (acima de 2.000m²)	5.807,72
11	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÁXIMO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sist. presença) • APOIO LOCAL	Depósito de Pequeno Porte (até 4.000m²)	4.661,58
12	Monitoramento + Projeto + Instalação + Manutenção + Comodato (Mat. Equip.)	NÍVEL MÁXIMO • CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) • ALARME (sist. presença) • APOIO LOCAL	Depósito de Médio e Grande Porte (acima de 4.000m²)	7.729,95

Cumprir alertar que os valores nas diferentes fontes de pesquisa de preços são os valores para contratos de 12 meses. Isto ocorreu em virtude da tomada de preços ter ocorrido antes da definição do prazo de vigência de 24 meses para a contratação regional. Pode ser que isso gere alguma pequena diferença nos valores em virtude de haver alguns custos que são fixos ou únicos no contrato, o que se dilui ao longo da vigência contratual, gerando uma pequena alteração no valor mensal dos serviços. Mas tendo em vista que essa distorção é pequena, a equipe constatou que não gera qualquer impacto para definição dos valores de referência.

Portanto, o VALOR DE REFERÊNCIA FINAL PARA A CONTRATAÇÃO REGIONAL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO FICOU ASSIM DEFINIDO:

• **GRUPO 1 – FOZ DO IGUAÇU, CASCAVEL, GUAÍRA E JURISDICIONADAS – ESTADO DO PARANÁ:**

MENSAL R\$ 93.199,54 (valor mensal no momento em que todos os itens/unidades tiverem os serviços implementados)

GLOBAL PARA 24 MESES: R\$ 2.236.788,86 (considerando a data estimada do início da vigência de cada item /unidade)

• **GRUPO 2 – SRRF09, CURITIBA, PONTA GROSSA, LONDRINA, MARINGÁ E JURISDICIONADAS – ESTADO DO PARANÁ:**

MENSAL R\$ 127.698,56 (valor mensal no momento em que todos os itens/unidades tiverem os serviços implementados)

GLOBAL PARA 24 MESES: R\$ 3.053.657,76 (considerando a data estimada do início da vigência de cada item /unidade)

• **GRUPO 3 – FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE, SÃO FRANCISCO DO SUL, BLUMENAU, ITAJAÍ, JOAÇABA, DIONÍSIO CERQUEIRA E JURISDICIONADAS – ESTADO DE SANTA CATARINA:**

MENSAL R\$ 118.000,76 (valor mensal no momento em que todos os itens/unidades tiverem os serviços implementados)

GLOBAL PARA 24 MESES: R\$ 2.822.419,11 (considerando a data estimada do início da vigência de cada item /unidade)

• **VALOR TOTAL GLOBAL PARA 24 MESES PARA OS GRUPOS 1, 2 E 3: R\$ 8.112.865,73 (considerando a data estimada do início da vigência de cada item/unidade).**

6. Descrição da solução como um todo

O serviço de monitoramento eletrônico visa garantir a preservação e a integridade física dos servidores e contribuintes, dos prédios, instalações e demais bens móveis e imóveis, mercadorias apreendidas, bem como a documentação guarnecida nas Unidades da RFB na 9ª RF, observando-se as disposições da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e suas alterações, assim como a legislação atinente.

Os serviços de monitoramento eletrônico, com ou sem monitoramento à distância de alarmes com sensores de presença, com ou sem atendimento presencial nas ocorrências, serão prestados nos locais indicados no ANEXO IV deste Estudo Técnico Preliminar, cumprindo ressaltar que:

- As atividades de projeto, instalação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme não poderão ser realizados por vigilante, que é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983.
- Especificamente em relação aos itens que serão admitidos a subcontratação, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA perante a Administração, as empresas subcontratadas para o disposto no item devem estar registradas no CREA e possuir profissional qualificado com capacidade técnica e deverão emitir ART (anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao conselho de classe competente.

A IN nº 5/2017 estabelece em seu Anexo VI-A, Serviço de Vigilância, item 9, que:

" 9. É permitida a licitação:

a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente.

Ademais, o art. 17 da Portaria nº 3.233/2012 - DG/DPF, estabelece o que segue:

Art. 17. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.

§1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível.

§2º Os equipamentos e sistemas eletrônicos utilizados na forma do §1º somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.

§3º As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizadas por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983."

Deste modo, a RFB adota preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica integrada, com a aquisição de equipamentos em comodato, com a prestação dos serviços de instalação e manutenção correspondentes, além do serviço de monitoramento eletrônico.

A prestação dos serviços ora contratados deverá incluir o projeto esquemático, fornecimento e instalação dos equipamentos, em regime de comodato, conforme o art. 14, § 2º da Portaria nº 3.233/2012 -DG/DPF (e suas alterações), contemplando também os serviços de manutenção dos equipamentos de monitoramento eletrônico.

Constitui obrigação da CONTRATADA, também, o projeto esquemático das instalações de monitoramento e o fornecimento mediante comodato dos equipamentos e módulos necessários à implementação da monitoramento eletrônico, bem como a instalação dos mesmos com o fornecimento de materiais, cabeamento, infraestrutura, suportes, conectores e demais acessórios necessário à implantação do sistema de monitoramento.

Neste projeto deve estar explícito tudo o que irá compor a instalação, demonstrando claramente a localização dos equipamentos, da infraestrutura (eletrodutos, eletrocalhas, cabos etc), os detalhes da instalação, os cálculos de dimensionamento e tudo o mais que for necessário para sua perfeita implantação, devendo estar dentro das normas técnicas nacionais ou internacionais e, na falta destas, dentro das especificações dos fabricantes.

Os custos decorrentes de equipamentos, instalação, assistência técnica preventiva, bem como as intervenções técnicas corretivas e, se houver necessidade, dos materiais necessários, tais como fios e cabos canaletas, entre outros, para o sistema operar dentro dos padrões técnicos de segurança, com qualidade, e demais especificações técnicas emanadas do fabricante, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA e sem ônus adicionais para a Administração, salvo fique caracterizada a responsabilidade da CONTRATANTE.

A manutenção preventiva consiste de inspeções, ajustes, regulagens, reparos, limpeza, substituição de partes ou peças inajustáveis, com defeito ou gastas, simulações e realização de testes.

A manutenção preventiva deverá ser efetuada uma vez a cada mês, sendo que o prazo de execução da primeira manutenção será contado da data da homologação do sistema pela CONTRATANTE.

Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá atender aos chamados técnicos em até 2 (duas) horas após a comunicação e solucionar os problemas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Deverá ser emitido relatório de assistência técnica prestada, a ser assinado por representante da CONTRATANTE ao término do serviço, tanto nos casos de manutenção preventiva quanto nos de manutenção corretiva.

As visitas para realização de reparos técnicos corretivos deverão ser realizadas pela CONTRATADA de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, a qualquer horário do dia ou da noite, na Unidade onde o sistema estiver instalado, sendo que fora do horário de funcionamento da Unidade a CONTRATADA deverá obter autorização prévia da CONTRATANTE e/ou o acompanhamento por servidor designado.

Fator de importância a ser observado, elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, é o Plano de Segurança - PS, que deverá seguir o que estabelece a Portaria nº 3.233/2012 DG/DPF, especialmente em seu art. 99 que dispõe que "o plano de segurança deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, que abrangerá toda a área do estabelecimento, constando:

I - a quantidade e a disposição dos vigilantes, adequadas às peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe;

II - alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com outro estabelecimento bancário ou não, da mesma instituição financeira, empresa de segurança ou órgão policial;

III - equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de trinta dias;

IV - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

V - anteparo blindado com permanência ininterrupta de vigilantes durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

§1º Os elementos previstos nos incisos I e II são obrigatórios, devendo, contudo, integrar o plano pelo menos mais um dentre os previstos nos incisos III a V.

§2º Os elementos de segurança previstos nos incisos III a V serão utilizados observando-se os projetos de construção, instalação e manutenção, sob a responsabilidade de empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência, bem como as normas específicas referentes à acessibilidade de pessoas idosas e portadoras de deficiência."

Além de outros requisitos estabelecidos neste ETP e no Termo de Referência, são deveres da CONTRATADA:

- A CONTRATADA deverá prestar os serviços de monitoramento eletrônico nos horários fixados ou nos períodos em que o sistema estiver acionado, por profissionais treinados, garantindo a segurança integral do local, inclusive:
- Monitorar a ativação e desativação do sistema de alarme, quando efetuado por servidor previamente habilitado.

- Garantir que o alarme contemple sensores magnéticos para portas e janelas externas, bem como sensores infravermelhos de presença nos ambientes sensíveis/críticos.
- Verificar o acionamento do sistema nos horários preestabelecidos, checando in loco as razões de possíveis não acionamentos, corrigindo de imediato as falhas detectadas.
- Treinar as pessoas indicadas pela Administração, que deterão senhas, orientando como utilizá-las, correndo às suas expensas todos os materiais didáticos e outros custos adicionais para este fim.
- Sempre que houver um sinistro, de qualquer natureza, deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE.
- Apresentar relatório mensal das ocorrências.
- Os equipamentos disponibilizados para a prestação dos serviços deverão ser novos, sem defeitos, na data da contratação inicial, e deverão atender às normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- A CONTRATADA deverá afixar em cada pavimento dos prédios uma placa de identificação com telefone da empresa, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorada.
- Em caso de constatação de evento de disparo ou acionamento de alarme, a Central de Operações da CONTRATADA, através de seu apoio tático, deverá deslocar-se imediatamente até o local, adotando todas as providências necessárias e, em caso de arrombamento ou invasão, deverá acionar o órgão policial competente e, se for o caso, disponibilizando inclusive um ou mais TÉCNICOS EXTERNOS DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA (atendentes de alarme) até que o problema seja solucionado, sem ônus adicional para a Administração.*

* Especificamente em relação a este último subitem, será admitida a subcontratação, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA perante a Administração.

Os serviços serão prestados em regime de 24 horas, de "segunda a segunda", de acordo com a localidade da Unidade da RFB, e ainda seguindo as características, quantidades e localizações definidas a seguir:

UNIDADE	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	Área (m²) Construída	NÍVEL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	Porte NT Copol n° 18	VALOR MENSAL R\$	INÍCIO DA VIGÊNCIA	N° de Meses (até final do contrato)	TOTAL (ATÉ FINAL CONTRATO) (\$ mensal x n° meses)
GRUPO 4								
UNIDADE	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	Área (m²) Construída	NÍVEL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	Porte NT Copol n° 18	VALOR MENSAL R\$			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - SEDE e CAC	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	6.182,62	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DMA 1 e 2, DESTRUIÇÃO, CENTRO RECEPÇÃO DIREP, DIREP (barracão fiscalização)	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	9.716,11	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92

ALF/FOZ DO IGUAÇU - DIREP (barracão fiscalização), DIREP P4, ESTANDE TIRO, GARAGEM SETRANS	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	7.518,61	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 1 e 2	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.032,09	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ALF/FOZ - PCVA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	77,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ALF/FOZ/PIA - ADM ENTRADA e SAÍDA, DMA, SALA DI, GUARITAS FISC ENTRADA E SAÍDA.	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	17.512,64	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92
ALF/FOZ/PTN	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.208,20	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
DRF/CASCADEL - SEDE	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.800,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
DRF/CASCADEL - GALPÃO ANEXO	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.020,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66	01/01/2022	24	R \$ 105.783,92
	C F T V (MONITORAMENTO							

DRF/CASCADEL - DMA	NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	6.032,00	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92
DRF/CASCADEL - PORTO SECO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	20,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/FRANCISCO BELTRÃO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	376,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/PATO BRANCO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	422,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/TOLEDO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	337,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/MEDIANEIRA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	257,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
IRF/GUAIRA + DMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	804,07	Mínima	DMA Peq. Porte	4.325,16	01/01/2022	24	R \$ 103.803,90
IRF/GUAIRA - PORTO SETE QUEDAS	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	4.200,00	Mínima	Escritório > 2.000 m²	5.471,30	01/01/2022	24	R \$ 131.311,22
IRF/SANTA HELENA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	525,56	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	1.438,76	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
IRF/CAPANEMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	844,02	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30

IRF/CAPANEMA /ADUANA FRONTEIRA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	294,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
				TOTAL GLOBAL G4	R \$ 2.236.788,86		TOTAL GLOBAL G4	R \$ 2.236.788,86
GRUPO 5								
UNIDADE	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	Área (m²) Construída	NÍVEL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	Porte NT Copol n° 18	VALOR MENSAL R\$			
ALF/CURITIBA - DMA*	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.000,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66	01/01/2022	24	R \$ 105.783,92
ALF/CURITIBA - SJP /PVA*	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	8.000,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
DIREP/CURITIBA SRRF09	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.760,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
PVA/CURITIBA SRRF09	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	27.636,61	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/03/2022	22	R \$ 122.183,64
ALF/PARANAGUÁ - SEDE	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.973,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
	C F T V (MONITORAMENTO							

ALF/PARANAGUÁ - DMA	NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	16.742,00	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92
DRF/PONTA GROSSA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	3.934,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
DRF/PONTA GROSSA - DMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	1.196,70	Mínima	DMA Peq. Porte	4.325,16	01/01/2022	24	R \$ 103.803,90
DRF/PONTA GROSSA - DMA 2	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	2.178,00	Mínima	DMA Peq. Porte	4.325,16	01/01/2022	24	R \$ 103.803,90
ARF/GUARAPUAVA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	992,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ARF/IBAITI	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	193,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/IRATI	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	266,64	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/UNIÃO DA VITÓRIA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	800,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
DRF/LONDRINA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	4.500,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
	C F T V (MONITORAMENTO	3.937,50						

DRF/LONDRINA - TERRENO	NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)		Média	DMA Peq. Porte	4.407,66	01/01/2022	24	R \$ 105.783,92
DRF/LONDRINA - DMA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	5.650,18	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92
ARF/APUCARANA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	459,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ARF/ARAPONGAS	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	373,45	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ARF/CORNÉLIO PROCÓPIO	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	469,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
A R F /JACAREZINHO - IMÓVEL 1	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.892,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
A R F /JACAREZINHO - IMÓVEL 2	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	954,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
DRF/MARINGÁ	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	4.978,54	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
	C F T V (MONITORAMENTO	1.186,23						

DRF/MARINGÁ - DMA1	NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)		Média	DMA Peq. Porte	4.407,66	01/01/2022	24	R \$ 105.783,92
DRF/MARINGÁ - DMA2	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	19.937,10	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92
ARF/CAMPO MOURÃO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	461,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/CIANORTE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	676,02	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/JANDAIA DO SUL	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	792,37	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ARF/PARANAVÁI	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	591,82	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/UMUARAMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	364,21	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
				TOTAL GLOBAL G5	R \$ 3.053.657,76		TOTAL GLOBAL G5	R \$ 3.053.657,76
GRUPO 6								
DRF & ALF FLORIANÓPOLIS	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sist. presença) - APOIO LOCAL	8.925,00	Máxima	Escritório > 2.000 m²	5.807,72	01/01/2022	24	R \$ 139.385,18

DRF/FNS - DMA (São José)	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	3.500,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66	01/01/2022	24	R \$ 105.783,92
ARF/CRICIÚMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	312,68	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/TUBARÃO	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	778,34	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ARF/ARARANGUÁ	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	300,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/LAGES	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	742,80	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
IRF/IMBITUBA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	700,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
DRF - BLUMENAU	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.299,62	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
ARF - BRUSQUE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	357,76	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/02/2022	23	R\$ 72.327,62
ARF - RIO DO SUL	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	289,82	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/02/2022	23	R\$ 74.225,14

ARF - TIMBÓ	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	288,69	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/02/2022	23	R\$ 74.225,14
ALF - ITAJAÍ (anexo)	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.010,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
ALF - ITAJAÍ Casarão	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	918,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ALF - ITAJAÍ DMA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.046,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66	01/01/2022	24	R \$ 105.783,92
DRF/JOAÇABA (SEDE)	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.650,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
DRF/JOAÇABA - DMA - PVA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	10.000,00	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04	01/01/2022	24	R \$ 179.424,92
ARF/CAÇADOR	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	200,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/CONCORDIA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	268,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/XANXERÊ	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	170,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30

ARF/CHAPECÓ	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.500,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
ARF/SÃO MIGUEL DO OESTE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	280,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.100,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32
DRF/JOINVILLE	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sist. presença) - APOIO LOCAL	7.104,58	Máxima	Escritório > 2.000 m²	5.807,72	01/01/2022	24	R \$ 139.385,18
ARF/JARAGUA DO SUL	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	392,66	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/CANOINHAS	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	193,70	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ARF/MAFRA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	262,32	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
DRF/JOINVILLE - DMA*	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.300,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66	01/01/2022	24	R \$ 105.783,92
ALF/DIONISIO CERQUEIRA - SEDE + DMA	C F T V (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.432,98	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18	01/01/2022	24	R\$ 77.452,32

ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ADUANA TURISMO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	802,16	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68	01/01/2022	24	R\$ 75.472,30
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ACI CARGAS	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.639,48	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80	01/01/2022	24	R \$ 133.291,25
				TOTAL GLOBAL G6	R \$ 2.822.419,11		TOTAL GLOBAL G6	R \$ 2.822.419,11

DOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E SUAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS MÍNIMAS

Os serviços deverão ser prestados nos endereços e quantidades indicados no quadro no anexo IV deste ETP.

Os serviços de vigilância monitorada, no que se refere à especificação dos equipamentos, deverão seguir, também à normatização interna trazida pela Norma Técnica RFB/SUCOR/COPOL nº 18/2017 e a Portaria RFB nº 354/2017, da Receita Federal do Brasil, que estabelece as normas relativas à contratação de serviços de vigilância no âmbito das Unidades da RFB, que indica um padrão referencial, detalhado a seguir.

A tabela a seguir, (ANEXO I - Serviço de Vigilância de acordo com Pontuação por Grau de Risco - Portaria COPOL/SUCOR /RFB/ME Nº 24896/2020) demonstra a distribuição dos serviços de monitoramento eletrônico de acordo com o grau de risco calculado para a Unidade:

PONTUAÇÃO	GRAU DE RISCO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA A SER UTILIZADO
Até 13	1	ARF: Eletrônica Mínima, sem Vigilância Orgânica Demais Unidades: Eletrônica Mínima, Vigilância Orgânica de acordo com o art 5º desta Portaria.
de 14 a 29	2	Eletrônica Média, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria
de 30 a 34	3	Eletrônica Máxima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria

Assim, observa-se que a Segurança Eletrônica está presente em todas as situações, de forma variável conforme o Grau de Risco, onde:

"§1º Vigilância Eletrônica Mínima: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença;

§2º Vigilância Eletrônica Média: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa e alarme com sistema de presença;

§3º Vigilância Eletrônica Máxima: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença."

Embora a Portaria RFB nº 354/2017 cite a Vigilância Eletrônica Mínima para o Grau de Risco 1, a Nota Técnica nº 18/2017 recomenda a adoção de Vigilância Eletrônica Média e Máxima, sempre que possível, havendo disponibilidade de serviço de monitoramento eletrônico por empresa especializada na localidade, por ser mais conveniente, tendo em vista a RFB não contar, em geral, com corpo técnico especializado e dedicado ao exercício dessa função.

No entanto, como atualmente existem poucas unidades da RFB de Paraná e Santa Catarina (atualmente só tem contrato de vigilância monitorada para a unidade e/ou algumas de suas jurisdições da SRRF09, Maringá, Blumenau e Florianópolis) a equipe entende que neste primeiro momento deverá ser adotada a classificação determinada no PIU (sem elevação do grau de risco). Deste modo será possível avaliar melhor a real necessidade de cada unidade para posteriormente, se for o caso e se for viável, elevar o grau de risco e aditar o contrato.

Em conformidade com a Norma Técnica RFB/SUCOR/COPOL nº 18, de 23 de agosto de 2017, segue uma listagem de referência para os equipamentos de alarme monitorado, podendo a licitante fazer sua própria lista de equipamentos, bem como complementá-la nos casos em que não houver indicação. Tal indicação não exige a CONTRATADA de apresentar - no momento da formalização da proposta - a sua própria listagem de equipamentos, que contemple as necessidades para a perfeita execução dos serviços, sob sua inteira responsabilidade:

Central de Alarme - CA (referência para imóveis de pequeno porte, até 2.000m² de área construída): O software da CA deverá possuir planta digitalizada do local com representação do sensor de presença no ambiente, visando facilitar a informação do agente da CONTRATADA junto ao segurança no local. O sistema de alimentação elétrica deverá permitir funcionamento ininterrupto de todo o sistema em relação a variações, transientes ou falhas na rede elétrica da operadora local. Deverá realizar comunicação com a CA todas as vezes em que o sistema for habilitado/deshabilitado, com identificação e usuário, data e horário; permitir programação independentes para todos os setores e permitir a habilitação/deshabilitação dos setores de forma independente, inclusive com temporização; possuir recurso de travamento do sistema em caso de 3 (três) tentativas incorretas de entrada de senha; acionamento diurno, a partir de ação manual em teclados ou botões de pânico, e acionamento noturno, acompanhado 24 horas pela Central de Monitoramento e Controle - CMC; entre outros.

Recomenda-se a adoção de Central de Alarme com módulo Ethernet e circuito de comunicação Internet para a transmissão das informações de alarmes para a empresa de serviços de monitoramento eletrônico.

Verifica-se que, por questão de segurança, não será permitida a utilização/compartilhamento da rede de internet (seja provedor, roteador, cabeamento ou qualquer outro equipamento) das unidades da RFB. Para estabelecer a comunicação dos equipamentos de vigilância eletrônica monitorada com a empresa de monitoramento, é necessário que a CONTRATADA providencie por sua conta um provedor independente da rede utilizada pela RFB que cumpra com sua finalidade de forma segura e eficaz.

Sensores, Baterias, Câmeras e outros: Estes equipamentos são responsáveis pelo monitoramento do ambiente, detectando a presença de pessoas não autorizadas, emitindo sinal à CA, onde ocorrerá o disparo de alarme/sirene. Podem ser de uso interno ou externo, com fio ou sem fio.

Sensor com fio: Sensor Magnético de Sobrepor usado em alarmes residenciais e comerciais, acionadores de relés etc. Ideal para uso em janelas e portas. Fixação por parafuso ou adesivo; borne aparafusável; distância de acionamento de 20mm; alimentação de 12 Volts.

Sensor sem fio: Sensor de abertura sem fio para portas e janelas, usado em alarmes residenciais. Apresenta ótimo desempenho em ambientes fechados. Bateria de lítio de longa duração; indicação de bateria fraca no sensor; Reed Switch SMD; frequência de 433,92 MHz; alcance RF mínimo de 50 metros em área livre de obstáculos; alimentação 3 VDC com bateria de lítio inclusa.

Sensor de Presença Passivo, Sem Fio, Infravermelho: Esse tipo de sensor não emite luz infravermelha. Pelo contrário, ele faz uma leitura das mudanças do infravermelho do ambiente. Quando o sensor é energizado ele faz uma leitura do infravermelho que retorna do ambiente que não possui movimento. A leitura é feita por um fotodetector (PIR). O PIR é um componente que converte variação infravermelha em pulsos elétricos. Ângulo de abertura de 90° ou 115°; alcance do pirosensor de pelo menos 12 metros; tempo de estabilização de 20 segundos; necessária homologação da ANATEL; bateria inclusa; modulação OOK; aviso de bateria em nível baixo.

Sirenes: Sirene compacta de alta potência com 1 (um) tom diverso de sons próprios de viaturas policiais e de ambulâncias. Sirene piezoelétrica, potência de 12V, respeitando os limites da legislação de 120 dB, 15/30W, com programação para funcionamento de 01 até 20 minutos. Deve ser auto-acionada nos casos de corte de energia pública e da interface com a CA. Ocorrendo apenas o corte de energia, tal situação deve ser identificada pela CA que enviará alerta de ocorrência para a CMC – Supervisor. Deve ser do tipo auto-alimentada, dotada de alimentação 12V e também de bateria recarregável interna com duração aproximada de 20 minutos em plena potência, para funcionamento durante a falta de energia elétrica da rede pública. Não deve ocupar zona ou setor da CA. Consumo de 180mA a 300mA; suporte de fixação preparado para instalações na vertical e na horizontal.

Baterias: A bateria utilizada é de chumbo-ácido de 12volts, regulada por válvula selada VRLA, recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamentos. Uma bateria para uso geral e com vida útil de até 5 (cinco) anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança. Tensão de 12Vdc; capacidade de 6Ah (C20); flutuação de 13,6V a 13,8V; corrente inicial de 1,6A a 1,8A.

Receptor: Um receptor de Rádio Frequência é utilizado no sistema de alarme com a finalidade de cadastrar dispositivos sem fio com o sensor magnético e o sensor de presença IVP, operando com tecnologia OOK ou FSK. Frequência de trabalho de 433,92 MHz, alimentação de 12 a 16V; recepção OOK ou FSK; decodificador SMART CODE de 24 bits.

Câmeras de CFTV: As câmeras admitidas pela RFB são do tipo analógicas com resolução de 720p, significando que deverão apresentar 720 linhas de resolução de tela horizontal em varredura progressiva, transmitindo as imagens na velocidade de 60 (sessenta) quadros por segundo, apresentando maior resolução possível sob o padrão ATSC, uma vez que a varredura progressiva reduz a necessidade de prevenir cintilação filtrando pequenos detalhes. Apesar de tecnicamente viável, deve ser evitado o uso de câmeras IP na rede da RFB pois sobrecarrega os recursos de TI da Instituição. As câmeras serão compostas por sensores de imagens, dispositivos para captação da imagem, sendo usual o uso de sensores Charge Coupled Device - CCD e também os do tipo Complementary Metal-Oxide Semicinductor - CMOS. Sensores do tipo CCD são responsáveis pela conversão das imagens visuais em sinais elétricos. A resolução do CFTV é medida em linhas de TV, sendo imprescindível que a imagem tenha uma boa resolução, a qual se obtém com a alta qualidade do conjunto câmera, lente, meio de transmissão e monitor, sendo que quanto maior a resolução das câmeras, melhor será a qualidade da imagem gerada. Para o monitor, cuja resolução é medida em linhas de varredura vertical, quanto maior este número de linhas verticais, melhor sua resolução, sendo que a resolução do monitor sempre deverá ser superior à das câmeras. As lentes mais utilizadas são: 1) tipo íris fixa, que possui apenas ajuste de foco, com baixa variação de iluminação constante; 2) tipo íris manual, com ajuste de quantidade de iluminação para o sensor CCD, usada em locais de iluminação de intensidade variável, devendo contar com obturador eletrônico; 3) tipo auto íris, as quais são ajustadas automaticamente de acordo com o nível e iluminação do local, com motor interno que corrige a abertura ou fechamento da íris, mantendo a qualidade da imagem; 4) tipo varifocais, com distância de foco ajustável, ou zoom manual, podendo ser corrigidas no momento da implantação; 5) tipo Zoom, que possuem a função zoom, foco e íris motorizadas e não motorizadas com auto-íris incorporada, dando a possibilidade de visualizar objetos bem pequenos com a ampliação da cena; e 6) tipo fixas, cujas distâncias focais não variam.

Armazenamento de Imagens: Todo o sistema de CFTV implantado deverá armazenar imagens pelo período mínimo de 30 (trinta) dias, gravadas pelo Digital Video Record - DVR, que gerencia e armazena as imagens diretamente das câmeras. Aconselha-se o uso, sempre que possível, de DVR Stand Alone, equipamento que além da gravação de imagens opera como processador e sequenciador de imagens, multiplexador etc, contando com sistema de armazenamento de imagem por HD externo, possibilitando a troca do HD sem o desligamento do equipamento e consequente perda de imagens.

Cabos: Para a alimentação da CA, sua interligação com a sirene e ligação com a rede elétrica, devem ser utilizados cabos dimensionados de acordo com a NBR 5410, dos tipos flexível ou rígido. Para a ligação entre sensores poderão ser utilizados cabos do tipo "manga", parecido aos de telefonia, mas com características técnicas diversas destes, sendo constituídos de fios de cobre nu, envoltos em material isolante de PVC branco externamente, e internamente por cores variadas, podendo ser blindados ou não, constituídos por 3 ou 4 vias. Não se admite o uso de cabos de telefonia para a ligação dos sensores à CA. Para as instalações externas os cabos deverão ser do tipo blindado. O sistema será interligado através de cabo flexível 4 vias multicores, confeccionado em fio de cobre estanhado eletrolítico mole, revestido com polietileno de baixa densidade colorido, envoltos em PVC branco ou cinza com componente anti-chama, bitola 28AWG. 6

Balun - Balanced+Unbalanced: Sempre que utilizados cabos do tipo UTP, deverá ser obrigatoriamente usado um conversor do tipo BALUN para a interligação dos cabos ao equipamento, ou seja, a conversão de cabo coaxial para par trançado, convertendo um sinal de linha balanceada em desbalanceada e vice-versa. As soluções para a RFB devem utilizar de forma preferencial Balun de 8 ou 16 canais, capazes de conduzir alimentação e sinal de vídeo para câmeras distantes até 300 metros, através de cabos UTP CAT5E ou CAT6, no mínimo.

As quantidades de sensores e demais equipamentos deverão ser definidas de acordo com a área de cada Unidade, observando sempre o alcance máximo admitido pelo Fabricante do equipamento.

O sistema de segurança, como um todo, deverá proporcionar de forma automática a integração dos diversos dispositivos instalados - CFTV, intrusão, acionamento de portas etc - além do envio de alarmes sonoros e/ou visuais à Central de Monitoramento e Controle - CMC, também registrando os atos através de imagens e relatórios, tornando verdadeiramente eficiente a detecção e a solução do evento.

As informações obtidas pelo sistema de monitoramento serão gerenciadas em um ponto de controle e gravação, doravante denominado Central de Monitoramento e Controle - CMC, que deverá estar instalada nas dependências da CONTRATADA, de onde esta poderá controlar as câmeras e visualizar todas as imagens obtidas, e para onde serão convergidos todos os sinais de alarme e registros de acesso.

A premissa do sistema de segurança é garantir a integração entre todos os subsistemas, de forma a tornar automática a atuação da segurança - eletrônica e orgânica - frente a um evento. Assim, considera-se imperativo o fornecimento de sistemas de CFTV e Alarme de um mesmo fabricante, como forma de eliminar falhas e discrepâncias na integração dos sistemas.

DESCRIÇÃO BÁSICA DO SISTEMA DE SEGURANÇA

O funcionamento do sistema deverá se dar pela gravação e transmissão de imagens, geração de alarmes e outros, por detecção de movimento, sem a necessidade de instalar sensores adicionais nas câmeras, enviando imagens com alarme, instantaneamente, para a CMC. Uma análise prévia dos locais onde serão instalados os sistemas deverá definir as configurações do funcionamento do alarme sonoro, por sirene, do alarme visual, por luzes de emergência, e demais recursos dos equipamentos de alarme de intrusão e controle de acesso.

O sistema de segurança deverá ser basicamente composto dos sistemas descritos a seguir, variando apenas o quantitativo dos equipamentos em função das dimensões de cada prédio ou da área a ser monitorada e de suas particularidades:

I. CFTV PARA ÁREAS EXTERNAS - câmeras móveis tipo DOME ou PT, com zoom óptico mínimo de 26x, instaladas em postes e interligadas através de fibra óptica, localizadas em pontos estratégicos e em quantidade suficiente para permitir abranger toda a área do imóvel. Junto às câmeras deverão ser instaladas caixas para proteção contra ação do clima, para acomodação de equipamentos auxiliares, nobreak, terminadores de fibra óptica e todos os demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento. A gravação e o controle das imagens deverão ser feitos pela CMC.

II. CFTV PARA ÁREAS INTERNAS - deverá ser instalado um sistema local composto por gravador digital de vídeo (DVR) e câmeras fixas ou móveis, internas e/ou externas, dispostas em locais estrategicamente definidos, de forma a abranger as principais áreas da edificação, especialmente os acessos ao seu interior. A gravação das imagens, bem como a visualização de todas as câmeras, deverá ser feita na CMC, sendo que o sistema deverá estar interligado à rede de segurança da CONTRATADA através de cabo de fibra óptica, ou outro meio físico, que permita o acesso remoto para a visualização e gravação pela CMC. Deverá ser considerada a criação de rotinas de backup das imagens gravadas em cada prédio, utilizando meios físicos ou a própria rede de transmissão de dados, de forma a manter registros na CMC.

III. ALARME DE INTRUSÃO - deverá ser instalada uma Central de Alarme - CA, que deverá gerenciar os dispositivos de detecção de intrusos e que possua facilidades para agregação na mesma base de outros dispositivos, como botões de pânico e controle de acesso, entre outros, compartilhando teclado, sirenes e saídas de alarme. Deverá possuir áreas programáveis com partições, saídas programáveis para integração com outros sistemas, permitindo histórico das ocorrências e garantindo a comunicação com a CMC por no mínimo 2 (dois) caminhos distintos. Ainda, deverão ser utilizados sensores de infravermelho inteligentes, com níveis distintos de detecção, imunes a insetos e a pequenos animais, com fio. A CA deverá, também permitir a programação individual de cada saída de alarme e relés em função do tipo de sinal de entrada, de forma a permitir ações distintas para cada combinação de atuação dos sensores.

IV. CONTROLE DE ACESSO À EDIFICAÇÃO - para acionamento de portas específicas em cada prédio, através de leitoras de cartão e/ou biometria e fechaduras elétricas, com registro do usuário e da hora do acesso, devendo ser possível o envio de alerta de acesso à CMC.

V. BOTÃO DE PÂNICO - acionadores com fio que poderão ser instalados em local oculto, porém de fácil acesso, e que permita a sinalização sonora e/ou visual à CMC e à vigilância local, estando interligado à mesma central única CA, possuindo tratamento específico de sinal.

VI. CENTRAL DE MONITORAMENTO E CONTROLE - CMC - estará localizada em dependência da CONTRATADA, sendo de sua inteira responsabilidade a definição e manutenção da mesma. Para esta CMC serão convergidos todos os sinais do sistema de CFTV e alarme dos prédios, sendo estes sinais identificados, armazenados e monitorados 24 horas por dia, sete dias por semana, por operadores da CONTRATADA adequadamente preparados para analisar as ocorrências e tomar decisões baseadas em procedimentos padronizados pela CONTRATADA e acordados com a CONTRATANTE.

VII. INFRAESTRUTURA - será considerada toda a infraestrutura necessária para a fixação dos equipamentos e a acomodação dos condutores elétricos e de sinal para todos os sistemas, de forma a subterrânea, aérea ou aparente, sendo atendidas as recomendações técnicas básicas de separação dos condutores por tipo, seção mínima e ocupação máxima, assim como acessórios de fixação e mudança de direção, entre outros, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

VIII. LIGAÇÕES ELÉTRICAS E DE SINAIS - deverão ser considerados todos os tipos de cabos para a ligação de cada equipamento e sistema a partir de fontes existentes, também devendo ser atendidas as recomendações dos fabricantes e as normas técnicas vigentes para cada componente do sistema e suas demais variáveis, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA

Cada sistema deverá ser capaz de atuar de forma autônoma, isolada, mesmo em regime de falha de parte do sistema de segurança, e realizar as funções pré-determinadas no próprio prédio e de forma remota. Deverá ser possível realizar configurações e alterações de programações de forma remota e local. A integração entre todos os sistemas de vigilância deverá ser total e escalável, em função de provável e possível crescimento do sistema ou das instalações.

A rede de segurança será constituída por um anel óptico exclusivo, cujos pontos de acesso serão caixas de passagem ou caixas de emenda, junto a câmeras ou pontos de concentração de sinais. Todos os prédios de um mesmo imóvel deverão ser interligados a

este anel através de infraestrutura específica e cabo de fibra óptica. Todos os cabos serão terminados em estruturas apropriadas e deverão ser utilizados cordões para continuidade da comunicação com a CMC, ou outro meio tecnologicamente capaz para esta interligação. Os equipamentos ativos de comunicação - conversores, switches e outros - deverão ser instalados unicamente no interior do prédio, não sendo aceitos equipamentos de comunicação em áreas externas, mesmo que acondicionados em caixas estanques.

a) MONITORAMENTO DE CFTV PARA ÁREAS EXTERNAS - o cabeamento elétrico e óptico deverá ser lançado em tubulação subterrânea ou de forma aérea, a partir do ponto de acesso da rede de comunicação em fibra óptica até a caixa de equipamentos de cada câmera, que deverá ser instalada em poste ou afixada à parede do prédio. Todas as câmeras do sistema deverão estar conectadas através de fibra óptica ao ponto de acesso mais próximo ao anel da rede de segurança.

I. O meio de comunicação a ser utilizado pelo sistema de monitoramento será analógico até a CMC. Junto aos pontos de acesso, o cabo de fibra óptica deverá ser interligado a um conversor FO. Esses equipamentos também receberão os sinais de controle PTZ (Pan, Tilt and Zoom) e os disponibilizarão para as câmeras via porta RS433 ou RS485.

II. A CMC será responsável pelo monitoramento, gravação, reprodução, supervisão e controle das diversas câmeras de vídeo, com utilização de equipamentos capazes de permitir visualização da imagem em tempo real, com qualidade de TV, controle de PTZ e interferência no sistema de vigilância, se for preciso.

III. A definição do local de instalação da câmera, sua altura em relação ao solo e o fornecimento e instalação do poste ou dos elementos de fixação em parede, quando for o caso, fazem parte do escopo da instalação do sistema, estando dentro das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA.

b) MONITORAMENTO DE CFTV PARA ÁREAS INTERNAS - cada câmera digital instalada deverá processar a imagem identificando padrões de comportamento que possam comprometer a segurança do ambiente monitorado, maximizando a atenção dos agentes durante o tempo de vigilância monitorada no local e na CMC.

I. As imagens deverão ter qualidade suficiente para permitir a identificação da pessoa e de suas principais características durante a visualização, gravação e disponibilização das imagens, em meio digital, independentemente das condições de luminosidade no momento. Não deverá ocorrer delay entre a geração da imagem no local e sua transmissão remota, de forma a não comprometer o acompanhamento da movimentação do objeto ou pessoa monitorada pela CMC.

II. A análise das imagens dos ambientes, realizada pelo software de controle, deverá e basear em recursos de inteligência artificial, permitindo que a solução implantada tome decisões de enviar à CMC informações de resposta quanto a situações pré-configuradas pelo software.

III. O sistema deverá possibilitar o envio do sinal de alerta de movimento ou de sensor de presença para a CMC, local ou remota, conforme programação individual por câmera. Toda gravação deverá ser iniciada por movimento, reduzindo o espaço gravado no DVR, que deverá possuir o mínimo de 600 (seiscentos) Gigabytes de espaço para gravação, para DVRs de 4 (quatro) câmeras. O DVR deverá, ainda, possuir controles adicionais para câmeras móveis.

IV. O DVR deverá proporcionar sistema de zoom digital, arranjo automático das câmeras habilitadas, posicionamentos configuráveis, rodízio automático tipo sequencial, com tempo configurável, alarme visual e sonoro de perda de sinal de vídeo, modo pop-up de exibição automática em modo de tela cheia e funções de gravação e reprodução.

V. Deverá, também, garantir taxa de gravação de até 480 fps (quatrocentos e oitenta frames por segundo), marca d'água digital, qualidade e velocidade configurável, gravação contínua e agendamento de data e hora, por detecção de movimento de gravação. Reprodução automática de até 16 (dezesesseis) câmeras, sistema de busca de imagem por data/hora, velocidade de reprodução configurável e exportação de imagens nos formatos JPEG e AVI ou proprietária, desde que seja anexado o player de visualização.

VI. Ainda, o DVR deverá possuir modos de transmissão via WEB, Cliente, rede LAN e Celular. A transmissão deverá ser programável, ter qualidade e velocidade de transmissão programável, controle de acesso por Usuário (com login e senha), controle de acesso por IP (Internet Protocol), player remoto de imagens gravadas no servidor, proporcionar gravação local das imagens visualizadas, backup das imagens gravadas em DVD remoto e reconexão automática com o servidor, em caso de perda da transmissão.

VII - Também deverá emitir relatórios de eventos e ocorrências (logs), contar com ativação e desativação remota das câmeras para visualização no local, software e possuir manuais em Português.

c) ALARME DE INTRUSÃO - juntamente com as câmeras de vigilância, a solução integrará recursos de monitoramento por alarmes em locais estratégicos, inibindo e/ou impedindo o acesso de pessoas não autorizadas em locais e cômodos específicos, ou mesmo de pessoas autorizadas, entretanto com acesso fora do horário normal de expediente.

I. Os alarmes e recursos eletrônicos disponibilizados serão interligados à CMC, com acompanhamento ininterrupto por profissionais capacitados da CONTRATADA, os quais acionarão de forma imediata as equipes de segurança do local, ou externas, para que tomem as medidas cabíveis em casos de intrusão.

II. O subsistema deverá ser composto por sensores de alarmes de intrusão tipo infravermelho, sensores de alarme tipo feixe de luz e uma Central de Alarme - CA, a serem instalados em cada prédio. Todos os sensores instalados deverão enviar os sinais capturados à CA e, em função da programação realizada por local e horário, esta repassará à CMC os alarmes quando acionados. A CMC da CONTRATADA deverá ser capaz de fazer a varredura constante dos alarmes e do estado de funcionamento de cada Central de Alarme e apresentar os alarmes acionados.

III. Uma CA básica deve possuir no mínimo 24 (vinte e quatro) zonas de supervisão total, bidirecional, comunicação multiplex digital coletiva, com flexibilidade de expansão para 40 (quarenta) zonas, 4 (quatro) entradas de zonas, microprocessador RISC, memória para os últimos 1024 (um mil e vinte e quatro) eventos, 64 (sessenta e quatro) códigos de usuários, 2 (duas) partições independentes com chamadas dirigidas por partição. Também deverá ser possível ampliar a configuração da CA através da inserção de placas específicas de forma a garantir a ligação de todos os dispositivos necessários.

IV. Todos os recursos instalados - equipamentos, sensores e linhas de comunicação - deverão possuir ligação com a CA, por fios ou outros meios tecnologicamente capazes, que deverá possuir gerência dos elementos sensores e de comunicação, enviando alarme para os casos de violação de seus modos normais de funcionamento, inclusive de interrupção nos canais de comunicação.

V. Os alarmes deverão contar com recursos de redundância para envio de seus sinais via rede dedicada, por conexão telefônica discada ou por rede telefônica tipo GSM. No caso de conexão discada, o dispositivo deverá reconhecer os tons de linha e permitir múltiplas rediscagens para números não atendidos ou ocupados, de forma a permitir a imediata comunicação da CA com a Receptora de Comunicação de Alarme - RCA.

VI. Deverá ser possível o acionamento diurno, por ação manual em teclados ou botões de pânico, e acionamento automático noturno, acompanhado 24 horas pela CMC. O acionamento por botão de pânico deverá ser imediatamente reportado à CMC, com acionamento de indicação visual no local, junto à vigilância e o representante designado pela CONTRATANTE, mas sem alarme sonoro no local da intrusão.

VII. Deverá, também, possuir recurso de travamento do sistema em caso de 3 (três) tentativas incorretas de entrada de senha, programação independente de todos os setores, habilitação/deshabilitação dos setores de forma independente, inclusive com temporização, e também deverá realizar comunicação com a CMC todas as vezes que o sistema for habilitado/deshabilitado, com identificação do usuário, data e horário.

VIII. O acesso a recursos de ativação/desativação e programação por teclado alfanumérico no local, bem como pela CMC via RCA, via rede dedicada (upload/download) ou via redes telefônicas tipo GSM, com autorização por senha, é imprescindível.

IX. O sistema de alimentação elétrica da CA deverá permitir o funcionamento ininterrupto de todo o sistema em relação a variações, transientes (surtos) ou falhas na rede elétrica da operadora local.

X. O software da CA deverá possuir desenho esquemático digitalizado (planta baixa) do local, com representação do sensor de presença no ambiente, visando facilitar a informação do agente da CONTRATADA junto ao agente de segurança no local.

d) CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS NOS PRÉDIOS E AMBIENTES - através da CA, um ou mais controles de acessos deverão ser disponibilizados para acionamento por senhas ou cartões de identificação, na porta principal e/ou em áreas específicas, de forma a controlar e registrar o fluxo de pessoas ao local. Este acesso será provido pela CA para que esteja integrado ao sistema de segurança, permitindo o monitoramento remoto e o registro pelas câmeras de CFTV da movimentação de pessoas e objetos, entre outros a serem definidos pela CONTRATANTE, para cada localidade atendida.

e) BOTÃO DE PÂNICO - este tipo de botão-trava deve ser instalado em áreas tais como recepções, gabinetes, salas de chefia ou outras áreas a serem definidas pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, e serve como alarme de coação ou alerta. Seu acionamento deverá enviar um sinal de alerta à CMC e à segurança local, sem acionar sirenes, devendo ainda estar interligado à CA e indicar com exatidão o local onde foi feito o acionamento, registrando data e hora.

f) SENSOR DE APOIO - a CA deverá ser capaz de receber a interligação de sensores diversos, tais como contratores, relés e outros, de forma a serem enviados sinais de alarme, ou pulsos de acionamento, remotamente, a partir da CMC.

g) CENTRAL DE MONITORAMENTO E CONTROLE - CMC - será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a definição, configuração, composição, equipamentos, operação, instalação e manutenção da CMC, em suas próprias dependências, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus a ela relacionado. Entretanto, alguns aspectos gerais básicos devem ser atendidos, tais como:

I. TAREFAS BÁSICAS - armazenamento das imagens do sistema de vídeo monitoramento e eventos de alarme obtidos via link de comunicação; armazenamento do backup das imagens dos DVRs dos prédios, obtidos por transferência de arquivos através de dispositivos físicos ou a através de link de comunicação, considerando a transferência de todas as imagens de todas as câmeras instaladas no imóvel da CONTRATANTE, por um período mínimo correspondente a 3 (três) meses de observação; gerenciamento dos dispositivos de telemetria, sensores e equipamentos ativos de rede, monitorando a situação operacional no imóvel da CONTRATANTE; controle, através de equipes de profissionais especialmente treinados para a operação de todos os recursos instalados, monitorando assim o imóvel da CONTRATANTE em regime de 24 horas, sete dias por semana, 365 dias ao ano; cadastramento de usuários e grupos de usuários, para operação do sistema de videomonitoramento, alarme e controle de acesso no imóvel da CONTRATANTE e na CMC; entre outras.

II. PRECAUÇÃO - ATIVOS e PASSIVOS de rede deverão estar em armários fechados, instalados no ambiente da CMC e também nas localidades atendidas, do tipo rack, sendo adotadas medidas de garantia de não violação do rack, tais como a colocação de chaves, grades metálicas ou outro sistema, de forma a não permitir a retirada dos dispositivos de gravação de imagens do local.

INFRAESTRUTURA BÁSICA DE INSTALAÇÃO RECOMENDADA

TUBULAÇÕES - recomenda-se a utilização de eletrodutos metálicos semipisados, nos diâmetros necessários e suficientes para a devida acomodação dos cabos, devendo ser usadas caixas de passagem ou condutores com tampa aparafusada e fixação por bradeiras e parafusos com buchas plásticas.

I. Por se tratar de sistema de segurança, susceptível a atos de vandalismo, recomenda-se que toda a infraestrutura de tubulações seja executada tendo como premissa básica a adoção de medidas que dificultem ao máximo a possibilidade de interrupção dos cabos elétricos ou de sinal dos sistemas. Não é aceitável, portanto, a existência de condutores expostos, mesmo que em trechos de ligação dos elementos do sistema, tais como câmeras, sensores e outros.

II. Recomenda-se que a infraestrutura de distribuição dos condutores seja feita a uma altura mínima de 2,50 metros (dois metros e cinquenta centímetros) do solo/piso, como forma de minimizar as chances de acesso às mesmas, sem a utilização de equipamentos como escadas, rampas, cordas etc.

III. Para a ligação de equipamentos em áreas externas do prédio, recomenda-se que seja criada uma rede de dutos subterrâneos, executada a uma profundidade mínima de 30 (trinta) centímetros abaixo do solo/piso, devendo ser feito o recobrimento com concreto.

IV. Ademais, recomenda-se que seja elaborado um desenho esquemático da infraestrutura, no qual seja detalhada a rede de eletrodutos, demais equipamentos (central de alarme, câmeras etc) e acessórios (sirenes, sensores etc) a serem instalados, uma vez que apenas após a aprovação do esquema de instalação, pela CONTRANTE, é que o sistema poderá ser implantado pela CONTRATADA.

ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA PARA O SISTEMA DE SEGURANÇA - o ideal é que haja um circuito elétrico exclusivo para os equipamentos de segurança, a partir do Quadro Elétrico de Distribuição de cada prédio, o qual deve ter dispositivo de tranca, impossibilitando o desligamento acidental ou intencional da alimentação do sistema. Este circuito deve ser perfeitamente identificado em ambas as extremidades.

I. Para o sistema de CFTV, não se considera aceitável a instalação de fontes de energia próximas às câmeras. Recomenda-se que sejam utilizadas fontes de tensão individuais, instaladas junto ao rack e distribuídas através de cabos elétricos até as câmeras, considerando as distâncias máximas permitidas para a distribuição de energia contínua. Entende-se que todo o sistema deve ser alimentado por um nobreak específico e exclusivo, de forma a garantir o funcionamento das câmeras, alarmes e demais sistemas de segurança por um período mínimo de 2 (duas) horas.

II. Para câmeras externas recomenda-se que a alimentação de energia seja feita a partir do ponto de acesso mais próximo da rede elétrica da área externa, e que cada câmera externa possua um nobreak e protetores contra surtos elétricos, para garantir seu funcionamento por um período mínimo de 2 (duas) horas.

CONDUTORES DE SINAIS - recomenda-se que as câmeras de CFTV no interior dos prédios estejam interligadas ao DVR por meio de cabo coaxial 75Ohms e conectores tipo BNC acondicionados em infraestrutura específica, assim como que a alimentação elétrica das câmeras seja feita com o uso de condutores elétricos fundidos no mesmo cabo de sinal desde que a tensão da fonte de energia seja de 12Vcc ou 24Vca, não se admitindo o uso de cabo coaxial com malha inferior a 95% de cobertura.

I. Recomenda-se que os sensores de alarmes, botões de pânico e demais estejam interligados à CA através de cabo metálico de 1 um ou mais pares, de 22 AWG, e que estejam totalmente acondicionados em infraestrutura exclusiva, e que os cabos de fibra óptica da rede externa sejam do tipo multimodo.

RACK DE EQUIPAMENTOS - recomenda-se que seja instalado um rack de parede de 24U em cada prédio para que nele sejam instalados os equipamentos e acessórios necessários ao funcionamento do sistema, devendo estar a uma altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros) do piso, de forma a dificultar o acesso aos equipamentos sem a utilização de escadas, rampas, cordas etc. Considera-se que este rack abrigue, no mínimo, os seguintes dispositivos: DVR de gravação de imagens; fonte de alimentação das câmeras; nobreak do sistema de segurança; central de alarme de intrusão (CA), duas bandejas para apoio dos dispositivos e um kit de ventilação. Recomenda-se, também, que sejam instalados meios de garantir a não violação do interior do rack, como chaves, trancas, grades metálicas e outros.

Os demais materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução dos serviços de vigilância eletrônica monitorada deverão ser quantificados pela CONTRATADA de acordo com as características de cada Unidade atendida.

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O monitoramento eletrônico, como atividade-meio da Administração, sendo um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, garantindo buscar a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local, deverá adotar políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do Homem com a Natureza em atividades cotidianas, quanto na questão social, com atenção especial à proteção aos Direitos Humanos e, para o atingimento destas políticas:

Deverá ser firmado, entre o órgão/entidade e a empresa CONTRATADA, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites para metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

A gestão de segurança patrimonial da CONTRATADA deverá utilizar monitores de LCD ou de LED, que reduzam o consumo de energia face aos convencionais.

É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais que foram utilizados na prestação de serviços.

DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto será aceito após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do Contrato, do Edital e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Instrumento de Medição de Resultado - IMR - ANEXO III deste Estudo Técnico Preliminar, que assegure a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, com as seguintes condições:

- A adequação dos recursos humanos empregados, em especial diante da formação profissional exigida;
- A qualidade dos recursos materiais utilizados;
- A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato;
- A satisfação do público usuário.

DA GESTÃO DO CONTRATO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A gestão do Contrato e a fiscalização da sua execução, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, serão exercidas por representantes da CONTRATANTE, especialmente designados na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, do art. 6º do Decreto 2.271/1997 e dos artigos 39 a 50 da Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 05/2017.

São atribuições do Gestor do Contrato, auxiliado, quando couber, pela fiscalização administrativa, técnica, setorial e pelo público usuário, a execução das atividades de gestão e fiscalização citadas nos artigos 39 e 40 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

Havendo complementação gradativa do Contrato de prestação de serviços, os pagamentos à CONTRATADA serão realizados obedecendo a estes critérios.

A remuneração dos serviços de monitoramento eletrônico será realizada por local de prestação de serviço, mensalmente, conforme a relação de endereços definida no ANEXO IV deste Estudo Técnico Preliminar.

O fornecimento e instalação, assim como sua manutenção - preventiva e corretiva - são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo qualquer ônus à CONTRATANTE em relação a estes.

DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será iniciada após notificação formal pela Administração, a ser realizada com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência.

O início da execução dos serviços poderá dar-se de forma gradativa, o que deverá ser detalhado na notificação formal.

DAS VEDAÇÕES

Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

Tal vedação se deve pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, e assim amplia-se sobremodo a competitividade do certame.

Também não será permitida a participação de Cooperativas de Trabalho, uma vez que o objeto ora licitado não tem possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a Cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A vedação consta na Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, emitida pelo Departamento da Polícia Federal, assim como na Cláusula Primeira, alínea “c” do Termo de Conciliação Judicial firmado entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho (autos nº 01082- 2002-020-20-00-0, Juízo da 20ª Vara do Trabalho do Distrito Federal).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para o quantitativo de postos, considerou-se a contratação atual das Unidades de Santa Catarina e Paraná, as necessidades e especificidades de cada localidade, conforme mencionadas no item 6 (Descrição da solução como um todo), observando os critérios qualitativos e quantitativos da Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME Nº 24.896/2020 (anexo VII).

Os referidos quantitativos foram definidos a partir de levantamento e análise do grau de risco em cada uma das localidades, que levou em consideração aspectos como a área do imóvel, a quantidade de pavimentos, os acessos, a localização em área de risco, o número de atendimentos a contribuintes e os valores patrimoniais existentes no local.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.112.865,73

O valor global estimado para a contratação dos três grupos de Monitoramento eletrônico para o período de 24 meses é de R\$ 8.112.865,73 (oito milhões, cento e doze mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e setenta e três centavos), conforme a planilha de estimativa de preços.

A distribuição dos valores se dará conforme demonstrado nas tabelas a seguir, considerando os serviços e as localidades de atendimento, e os agrupamentos:

GRUPO 1 - Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Dionísio Cerqueira, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, e jurisdicionadas:

--	--	--	--	--	--

UNIDADE	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	Área (m²) Construída	NÍVEL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO.	Porte NT Copol nº 18	VALOR ESTIMATIVO MENSAL R\$
ALF/FOZ DO IGUAÇU - SEDE e CAC	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	6.182,62	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DMA 1 e 2, DESTRUIÇÃO, CENTRO RECEPÇÃO DIREP, DIREP (barracão fiscalização)	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	9.716,11	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DIREP (barracão fiscalização), DIREP P4, ESTANDE TIRO, GARAGEM SETRANS	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	7.518,61	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 1 e 2	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.032,09	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ALF/FOZ - PCVA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	77,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ALF/FOZ/PIA - ADM ENTRADA e SAÍDA, DMA, SALA DI, GUARITAS FISC ENTRADA E SAÍDA.	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	17.512,64	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
ALF/FOZ/PTN	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.208,20	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
DRF/CASCADEL - SEDE	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.800,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
DRF/CASCADEL - GALPÃO ANEXO	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.020,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66
DRF/CASCADEL - DMA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	6.032,00	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
DRF/CASCADEL - PORTO SECO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	20,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68

ARF/FRANCISCO BELTRÃO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	376,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/PATO BRANCO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	422,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/TOLEDO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	337,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/MEDIANEIRA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	257,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
IRF/GUAIRA + DMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	804,07	Mínima	D M A Peq. Porte	4.325,16
IRF/GUAIRA - PORTO SETE QUEDAS	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	4.200,00	Mínima	Escritório > 2.000 m²	5.471,30
IRF/SANTA HELENA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	525,56	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	1.438,76	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
IRF/CAPANEMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	844,02	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
IRF/CAPANEMA/ADUANA FRONTEIRA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	294,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
				TOTAL GLOBAL G4	R\$ 2.236.788,86

GRUPO 2 - Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa Londrina e Maringá, e jurisdicionadas:

UNIDADE	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	Área (m²) Construída	NÍVEL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO.	Porte NT Copol n° 18	VALOR ESTIMATIVO MENSAL R\$
ALF/CURITIBA - DMA*	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.000,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66
ALF/CURITIBA - SJP /PVA*	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	8.000,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80

DIREP/CURITIBA SRRF09	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.760,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
PVA/CURITIBA SRRF09	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	27.636,61	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
ALF/PARANAGUÁ - SEDE	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.973,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
ALF/PARANAGUÁ - DMA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	16.742,00	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
DRF/PONTA GROSSA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	3.934,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
DRF/PONTA GROSSA - DMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	1.196,70	Mínima	DMA Peq. Porte	4.325,16
DRF/PONTA GROSSA - DMA 2	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	2.178,00	Mínima	DMA Peq. Porte	4.325,16
ARF/GUARAPUAVA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	992,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF/BAITI	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	193,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/IRATI	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	266,64	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/UNIÃO DA VITÓRIA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	800,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
DRF/LONDRINA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	4.500,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
DRF/LONDRINA - TERRENO	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	3.937,50	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66
DRF/LONDRINA - DMA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	5.650,18	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
ARF/APUCARANA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	459,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18

ARF/ARAPONGAS	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	373,45	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF/CORNÉLIO PROCÓPIO	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	469,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF/JACAREZINHO - IMÓVEL 1	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.892,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF/JACAREZINHO - IMÓVEL 2	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	954,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
DRF/MARINGÁ	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	4.978,54	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
DRF/MARINGÁ - DMA1	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.186,23	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66
DRF/MARINGÁ - DMA2	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	19.937,10	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
ARF/CAMPO MOURÃO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	461,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/CIANORTE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	676,02	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/JANDAIA DO SUL	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	792,37	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF/PARANAÍ	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	591,82	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/UMUARAMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	364,21	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
				TOTAL GLOBAL G5	R\$ 3.053.657,76

GRUPO 3 - Blumenau, Itajaí, Florianópolis, Joaçaba, Chapecó e São Francisco do Sul, e jurisdicionadas:

UNIDADE	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	Área (m²) Construída	NÍVEL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO.	Porte NT Copol n° 18	VALOR ESTIMATIVO MENSAL R\$

DRF & ALF FLORIANÓPOLIS	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sist. presença) - APOIO LOCAL	8.925,00	Máxima	Escritório > 2.000 m²	5.807,72
DRF/FNS - DMA (São José)	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	3.500,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66
ARF/CRICIÚMA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	312,68	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/TUBARÃO	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	778,34	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF/ARARANGUÁ	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	300,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/LAGES	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	742,80	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
IRF/IMBITUBA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	700,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
DRF - BLUMENAU	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.299,62	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
ARF - BRUSQUE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	357,76	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF - RIO DO SUL	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	289,82	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF - TIMBÓ	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	288,69	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ALF - ITAJAÍ (anexo)	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.010,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80
ALF - ITAJAÍ Casarão	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	918,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ALF - ITAJAÍ DMA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.046,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66
DRF/JOAÇABA (SEDE)	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.650,00	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80

DRF/JOAÇABA - DMA - PVA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	10.000,00	Média	DMA > 4.000 m²	7.476,04
ARF/CAÇADOR	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	200,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/CONCORDIA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	268,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/XANXERÊ	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	170,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/CHAPECÓ	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.500,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ARF/SÃO MIGUEL DO OESTE	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	280,00	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.100,00	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
DRF/JOINVILLE	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sist. presença) - APOIO LOCAL	7.104,58	Máxima	Escritório > 2.000 m²	5.807,72
ARF/JARAGUA DO SUL	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	392,66	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/CANOINHAS	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	193,70	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ARF/MAFRA	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	262,32	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
DRF/JOINVILLE -DMA*	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.300,00	Média	DMA Peq. Porte	4.407,66
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - SEDE + DMA	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	1.432,98	Média	Escritório Peq. Porte	3.227,18
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ADUANA TURISMO	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	802,16	Mínima	Escritório Peq. Porte	3.144,68
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ACI CARGAS	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	2.639,48	Média	Escritório > 2.000 m²	5.553,80

				TOTAL GLOBAL G6	R\$ 2.822.419,11
--	--	--	--	-----------------------	------------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As atividades de licitação, de gestão e de fiscalização de contratos requerem um imenso conhecimento da legislação existente, tanto no aspecto geral quanto no aspecto específico de cada atividade, legislação esta com alto nível de complexidade e com alterações temporais, o que representa a necessidade de manutenção de equipe de servidores especializados e atualizados. Vale dizer ainda que as mencionadas atividades abrangem também priorizar a otimização dos recursos públicos disponíveis e evidenciar a responsabilidade dos agentes públicos que nelas atuam, mais especificamente as equipes de logística e os gestores e fiscais de contratos.

Deve ser enfatizada a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, a qual dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional.

Ademais, com a publicação da Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, a qual aprovou o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, foram realizadas várias alterações na estrutura do órgão.

Diante disso, foi definida estrutura própria no âmbito das Superintendências Regionais, com a criação das Seções de Licitações (Salic). inclusive criando os respectivos Serviços de Licitações (Selic). Assim, segundo o artigo 265 do Regimento Interno da RFB, compete aos serviços de licitações e às seções de licitações, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas:

I - às licitações, em suas diversas modalidades;

II - às dispensas e às inexigibilidades de licitações; e

III - ao planejamento de aquisições e contratações.

Em seu parágrafo único está previsto que os setores requisitantes das aquisições e contratações atuarão, no que couber, nas atividades listadas nos incisos I a III do caput. 9.5.

Isso significa que estão a cargo da Selic/Salic todos os procedimentos das fases interna e externa da licitação, estando adicionalmente incluída como participante da elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência, traduzindo nestes documentos as demandas de responsabilidade das unidades jurisdicionadas demandantes.

Em busca da otimização do procedimento, visando ao melhor atendimento das demandas das unidades jurisdicionadas e, também, para promover uma licitação mais competitiva e mais atrativa ao mercado, o procedimento licitatório deverá ser conduzido de forma centralizada pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal.

Ainda, ressalta-se a Portaria ME nº 13.623/2019 que estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Isso posto deverão ser licitados os seguintes grupos para a prestação de serviço de Monitoramento eletrônico:

GRUPO 1 - ALF/FOZ, incluindo DRF/CVL e jurisdicionadas;

GRUPO 2 - SRRF09, incluindo DRF/CTA, ALF/CTA, DRJ/CTA, DRF/PTG, ALF/PGA, DRF/LON, DRF/MGA e jurisdicionadas;

GRUPO 3 - DRF/FNS (incluindo ALF/FNS e DRJ/FNS) e jurisdicionadas; DRF/JOI, incluindo ALF SFS e jurisdicionadas; DRF/BLU, incluindo ALF/ITJ e jurisdicionadas.

A contratação será realizada por grupo, cujo valor global envolve custos fixos e variáveis que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.

A separação da licitação em custos fixos e custos variáveis por localidade poderia acarretar um custo maior à Administração no que se refere à contratação de mais empresas em vez de uma, o que não respeitaria o princípio de economicidade. A separação dos grupos em itens, neste caso, também dificultaria a coordenação das atividades relacionadas.

Ao separar por grupos, a Administração é beneficiada com a gestão de cada contrato sendo feita por um único mantenedor dos serviços, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais.

Embora o parcelamento seja a regra, neste caso específico a contratação em grupo único para cada regionalização é necessária, pois um serviço prestado por uma única Contratada proporcionará uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, tendo em vista que os itens dos grupos possuem características de atividades semelhantes, observando-se o princípio da eficiência – art. 37, caput, Constituição Federal.

Busca-se sempre uma solução mais vantajosa para a Administração, tomando medidas para evitar comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento de uma necessidade da Administração da forma mais eficiente.

Assim, cada um dos grupos mencionados deverá abranger os custos fixos e os custos variáveis, cada um deles já descrito de forma específica. As licitantes podem ofertar propostas para todos os grupos da licitação ou só para aqueles que mais lhe forem interessantes.

Ademais, entende-se que será ampliada a disputa pelos objetos, dentro do princípio de que o menor porte da contratação ampliará o universo do processo licitatório, considerando inclusive maiores possibilidade de atendimento pelos mercados locais.

Resta evidente que se procura preservar e prestigiar o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, pois a mais ampla disputa será efetivada para o objeto conforme o segmento de mercado atuante. Tal solução visa ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem perda de economia de escala, priorizando-se a economicidade para a Administração, pois entende-se que a opção não fere a competitividade do certame, visando-se sempre a contratação técnica, econômica e administrativamente mais vantajosa para a Administração.

Desta forma, ressalta-se que optou-se pela junção de itens em grupo tendo em vista a compatibilidade dos itens da licitação para atender cada localidade, ficando inviável administrar um contrato para cada item. O agrupamento facilitará a gestão do contrato e a fiscalização dos serviços prestados.

O agrupamento objetiva, ainda, uma maior participação de empresas interessadas, como dito anteriormente, alcançando maior competitividade ao certame, proporcionando ganho de escala, pois a prestação de serviços contemplando apenas um item poderia não despertar interesse no Mercado.

O não-parcelamento do objeto, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visando apenas assegurar gerência segura da contratação e, principalmente, a mais ampla competição, assim como atingir a finalidade e efetividade da licitação, atendendo às necessidades da Administração.

Trata-se, aqui, de solução centralizada de monitoramento eletrônico - para localidades geograficamente contidas em parcelas regionalizadas dos Estados do Paraná e Santa Catarina, sob jurisdição da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil de 9ª Região Fiscal.

Em que pese a prestação/execução dos serviços em endereços distintos, a contratação centralizada das localidades, bem como o agrupamento dos itens, é a forma de contratação mais vantajosa para a Administração ao se considerar que a gestão do contrato de forma centralizada reduz o custo administrativo relativo a recursos humanos (fiscalização e formalidades), análises jurídicas, publicações de extratos de termos aditivos etc.

Diante do exposto, tem-se que o agrupamento das localidades de prestação dos serviços e dos itens é vantajosa para a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, alcançando melhor aproveitamento do Mercado e, consequentemente, menores valores quando realizada a aquisição conjunta da solução, em consonância com a Súmula 247 do TCU, que dispõe que "É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala".

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Atualmente, poucas unidades da RFB da 9ª Região Fiscal possuem contrato de monitoramento eletrônico. No entanto, cada unidade contratou conforme suas necessidades e peculiaridades, nem sempre de acordo com o exigido pela NT RFB/Sucor/Copol nº 18/2017. Algumas com equipamentos de segurança próprios, outras com prestação de serviço com equipamentos em

comodato. Cada uma com uma classificação diferente de grau de risco. Nesse sentido, como cada unidade possui um contrato de monitoramento eletrônico atendendo a diferentes padrões, chegou-se à conclusão de que o levantamento das atuais contratações da 9ª RF não poderia servir em todos os casos como referência para a futura contratação regionalizada. Deste modo, foi utilizado como referência na formatação da contratação o processo licitatório da SRRF09 nº 10905.720.024/2018-86 que serviu também como pesquisa para estabelecimento do valor de referência, assim como também foi objeto de pesquisa de preço o processo da DRF/Florianópolis nº 11516.723.063/2015-39. 10.2.2.

A tabela abaixo demonstra as vigências das atuais contratações e os valores mensais de cada contrato atualmente vigente de monitoramento eletrônico na 9ª Região Fiscal:

UNIDADES E JURISDICIONADAS	PROCESSO	VIGÊNCIA	UNIDADES DE EXECUÇÃO	VALOR MENSAL (R\$)
SRRF09	10905.720024/2018-86	30/11/2021	PVA/Curitiba SRRF09	1.483,98
DRF/MARINGÁ	10950.723931/2015-99 10950.724439/2016-11	31/12/2021	ARF-Cianorte, ARF-Jandaia do Sul, ARF-Campo Mourão, ARF-Paranavaí e ARF-Umuarama	547,25 992,23
DRF/BLUMENAU	13971.724305/2015-60	01/02/2022	ARF-Brusque, ARF-Timbó e ARF-Rio do Sul	689,42
DRF/FLORIANÓPOLIS	12719.720973/2015-46 11516.723063/2015-39	31/12/2021	ARF-Imbituba, ARF Araranguá, ARF-Criciúma, ARF-Tubarão e ARF-São José	162,70 3.309,98
DRF/JOAÇABA	10925.721610/2020-24	01/03/2023	DRF/JOA, DMA/JOA, ARF/CCA, ARF/XAN, ARF /CHA, ARF/CDR, ARF/SÃO MIGUEL	9.700,00
ALF/ITAJAÍ	10909722377201708	31/03/2022	ALF/ITJ	44.839,36
TOTAL MENSAL DOS CONTRATOS ATUALMENTE VIGENTES				61.724,92

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação dos serviços de monitoramento eletrônico caracteriza-se pelo perfeito alinhamento com o Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil para o triênio 2021/2023, enquadrando-se na classificação Objetivo de Pessoas e Recursos e, mais

especificamente, nas ações Aperfeiçoar os Processos de Trabalho e a Estrutura Organizacional e Otimizar o Uso de Recursos Institucionais, seguindo os parâmetros instituídos pelo MAPA MENTAL PIU VIGILÂNCIA - ANEXO VIII deste Estudo Técnico Preliminar, assim como as normativas vigentes para o assunto.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme já referido na fundamentação legal anteriormente apresentada, a orientação vigente é de que a contratação dos serviços de vigilância patrimonial no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil se dará, preferencialmente, mediante regime de execução indireta, com foco preferencial no monitoramento eletrônico.

Esta política de gerenciamento de serviços através de empresa terceirizada, possibilita a retirada dos encargos da Administração, principalmente no que se refere à gestão dos serviços e dos equipamentos utilizados para este fim.

Segundo pesquisas feitas no Sistema Comprasnet, observa-se que a experiência oriunda de licitações anteriores, e mesmo de licitações atuais, mostra que há um grande número de empresas no mercado, o que possibilita grande competitividade nas licitações. Em assim sendo, os contratos resultantes poderiam ser firmados com preços bastante viáveis e com significativa economicidade, tornando-se uma vantagem para a Administração.

No edital da licitação deverão constar os requisitos que visam a garantir a qualidade e a continuidade dos serviços, mantendo-se o controle quantitativo e qualitativo dos serviços de monitoramento eletrônico e dos riscos possíveis na prestação dos referidos serviços.

Considerando a contratação regionalizada, deverão ser exigidas da(s) Contratada(s) execuções contratuais que resultem na adoção de boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de menor poluição para os materiais eventualmente descartados, considerando-se a efetiva fiscalização do atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme legislação vigente.

A elaboração das estimativas das quantidades a serem contratadas e as estimativas dos valores das contratações foram baseadas em experiências das contratações anteriores, objetivando-se otimizar os resultados pretendidos.

Como resultado da(s) contratação(ões), de forma objetiva, visa-se:

- a) à otimização da gestão e fiscalização do(s) contrato(s) resultantes para cada unidade.;
- b) o atendimento, quando da(s) contratação(ões), da(s) gestão(ões) e da(s) fiscalização(ões) de toda a legislação vigente;
- c) a mitigação de eventual(ais) inadimplemento(s) contratual(is) da(s) Contratada(s), que possa gerar desgastes ou custos para a Administração;
- d) a garantia da boa execução(ões) dos serviços contratados, sempre embasados nos princípios de eficiência e da sustentabilidade;
- e) economicidade ao regionalizar a(s) contratação(ões);
- f) a otimização da(s) contratação(ões) ao definir, de forma regionalizada, a licitação por itens, possibilitando inclusive contratação de uma ou mais empresas;
- g) uma maior rapidez no atendimento e na execução dos serviços; e
- g) a redução da ocorrência de possíveis riscos devidos a interpretações distintas de um mesmo problema, pois somente uma empresa decidirá as medidas a serem tomadas.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas por parte da SRRF09.

14. Possíveis Impactos Ambientais

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Objetivando a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, embora a contratação em si não acarrete impactos ambientais, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 12.349/2010, a Lei nº 12.187/2009 e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, além do Decreto nº 7.746/2012:

Constituição Federal de 1988 - art. 170 - *"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processo de elaboração e prestação..." (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003).

-

Lei nº 8.666/93 - art. 3º - "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (redação dada pela Lei nº 12.349 /2010).

-

Lei nº 12.187/2009 - Art. 6º - "São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: ... XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução das emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos..."

-

Instrução Normativa nº 1/2010 - SLTI/MPOG - Art. 6º - "Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: ... Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução dos serviços; Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; Realize a separação dos resíduos sólidos descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999". - Parágrafo Único - "O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente."

Decreto nº 7.746/2012 - art. 4º - "São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão-de-obra local;

V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras."

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conclui-se que a contratação de serviços continuados de monitoramento eletrônico, com as características anteriormente definidas, é de fundamental importância para o funcionamento da SRRF09.

Esta contratação tem total conformidade com a legislação vigente e, seguramente, trará todos os benefícios esperados, tanto em economia processual e operacional quanto em melhoria e sustentação das atividades da Administração

16. Responsáveis

JULIANA CANTIDIO IKEDA
ATA

SIGRID HAGER STRAMBI
Analista RFB

MEIRE FUMICO FUJITA
Analista RFB

LENNON ONOFRE GARCIA MACHADO
Analista RFB

TIAGO DE MELO PORTO
ATA

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - ETP - PLANILHA REGIONAL CONSOLIDADA DAS UNIDADES 09 RF PDF.pdf (855.48 KB)
- Anexo II - ANEXO II - ETP - ENDEREÇOS-CONTATOS_xlsx.pdf (36.29 KB)
- Anexo III - ANEXO III - ETP - IMR - MONITORAMENTO ELETRONICO.pdf (149.26 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - ETP - LOCAIS SERVIÇOS.pdf (144.02 KB)
- Anexo V - ANEXO V - ETP - PORTARIA DG-DPF 3233-2012.pdf (1.03 MB)
- Anexo VI - ANEXO VI - ETP - NOTA TÉCNICA RFB-COPOL 182017.pdf (3.5 MB)
- Anexo VII - ANEXO VII - ETP - PORTARIA RFB 24896-2020.pdf (82.05 KB)
- Anexo VIII - ANEXO VIII - ETP - MAPA MENTAL PIU VIGILÂNCIA.pdf (63.01 KB)

**Anexo I - ANEXO I - ETP - PLANILHA REGIONAL
CONSOLIDADA DAS UNIDADES 09 RF PDF.pdf**

Tabela 1 - Serviço de Vigilância de acordo com Pontuação por Grau de Risco (Anexo I - Portaria P1 24.896 DE 2020)				
Pontuação por grau de risco		Serviço de Vigilância a ser utilizado		
Até 13		1	ARF	Elétrica - Mínima - em Vigilância Orgânica
De 14	a 20	2	Demas Unidades	Elétrica - Média e Orgânica - de acordo com o art. 6º desta Portaria
De 20	a 34	3		Elétrica - Média e Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria

- Vigilância Elétrica Média, composta pela TV (CFTV) com gravação total e alarme, com sistema de prevenção;
- Vigilância Elétrica Média, composta pela CFTV com monitoramento na empresa e alarme com sistema de prevenção;
- Vigilância Elétrica Média, com controle na CFTV com monitoramento na empresa, alarme total e alarme com sistema de prevenção;
- Constituição de vigilância eletrônica atendida ao disposto na Nota Técnica Nº15/2019/SECTOP nº 15, de 23 de agosto de 2017

Tabela 2 - Unidades de Atendimento - Taxas de Homicídio da região de localização geográfica da unidade.				
Grau de Risco		Taxa de Homicídio		
< 40		246 - <52,8		≥ 82,8
1	Caso 1	Caso 2	Caso 3	
2	0	1 posto de ponto	1 posto de ponto	1 posto de ponto
3	1	1 posto de ponto	2 vigilantes 48h	

1. Taxa de Homicídio de acordo com o Índice de Criminalidade de homicídios, definido no Atlas de Violência, publicado anualmente pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 3 - Área total construída do imóvel			
Área do imóvel	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 750	1	1	1
De 751	a 1500	2	2
De 1501	a 3000	3	3
Acima de 3000	4	1	4

Tabela 4 - Quantidades de acessos ao imóvel			
Quantidade de acessos	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	2	2
2	2	2	4
Acima de 3	4	2	8

- Accessos do imóvel são os locais de entrada/saída de contribuintes, servidores e visitantes, considerando apenas os acessos à área edificada, de livre movimentação durante o horário de funcionamento da unidade, sendo excluídos os contornos equívocos que não sejam deliberadamente utilizados;
- Locais de entrada/saída próximos ao ao auto e que possam ser visualmente cobertos por 1 (um) vigilante serão considerados 1 (um) acesso.

Tabela 5 - Localização em Região Metropolitana			
Localização	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Região Metropolitana	3	2	6

- Região Metropolitana é a região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
- A pontuação será considerada para a unidade localizada em município relacionado como pertencente à Região Metropolitana.

Tabela 6 - Quantidades de atendimentos diários da unidade			
Quantidade de atendimentos/dia	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 50	1	1	1
De 51	a 200	2	2
De 201	a 300	3	3
Acima de 301	4	1	4

1. quantidade média de atendimentos realizados no período de 1 (um) dia pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), de acordo com o Sistema de Apoio ao Gerenciamento de Atendimento (SAGA)

Tabela 7 - Quantidade de ambientes de atendimentos do imóvel			
Quantidade de ambientes	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	1	1
2	2	1	2
3	3	1	3
Acima de 3	4	1	4

1. Indica a quantidade de ambientes de atendimento ou de atendimento on-line realizados no atendimento aos contribuintes pela unidade.

Tabela 8 - Valor Patrimonial do imóvel da unidade			
Valor Patrimonial	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até R\$ 1.000.000,00	1	2	2
De R\$ 1.000.000,01	a R\$ 2.000.000,00	2	4
De R\$ 2.000.000,01	a R\$ 3.000.000,00	3	6
Acima de R\$ 3.000.000,01	4	2	8

1. Referente ao valor do imóvel, conforme registrado no Sistema Integrado de Registro de Imóveis (SIRIO).

Tabela 1 - Serviço de Vigilância de Vacinação por Grau de Risco (Anexo 1 - Portaria PF 24.898 de 2022)

Grau de Risco		Grau de Risco		Serviço de Vigilância e Vacinação	
Até	13	14	15	Até	15
De	14	a	29	2	Atendimento
De	30	a	34	2	Atendimento

1. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em presença do enfermeiro com enfermeiro de prevenção.
2. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em atendimento ao enfermeiro com enfermeiro de prevenção.
3. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em atendimento ao enfermeiro com enfermeiro de prevenção.
4. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em atendimento ao enfermeiro com enfermeiro de prevenção.

Tabela 2 - Unidades de Atendimento - Tabela de Homologação de registro de localização geográfica da unidade.

Grau de Risco		Tabela de Homologação	
1	2	Categoria	2
Até	13	1	2
De	14	a	2

1. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em presença do enfermeiro com enfermeiro de prevenção.
2. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em atendimento ao enfermeiro com enfermeiro de prevenção.
3. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em atendimento ao enfermeiro com enfermeiro de prevenção.

Tabela 3 - Área total construída do imóvel

Área do Imóvel		Resumo		Ponderação	
Até	150	151	152	1	2
De	151	a	1600	2	1
De	1601	a	3000	3	1
Até	3000	4	1	4	2

Tabela 4 - Quantidade de pessoas ao imóvel

Quantidade de pessoas		Ponderação		Ponderação	
Até	1	2	3	4	5
De	1	2	3	4	5
Até	2	3	4	5	6

1. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em presença do enfermeiro com enfermeiro de prevenção.
2. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em atendimento ao enfermeiro com enfermeiro de prevenção.

Tabela 5 - Localização em Regime Metropolitano

Localização		Resumo		Ponderação	
Até	1	2	3	4	5
De	1	2	3	4	5
Até	2	3	4	5	6

1. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em presença do enfermeiro com enfermeiro de prevenção.
2. Atividade Clínica Básica: atendimento em UPA ou CFTV em atendimento ao enfermeiro com enfermeiro de prevenção.

Tabela 6 - Quantidade de atendimentos diários da unidade

Quantidade de atendimentos diários		Resumo		Ponderação	
Até	50	51	52	1	2
De	51	a	200	2	1
De	201	a	300	2	1
Até	300	3	1	3	2

1. Quantidade diária de atendimentos realizados no período de 1 (um) dia de trabalho no Município de Curitiba (CMC), de acordo com o Sistema de Apoio ao Gerenciamento de Atendimento (SAGA).

Tabela 7 - Quantidade de atendimentos do imóvel

Quantidade de atendimentos		Ponderação		Ponderação	
Até	1	2	3	4	5
De	1	2	3	4	5
Até	2	3	4	5	6

1. Indica a quantidade de atendimentos realizados no período de 1 (um) dia de trabalho no Município de Curitiba (CMC), de acordo com o Sistema de Apoio ao Gerenciamento de Atendimento (SAGA).

Tabela 8 - Valor Patrimonial

Valor Patrimonial		Resumo		Ponderação	
Até	1.000.000,00	1.000.000,01	1.000.000,02	1	2
De	1.000.000,01	a	2.000.000,00	2	1
De	2.000.000,01	a	3.000.000,00	3	1
Até	3.000.000,01	4	1	4	2

1. Referência ao valor do imóvel, registrado no Sistema Integrado de Administração de Serviços Públicos (SIASP).

FORMA DE CÁLCULO: (Tabela 1) + (Tabela 2) + (Tabela 3) + (Tabela 4) + (Tabela 5) + (Tabela 6) + (Tabela 7) + (Tabela 8) + (Tabela 9) + (Tabela 10) + (Tabela 11) + (Tabela 12) + (Tabela 13) + (Tabela 14) + (Tabela 15) + (Tabela 16) + (Tabela 17) + (Tabela 18) + (Tabela 19) + (Tabela 20) + (Tabela 21) + (Tabela 22) + (Tabela 23) + (Tabela 24) + (Tabela 25) + (Tabela 26) + (Tabela 27) + (Tabela 28) + (Tabela 29) + (Tabela 30) + (Tabela 31) + (Tabela 32) + (Tabela 33) + (Tabela 34) + (Tabela 35) + (Tabela 36) + (Tabela 37) + (Tabela 38) + (Tabela 39) + (Tabela 40) + (Tabela 41) + (Tabela 42) + (Tabela 43) + (Tabela 44) + (Tabela 45) + (Tabela 46) + (Tabela 47) + (Tabela 48) + (Tabela 49) + (Tabela 50) + (Tabela 51) + (Tabela 52) + (Tabela 53) + (Tabela 54) + (Tabela 55) + (Tabela 56) + (Tabela 57) + (Tabela 58) + (Tabela 59) + (Tabela 60) + (Tabela 61) + (Tabela 62) + (Tabela 63) + (Tabela 64) + (Tabela 65) + (Tabela 66) + (Tabela 67) + (Tabela 68) + (Tabela 69) + (Tabela 70) + (Tabela 71) + (Tabela 72) + (Tabela 73) + (Tabela 74) + (Tabela 75) + (Tabela 76) + (Tabela 77) + (Tabela 78) + (Tabela 79) + (Tabela 80) + (Tabela 81) + (Tabela 82) + (Tabela 83) + (Tabela 84) + (Tabela 85) + (Tabela 86) + (Tabela 87) + (Tabela 88) + (Tabela 89) + (Tabela 90) + (Tabela 91) + (Tabela 92) + (Tabela 93) + (Tabela 94) + (Tabela 95) + (Tabela 96) + (Tabela 97) + (Tabela 98) + (Tabela 99) + (Tabela 100) + (Tabela 101) + (Tabela 102) + (Tabela 103) + (Tabela 104) + (Tabela 105) + (Tabela 106) + (Tabela 107) + (Tabela 108) + (Tabela 109) + (Tabela 110) + (Tabela 111) + (Tabela 112) + (Tabela 113) + (Tabela 114) + (Tabela 115) + (Tabela 116) + (Tabela 117) + (Tabela 118) + (Tabela 119) + (Tabela 120) + (Tabela 121) + (Tabela 122) + (Tabela 123) + (Tabela 124) + (Tabela 125) + (Tabela 126) + (Tabela 127) + (Tabela 128) + (Tabela 129) + (Tabela 130) + (Tabela 131) + (Tabela 132) + (Tabela 133) + (Tabela 134) + (Tabela 135) + (Tabela 136) + (Tabela 137) + (Tabela 138) + (Tabela 139) + (Tabela 140) + (Tabela 141) + (Tabela 142) + (Tabela 143) + (Tabela 144) + (Tabela 145) + (Tabela 146) + (Tabela 147) + (Tabela 148) + (Tabela 149) + (Tabela 150) + (Tabela 151) + (Tabela 152) + (Tabela 153) + (Tabela 154) + (Tabela 155) + (Tabela 156) + (Tabela 157) + (Tabela 158) + (Tabela 159) + (Tabela 160) + (Tabela 161) + (Tabela 162) + (Tabela 163) + (Tabela 164) + (Tabela 165) + (Tabela 166) + (Tabela 167) + (Tabela 168) + (Tabela 169) + (Tabela 1

[illegible]

[illegible]

NOME DO EMPREGADO	NOME DO EMPREGADOR	NOME DO EMPREGADO	NOME DO EMPREGADOR	INFORMAÇÕES GERAIS										INFORMAÇÕES DE CONTRATO										INFORMAÇÕES DE PAGAMENTO										INFORMAÇÕES DE RESCISÃO										NOME DO EMPREGADOR																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
				DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO		DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO

**Anexo II - ANEXO II - ETP - ENDEREÇOS-
CONTATOS_xlsx.pdf**

ENDEREÇOS/CONTATOS - UNIDADES 9ª REGIÃO FISCAL

UNIDADE	ENDEREÇO	CONTATO	E-MAIL
PARANÁ			
ALF/CURITIBA			
DMA/CTA	RUA GUSTAVO RATTMANN, 121 - BACACHERI - CEP 82.520-630 - CURITIBA/PR	EDI FÁTIMA RIBAS SOARES	edi-fatima.soares@rfb.gov.br
PVA/CTA	RUA CRUZ MACHADO, 350 - CEP 83.005-490 - SÃO JOSE DOS PINHAIS/PR	EDI FÁTIMA RIBAS SOARES	edi-fatima.soares@rfb.gov.br
ALF/PARANAGUÁ			
ALF/PGA	AVENIDA CORONEL JOSÉ LOBO, 2300 - OCEANIA - CEP 83.203-340 - PARANAGUÁ/PR	JONATAS MARQUES DE FREITAS	jonatas.freitas@rfb.gov.br
DMA/PGA	RUA PROFESSOR CLETO, 2450 - ALTO SÃO SEBASTIÃO - CEP 83.206.250 - PARANAGUÁ/PR	PABLO ALONSO TEIXEIRA DA SILVA	pablo.alonso-teixeira-silva@rfb.gov.br
DRF/MARINGÁ			
DRF/MGA	RUA XV DE NOVEMBRO, 527 - CENTRO - CEP 87.013-909 - MARINGÁ/PR	JORGE ABRAHIM	JORGE.ABRAHIM@rfb.gov.br
DMA1/MGA	AVENIDA GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA, 454 - ZONA 7 - CEP 87.020-090 - MARINGÁ/PR	JORGE ABRAHIM	JORGE.ABRAHIM@rfb.gov.br
DMA2/MGA	AVENIDA COLOMBO, 8987 - ZONA 6 - CEP 87.010-100 - MARINGÁ/PR	JORGE ABRAHIM	JORGE.ABRAHIM@rfb.gov.br
ARF/CMO	AVENIDA JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA, 1682 - CENTRO - CEP 87.300-410 - CAMPO MOURÃO/PR	LUANA MARIA KUBOSKI	luana.kuboski@rfb.gov.br
ARF/CIA	AVENIDA SANTA CATARINA, 383 - ZONA 1 - CEP 87.200-000 - CIANORTE/PR	LOURDES LENIR TURRA	Lourdes.Turra@rfb.gov.br
ARF/JSL	RUA JOSÉ MARIA DE PAULA RODRIGUES, 300 - CENTRO - CEP 86.900-000 - JANDAIA DO SUL/PR	KIOKO NOTOYA	kioko.notoya@rfb.gov.br
ARF/PVI	AVENIDA HEITOR DE ALENCAR FURTADO, 4047 - ZONA 1 - CEP 87.708-000 - PARANAVAÍ/PR	AGNALDO SARTORELLE	Aginaldo.Sartorelle@rfb.gov.br
ARF/UMU	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 4195 - ZONA 1 - CEP 87.501-170 - UMUARAMA/PR	ROBERTO CRISTIANO GUIMARÃES ELIAS	roberto.elias@rfb.gov.br
DRF/CASCABEL			
DRF/CVL	RUA RIO GRANDE DO SUL, 1289 - CENTRO - CEP 85.801-901 - CASCABEL/PR	RENATO MOROISHI	renato.moroishi@rfb.gov.br
DRF/CVL/ANEXO	RUA VISCONDE DE GUARAPUAVA, 1724 - CENTRO - CEP 85.801-160 - CASCABEL/PR	RENATO MOROISHI	renato.moroishi@rfb.gov.br
DRF/CVL/DMA	RUA GALIBIS, 213 - PARQUE SANTO ONOFRE - CEP 85.806-390 - CASCABEL/PR	RENATO MOROISHI	renato.moroishi@rfb.gov.br
DRF/CVL/PORTO SECO	RODOVIA BR 277, 576 - ANEXO PÁTIO FERROESTE - CENTRALITO - CEP 85.800-000 - CASCABEL/PR	RENATO MOROISHI	renato.moroishi@rfb.gov.br
ARF/FBO	RUA OTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1111 - COLÔNIA MISSÕES - CEP 85.601-030 - FRANCISCO BELTRÃO/PR	ONEIDE PARIZOTTO	Oneide.Parizotto@rfb.gov.br
ARF/PBO	RUA AIMORÉ, 389 - CENTRO - CEP 85.501-296 - PATO BRANCO/PR	VANDE MÁRCIO TSCHA	Vande.Tscha@rfb.gov.br
ARF/TLD	RUA RUI BARBOSA, 2510 - CENTRO - CEP 85.900-040 - TOLEDO/PR	JAMERSON LÚCIO DA SILVA	Jamerson-da.Silva@rfb.gov.br
ARF/MEA	RUA PEDRO SOCCOL, 581 - CENTRO - CEP 85.884-000 - MEDIANEIRA/PR	ADEMIR JOSÉ BALENA	Ademir.Balena@rfb.gov.br
DRF/PONTA GROSSA			
DRF/PTG	AVENIDA VISCONDE DE TAUNAY, 1051 - RONDA - CEP 84.051-000 - PONTA GROSSA/PR	VANESSA CLAUDINO GUIMARÃES	vanessa.c.guimaraes@rfb.gov.br
DRF/PTG/DMA	RUA MARQUÊS DO PARANÁ, 767 - RONDA - CEP 84.051-060 - PONTA GROSSA/PR	MARCELO MARCOS MARTINS	Marcelo.Marcos-Martins@rfb.gov.br
ARF/GAV	AVENIDA VICENTE MACHADO, 1272 - CENTRO - CEP 85.010-260 - GUARAPUAVA/PR	GUSTAVO RAICHERTH	Gustavo.Raicherth@rfb.gov.br
ARF/IBI	RUA PARANÁ, 10 - CENTRO - CEP 84.900-000 - IBAITI/PR	DAG VICENTINI SILVEIRA	Dag.Silveira@rfb.gov.br
ARF/IRA	RUA ALFREDO BUFREN, 582 - CENTRO - CEP 84.500-000 - IRATI/PR	EDSON MATTOS LEDESMA	Edson.Ledesma@rfb.gov.br
ARF/UVA	RUA CLOTÁRIO PORTUGAL, 622 - CENTRO - CEP 84.600-000 - UNIÃO DA VITÓRIA/PR	CASSIO LUIZ WOLLMANN MEYER	Cassio-Luiz.Meyer@rfb.gov.br
ALF/FOZ DO IGUAÇU			
ALF/FOZ	AVENIDA PARANÁ, 1227 - PÓLO CENTRO - CEP 85.863-720 - FOZ DO IGUAÇU/PR	DELCY PEREIRA CARVALHO FILHO	delcy.carvalho@rfb.gov.br
ALF/FOZ - PCVA	AVENIDA JOSÉ MARIA DE BRITO, 1621 - JARDIM DAS NAÇÕES - CEP 85.864-320 - FOZ DO IGUAÇU/PR	DELCY PEREIRA CARVALHO FILHO	delcy.carvalho@rfb.gov.br
ALF/FOZ- PIA	BR 277, s/nº - VILA PORTES - CEP 85.865-370 - FOZ DO IGUAÇU/PR	DELCY PEREIRA CARVALHO FILHO	delcy.carvalho@rfb.gov.br
ALF/FOZ - PTN	BR 469, s/nº - JARDIM VERANEIO - CEP 85.855-650 - FOZ DO IGUAÇU/PR	DELCY PEREIRA CARVALHO FILHO	delcy.carvalho@rfb.gov.br
IRF/GUAIRA+DMA	RUA CASTRO ALVES, 359 - CENTRO - CEP 85.980-000 - GUAÍRA/PR	DELCY PEREIRA CARVALHO FILHO	delcy.carvalho@rfb.gov.br
IRF/GUAIRA/SETE QUEDAS	RUA BANDEIRANTES, s/nº - PORTO LACUSTRE DE SETE QUEDAS - CEP 85.980-00 - GUAÍRA/PR	DELCY PEREIRA CARVALHO FILHO	delcy.carvalho@rfb.gov.br
IRF/SANTA HELENA	AVENIDA BRASIL, 1481 - CEP 85.892-000 - SANTA HELENA/PR	DELCY PEREIRA CARVALHO FILHO	delcy.carvalho@rfb.gov.br
DRF/LONDRINA			
DRF/LON	RUA BRASIL, 865 - CENTRO - CEP 86.010-200 - LONDRINA/PR	GENILDA AMORIM DE SOUZA	Genilda.Souza@rfb.gov.br
TERRENO	RUA ALAGOAS, s/nº - CENTRO - CEP 86.010-520 - LONDRINA/PR	GENILDA AMORIM DE SOUZA	Genilda.Souza@rfb.gov.br
DMA/LON	RUA AMÉLIA RISKALLAH ABIB TAUIL, 1417 - BAIRRO INDÚSTRIAS LEVES - CEP 86.030-290 - LONDRINA/PR	MURILO MOURE	MuriloMoure@rfb.gov.br
ARF/APU	RUA PONTA GROSSA, 1274 - CENTRO - CEP 86.800-030 - APUCARANA/PR	MARCELINO COLOMBO	marcelino.colombo@rfb.gov.br
ARF/ARP	AVENIDA ARAPONGAS, 1584 - CENTRO - CEP 86.700-140 - ARAPONGAS/PR	DENILSON GONSALES BERTOCHIO	Denilson.Bertochio@rfb.gov.br
ARF/CPO	AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 313 - CENTRO - CEP 86.300-000 - CORNÉLIO PROCÓPIO/PR	MÁRCIO SOARES CASSILHA DE OLIVEIRA	marcio.cassilha@rfb.gov.br
ARF/JCZ - IMÓVEL 1	AVENIDA MANOEL RIBAS, 215 - BAIRRO IBC - CEP 86.400-000 - JACAREZINHO/PR	CLÁUDIO MANOEL GALERANI	claudio.galerani@rfb.gov.br
ARF/JCZ - IMÓVEL 2	RUA 2 DE ABRIL, 08A - PLANTA MUNICIPAL - CEP 86.400-000 - JACAREZINHO/PR	CLÁUDIO MANOEL GALERANI	claudio.galerani@rfb.gov.br
SANTA CATARINA			
ALF/ITAJAÍ			
ALF/ITA	RUA DR PEDRO FERREIRA, 34 - CENTRO - CEP 88.301-030 - ITAJAÍ/SC	DILVANA APARECIDA DE SOUZA SEBASTIÃO	dilvana.sebastiao@rfb.gov.br
DMA/ITJ	RUA BLUMENAU, 1774 - BARRA DO RIO - CEP 88.305-104 - ITAJAÍ/SC	GLADEMIR VALENTIM SCOMAZZON	Glademir.Scomazzon@rfb.gov.br
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL			
ALF/SFS	RUA FERNANDES DIAS, 71 - CENTRO - CEP 89.240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL/SC	ALEXANDRE DE FREITAS	Alexandre.Freitas@rfb.gov.br
DRF/JOINVILLE			
DRF/JOI	RUA PREFEITO HELMUTH FALLGATER, 221 - BOA VISTA - CEP 89.205-300 - JOINVILLE/SC	MARCELO SILVA LAVANINI	marcelo.lavanini@rfb.gov.br
DMA/JOI	RUA TENENTE ANTONIO JOÃO, 2583 - JARDIM SOFIA - CEP 89.223-100 - JOINVILLE/SC	MARCELO SILVA LAVANINI	marcelo.lavanini@rfb.gov.br
ARF/CNS	RUA FREI MENANDRO KAMPS, 405 - CENTRO - CEP 89.460-000 - CANOINHAS/SC	FRANCIELE TISCHLER QUADROS	franciele.quadros@rfb.gov.br
ARF/MFR	AVENIDA PREFEITO FREDERICO HEYSE, 74 - SALA 1 - CENTRO - CEP 89.300-000 - MAFRA/SC	JONES HAMILTON OSTROVSKI	Jones.Ostroski@rfb.gov.br
ARF/JSL	RUA JOSÉ MARIA DE PAULA, 300 - CEP 86.900-000 - JANDAIA DO SUL/SC	LEONARDO DA SILVA GALVÃO	leonardo.galvao@rfb.gov.br
DRF/JOAÇABA			
DRF/JOA	RUA GETÚLIO VARGAS, 345 - CENTRO - CEP 89.600-000 - JOAÇABA/SC	RAFAEL CHARNOVSKI	Rafael.Charnovski@rfb.gov.br
DMA/JOA	RUA VEREADOR HAMILTON ANTONIO ROSSIN, s/N - CLARA ADÉLIA - CEP 89.600-000 - JOAÇABA/SC	RAFAEL CHARNOVSKI	Rafael.Charnovski@rfb.gov.br
ARF/CDR	RUA VICTOR BAPTISTA ADAMI, 32 - SALA 1 - CEP 89.500-139 - CAÇADOR/SC	RAFAEL CHARNOVSKI	Rafael.Charnovski@rfb.gov.br
ARF/CCA	RUA SANTA CATARINA, 83 - CEP 89.700-047 - CONCÓRDIA/SC	RAFAEL CHARNOVSKI	Rafael.Charnovski@rfb.gov.br
ARF/XAN	RUA OLÍMPIO JÚLIO TORTATO, 275 - CEP 89.820-000 - XANXERÊ/SC	RAFAEL CHARNOVSKI	Rafael.Charnovski@rfb.gov.br
ARF/CHA	RUA URUGUAI, 373-E - CEP 89.801-571 - CHAPECÓ/SC	RAFAEL CHARNOVSKI	Rafael.Charnovski@rfb.gov.br
ARF/SMO	RUA PADRE AURÉLIO CANZI, 1881 - CEP 89.90-000 - SÃO MIGUEL DO OESTE/SC	RAFAEL CHARNOVSKI	Rafael.Charnovski@rfb.gov.br
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA			
ALF/DIO + DMA	RUA REPÚBLICA ARGENTINA, 140 - CENTRO - CEP 89950-000 - DIONÍSIO CERQUEIRA/SC	CARLOS ALBERTO SPIECKER	Carlos.Spiecker@rfb.gov.br
ADUANA TURISMO	RUA REPÚBLICA ARGENTINA, s/nº - CENTRO - CEP 89.950-000 - DIONÍSIO CERQUEIRA/SC	CARLOS ALBERTO SPIECKER	Carlos.Spiecker@rfb.gov.br
ACI CARGAS	RODOVIA BR 163, 3500 - CENTRO - CEP 89.950-000 - DIONÍSIO CERQUEIRA/SC	CARLOS ALBERTO SPIECKER	Carlos.Spiecker@rfb.gov.br
ARF/SAS	AVENIDA RAMALHO PIVA, 78 - ENTRE RIOS - CEP 85.710-000 - SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/PR	ROMALINO CORBARI	romalino.corbari@rfb.gov.br
IRF/CAP	RUA PADRE CIRILO, 1212 - CENTRO - CEP 85.760-000 - CAPANEMA/PR	ADILSON BETONI	adilson.betoni@rfb.gov.br
IRF/CAP - ADUANA	RODOVIA PR 281, km 01 - FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA - CEP 85.760-000 - CAPANEMA/PR	ADILSON BETONI	
DRF/FLORIANÓPOLIS			
DRF & ALF/FNS	RUA CLAUDINO BENTO DA SILVA, 11 - CENTRO - CEP 88.010-135 - FLORIANÓPOLIS/SC	LAIZ GHIORZI VARELA JORGE	Laiz.Jorge@rfb.gov.br
DMA/FNS	RUA PEDRO COSTA DE CASTRO, s/nº - BR 101 - ROÇADO - CEP 88.100-000 - SÃO JOSÉ/SC	JORGE BERNARDO NETO	Jorge.Bernardo-Neto@rfb.gov.br
ARF/CRI	RUA DESEMBARGADOR PEDRO SILVA, 180 - CENTRO - CEP 88.802-186 - CRICIÚMA/SC	RUDIMAR MARIANO	rudimar.mariano@rfb.gov.br
ARF/TUB	RUA TUBALCAIN FARACO, 85 - 8º ANDAR - EDIFÍCIO CENTER PARK - CENTRO - CEP 88.701-150 - TUBARÃO/SC	DANIEL ANTÔNIO GONÇALVES JUNIOR	Daniel.Goncalves@rfb.gov.br
ARF/ARA	AVENIDA CORONEL JOÃO FERNANDES, 26 - CENTRO - CEP 88.900-003 - ARARANGUÁ/SC	LUIS GUSTAVO HOLTHAUSEN VIDAL	luis.vidal@rfb.gov.br
ARF/LAG	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - CEP 88.508-110 - LAGES/SC	SIDNEY DE ANDRADE	sidney.andrade1@rfb.gov.br
IRF/IMB	RUA DR JOÃO RIMSA, 490 - CENTRO - CEP 88.780-000 - IMBITUBA/SC	JULIANA PIZZETTI CARDOSO	juliana.p.cardoso@rfb.gov.br

**Anexo III - ANEXO III - ETP - IMR - MONITORAMENTO
ELETRONICO.pdf**



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 33/2021 – Pregão Eletrônico nº 01/2022

ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADORES	
Proporcionalidade ao atingimento de metas estabelecidas no IMR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir segurança patrimonial e pessoal nas dependências as SRRF09 e unidades administrativas vinculadas.
Meta a cumprir	Integralidade – 100% - dos serviços executados e dos equipamentos disponibilizados, adequados ao uso e à perspectiva da administração.
Instrumento de medição	Planilha de controle de serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades de execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração, com posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) – ou a glosa – pelo não atingimento.
Início de Vigência	Início da vigência do contrato: será formalizado no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês de referência.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 2 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura 3 a 4 ocorrências = 97% da meta = recebimento de 97,5% da fatura 5 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura
Sanções	A existência de 7 (sete) ou mais ocorrências no período avaliado será considerada como atingimento de 90% da meta, ensejando o recebimento de 90% da fatura e a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e seus anexos.
Observações	Os resultados contratados serão avaliados mensalmente como forma de medição da qualidade da prestação dos serviços. O ajuste no pagamento, se houver, será formalizado no primeiro ateste imediatamente subsequente à aplicação do mecanismo de cálculo. Apenas no primeiro mês de avaliação de resultados, serão utilizadas como critério para eventual ajuste de pagamento as tabelas “avaliação no primeiro mês da prestação dos serviços” e “avaliação mensal”. Nos demais meses de avaliação de resultados, será utilizada como critério para eventual ajuste de pagamento a tabela “avaliação mensal”.

TABELA I – FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO NO PRIMEIRO MÊS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS			
		SIM	NÃO	N/A	TOTAL
	Não apresentar cronograma geral de implantação do sistema de monitoramento eletrônico, layout de localização dos equipamentos e diagrama de cabeamento.				
	Não apresentar registro no CREA da empresa responsável pela instalação dos equipamentos de vigilância monitorada.				
	Não apresentar relação de todos os equipamentos e acessórios instalados em cada posto.				
	Não apresentar relação com endereços, telefones, fax, nome dos responsáveis para contato nas hipóteses de chamados de manutenção corretiva nas localidades onde forem instalados os equipamentos.				
	Não apresentar a garantia do contrato, nos termos e prazos estabelecidos no edital e seus anexos.				

AVALIAÇÃO MENSAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS			
		SIM	NÃO	N/A	TOTAL
	Não observar a periodicidade e o modo de execução dos serviços de monitoramento eletrônico, conforme estabelecido no TR				
	Não emitir relatório de assistência prestada tanto na manutenção corretiva quanto na preventiva.				
	Não manter as condições de habilitação.				
	Não cumprir determinações e notificações da Contratante.				
	Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências.				
	Não comunicar imediatamente à CONTRATANTE sempre que houver sinistro de qualquer natureza				

	Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.				
	Não zelar pelas instalações do órgão.				
	Qualidade de imagens em desacordo com as especificações.				
	Atraso para restabelecimento do sistema, quando da perda das funções básicas.				
	Má qualidade na prestação dos serviços de manutenção corretiva.				
	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.				

TABELA II – AJUSTES NO PAGAMENTO

Valor do contrato – mensal (A)	R\$ xxx.xxx,xx
Período	xx/xx/xx a xx/xx/xx
Número de ocorrências (B)	

Número de ocorrências/mês (B) Faixa IMR	Percentual de atingimento da meta (%) (C)	Fator INS (desconto) (A) x (C)	Valor a pagar Valor mensal - desconto
0 a 2	100%	R\$	R\$
3 a 4	97,5%	R\$	R\$
5 a 6	95%	R\$	R\$
7 ou mais	90%	R\$	R\$

Anexo IV - ANEXO IV - ETP - LOCAIS SERVIÇOS.pdf



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 33/2021 – Pregão Eletrônico nº 01/2022

ANEXO IV – Locais de Prestação dos Serviços

LOCALIDADES DO PARANÁ	
UNIDADE	ENDEREÇO
Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu – ALF/FOZ	
PCVA - Pátio de custódia de veículos apreendidos	Av. José Maria de Brito s/n Foz do Iguaçu – PR
PIA (entrada e saída); PIA (mirante) - Aduana junto à Ponte Internacional da Amizade – PIA	BR 277, s/n Foz do Iguaçu – PR
Prédio Sede ALF/Foz; Centro de Recepção; DMA 1; DMA 2 (barracão DIREP); Barracão de destruição; Garagem SETRANS, Guarita P4;	Av. Paraná nº 1227 – Jardim Polo Centro- CEP: 85864-385 Foz do Iguaçu – PR
PTN - Aduana junto à Ponte Tancredo Neves	BR 469, s/n, Foz do Iguaçu– PR
Inspetoria da Receita Federal em Guaíra; IRF – Guaíra -IRF/GIA	Rua Castro Alves, nº 359 - Centro - 85980-000
Inspetoria da Receita Federal em Santa Helena; IRF/SHA	Avenida Brasil nº 1.481 - Centro - CEP 85892-000
Alfândega da Receita Federal em Paranaguá – ALF/PGA	
Alfândega no Porto de Paranaguá	Av. Cel. José Lobo, 2.300 83203-340 - Paranaguá/PR
Prédio histórico e prédio anexo (CAC)	Av. Coronel José Lobo nº 2.300 – Oceania - Paranaguá – PR
DMA	Rua Professor Cleto nº 2.450 – Alto São Sebastião - Paranaguá - PR
Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal – SRRF09	
Prédio André de Barros (ESCOR/ESPEI/DIREP)	Rua André de Barros, 398, Centro, Curitiba-PR
Francisco Rocha (Depósitos e almoxarifado)	Rua Francisco Rocha, 1091, Bigorrrilho, Curitiba-PR
CEOAR (Hangar aeroporto Bacacheri)	Rua Cícero Jaime Bley, s/nº, Aeroporto Bacacheri, Curitiba-PR - Hangar 23
PVA Marechal	Marechal Floriano, 3401 - Centro/Curitiba
NUPAT XV de Nov. 608	Rua XV de Novembro, 608, Centro, Curitiba-PR.
Alfândega da Receita Federal em Curitiba – ALF/CTA (PVA em São José dos Pinhais-PR)	
DMA G Ratmann	Rua Gustavo Ratmann, 121, Bacacheri, Curitiba-PR
PVA SJP	Rua Cruz Machado, 151, São José dos Pinhais-PR.
Sede ALF João Negrão	Rua João Negrão, 246, Centro, Curitiba- PR, compreendendo o 1º e 2º andares.
Delegacia da Receita Federal em Curitiba – DRF/CTA (ARF em São José dos	

Pinhais-PR)	
Prédio INSS	Rua João Negrão, nº 21, 4º andar e João Negrão, nº 11, 8º e 15º andares. Centro, Curitiba-PR Obs: são duas portas de entrada diferentes em um mesmo prédio.
ARF/São José dos Pinhais	Rua Voluntários da Pátria, 365 - Centro 83005-020 - São José dos Pinhais-PR
Delegacia da Receita Federal em Cascavel – DRF/CVL (ARF's em Toledo, Francisco Beltrão, Pato Branco e Medianeira - PR)	
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel/PR	Rua Rio Grande do Sul, 1289 - Centro 85801-901 - Cascavel/PR
Depósito de Mercadorias Apreendidas da DRF/CVL (DMA) e Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (SAREP)	Rua Galibis, 213, Santo Onofre, Cascavel-PR
Pátio da Ferroeste	BR-277, Km 576, Cascavel-PR
Agência da Receita Federal em Francisco Beltrão	Endereço: Rua Otaviano Teixeira Santos, nº 1.111 - Centro CEP: 85601-030
Agência da Receita Federal em Medianeira	Agência da Receita Federal em Medianeira Avenida Pedro Soccol, 581 CEP 85884-000, Centro
Agência da Receita Federal em Pato Branco	Endereço: Rua Aymoré, 389 - Centro CEP: 85505-170
Agência da Receita Federal em Toledo	Endereço: Rua Rui Barbosa, nº 2510 - Centro CEP: 85900-040 - Toledo/PR
Inspetoria da Receita Federal em Capanema	
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Capanema-PR	Rua Padre Cirilo, 212, Centro, Capanema-PR
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Capanema-PR (Ponte)	Localidade de Porto Moisés Lupion, Capanema-PR
Agência da Receita Federal em Santo Antônio do Sudoeste – ARF/SAS	
Agência da Receita Federal do Brasil em Santo Antônio do Sudoeste-PR	Av. Ramalho Piva, 78, Entre Rios, Santo Antônio do Sudoeste-PR
Delegacia da Receita Federal em Londrina – DRF/LON (ARF's em Apucarana, Arapongas, Cornélio Procopio e Jacarezinho - PR)	
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina/PR– Edifício-sede	Rua Brasil, 865 - Centro CEP 86010-916
DRF/LON-Terreno; Estacionamento	Rua Alagoas, esquina com a Rua Uruguai – Londrina/PR (ao lado do edifício-sede);
DMA - Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Amélia Riskallah Abib Tauil, 1.427 - Londrina/PR;
Agência da Receita Federal do Brasil em Apucarana/PR	Rua Ponta Grossa, 1274 Centro - CEP 86800-030
Agência da Receita Federal do Brasil em Arapongas/PR	Avenida Arapongas, 1.584 – Arapongas/PR;
Agência da Receita Federal do Brasil em	Rua Paraná, 215 - Térreo –

Jacarezinho/PR	Jacarezinho/PR
Agência da Receita Federal do Brasil em Cornélio Procopio/PR	Av. XV de Novembro, 313 - Centro CEP 86300-000
Delegacia da Receita Federal em Ponta Grossa – DRF/PTG (ARF's em Irati, Ibaiti, Guarapuava e União da Vitória - PR)	
Edifício sede– DRF/PTG	Av. Visconde de Taunay, 1051 - Centro 84.051-902
DMA Antigo	Rua Marquês do Paraná, esquina com República do Panamá – Ponta Grossa/PR
DMA Novo	Rua Marquês do Paraná, 767 – Ponta Grossa/PR
Agência da Receita Federal em Guarapuava	Av. Vicente Machado, 1272 - Centro 85.010-260
Agência da Receita Federal em Ibaiti	Rua Paraná, 10 - Centro 84.900-000
Agência da Receita Federal em Irati	Rua Alfredo Bufrem, 582 - Centro 84.500-000
Agência da Receita Federal em União da Vitória	Rua Clotário Portugal, 622 - Centro 84.600-220
Delegacia da Receita Federal em Maringá – DRF/MGA (ARF's em Cianorte, Campo Mourão, Jandaia do Sul, Paranavaí e Umuarama - PR)	
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá-PR	Avenida XV de Novembro, 527, Centro CEP 87013-909
DMA I	Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, 454 – Centro, Maringá/PR
DMA II	Av. Colombo, 8987 – Maringá
Agência da Receita Federal do Brasil em Cianorte-PR	Avenida Santa Catarina, 383 CEP 87200-157
Agência da Receita Federal do Brasil em Campo Mourão	Rua Santa Catarina, 1.682 CEP 87300-410
Agência da Receita Federal do Brasil em Jandaia do Sul-PR	Rua José Maria de Paula Rodrigues, 300 CEP 86900-000
Agência da Receita Federal do Brasil em Paranavaí-PR	Avenida Heitor Alencar Furtado, 4.047 CEP 87708-000
Agência da Receita Federal do Brasil em Umuarama-PR	Avenida Presidente Castelo Branco, 4.195, Centro CEP 87501-170

LOCALIDADES DE SANTA CATARINA	
UNIDADE	ENDEREÇO
Alfândega da Receita Federal em Itajaí – ALF/ITJ	
Alfândega do Porto de Itajaí/SC – Casarão e Prédio anexo.	Rua Pedro Ferreira, 34 - Centro 88301-030 Itajaí
Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA	Rua Blumenau, n. 1.774, bairro Barra do Rio, Itajaí/SC
Alfândega da Receita Federal em Dionísio Cerqueira – ALF/DCA	
Alfândega da Receita Federal em Dionísio Cerqueira (sede)	Rua República Argentina, nº 140 - Centro - CEP - 89950-000
Alfândega da Receita Federal em Dionísio Cerqueira (DMA)	Rua República Argentina, nº 140 - Centro - CEP - 89950-000

Área de Controle Integrado (ACI) – ALF/DCA - ACI	BR 163, km 0, acesso ao “porto seco”; Dionísio Cerqueira/SC
Aduana Turismo/DCA	Rua Manoel Silva Dico, s/nº
Alfândega da Receita Federal em Florianópolis – ALF/FNS (IRF em Imbituba e DMA em São José - SC)	
Alfândega da Receita Federal em Florianópolis	Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 - Centro 88010-135 Florianópolis (SC) (mesmo endereço da DRF/FNS)
DMA/SJE - Depósito de Mercadorias Apreendidas em São José	Rua Pedro Costa de Castro, s/n – lateral BR-101 – Roçado – São José/SC
Inspetoria da Receita Federal em Imbituba	Rua João Rinsa, 490, Centro 88780-000 Imbituba- SC
Alfândega da Receita Federal no Porto de São Francisco do Sul – ALF/SFS	
Alfândega no Porto de São Francisco do Sul	Rua Fernandes Dias, 71 - Centro 89240-000 - São Francisco do Sul/SC
Delegacia da Receita Federal em Blumenau – DRF/BLU (ARF's em Rio do Sul, Brusque e Timbó - SC)	
Delegacia da Receita Federal em Blumenau	Rua Namy Deeke, 40 - Centro 89010-130 Blumenau/SC
Agência da Receita Federal em Brusque	Endereço: Rua Rodrigues Alves, nº 130 - Centro 88350-160 Brusque - Santa Catarina
Agência da Receita Federal em Rio do Sul/SC	Endereço: Rua 7 de Setembro, nº 286, CEP 89160-170, bairro Jardim América - Rio do Sul - SC
Agência da Receita Federal em Timbó	Rua General Osório, nº 311 - Centro 89120-000 - Timbó - SC
Delegacia da Receita Federal em Florianópolis – DRF/FNS (ARF'S em Tubarão, Criciúma e Araranguá - SC);	
Delegacia da Receita Federal em Florianópolis	Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 Centro 88010-135 Florianópolis (SC)
Agência da Receita Federal em Araranguá	Agência da Receita Federal em Araranguá Avenida Coronel João Fernandes nº 26 CEP 88900-000 - Centro
Agência da Receita Federal em Criciúma	Rua Desembargador Pedro Silva, nº 180, sala 7 CEP: 88802-186 – Centro - Criciúma- SC
Agência da Receita Federal em Tubarão	Rua Tubalcain Faraco, nº 85, 8º andar - Edifício Center Park - Centro CEP 88701-150
Agência da Receita Federal em Lages	Av. Presidente Vargas, 635 - Sagrado Coração de Jesus, Lages – Santa Catarina CEP 88508-110
Delegacia de Julgamento da Receita Federal da 9ª Região Fiscal - em Florianópolis – DRJ09/FNS	
DRJ09/FNS	Rua Claudino Bento da Silva, nº 11 Centro 88010-135 Florianópolis (SC) (mesmo endereço DRF/FNS)
Delegacia da Receita Federal em Joaçaba – DRF/JOA (ARF's em Caçador,	

Concórdia, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste - SC)	
Delegacia da Receita Federal em Joaçaba	Rua Getúlio Vargas, nº 345 CEP:89600-000
Depósito de mercadoria Apreendidas da DRF Joaçaba	Rua Vereador Hamilton Rossin, s/nº, Bairro Clara Adélia.
Agência da Receita Federal em Caçador	Rua Victor Baptista Adami, nº 32; Bairro Centro – Caçador/SC
Agência da Receita Federal em Concórdia	Rua Santa Catarina, nº 83 - Centro CEP: 89700-000
Agência da Receita Federal em Chapecó	Rua Uruguai, nº 373, E - Centro 89801-571 - Chapecó - SC
Agência da Receita Federal em São Miguel do Oeste	Rua Padre Aurélio Canzi, 1.881 - Centro CEP 89900-000 - São Miguel do Oeste/SC
Agência da Receita Federal em Xanxerê	Rua Olímpio Julio Tortato, 275 - Centro CEP 89820-000
Delegacia da Receita Federal em Joinville – DRF/JOI (ARF's em Jaraguá do Sul, Canoinhas e Mafra - SC)	
DRF/JOI – Delegacia da Receita Federal em Joinville	Rua Prefeito Helmuth Fallgater, 221, Bairro Boa Vista, CEP 89205-300, Joinville/SC
DMA/JOI– Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Tenente Antônio João, nº 2.583, Bairro Jardim Sofia, Joinville/SC.
Agência da Receita Federal em Jaraguá do Sul	Rua Expedicionário Gumercindo Silva, nº 90 - Centro, Jaraguá do Sul/SC.
Agência da Receita Federal em Canoinhas	Rua Frei Menandro Kamps, nº 405, Sala – Centro – Canoinhas/SC
Agência da Receita Federal em Mafra	Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 74, Sala 1 – Centro - Mafra/SC

**Anexo V - ANEXO V - ETP - PORTARIA DG-DPF 3233-
2012.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

(Alterada pela Portaria nº 3.258/2013 – DG/DPF, publicada no D.O.U em 14/01/2013)

(Alterada pela Portaria nº 3.559, publicada no D.O.U. em 10/06/2013)

Dispõe sobre as normas relacionadas às
atividades de Segurança Privada.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL,
no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25 do Anexo I da Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, e o art. 2º da Portaria nº 195, de 13 de fevereiro de 2009, ambas do Ministério da Justiça, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, no Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, na Portaria nº 2.494, de 3 de setembro de 2004, do Ministério da Justiça, e na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Portaria disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 1º As atividades de segurança privada serão reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e serão complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.

§ 2º A política de segurança privada envolve a Administração Pública e as classes patronal e laboral, observando os seguintes objetivos:

- I - dignidade da pessoa humana;
- II - segurança dos cidadãos;
- III - prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos;
- IV - aprimoramento técnico dos profissionais de segurança privada; e
- V - estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor.

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

II - transporte de valores: atividade de transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;

III - escolta armada: atividade que visa garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valor, incluindo o retorno da equipe com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários;

IV - segurança pessoal: atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários; e

V - curso de formação: atividade de formação, extensão e reciclagem de vigilantes.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria são utilizadas as seguintes terminologias:

I - empresa especializada: pessoa jurídica de direito privado autorizada a exercer as atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação;

II - empresa possuidora de serviço orgânico de segurança: pessoa jurídica de direito privado autorizada a constituir um setor próprio de vigilância patrimonial ou de transporte de valores, nos termos do art. 10, § 4º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

III - vigilante: profissional capacitado em curso de formação, empregado de empresa especializada ou empresa possuidora de serviço orgânico de segurança, registrado no DPF, e responsável pela execução de atividades de segurança privada; e

IV – Plano de segurança: documentação das informações que detalham os elementos e as condições de segurança dos estabelecimentos referidos no Capítulo V. (texto alterado pela Portaria nº 3.258/13-DG/DPF, publicada no D.O.U em 14/01/2013).

CAPÍTULO II DAS UNIDADES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 3º O controle e a fiscalização das atividades de segurança privada serão exercidos pelos órgãos e unidades abaixo indicados:

I - Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada - CCASP, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, presidido pelo Diretor-Executivo do DPF e, em suas faltas e impedimentos, pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, cuja composição e funcionamento são regulados pela Portaria nº 2.494, de 3 de setembro de 2004, do Ministério da Justiça;

II - Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada - CGCSP, unidade vinculada à Diretoria-Executiva do DPF, responsável pela coordenação das atividades de segurança privada, assim como pela orientação técnica e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada e Comissões de Vistoria;

III - Delegacias de Controle de Segurança Privada - Delesp, unidades regionais vinculadas às Superintendências de Polícia Federal nos Estados e no Distrito Federal, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada, no âmbito de suas circunscrições, cabendo-lhe ainda:

a) realizar a orientação técnica e a uniformização de procedimentos, em observância às normas e orientações gerais expedidas pela CGCSP;

b) manter permanente contato com as Comissões de Vistoria, para coordenação de esforços em âmbito regional; e

c) manifestar-se em relação a consultas e dúvidas efetuadas em matéria de controle de segurança privada, auxiliando, quando necessário, as Comissões de Vistoria, seguindo as normas e orientações gerais expedidas pela CGCSP;

IV - Comissões de Vistoria - CVs, unidades vinculadas às Delegacias de Polícia Federal descentralizadas, responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de segurança privada, no âmbito de suas circunscrições, presididas por um Delegado de Polícia Federal e compostas por, no mínimo, mais dois membros titulares e respectivos suplentes.

§ 1º As CVs, cujas atribuições são as constantes desta Portaria e demais normas internas do órgão, serão constituídas por ato do Superintendente Regional de Polícia Federal.

§ 2º O chefe da Delesp poderá propor, coordenar e monitorar operações de âmbito regional para fiscalização, realização de vistorias, e combate às atividades não autorizadas de segurança privada, contando, se necessário, com o auxílio da CGCSP.

§ 3º As CVs deverão encaminhar ao Chefe da Delesp e ao Chefe da Delegacia a que estiverem subordinadas, ao término de cada ano civil, informações sobre as operações de fiscalização, vistorias e atividades de combate às atividades não autorizadas de segurança privada realizadas no âmbito de sua circunscrição.

CAPÍTULO III DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS

Seção I Da Vigilância Patrimonial

Subseção I Dos Requisitos de Autorização

Art. 4º O exercício da atividade de vigilância patrimonial, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

II - provar que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de quinze vigilantes, devidamente habilitados;

IV - comprovar a posse ou a propriedade de, no mínimo, um veículo comum, com sistema de comunicação ininterrupta com a sede da empresa em cada unidade da federação em que estiver autorizada;

V - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento, separado das instalações físicas de outros estabelecimentos e atividades estranhas às atividades autorizadas;

b) dependências destinadas ao setor administrativo;

c) dependências destinadas ao setor operacional, dotado de sistema de comunicação;

d) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso;

e) vigilância patrimonial ou equipamentos elétricos, eletrônicos ou de filmagem, funcionando ininterruptamente; e

f) garagem ou estacionamento para os veículos usados na atividade armada.

VI - contratar seguro de vida coletivo.

§ 1º A comprovação, por parte da empresa, da contratação do seguro de vida coletivo e do efetivo mínimo de vigilantes deverá ser feita até sessenta dias após a publicação do alvará de autorização de funcionamento.

§ 2º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

Art. 5º As empresas que desejarem constituir filial em unidade da federação onde ainda não tiverem autorização de funcionamento deverão preencher todos os requisitos exigidos por esta Portaria para atividade pretendida, acrescidos dos documentos previstos no art. 147, incisos I e II, mediante requerimento de autorização apresentado na Delesp ou CV do local onde pretende constituir a filial, dispensando-se de processo autônomo de alteração de atos constitutivos.

§ 1º Autorização de funcionamento de filial será expedida por meio de alvará do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada publicado no DOU, referente às atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores ou cursos de formação, conforme o caso, devendo ser revista anualmente em processo autônomo.

§ 2º Após a publicação do alvará de autorização de funcionamento da filial, a empresa poderá solicitar autorização para outras atividades de segurança privada, sendo permitido aproveitar o tempo de atividade da matriz como requisito temporal para suas filiais.

§ 3º O requerimento para abertura de nova filial será apresentado à Delesp ou CV da circunscrição onde o interessado pretenda se instalar, instruído com os atos constitutivos já alterados e o número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da nova filial.

§ 4º Caso seja exigida autorização específica pelos órgãos oficiais para registro da nova filial, a Delesp ou CV expedirá ofício autorizando a requerente a registrar a referida alteração.

§ 5º O requerimento de abertura da nova filial a que se refere o § 3º deve ser protocolado em até trinta dias após a alteração do ato constitutivo, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento da taxa de autorização para alteração do ato constitutivo.

Art. 6º As empresas que desejarem constituir filial na mesma unidade da federação onde houver um estabelecimento da empresa já autorizado, não necessitarão de nova autorização do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, ficando, no entanto, obrigadas a requerer autorização de funcionamento à Delesp ou CV do local onde pretende constituir a filial, em um único procedimento, dispensando-se de processo autônomo de alteração de ato constitutivo.

§ 1º Para a autorização desta filial a empresa deve apresentar os documentos previstos no art. 147, incisos I e II, e comprovar apenas os requisitos relativos às instalações físicas da nova filial, mediante obtenção de certificado de segurança, previsto nos arts. 8º e 9º

§ 2º A revisão de autorização de funcionamento da empresa numa unidade da federação acarretará a revisão de todos os seus estabelecimentos na mesma unidade, sendo necessária a renovação dos certificados de segurança das filiais.

§ 3º O requerimento para abertura de nova filial será apresentado à Delesp ou CV da circunscrição onde o interessado pretenda se instalar, instruído com os atos constitutivos já alterados e o número de CNPJ da nova filial.

§ 4º Caso seja exigida autorização específica pelos órgãos oficiais para registro da nova filial, a Delesp ou CV expedirá ofício autorizando a requerente a registrar a referida alteração.

§ 5º O requerimento de abertura da nova filial a que se refere o § 3º deve ser protocolado em até trinta dias após a alteração do ato constitutivo, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento da taxa de autorização para alteração de ato constitutivo.

Art. 7º As empresas que desejarem criar outras instalações físicas na mesma unidade da federação onde houver um estabelecimento da empresa já autorizado, deverão requerer autorização de funcionamento destas instalações à Delep ou CV do local onde pretende criá-las.

§ 1º As outras instalações físicas, assim consideradas quaisquer dependências isoladas, com a finalidade de apoio às atividades da matriz ou filial, com CNPJ próprio ou utilizando CNPJ da matriz ou filial, e onde podem ser guardadas, no máximo cinco armas, não necessitam a expedição de certificado de segurança, devendo o local, no entanto, ser provido de cofre para a guarda do armamento.

§ 2º Caso a empresa pretenda alterar seu ato constitutivo para a inclusão de outras instalações, aplica-se o procedimento disposto no art. 6º, §§ 3º a 5º

§ 3º A revisão de autorização de funcionamento da empresa numa unidade da federação acarretará a revisão de todas as outras instalações na mesma unidade.

Subseção II ***Do Certificado de Segurança***

Art. 8º As empresas que pretenderem obter autorização de funcionamento nas atividades de segurança privada deverão possuir instalações físicas aprovadas pelo Delegado Regional Executivo - DREX da respectiva unidade da federação, após realização de vistoria pela Delep ou CV, devendo apresentar requerimento com comprovante de recolhimento da taxa de vistoria das instalações.

Art. 9º Após a verificação da adequação das instalações físicas do estabelecimento, a Delep ou CV emitirá relatório de vistoria, consignando a proposta de aprovação ou os motivos para a reprovação.

§ 1º Proposta a aprovação das instalações físicas pela Delep ou CV, o certificado de segurança será emitido pelo DREX, tendo validade até a próxima revisão de autorização de funcionamento do estabelecimento.

§ 2º A renovação do certificado de segurança constitui requisito para a revisão da autorização de funcionamento do estabelecimento, devendo ser requerida juntamente com o processo de revisão mediante a comprovação do recolhimento das taxas de vistoria das instalações e de renovação do certificado de segurança.

§ 3º Da decisão da Delep ou CV que reprovar as instalações físicas caberá recurso, em dez dias, dirigido ao DREX, a contar do recebimento da notificação.

§ 4º O recurso poderá ser instruído com a prova do saneamento das irregularidades apontadas.

§ 5º O DREX decidirá o recurso com base na documentação existente, podendo se valer de vistoria complementar, quando necessário.

§ 6º A reprovação definitiva ensejará a lavratura do auto de infração, correspondente à conduta descrita no art. 173, inciso IV, caso o certificado anterior já esteja vencido, ressalvada a hipótese do § 8º.

§ 7º Na hipótese de reprovação definitiva, o interessado somente poderá solucionar a irregularidade com a apresentação de novo requerimento.

§ 8º Caso o motivo da reprovação somente possa ser regularizado através da realização de mudança física no imóvel, o interessado terá trinta dias para ingressar com novo requerimento sem incidir na infração referida no § 6º, permanecendo suspenso o processo de revisão em andamento.

§ 9º Não será concedido novo prazo de trinta dias para saneamento da irregularidade de que trata o § 8º, caso o item reprovado já tiver sido discutido e resolvido em processo anterior.

Subseção III ***Do Processo de Autorização***

Art. 10. Para obter autorização de funcionamento, as empresas de vigilância patrimonial deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, anexando os seguintes documentos:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;

III - balanço ou balancete, assinado por contador ou técnico em contabilidade, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR, juntamente com os documentos em nome da empresa que comprovem a efetiva integralização dos bens ou recursos, como notas fiscais e documentos de propriedade de bens móveis, emitidos por órgãos competentes, escrituras de imóveis e comprovantes de saldo bancário;

IV - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, Título de Eleitor e Certificado de Reservista dos administradores, diretores, gerentes e sócios;

V - certidões negativas de registros criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes, das unidades da federação onde mantenham domicílio e pretendam constituir a empresa;

VI - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, nome e logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;

VII - declaração das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública federais e estaduais, e das guardas municipais ou das Delesp ou CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

VIII - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada, demonstrando o nome e a logomarca da empresa e o local de guarda de armas e munições;

IX - cópia do documento de posse ou propriedade de, no mínimo, um veículo comum para uso exclusivo da empresa, dotado de sistema de comunicação, identificado e padronizado, contendo nome e logotipo da empresa;

X - fotografias coloridas da parte da frente, lateral e traseira do veículo, demonstrando o nome e logomarca da empresa;

XI - autorização para utilização de frequência de rádio concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço; e

XII - comprovante de recolhimento da taxa de expedição de alvará de funcionamento da empresa de segurança, salvo na hipótese de autorização para nova atividade, nos termos do art. 147, § 5º.

§ 1º Na instrução do procedimento de autorização da empresa matriz, a Delesp ou CV deverá, obrigatória e previamente, ouvir os sócios ou proprietários, bem como proceder a outras diligências que se fizerem necessárias, visando obter as seguintes informações:

I - atividade econômica exercida anteriormente, se for o caso;

II - origem dos recursos financeiros apresentados para a formação e/ou constituição do capital social da empresa, vinculando-os ao total de quotas integralizadas no capital social;

III - eventual participação anterior ou atual em empresa de segurança privada cancelada, encerrada ou extinta, como sócio, diretor, administrador ou proprietário;

IV - razões pelas quais a empresa anterior foi cancelada, encerrada ou extinta, se for o caso;

V - existência de dívida fiscal, tributária, trabalhista ou em cartório de protesto de títulos em nome do declarante; e

VI - outros esclarecimentos considerados úteis.

§ 2º Analisadas as informações obtidas, a Delesp ou CV, considerando qualquer delas relevante para a instrução do processo, fará constar do parecer conclusivo as observações pertinentes, as quais, em sendo incompatíveis com a atividade de segurança privada, poderão implicar no indeferimento do pedido.

§ 3º A requerente poderá apresentar projeto de arte gráfica com proposta de identificação da fachada, dos veículos e do uniforme, em substituição às fotografias referidas no *caput*, incisos VI, VIII e X, devendo apresentar as fotografias após a publicação da autorização de funcionamento, no prazo de sessenta dias.

Art. 11. As empresas de vigilância patrimonial autorizadas a funcionar na forma desta Portaria deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação.

Subseção IV Do Processo de Revisão de Autorização

Art. 12. Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas de vigilância patrimonial deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada instruído com:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, autorizados pelo DPF e registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos utilizados;

III - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

IV - certificado de segurança válido, inclusive de suas filiais na mesma unidade da federação;

V - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta Portaria;

VI - balanço ou balancete, assinado por contador ou técnico em contabilidade, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR;

VII - certidões negativas de registros criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes de onde mantenham domicílio e da sede da empresa na unidade da federação; e

VIII - autorização para utilização de frequência de rádio concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço.

§ 1º Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão, a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

§ 2º As empresas que possuírem autorizações específicas em escolta armada ou segurança pessoal deverão observar também os requisitos referentes a essas atividades.

Subseção V Dos Procedimentos

Art. 13. Os processos administrativos de primeira autorização de funcionamento em cada unidade da federação serão, depois de analisados e instruídos pela Delesp ou CV, encaminhados à CGCSP com parecer conclusivo.

§ 1º Após o saneamento do processo, a Divisão de Análise de Processos e Expedição de Documentos - DAPEX/CGCSP, consignará:

I - a proposta de aprovação; ou

II - os motivos que ensejaram o arquivamento ou o indeferimento do pedido, adotando-se o procedimento previsto no art. 200.

§ 2º Proposta a aprovação, o Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada decidirá sobre o pedido.

§ 3º Da decisão de arquivamento ou indeferimento do processo proferida pela DAPEX/CGCSP caberá recurso, no prazo de dez dias, ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada.

§ 4º Os alvarás expedidos pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada terão validade de um ano, a partir da data de sua publicação no DOU, autorizando a empresa a funcionar nos limites da unidade da federação para a qual foram expedidos.

§ 5º O requerimento de revisão da autorização de funcionamento deverá ser apresentado pelo menos sessenta dias antes da data do vencimento da autorização que estiver em vigor.

§ 6º Protocolado o requerimento no prazo disposto no § 5º e não havendo qualquer decisão até a data de vencimento da autorização em vigor, poderá ser expedida declaração da situação processual pela CGCSP.

§ 7º Para os efeitos desta Portaria, considera-se a abertura de filial em unidade da federação onde a empresa não possua autorização do DPF, como nova autorização de funcionamento, devendo ser revista anualmente em processo autônomo da matriz, nos termos do art. 5º.

Art. 14. Os processos de autorização de nova atividade e de revisão da autorização de funcionamento serão encaminhados à CGCSP sem a necessidade de parecer conclusivo da Delesp ou CV, exceto quando for necessária ou conveniente sua manifestação sobre situações de fato que poderão influenciar na análise do pedido, aplicando-se os procedimentos previstos no art. 13.

Parágrafo único. Terá efeito suspensivo o recurso interposto contra a decisão de arquivamento ou indeferimento de processo de revisão de autorização de funcionamento.

Art. 15. As empresas que protocolarem o pedido de revisão da autorização de funcionamento tempestivamente, no prazo do art. 13, § 5º, presumem-se em funcionamento

regular enquanto o processo estiver em trâmite, desde que não haja outra causa que impeça seu funcionamento.

§ 1º Os pedidos de revisão protocolados intempestivamente não acarretam a presunção de funcionamento regular da empresa durante o trâmite procedimental.

§ 2º Para a empresa que protocolar pedido de revisão de autorização de funcionamento fora do prazo do art. 13, § 5º, mas ainda antes do vencimento da autorização em vigor, não será lavrado auto de constatação de infração pelo funcionamento sem autorização até a decisão final do processo protocolado.

§ 3º A decisão favorável no procedimento de que trata o § 2º impedirá a lavratura de auto de constatação de infração pelo funcionamento da interessada sem autorização, aplicando-se, contudo, a penalidade referente à conduta descrita no art. 169, inciso XVII.

Art. 16. Aplica-se o disposto nos artigos 13, 14, 15 às empresas especializadas autorizadas a exercer atividades de transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e curso de formação, bem como às empresas possuidoras de serviço orgânico de segurança.

Subseção VI ***Da Atividade***

Art. 17. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.

§ 1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível.

§ 2º Os equipamentos e sistemas eletrônicos utilizados na forma do § 1º somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.

§ 3º As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizados por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983.

Art. 18. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados e, nos casos de atuação em eventos sociais, como show, carnaval, futebol, deve se ater ao espaço privado objeto do contrato.

Art. 19. A atividade de vigilância patrimonial em grandes eventos, assim considerados aqueles realizados em estádios, ginásios ou outros eventos com público superior a três mil pessoas deverão ser prestadas por vigilantes especialmente habilitados.

Parágrafo único. A habilitação especial referida no *caput* corresponderá ao curso de extensão em segurança para grandes eventos, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilantes, em conformidade ao disposto nesta Portaria.

Seção II

Do Transporte de Valores

Subseção I

Dos Requisitos de Autorização

Art. 20. O exercício da atividade de transporte de valores, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, através de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;
- II - prova de que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;
- III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de dezesseis vigilantes com extensão em transporte de valores;
- IV - comprovar a posse ou propriedade de, no mínimo, dois veículos especiais;
- V - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:
 - a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento, separado das instalações físicas de outros estabelecimentos e atividades estranhas às atividades autorizadas;
 - b) dependências destinadas ao setor administrativo;
 - c) dependências destinadas ao setor operacional, dotado de sistema de comunicação;
 - d) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira, reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso;
 - e) garagem exclusiva para, no mínimo, dois veículos especiais de transporte de valores;
 - f) cofre para guarda de valores e numerários com dispositivos de segurança;
 - g) alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com órgão policial próximo ou empresa de segurança privada;
 - h) vigilância patrimonial e equipamentos elétricos, eletrônicos ou de filmagem, funcionando ininterruptamente; e

i) sistema de comunicação próprio, que permita a comunicação ininterrupta entre seus veículos e a sede da empresa em cada unidade da federação em que estiver autorizada; e

VI - contratar seguro de vida coletivo.

§ 1º Caso adote um sistema de comunicação complementar, a empresa deverá comprovar a sua aquisição à Delesp ou CV, que fará comunicação à CGCSP.

§ 2º A comprovação, por parte da empresa, da contratação do seguro de vida coletivo e do efetivo mínimo de vigilantes deverá ser feita até sessenta dias após a publicação do alvará de funcionamento.

§ 3º O objeto social da empresa deverá estar relacionado somente às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

§ 4º As empresas de transportes de valores deverão utilizar, ainda, sistema de comunicação que permita ligação entre os vigilantes componentes da equipe quando em deslocamento externo, na forma e no prazo estabelecido pela CGCSP.

Art. 21. As empresas que desejarem constituir filial ou outras instalações na mesma unidade da federação onde houver estabelecimento da empresa já autorizado, não necessitarão de nova autorização do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, ficando, no entanto, obrigadas a proceder conforme o art. 6º.

Art. 22. Além do disposto no art. 7º, as outras instalações das empresas transportadoras de valores poderão guardar em seu interior, em local seguro, até dois veículos especiais com seu respectivo armamento.

Subseção II ***Do Certificado de Segurança***

Art. 23. O interessado que pretender autorização para funcionamento de empresa de transporte de valores deverá possuir certificado de segurança, conforme estabelecido nos arts. 8º e 9º.

Subseção III ***Do Certificado de Vistoria***

Art. 24. Os veículos especiais utilizados pelas empresas de transporte de valores deverão possuir certificado de vistoria, cuja expedição ou renovação deverá ser requerida pelo interessado à Delesp ou CV da circunscrição do estabelecimento ao qual o veículo especial estiver vinculado, desde que esteja com a autorização de funcionamento em vigor, devendo anexar:

I - cópia do documento que comprove a posse ou propriedade do veículo especial;

II - cópias dos certificados de conformidade;

III - cópia da documentação que comprove a regularidade junto ao órgão de trânsito competente; e

IV - comprovante do recolhimento da taxa de vistoria de veículo especial de transporte de valores.

§ 1º O veículo especial deverá ser identificado e padronizado, contendo nome e logotipo da empresa, dotado de sistema que permita a comunicação ininterrupta com a sede da empresa em cada unidade da federação em que estiver autorizada, e atender às especificações técnicas de segurança contidas nesta Portaria.

§ 2º A Delesp ou CV, após analisar o requerimento de vistoria do veículo especial, comunicará ao interessado a data, horário e local em que será realizada a vistoria.

§ 3º Não será expedido certificado de vistoria para os veículos especiais que não estiverem em perfeitas condições de uso.

§ 4º A não apresentação injustificada do veículo para vistoria ensejará a reprovação do pleito do requerente.

Art. 25. Após a vistoria do veículo especial, a Delesp ou CV emitirá relatório, consignando a proposta de aprovação ou os motivos que ensejaram a reprovação.

§ 1º Proposta a aprovação do veículo especial pela Delesp ou CV, o certificado de vistoria será autorizado e emitido pelo DREX, tendo validade de um ano.

§ 2º O requerimento de renovação do certificado de vistoria deverá ser apresentado no prazo de até trinta dias antes da data do seu vencimento, devendo ser instruído com os documentos previstos no art. 24, além das taxas de vistoria e de renovação do certificado de vistoria.

§ 3º Da decisão da Delesp ou CV que reprovar a vistoria caberá recurso, em dez dias, dirigido ao DREX, a contar do recebimento da notificação.

§ 4º O recurso poderá ser instruído com a prova do saneamento das irregularidades apontadas.

§ 5º O DREX decidirá o recurso com base na documentação existente, podendo se valer de vistoria complementar, quando necessário.

§ 6º A decisão definitiva de reprovação ensejará a lavratura do auto de infração correspondente, caso o veículo já esteja com o certificado de vistoria anterior vencido ou não atenda às especificações técnicas mínimas exigidas para a aprovação.

§ 7º Na hipótese de reprovação definitiva, o interessado somente poderá solucionar a irregularidade por meio da apresentação de novo requerimento.

Art. 26. Os veículos especiais de transporte de valores somente poderão trafegar acompanhados da via original ou cópia autenticada do respectivo certificado de vistoria, afixado na parte de dentro do vidro do veículo.

Subseção IV
Das Especificações de Segurança dos Veículos

Art. 27. As blindagens utilizadas nos veículos especiais de transporte de valores são classificadas quanto ao nível de proteção, conforme tabela disposta no Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105):

Nível	Munição	Energia Cinética(Joules)	Grau de Restrição
I	.22 LRHV Chumbo	133 (cento e trinta e três)	Uso permitido
	.38 Special RN Chumbo	342 (trezentos e quarenta e dois)	
II-A	9 FMJ	441 (quatrocentos e quarenta e um)	
	.357 Magnum JSP	740 (setecentos e quarenta)	
II	9 FMJ	513 (Quinhentos e treze)	
	.357 Magnum JSP	921 (novecentos e vinte e um)	
III-A	9 FMJ	726 (setecentos e vinte e seis)	Uso restrito
	.44 Magnum SWC Chumbo	1.411 (um mil quatrocentos e onze)	
III	7,62 FMJ (.308 Winchester)	3.406 (três mil quatrocentos e seis)	
IV	.30-06 AP	4.068 (quatro mil e sessenta e oito)	

Art. 28. Sem prejuízo do atendimento das normas emanadas do órgão de trânsito competente, os veículos especiais de transporte de valores deverão atender aos seguintes requisitos técnicos básicos:

I - cabine e compartimento da equipe, dotados de blindagem opaca com blindagem nível III, mesmo que resultante da sobreposição de blindagens diversas, desde que comprovado o atingimento do nível adequado nos termos do disposto no art. 32;

II - compartimento do cofre dotado de blindagem opaca, no mínimo nível II-A;

III - para-brisa dotado de blindagem transparente nível III;

IV - visores dotados de blindagem transparente nível III em ambos os lados da cabine, que permitam à equipe ver com segurança;

V - sistema de escotilha que permita o tiro do interior, com um mínimo de quatro seteiras e com aberturas que possibilitem ângulos de tiro mergulhantes de no máximo quarenta e cinco graus;

VI - portas com o mesmo padrão de blindagem referido no inciso I, equipadas com fechaduras sem comando externo para os trincos;

VII - para-choques que não contenham dispositivos externos que facilitem o atrelamento;

VIII - sistema de ar condicionado ou climatizador;

IX - sistema de comunicação em ligação permanente com a base da empresa;

X - compartimento do cofre dotado de fechadura randômica, por acionamento remoto ou outra prevista nos termos do art. 30, parágrafo único; e

XI - sistema de comunicação que permita ligação entre os vigilantes componentes da equipe quando em deslocamento externo ao veículo, nos termos do art. 20, § 4º.

Parágrafo único. Os veículos especiais de transporte de valores devem ser mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Art. 29. Poderão ser utilizados como veículos especiais de transporte de valores, depois de adaptados segundo as especificações desta Portaria, os seguintes tipos de veículos automotores previstos no Código de Trânsito Brasileiro, e em suas regulamentações:

I - caminhão;

II - camioneta; e

III - unidade tratora de veículo articulado (cavalo mecânico).

§ 1º No caso de utilização do veículo descrito no inciso III, destinado ao transporte de cargas valiosas que não possam ou não seja conveniente realizar o transporte pelos veículos descritos nos incisos I e II, não serão aplicáveis os requisitos técnicos básicos previstos no art. 28, incisos II e X, os quais serão substituídos pelos seguintes:

I - monitoramento através de sistema de posicionamento que permita a localização e o controle do trajeto do veículo durante o transporte;

II - dispositivo de desatrelamento remoto do engate do semirreboque (quinta-roda), conectado ao dispositivo descrito no inciso I, de modo que não se permita o seu desatrelamento por comando manual direto ou fora da área de cobertura monitorada; e

III - dispositivo de abertura das portas do semirreboque dotado de fechadura randômica, por acionamento remoto ou outra prevista nos termos do art. 30, parágrafo único.

§ 2º As seteiras e os visores blindados do veículo descrito no inciso III devem alcançar também a região traseira do veículo, de modo a impedir o acesso indevido ao dispositivo de engate do veículo trator (cavalo mecânico) ao semirreboque (quinta-roda).

§ 3º Nas regiões onde a malha viária não favoreça o trânsito de veículos de grande porte ou quando houver interesse no uso de veículos diferenciados, podem ser utilizados como veículos especiais de transportes de valores caminhões ou camionetas de proporções reduzidas, devidamente adaptados nos termos do art. 28, a fim de propiciar a distribuição e o fornecimento adequado do meio circulante da forma mais ampla possível.

§ 4º O disposto no § 1º, incisos I e II, não se aplica aos veículos de outros tipos utilizados como veículos especiais de transportes de valores, desde que autorizados pelo DPF antes da publicação desta Portaria e em conformidade com as normas vigentes à época da autorização.

Art. 30. São considerados equipamentos opcionais nos veículos especiais de transporte de valores:

I - luzes intermitentes ou rotativas, de cor âmbar;

II - divisórias e portas internas, exceto a divisória que separa o compartimento da guarnição do cofre e a respectiva porta, quando o cofre não for dotado de blindagem opaca idêntica à do restante do veículo;

III - escudos para proteção individual, com a blindagem idêntica à mencionada no art. 28, inciso I, que deverão medir, no mínimo, 0,60 x 0,90 metros, ter espessura máxima de 31 milímetros, e peso máximo de 30 quilogramas;

IV - capacetes balísticos; e

V - outros equipamentos de defesa, individual ou coletiva, da guarnição.

Parágrafo único. Outros equipamentos opcionais serão submetidos, preliminarmente, à consideração da CCASP e, se indicado para testes, terão seus requisitos técnicos básicos fixados pela CGCSP.

Art. 31. A guarnição do veículo especial de transporte de valores será de quatro vigilantes, no mínimo, incluindo o condutor do veículo.

Art. 32. Os materiais utilizados na montagem ou fabricação das blindagens serão classificados e autorizados conforme prescrito no art. 27, depois de submetidos ao órgão competente do Comando do Exército responsável pela emissão do respectivo Relatório Técnico Experimental - ReTEx, segundo os critérios da NBR 15000, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 33. Os requisitos técnicos básicos da blindagem do veículo especial de transportes de valores serão comprovados por certificado de conformidade expedido pelo montador referente ao serviço e materiais utilizados.

§ 1º O certificado de conformidade, fornecido com numeração própria do montador, conterá:

I - o número identificador do relatório técnico experimental referente ao material de proteção balística utilizado na montagem do veículo, expedido pelo Comando do Exército;

II - a identificação do fabricante do material utilizado na montagem do veículo, mediante fornecimento da razão social, CNPJ, endereço e número do respectivo título de registro;

III - a completa identificação do montador do veículo, mediante fornecimento da razão social, CNPJ, endereço e número do respectivo título de registro ou certificado de registro;

IV - a identificação do veículo em que serão montadas as peças de proteção balística, por intermédio do chassi, tipo, marca, ano e placa do veículo;

V - a identificação e a descrição das peças de proteção balística utilizadas, atestando o nível de blindagem nos termos da tabela do art. 27, as dimensões da peça e o local de instalação da proteção balística; e

VI - a data de montagem e a data de expedição do certificado.

§ 2º O local de instalação da peça de proteção balística será descrito considerando, no mínimo, as seguintes partes do veículo especial de transporte de valores:

I - parede frontal da cabine;

II - teto da cabine e do compartimento da guarnição;

III - piso da cabine e do compartimento da guarnição;

IV - lateral direita da cabine e do compartimento da guarnição;

V - lateral esquerda da cabine e do compartimento da guarnição;

VI - divisória entre o cofre e o compartimento da guarnição;

VII - teto da área do cofre;

VIII - piso da área do cofre;

IX - lateral direita da área do cofre;

X - lateral esquerda da área do cofre;

XI - parede traseira do veículo;

XII - para-brisa;

XIII - visores traseiros;

XIV - visores laterais direitos da cabine e do compartimento da guarnição; e

XV - visores laterais esquerdos da cabine e do compartimento de guarnição.

§ 3º O montador do veículo especial de transporte de valores que utilizar material balístico de dois ou mais fabricantes deverá especificar, no certificado de conformidade, a identificação completa de todos os fabricantes, assim como o local de utilização de cada peça de proteção balística, na forma do § 1º.

Art. 34. Para os veículos montados até 31 de janeiro de 2011 devem ser aceitos, também, os materiais balísticos fabricados conforme parâmetros definidos no art. 1º da Portaria nº 1.264, de 29 de setembro de 1995, do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Caso sejam empregados novos materiais balísticos nos veículos mencionados no *caput*, deverão ser atendidos os parâmetros dos arts. 27 e 28.

Art. 35. Para veículos montados até 19 de janeiro de 2010 deverá ser expedido novo certificado de conformidade, nos termos das especificações elencadas no art. 33, no prazo de cinco anos a contar daquela data.

§ 1º Durante o prazo especificado no *caput* serão aceitos os atuais certificados de qualidade e conformidade dos veículos especiais, exceto se, havendo validade lançada nos documentos, esta estiver expirada.

§ 2º O ReTex elaborado segundo os parâmetros estabelecidos pela Portaria nº 1.264, de 1995, do Ministério da Justiça, será aceito para expedição do novo certificado de conformidade referido no *caput*.

Art. 36. Para os veículos novos, assim considerados aqueles montados após 19 de janeiro de 2010 e que tenham utilizado materiais balísticos cujo ReTex tenha sido elaborado conforme parâmetros do artigo 27, o certificado de conformidade será aceito nas vistorias do DPF pelo prazo máximo de dez anos quanto à proteção balística opaca, e cinco anos quanto à proteção balística transparente, a contar da data de expedição do certificado.

§ 1º Antes de expirado o prazo citado no *caput*, deverá o veículo ser submetido à reavaliação do material cujo certificado se expirará, perante montador com título de registro ou certificado de registro, o qual expedirá novo certificado de conformidade quanto ao material vistoriado.

§ 2º O certificado de conformidade de revalidação poderá ser sucinto, devendo conter:

I - menção ao certificado de conformidade original do veículo;

II - indicação das partes e blindagens submetidas à reavaliação, nos termos do art. 33, § 2º;

III - eventual troca ou reposição de elementos de blindagem, indicando todos os itens constantes do art. 33, § 1º, incisos I, II e V; e

IV - data da vistoria e data de expedição do certificado de conformidade.

Art. 37. O certificado de conformidade expedido na forma do art. 36, § 2º, será aceito pelo DPF em suas vistorias pelo prazo máximo de três anos para as blindagens transparentes e cinco anos para as blindagens opacas, a contar da data de sua expedição, sendo arquivado o certificado de conformidade original, à disposição da fiscalização.

Parágrafo único. Quando empregados elementos de blindagem novos em toda a blindagem transparente ou em toda a blindagem opaca, o certificado será aceito nas vistorias por cinco anos para as blindagens transparentes e dez anos para as blindagens opacas.

Art. 38. O certificado de conformidade expedido após o prazo de validade definido nos arts. 35 e 36 expressamente atestará, além dos elementos citados no art. 33, § 1º, a manutenção da eficiência da proteção balística existente, fazendo referência ao número do certificado de conformidade original, que acompanhará o novo documento.

Art. 39. Quaisquer modificações ou substituições nas peças de proteção balística ou na forma de montagem do veículo especial de transporte de valores, efetuadas durante o período de validade do certificado de conformidade deverão ser atestadas por outro certificado de conformidade complementar, referente apenas às partes alteradas, o qual acompanhará o certificado de conformidade original do veículo, sempre fazendo referência à numeração deste.

Parágrafo único. Caso a blindagem do veículo especial seja avariada em virtude de disparos de arma de fogo ou acidente automobilístico, sendo possível sua reparação, esta deverá ser realizada pelo montador, que expedirá novo certificado de conformidade na forma do *caput*, sendo submetida à nova vistoria perante a DELESP ou CV.

Art. 40. As empresas manterão em arquivo todos os certificados de conformidade expedidos para cada veículo especial de transporte de valores, que poderão ser solicitados a qualquer tempo para fins de fiscalização e controle.

Art. 41. A execução das blindagens a que se refere esta Portaria será realizada por empresa especializada nessa modalidade de serviço, com registro no Comando do Exército.

Art. 42. O DPF expedirá certificado de vistoria para os veículos especiais de transporte de valores mediante apresentação do veículo para vistoria e dos certificados de conformidade vigentes, juntamente com os certificados de conformidade anteriores, se houver, na forma do art. 40.

Art. 43. Será permitida, em razão do desgaste pelo uso, a substituição da carroceria do veículo especial, sendo necessária a expedição de um novo certificado de conformidade para o veículo submetido a esta operação, nos termos do art. 33.

§ 1º O certificado de conformidade referido no *caput* receberá nova numeração e será aceito nas vistorias do DPF pelo prazo máximo de dez anos quanto à proteção balística opaca e cinco anos quanto à proteção balística transparente, a contar da data de sua expedição.

§ 2º Caso não haja substituição das peças de proteção balística do veículo especial, o certificado de conformidade expedido será aceito pelo prazo máximo de cinco anos quanto à proteção balística opaca e três anos quanto à proteção balística transparente, a contar da data de sua expedição.

Art. 44. A possibilidade de troca dos chassis dos veículos especiais de transportes de valores é regulada segundo as normas das autoridades de trânsito competentes e, quando permitida, sua realização ensejará a expedição de novo certificado de conformidade, que será apensado ao certificado original, fazendo menção à sua numeração, sendo aceito pelo DPF em suas vistorias por três anos para as blindagens transparentes e cinco anos para as blindagens opacas, a contar da data de expedição do documento.

Art. 45. Independentemente dos prazos de aceitação dos documentos expressos nesta Portaria, é de responsabilidade da empresa de transporte de valores a manutenção dos veículos em perfeito estado inclusive quanto à eficiência da proteção balística empregada.

Parágrafo único. Caso a blindagem apresente sinais externos de deterioração ou alteração indevida, o veículo será reprovado durante a vistoria do DPF, independentemente da data de expedição do respectivo certificado de conformidade.

Subseção V ***Do Processo de Autorização***

Art. 46. Para obter autorização de funcionamento, as empresas de transporte de valores deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, anexando os seguintes documentos:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;

III - balanço ou balancete, assinado por contador ou técnico em contabilidade, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR, juntamente com os documentos em nome da empresa que comprovem a efetiva integralização dos bens ou recursos, como notas fiscais e documentos de propriedade de bens móveis, emitidos por órgãos competentes, escrituras de imóveis e recibos de depósitos ou transferências bancárias de valores;

IV - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no CPF, Título de Eleitor e Certificado de Reservista dos administradores, diretores, gerentes e sócios;

V - certidões negativas de registros criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes, das unidades da federação onde mantenham domicílio e pretendam constituir a empresa;

VI - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, nome e logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente e costas do vigilante devidamente fardado;

VII - declaração das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública federais e estaduais e das guardas municipais ou das Delesp e CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

VIII - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada demonstrando o nome e a logomarca da empresa e do local de guarda de armas e munições;

IX - cópia dos documentos de posse ou propriedade de, no mínimo, dois veículos especiais de transporte de valores de uso exclusivo, dotados de sistema de comunicação, identificados e padronizados, contendo nome e logotipo da empresa;

X - fotografias coloridas dos veículos especiais, demonstrando o nome e logomarca da empresa, da frente, lateral e traseira;

XI - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço; e

XII - comprovante de recolhimento da taxa de expedição de alvará de funcionamento da empresa de segurança, salvo na hipótese de autorização para nova atividade, nos termos do art. 147, § 5º.

Parágrafo único. A requerente poderá apresentar projeto de arte gráfica com proposta de identificação da fachada, dos veículos e do uniforme, em substituição às fotografias referidas nos incisos VI, VIII e X, devendo apresentar as fotografias após a publicação da autorização de funcionamento, no prazo de sessenta dias.

Art. 47. As empresas de transporte de valores autorizadas a funcionar na forma desta Portaria deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação.

Subseção VI ***Do Processo de Revisão de Autorização***

Art. 48. Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas de transporte de valores deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, instruído com:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, autorizados pelo DPF e registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos especiais utilizados;

III - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

IV - certificado de segurança válido, inclusive de suas filiais na mesma unidade da federação;

V - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta Portaria;

VI - balanço ou balancete, assinado por contador ou técnico em contabilidade, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR;

VII - certidões negativas de registros criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes de onde mantenham domicílio e da sede da empresa na unidade da federação; e

VIII - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço.

§ 1º Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão, a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

§ 2º Os veículos especiais deverão estar com os certificados de vistoria válidos.

§ 3º As empresas que possuem autorizações específicas em escolta armada ou segurança pessoal deverão observar também os requisitos respectivos destas atividades.

Subseção VII Da Atividade

Art. 49. As empresas de transporte de valores não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.

§ 1º A autorização para o funcionamento de empresa de transporte de valores inclui a possibilidade de realização da vigilância patrimonial de sua matriz, de suas filiais e de suas outras instalações, além de outros serviços correlatos ao de transporte de valores.

§ 2º As empresas de transporte de valores poderão prestar serviços de abastecimento e manutenção de caixas eletrônicos, sendo vedada a manutenção de caixas eletrônicos não relacionados no contrato de abastecimento.

§ 3º As atividades de manutenção de caixas eletrônicos, de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizadas por vigilante, o qual é responsável, apenas, pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983.

Art. 50. As empresas de transporte de valores deverão utilizar uma guarnição mínima de quatro vigilantes por veículo especial, já incluído o condutor, todos com extensão em transporte de valores.

Art. 51. No transporte de valores de instituições financeiras, as empresas de transporte de valores deverão utilizar veículos especiais, de sua posse ou propriedade, nos casos em que o numerário a ser transportado seja igual ou superior a 20.000 (vinte mil) UFIR.

§ 1º Nos casos em que o numerário a ser transportado for maior que 7.000 (sete mil) e inferior a 20.000 (vinte mil) UFIR, poderá ser utilizado veículo comum, de posse ou propriedade das empresas de transporte de valores, sempre com a presença de, no mínimo, dois vigilantes especialmente habilitados.

§ 2º É vedada a contagem de numerário no local de acesso aos usuários por ocasião do abastecimento de caixas eletrônicos e outros terminais de autoatendimento

Art. 52. Nas regiões onde for comprovada a inviabilidade do uso de veículo especial, as empresas de transporte de valores poderão ser autorizadas pela Delesp ou CV a efetuar o transporte por via aérea, fluvial ou por outros meios, devendo:

I - utilizar, no mínimo, dois vigilantes especialmente habilitados;

II - adotar as medidas de segurança necessárias, por ocasião do embarque e desembarque dos valores, junto às aeronaves, embarcações ou outros veículos;

III - observar as normas da aviação civil, das capitânicas de portos ou de outros órgãos fiscalizadores, conforme o caso; e

IV - comprovar que possui convênio ou contrato com outra empresa de transporte de valores devidamente autorizada, quando não possuir autorização na(s) unidade(s) da federação por onde necessite transitar durante o transporte.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no *caput* aos casos em que for necessário realizar o transporte intermodal, assim entendido aquele realizado por mais de uma modalidade de veículo, quer seja aéreo, fluvial ou por qualquer outro meio.

Art. 53. A execução de transporte de valores iniciar-se-á, obrigatoriamente, no âmbito da unidade da federação em que a empresa possua autorização.

Parágrafo único. Inclui-se no serviço de transporte de valores o retorno da guarnição com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários.

Art. 54. A mudança do local onde o veículo especial estiver operando deverá ser previamente comunicada à Delesp ou CV.

Parágrafo único. Os incidentes relevantes relativos aos veículos especiais, tais como ocorrências de furto e roubo também devem ser comunicados à Delesp ou CV no prazo de cinco dias, para fins de atualização do sistema de controle.

Art. 55. A desativação do veículo especial deverá ser comunicada previamente à Delesp ou CV, e a eventual reativação, deverá ser precedida de expedição do certificado de vistoria respectivo, observando o procedimento previsto nos arts. 24 e 25.

§ 1º No caso de desativação temporária, assim entendida aquela por período determinado, não superior a um ano, e com data prevista para retorno do veículo à operação, a empresa comunicará à Delesp ou CV o motivo da desativação, bem como o local onde o veículo especial poderá ser encontrado.

§ 2º Passado o período do § 1º sem que o veículo seja efetivamente reativado, deverá ser procedida à sua desativação definitiva, nos termos do *caput*.

Art. 56. As empresas de transporte de valores e as que possuem serviço orgânico de transporte de valores poderão proceder à alienação entre si, a qualquer título, de seus veículos especiais, desde que haja a devida comunicação à Delesp ou CV em até cinco dias úteis.

Parágrafo único. O adquirente deverá requerer a renovação dos certificados de vistoria correspondentes, observando-se o procedimento previsto nos arts. 24 e 25, dentro do prazo de trinta dias após o recebimento do veículo.

Subseção VIII ***Da Comunicação de Operações Suspeitas***

Art. 57. As empresas de transporte de valores, nos termos do disposto no art. 9º, inciso XVI, e arts. 10 e 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão identificar as pessoas contratantes e manter cadastro atualizado contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - se pessoa jurídica:

- a) nome da empresa (razão social);
- b) número de inscrição no CNPJ da matriz;
- c) endereço completo;
- d) atividade principal desenvolvida; e
- e) nome das pessoas autorizadas a representá-la e dos proprietários;

II - se pessoa física:

- a) nome;
- b) número de inscrição no CPF ou, se estrangeiro, que não seja inscrita no CPF, passaporte ou outro documento oficial que o identifique;
- c) endereço completo; e

d) quando se tratar de estrangeiro que não seja inscrito no CPF, além do nome e endereço completos, deverão ser informados a filiação, data de nascimento, país de origem e atividade desenvolvida.

§ 1º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deverão ser conservados durante o período mínimo de cinco anos a partir da efetivação da operação, ou quando esta não for realizada, do encaminhamento da proposta.

§ 2º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II terão seu acesso restrito independentemente de classificação de sigilo, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 58. As empresas de transporte de valores deverão desenvolver e implementar procedimentos de controle interno, para detectar operações que possam conter indícios dos crimes de que trata a Lei nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionar-se.

Art. 59. Deverão ser comunicados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, no prazo de vinte e quatro horas, abstendo-se de dar ciência do ato aos clientes, a proposta ou a realização de:

I - operações previstas no art. 58;

II - aumento substancial no volume de bens e valores transportados, sem causa aparente, em especial se houver instrução para entrega a terceiros;

III - transporte ou guarda de bens e valores contratados por pessoas físicas ou jurídicas cuja atividade declarada se mostre aparentemente incompatível com o valor transportado ou custodiado em razão do transporte;

IV - atuação no sentido de induzir empregado da empresa de transporte e guarda de bens e valores a não manter registros de operação realizada;

V - transporte ou guarda de bens e valores que por sua frequência, valor e forma configurem artifícios para burlar os mecanismos de registro e comunicação previstos nesta Portaria;

VI - proposta de transporte ou guarda de bens e valores, por intermédio de pessoas interpostas, que não sejam detentores de mandato, ou sem vínculo societário ou empregatício com a pessoa contratante, sem a revelação da verdadeira identidade do beneficiário;

VII - resistência em facilitar as informações necessárias para o registro da operação ou cadastro, ou ainda o oferecimento de informação falsa;

VIII - outras operações ou propostas que, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, local de recebimento e entrega de bens e valores, instrumentos utilizados ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionarem-se;

IX - contratação de transporte ou guarda de bens e valores em montante igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), cuja origem e destino sejam diferentes pessoas físicas ou jurídicas e não se tratem de instituições financeiras (bancos e caixas econômicas);

X - contratação de transporte ou guarda de bens e valores, em montante igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por pessoa jurídica não bancária ou pessoa física, cuja origem ou destino seja município de fronteira; e

XI - operações com valores inferiores aos estabelecidos nas alíneas anteriores mas que, por sua habitualidade, valor e forma, configuram tentativa de burla dos controles.

§ 1º A Delesp ou CV requisitará, após o final do ano civil, declaração das empresas de transporte de valores acerca da existência ou não de operações ou situações descritas neste artigo, com prazo de trinta dias para resposta, sem necessidade, em caso de resposta positiva, de fornecimento de dados específicos sobre eventuais operações realizadas, já informadas ao Coaf.

§ 2º As comunicações de boa-fé feitas na forma prevista neste artigo não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa, conforme disposto no art. 11, § 2º, da Lei nº 9.613, de 1998.

§ 3º As comunicações de que trata o *caput* deverão ser encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponível na página do Coaf, sendo disponibilizado ao DPF o acesso aos dados.

§ 4º Caso o DPF disponibilize meio eletrônico próprio para a realização da comunicação, deverá ser este utilizado em detrimento do previsto no § 3º.

Art. 60. As empresas de transporte de valores deverão atender, a qualquer tempo, às requisições de informações provenientes do DPF ou do Coaf.

Art. 61. As empresas de transporte de valores, bem como os seus administradores, que deixarem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 57 a 60 sujeitam-se à aplicação das sanções previstas no art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998.

Parágrafo único. As infrações de que tratam o *caput* serão apuradas em conformidade ao disposto nos arts. 14 a 23 do Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998.

Art. 62. O disposto nos arts. 57 a 61 não se aplica aos serviços orgânicos de transporte de valores, uma vez que a estes é vedada a prestação de serviços a terceiros.

Seção III

Da Escolta Armada

Subseção I

Dos Requisitos de Autorização

Art. 63. O exercício da atividade de escolta armada dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir autorização há pelo menos um ano na atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores;

II - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de oito vigilantes com extensão em escolta armada e experiência mínima de um ano nas atividades de vigilância ou transporte de valores; e

III - comprovar a posse ou propriedade de, no mínimo, dois veículos, os quais deverão possuir as seguintes características:

a) estar em perfeitas condições de uso;

b) quatro portas e sistema que permita a comunicação ininterrupta com a sede da empresa em cada unidade da federação em que estiver autorizada; e

c) ser identificados e padronizados, com inscrições externas que contenham o nome, o logotipo e a atividade executada pela empresa.

Subseção II ***Do Processo de Autorização***

Art. 64. O requerimento de autorização de funcionamento na atividade de escolta armada será dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, com os seguintes documentos anexos:

I - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos utilizados;

II - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, nome e logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas de corpo inteiro de frente e costas do vigilante devidamente fardado;

III - declaração das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública federais e estaduais e das guardas municipais ou das Delesp e CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

IV - cópia dos documentos de posse ou propriedade de, no mínimo, dois veículos de escolta para uso exclusivo da empresa, dotados de sistema de comunicação, identificados e padronizados na forma do art. 63, inciso III, alínea “c”;

V - fotografias coloridas das partes da frente, lateral e traseira do veículo;

VI - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço;

VII - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

VIII - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta Portaria; e

IX - comprovante de recolhimento da taxa de alteração de atos constitutivos.

§ 1º Os requisitos dos incisos II e III somente serão exigidos caso a empresa pretenda utilizar uniforme diverso do já autorizado pelo DPF em suas atividades de segurança privada.

§ 2º Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão ou a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

Art. 65. As empresas autorizadas a exercer a atividade de escolta armada deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação.

Subseção III ***Da Atividade***

Art. 66. Os vigilantes empenhados na atividade de escolta armada deverão compor uma guarnição mínima de quatro vigilantes, por veículo, já incluído o condutor, todos especialmente habilitados.

§ 1º Nos casos de transporte de cargas ou valores de pequena monta, a critério do contratante, a guarnição referida no *caput* poderá ser reduzida até a metade.

§ 2º O disposto no art. 52 aplica-se também ao serviço de escolta no que for pertinente.

§ 3º O serviço de escolta pode ser apoiado por outros veículos, desde que autorizados pela Delesp ou CV da circunscrição onde se inicie o serviço e mediante a informação prévia, com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 67. A execução da escolta armada iniciar-se-á, obrigatoriamente, no âmbito da unidade da federação em que a empresa possua autorização.

Parágrafo único. Inclui-se no serviço de escolta o retorno da guarnição com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários.

Art. 68. As empresas que exercerem a escolta armada cujos veículos necessitem, no exercício das atividades, transitar por outras unidades da federação, deverão comunicar a operação, previamente, às unidades do DPF e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, e às Secretarias de Segurança Pública respectivas.

Seção IV **Da Segurança Pessoal**

Subseção I
Dos Requisitos de Autorização

Art. 69. O exercício da atividade de segurança pessoal dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir autorização há pelo menos um ano na atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores; e

II - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de oito vigilantes com extensão em segurança pessoal e experiência mínima de um ano nas atividades de vigilância ou transporte de valores.

Subseção II
Do Processo de Autorização

Art. 70. O requerimento de autorização de funcionamento na atividade de segurança pessoal será dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, anexando os seguintes documentos:

I - relação atualizada dos empregados, das armas, das munições e dos veículos utilizados;

II - comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes;

III - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta Portaria; e

IV - comprovante de recolhimento da taxa de alteração de atos constitutivos.

§ 1º Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão ou a reciclagem e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

§ 2º O vigilante deverá utilizar em serviço traje adequado à missão, estabelecido pela empresa, não assemelhado ao uniforme das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública federais e estaduais e das guardas municipais, portando todos os documentos aptos a comprovar a regularidade da execução do serviço de segurança pessoal contratado.

Art. 71. As empresas autorizadas a exercer a atividade de segurança pessoal deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação.

Subseção III
Da Atividade

Art. 72. A execução da segurança pessoal iniciar-se-á, obrigatoriamente, no âmbito da unidade da federação em que a empresa possua autorização.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o serviço não abranger a volta dos vigilantes juntamente com o beneficiado pela segurança pessoal, inclui-se no serviço o retorno da guarnição com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários.

Art. 73. As empresas que exercerem a atividade de segurança pessoal cujos vigilantes necessitem transitar por outras unidades da federação, deverão comunicar a operação, previamente, às unidades do DPF e do DPRF, e às Secretarias de Segurança Pública respectivas.

Seção V **Dos Cursos de Formação**

Subseção I ***Dos Requisitos de Autorização***

Art. 74. O exercício da atividade de curso de formação, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR;

II - comprovar a idoneidade dos sócios, administradores, diretores, gerentes e empregados, mediante a apresentação de certidões negativas de registros criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual e Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral; e

III - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento, separado das instalações físicas de outros estabelecimentos e atividades estranhas à atividade autorizada;

b) dependências destinadas ao setor administrativo;

c) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições, construído em alvenaria, sob laje, com um único acesso, com porta de ferro ou de madeira, reforçada com grade de ferro, dotada de fechadura especial, além de sistema de combate a incêndio nas proximidades da porta de acesso;

d) vigilância patrimonial ou equipamentos elétricos, eletrônicos ou de filmagem, funcionando ininterruptamente;

e) no mínimo três salas de aula adequadas, possuindo capacidade mínima para formação mensal simultânea de sessenta vigilantes, limitando-se o número de quarenta e cinco alunos por sala de aula, ressalvado o disposto no art. 79, inciso VI;

f) local adequado para treinamento físico e de defesa pessoal, observado o art. 76, § 2º;

g) sala de instrutores;

h) estande de tiro próprio ou de outra instalação da empresa na mesma unidade da federação ou convênio com organização militar, policial, curso de formação ou clube de tiro; e

g) caso possua máquina de recarga, o local específico para a guarda da máquina e petrechos pode ser o mesmo utilizado para a guarda de armas e munições, desde que a pólvora e as espoletas sejam armazenadas separadamente, sem contato entre si ou com qualquer outro produto.

§ 1º Possuindo estande de tiro próprio, sua aprovação e autorização pela Delesp ou CV dependerão da observância das seguintes especificações e dispositivos de segurança:

I - distância mínima de dez metros da linha de tiro até o alvo;

II - quatro ou mais boxes de proteção, com igual número de raias sinalizadas;

III - para-balas disposto de maneira que impeça qualquer forma de ricochete; e

IV - sistema de exaustão forçada e paredes revestidas com proteção acústica, quando se tratar de recinto fechado localizado em área urbana.

§ 2º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de curso de formação.

§ 3º A autorização para o funcionamento de curso de formação inclui a possibilidade de realização do serviço de vigilância patrimonial de suas próprias instalações.

§ 4º As empresas que desejarem constituir filial na mesma unidade da federação onde houver um estabelecimento da empresa já autorizado, não necessitarão de nova autorização do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, ficando, no entanto, obrigadas a proceder conforme o art. 6º.

§ 5º No caso do § 4º, a filial poderá possuir suas próprias armas, munição e máquina de recarga ou utilizar as da outra instalação da empresa na mesma unidade da federação, cujo estande deverá ser utilizado.

Subseção II

Do Certificado de Segurança

Art. 75. O interessado que pretender autorização para funcionamento de empresa de curso de formação deverá possuir certificado de segurança, conforme estabelecido nos arts. 8º e 9º.

Parágrafo único. A empresa de curso de formação só poderá desenvolver suas atividades no interior das instalações aprovadas pelo certificado de segurança, observado o disposto no art. 76, § 2º.

Subseção III
Do Processo de Autorização

Art. 76. Para obter autorização de funcionamento, as empresas de curso de formação deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, anexando os seguintes documentos:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;

III - balanço ou balancete, assinado por contador ou técnico em contabilidade, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR, juntamente com os documentos em nome da empresa que comprovem a efetiva integralização dos bens ou recursos, como notas fiscais e documentos de propriedade de bens móveis, emitidos por órgãos competentes, escrituras de imóveis e recibos de depósitos ou transferências bancárias de valores;

IV - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no CPF, Título de Eleitor e Certificado de Reservista ou dos administradores, diretores, gerentes e sócios;

V - prova de que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

VI - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada demonstrando o nome e a logomarca da empresa, do local de guarda de armas e munições, das salas de aula, do local adequado para treinamento físico e de defesa pessoal e do estande de tiro próprio, se houver;

VII - declaração de que irá utilizar estande de tiro de outra instalação da empresa na mesma unidade da federação, indicando-a, ou cópia dos documentos que comprovem o convênio com organização militar, policial ou clube de tiro, se for o caso;

VIII - cópia do modelo dos certificados de conclusão dos cursos a serem ministrados; e

IX - comprovante de recolhimento da taxa de expedição de alvará de funcionamento de curso de formação.

§ 1º A requerente poderá apresentar projeto de arte gráfica com proposta de identificação da fachada das instalações físicas da empresa, em substituição às fotografias referidas no inciso VI, devendo, contudo, apresentar as fotografias após a publicação da autorização de funcionamento, no prazo de sessenta dias.

§ 2º Além de possuir local adequado para treinamento físico e de defesa pessoal, os cursos de formação poderão realizar convênio com academias de ginástica, centros

de treinamento de defesa pessoal ou artes marciais para realização de suas atividades de ensino, sendo a Delesp ou CV responsável comunicada com antecedência mínima de dez dias antes da realização de qualquer atividade.

Subseção IV ***Do Processo de Revisão de Autorização***

Art. 77. Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas de curso de formação deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, instruído com:

- I - os documentos previstos no art. 76, incisos V e VII;
- II - relação atualizada dos empregados, das armas, da munição e dos veículos utilizados;
- III - certificado de segurança válido, inclusive de suas filiais na mesma unidade da federação;
- IV - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta Portaria;
- V - balanço ou balancete, assinado por contador ou técnico em contabilidade, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR; e
- VI - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, autorizados pelo DPF e registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica.

Subseção V ***Da Atividade***

Art. 78. As empresas de curso de formação não poderão desenvolver atividade econômica diversa da que esteja autorizada.

Art. 79. As empresas de curso de formação deverão:

- I - matricular apenas alunos que comprovem os requisitos do art. 155;
- II - informar ao DPF, em até cinco dias úteis após o início de cada curso de formação, e em até quarenta e oito horas após o início dos cursos de extensão ou reciclagem, a relação nominal e a qualificação dos alunos matriculados;
- III - informar ao DPF, em até dez dias úteis após a conclusão de cada curso de formação, extensão ou reciclagem, a relação nominal e a qualificação dos alunos aprovados, juntamente com comprovante de residência e documentos que comprovem todos os requisitos do art. 155 para curso de formação, e os requisitos do art. 155, incisos IV, V, VI e VII, para os cursos de extensão ou reciclagem;

IV - manter em arquivo a documentação apresentada pelos vigilantes, pelo prazo mínimo de dois anos;

V - utilizar somente armas e munições de sua propriedade, salvo para a hipótese prevista no art. 83; e

VI - manter em sala de aula no máximo quarenta e cinco alunos, sendo permitida a presença de até quinze alunos excedentes que já tenham sido reprovados em alguma disciplina e estejam frequentando o curso, desde que iniciado dentro do prazo máximo de três meses da conclusão do curso anterior.

§ 1º Os cursos de formação não poderão exigir a realização integral do curso desconsiderando o aproveitamento das disciplinas que tenha o aluno logrado aprovação, observado o prazo do inciso VI.

§ 2º Ao final do curso a empresa de curso de formação deverá emitir um boletim de histórico escolar ao aluno reprovado, constando as matérias aprovadas e reprovadas.

Art. 80. Os instrutores das empresas de curso de formação deverão ser previamente credenciados pelo DPF.

§ 1º Preenchidos os requisitos, assim como atendido o interesse da Administração Pública, o pedido de credenciamento será homologado no prazo de dez dias, contados da apresentação.

§ 2º Para o seu credenciamento junto à Delesp ou CV, o instrutor deverá apresentar documentos que comprovem sua qualificação e experiências profissionais, como certidões e certificados, na forma prevista em ato normativo expedido pela CGCSP.

§ 3º O credenciamento de que trata este artigo é válido por quatro anos, renováveis sucessivamente por iguais períodos, atendidos os requisitos para renovação e, ainda, ressalvadas as hipóteses de anulação ou revogação pela Delesp ou CV.

§ 4º O pedido de renovação de credenciamento deve ser apresentado trinta dias antes do vencimento da validade do credenciamento, juntamente com a respectiva documentação necessária para a renovação, também prevista por ato administrativo.

§ 5º Será extinto o credenciamento de instrutores que ao final do prazo previsto no § 1º não obtiverem o pedido de renovação do credenciamento homologado.

§ 6º O credenciamento concedido, na forma deste artigo, habilitará o instrutor a ministrar a respectiva disciplina em qualquer empresa especializada de curso de formação do país.

§ 7º Da decisão que indeferir o credenciamento, caberá recurso ao DREX no prazo de dez dias, contados da ciência do interessado.

§ 8º Para o teste de credenciamento dos seus instrutores de tiro, poderão ser utilizadas as armas, munição e o estande de tiro da própria empresa de curso de formação de vigilante.

Art. 81. As empresas de curso de formação expedirão certificados de conclusão de curso, que deverão conter o CNPJ e os dados de identificação do vigilante, o período de duração e a carga horária do curso.

Parágrafo único. Os certificados de conclusão terão validade em todo o território nacional, após devidamente registrados pela Delesp ou CV, que verificará se a empresa de curso de formação possui autorização e certificado de segurança válidos e todos instrutores credenciados para cada uma das disciplinas do curso, cuja falta impedirá os registros dos certificados.

Art. 82. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão repassar às empresas de curso de formação a munição que pretender substituir por novas, desde que:

I - sejam utilizadas na formação, extensão, reciclagem ou treinamento de tiro complementar de seus vigilantes;

II - adquiram, mediante autorização, a munição que irá substituir a que será repassada; e

III - obtenham prévia autorização para o transporte da munição que será utilizada.

Parágrafo único. As empresas de curso de formação deverão manter controle da munição recebida, informando ao DPF sua utilização.

Art. 83. As empresas de curso de formação poderão ministrar cursos de supervisão de segurança ou similares e outros cursos de segurança não previstos nas grades curriculares anexas a esta Portaria, não sendo realizado o registro profissional e o registro do certificado de conclusão do respectivo curso no DPF.

§ 1º As empresas de curso de formação poderão ceder suas instalações para aplicação de testes do Sistema Nacional de Armas - SINARM objetivando o credenciamento de instrutores de tiro, assim como para comprovação técnica objetivando a aquisição e manuseio de armas de fogo, em observância ao disposto na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º As atividades descritas no § 1º deverão ser comunicadas com antecedência mínima de vinte e quatro à Delesp ou CV, contendo os nomes dos instrutores e dos indivíduos que realizarão os testes.

Art. 84. Nos cursos e atividades previstos no art. 83 é vedada a utilização de munição de propriedade das empresas de curso de formação ou de munição substituída pelas empresas de segurança privada.

Art. 85. Não serão autorizados os cursos de formação, extensão e reciclagem de vigilantes realizados por instituições militares e policiais.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica no caso de autorização do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada para realização de curso de formação de vigilantes ministrado pelas Forças Armadas, para militares temporários, a pedido do comandante da organização militar, nas localidades onde não existirem cursos de formação de vigilantes, desde que o plano de curso e a grade horária atendam aos requisitos definidos nesta Portaria e os instrutores sejam credenciados pelo DPF.

§ 2º O curso referido no § 1º será considerado equivalente ao curso de formação de vigilantes independentemente do cumprimento do disposto no art. 74 desta Portaria.

§ 3º Poderão ser firmados instrumentos de cooperação entre o Ministério da Justiça ou o DPF e as Forças Armadas com a finalidade de aproveitamento das disciplinas de educação física e de armamento e tiro, desde que haja uma adaptação com a realização de, pelo menos, 20% (vinte por cento) da carga horária de armamento e tiro previsto para a disciplina.

Art. 86. Os representantes sindicais dos empregadores e empregados das atividades de segurança privada terão acesso às instalações das empresas de curso de formação podendo, inclusive, participar como observadores dos exames finais e formatura dos vigilantes, independentemente de notificação prévia.

Parágrafo único. Os representantes classistas mencionados neste artigo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade por ocasião de suas visitas, deverão formular suas representações por escrito à Delesp ou CV.

Subseção VI ***Do Treinamento Complementar de Tiro***

Art. 87. As empresas de cursos de formação poderão ministrar treinamentos complementares de tiro aos vigilantes que não estejam com a reciclagem vencida.

Parágrafo único. Para a matrícula do vigilante no treinamento complementar de tiro não é necessária novamente a comprovação do preenchimento dos requisitos do art. 155, entretanto, o interessado deve declarar, por escrito e sob as penas da Lei, que não possui impedimento para o exercício da profissão de vigilante.

Art. 88. Poderá ser ministrado treinamento de revólver calibre 38, carabina calibre 38, pistola calibre 380 ou espingarda calibre 12.

§ 1º O treinamento em pistola calibre 380 é restrito aos vigilantes que possuem extensão em escolta armada, transporte de valores ou segurança pessoal.

§ 2º O treinamento em espingarda calibre 12 é restrito aos vigilantes que possuem extensão em escolta armada ou transporte de valores.

§ 3º Os treinamentos serão constituídos de módulos de vinte tiros do tipo do armamento escolhido, devendo ser acompanhados de instrutor de tiro credenciado pelo DPF para ministrar aulas em curso de formação.

§ 4º Podem ser aplicados vários módulos no mesmo treinamento.

Art. 89. A empresa de curso de formação deverá informar ao DPF:

I - com no mínimo dois dias úteis de antecedência, a data do treinamento; e

II - em até dez dias úteis após a conclusão do treinamento:

a) a relação dos vigilantes e a data do treinamento; e

b) o tipo de armamento utilizado e a quantidade de módulos aplicada.

Parágrafo único. No prazo do *caput* deverão também ser encaminhados à Delesp ou CV as declarações de não impedimento para o exercício da profissão assinadas pelos próprios vigilantes e os certificados expedidos.

Art. 90. Não se aplicam ao treinamento complementar de tiro as obrigações do art. 79, incisos I a IV.

CAPÍTULO IV DO SERVIÇO ORGÂNICO DE SEGURANÇA

Seção I Dos Requisitos de Autorização

Art. 91. A empresa que pretender instituir serviço orgânico de segurança deverá requerer autorização prévia ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - exercer atividade econômica diversa da vigilância patrimonial e transporte de valores;

II - utilizar os próprios empregados na execução das atividades inerentes ao serviço orgânico de segurança;

III - comprovar que os administradores, diretores, gerentes e empregados que sejam responsáveis pelo serviço orgânico de segurança não tenham condenação criminal registrada; e

IV - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

a) dependências destinadas ao setor operacional, dotado de sistema de comunicação;

b) sistema de alarme ou outro meio de segurança eletrônica, conectado com a unidade local da polícia militar, civil ou empresa de segurança privada; e

c) local seguro e adequado para a guarda de armas e munições.

Parágrafo único. Os requisitos do inciso IV, alíneas “a” e “b”, poderão ser dispensados pelo DREX tendo em vista as peculiaridades da empresa solicitante, tais como número de vigilantes, extensão da área, porte das instalações, natureza da atividade e sua localização.

Art. 92. As empresas que desejarem constituir serviço orgânico em filial ou outras instalações na mesma unidade da federação onde houver um estabelecimento da empresa já autorizado não necessitarão de nova autorização do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, devendo requerer autorização de funcionamento à Delesp ou CV, não necessitando de vistoria no caso de dispensa de certificado de segurança, conforme os termos do art. 93.

§ 1º As filias relacionadas no *caput* precisam comprovar apenas os requisitos relativos às suas instalações físicas, ressalvados os casos de dispensa de certificado de segurança previstos no art. 93.

§ 2º São consideradas outras instalações aquelas que não possuem CNPJ próprio e onde poderão ser guardadas, no máximo, cinco armas, como imóveis da empresa e residências de seus sócios ou administradores.

§ 3º A revisão de autorização de funcionamento da empresa acarretará a revisão de todas suas instalações na mesma unidade da federação, necessitando das filiais, apenas, a renovação do certificado de segurança, se houver.

§ 4º As filiais a serem abertas em unidade da federação onde a empresa ainda não tiver autorização de funcionamento deverão preencher todos os requisitos exigidos por esta Portaria para atividade pretendida.

Seção II

Do Certificado de Segurança

Art. 93. Os estabelecimentos das empresas com serviço orgânico de segurança deverão possuir certificado de segurança, conforme estabelecido nos arts. 8º e 9º, ficando dispensados no caso de possuir, no máximo, cinco armas de fogo, devendo, nesta hipótese, manter o referido armamento em cofre exclusivo.

Seção III

Do Processo de Autorização

Art. 94. Para obter autorização de funcionamento, as empresas com serviço orgânico de segurança deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, anexando os seguintes documentos:

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

II - comprovante de inscrição nos órgãos fazendários federal, estadual e municipal;

III - cópia da Carteira de Identidade, da inscrição no CPF, do Título de Eleitor e do Certificado de Reservista dos responsáveis pelo serviço orgânico de segurança;

IV - certidões negativas de registros criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual e Militar, dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos responsáveis pelo serviço orgânico de segurança, das unidades da federação onde mantenham domicílio e pretendam constituir a empresa;

V - comprovante da contratação de seguro de vida para os vigilantes;

VI - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, nome e logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;

VII - declaração das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública federais e estaduais e das guardas municipais ou das Delesp ou CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições;

VIII - autorização para utilização de frequência de rádio concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço, se houver veículos especiais; e

IX - comprovante de recolhimento da taxa de expedição de alvará de funcionamento.

Art. 95. As empresas com serviço orgânico autorizadas a funcionar na forma desta Portaria deverão informar o início da sua atividade de vigilância patrimonial ou transporte de valores à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação.

Seção IV **Do Processo de Revisão de Autorização**

Art. 96. Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas com serviço orgânico de segurança deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, instruído com:

I - os documentos previstos no art. 94, incisos I, IV e V;

II - relação atualizada dos vigilantes, das armas, da munição e dos eventuais veículos especiais utilizados;

III - certificado de segurança válido, se exigível, inclusive de suas filiais na mesma unidade da federação;

IV - comprovante de quitação das multas eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta Portaria; e

V - autorização para utilização de frequência de rádio concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço, se houver veículos especiais.

Parágrafo único. Os vigilantes deverão estar com a formação, a extensão ou a reciclagem, e o seguro de vida dentro do prazo de validade.

Seção V

Da Atividade

Art. 97. A empresa com serviço orgânico de segurança poderá exercer as atividades de vigilância patrimonial e de transporte de valores, desde que devidamente autorizada e exclusivamente em proveito próprio.

§ 1º A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos estabelecimentos da empresa com serviço orgânico de segurança, assim como das residências de seus sócios ou administradores, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local, ou nos eventos sociais.

§ 2º A atividade de transporte de valores observará o disposto nos arts. 50 a 56.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO DA SEGURANÇA DOS ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS

Seção I

Dos Requisitos do Plano de Segurança

Art. 98. Os estabelecimentos financeiros que realizarem guarda de valores ou movimentação de numerário deverão possuir serviço orgânico de segurança, autorizado a executar vigilância patrimonial ou transporte de valores, ou contratar empresa especializada, devendo, em qualquer caso, possuir plano de segurança devidamente aprovado pelo DREX.

Parágrafo único. Os estabelecimentos mencionados neste artigo não poderão iniciar suas atividades sem o respectivo plano de segurança aprovado.

Art. 99. O plano de segurança deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, que abrangerá toda a área do estabelecimento, constando:

I - a quantidade e a disposição dos vigilantes, adequadas às peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe;

II - alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com outro estabelecimento, bancário ou não, da mesma instituição financeira, empresa de segurança ou órgão policial;

III - equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de trinta dias;

IV - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

V - anteparo blindado com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

§ 1º Os elementos previstos nos incisos I e II são obrigatórios, devendo, contudo, integrar o plano pelo menos mais um dentre os previstos nos incisos III a V.

§ 2º Os elementos de segurança previstos nos incisos III a V serão utilizados observando-se os projetos de construção, instalação e manutenção, sob a responsabilidade de empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência, bem como as normas específicas referentes à acessibilidade de pessoas idosas e portadoras de deficiência.

§ 3º As instalações físicas da instituição financeira integram o plano de segurança, devendo ser adequadas e suficientes para garantir a segurança da atividade bancária.

§ 4º O plano de segurança tem caráter sigiloso, devendo ser elaborado pelo próprio estabelecimento financeiro ou pela empresa especializada por ele contratada para fazer a sua vigilância patrimonial.

§ 5º O alarme previsto no inciso II, quando não conectado diretamente a um órgão policial ou a outro estabelecimento da própria instituição, deverá estar conectado diretamente a uma empresa de segurança autorizada, responsável pelo seu monitoramento, cujo nome deverá constar do plano de segurança.

Seção II

Da Validade do Plano de Segurança

Art. 100. O plano de segurança aprovado terá validade do primeiro ao último dia do ano civil posterior ao da sua apresentação, exceto nas seguintes hipóteses:

I - na apresentação do primeiro plano de segurança, em caso de mudança de endereço ou necessidade de alteração emergencial na forma do art. 112, a validade será do dia da expedição da portaria de aprovação até o último dia do mesmo ano civil; e

II - na apresentação do pedido de renovação do plano de segurança sem redução, sem alteração ou com aumento de elementos de segurança fora do prazo disposto no art. 103, *caput*, a validade será do dia da apresentação do pedido até o último dia do mesmo ano, caso o plano de segurança já se encontre vencido.

Seção III

Do Processo de Análise do Primeiro Plano de Segurança e Mudança de Endereço

Art. 101. Pelo menos sessenta dias antes da data programada para o início de seu funcionamento, o estabelecimento financeiro deverá requerer à Delesp ou CV, de sua circunscrição, a aprovação de seu plano de segurança, devendo anexar:

I - a descrição da quantidade e da disposição dos vigilantes;

II - os projetos de construção, instalação e manutenção do sistema de alarme, sob a responsabilidade de empresa idônea;

III - descrição de toda a área do estabelecimento, indicando os pontos de acesso de pessoas e de veículos especiais, local de guarda de numerário, localização dos vigilantes e dos dispositivos de segurança adotados;

IV - cópia do alvará do serviço orgânico de segurança ou resumo do contrato de prestação de serviço com empresa de segurança, conforme o caso; e

V - comprovante de recolhimento da taxa de vistoria de estabelecimentos financeiros.

§ 1º A vistoria deverá ser feita mesmo com a agência ainda fora de funcionamento, mediante teste efetivo dos seus sistemas e elementos de segurança e avaliação teórica do posicionamento e quantidade ideal de vigilantes, levando-se em conta, entre outros fatores:

I - a área, as características físicas, a facilidade e a quantidade de acessos do estabelecimento;

II - a localização do estabelecimento;

III - eventuais ocorrências ilícitas registradas em outros estabelecimentos da mesma região; e

IV - a quantidade de vigilantes para efetividade do sistema, conjuntamente com os demais elementos de segurança adotados.

§ 2º A falta de algum documento obrigatório ensejará notificação pelo DPF, podendo o pedido de plano de segurança ser arquivado caso não seja regularizada a documentação no prazo de quinze dias a contar da notificação.

§ 3º O arquivamento do pedido de plano de segurança por falta de documentação obrigatória ensejará novo pedido, podendo ser aproveitada a taxa recolhida e não utilizada no pedido arquivado.

§ 4º Somente poderão solicitar a implementação de rodízio de vigilantes durante o intervalo intrajornada as agências ou postos de atendimento bancários-PAB que contarem com dois ou mais vigilantes.

§ 5º A decisão que permitir o rodízio de horário de vigilantes durante o intervalo intrajornada não implicará em aumento do número de vigilantes no plano bancário apresentado pela agência ou PAB.

Art. 102. Após análise da documentação do plano de segurança e a vistoria do estabelecimento financeiro, a Delesp ou CV emitirá relatório, consignando a proposta de aprovação ou os motivos que ensejaram a reprovação.

§ 1º Proposta a aprovação do plano de segurança pela Delesp ou CV, será este submetido ao DREX, o qual expedirá a respectiva portaria de aprovação, que terá validade na forma do disposto no art. 100, inciso I.

§ 2º Reprovado o plano pela Delesp ou CV, caberá recurso, em dez dias, dirigido ao DREX, podendo ser instruído com o saneamento das faltas que motivaram a reprovação.

§ 3º A comprovação do saneamento das faltas que motivaram a reprovação deverá ser feita com a juntada de documentos comprobatórios, que serão analisados no recurso instruído, sem a necessidade de realização de uma segunda vistoria.

§ 4º A decisão que mantiver a reprovação do plano de segurança, assim como o transcurso do prazo para recurso sem a sua interposição, ensejarão a lavratura do auto de infração correspondente, caso a instituição esteja funcionando sem plano de segurança válido.

§ 5º Os planos de segurança aprovados devem ser inseridos no sistema informatizado do DPF pela Delesp ou CV da circunscrição da agência, assim como suas posteriores alterações e renovações.

Seção IV

Da Renovação do Plano de Segurança Sem Redução, Sem Alteração ou Com Aumento de Elementos de Segurança

Art. 103. O requerimento de renovação do plano que não altere os termos do plano de segurança anteriormente aprovado ou que apenas aumente os elementos de segurança será apresentado a partir de 1º de agosto até 31 de dezembro do ano anterior ao de sua vigência, devendo ser instruído com o documento previsto no art. 101, inciso V, bem como a informação referente à não redução ou não alteração de elementos já aprovados no plano em vigor ou aumento de elementos de segurança.

§ 1º No caso do *caput*, o plano será renovado em procedimento simplificado, com expedição de portaria pelo DREX.

§ 2º O procedimento simplificado de que trata o § 1º não exclui a necessidade de vistoria nas dependências da instituição financeira visando à comprovação dos elementos constantes no plano de segurança, mas esta será realizada durante o ano de vigência do plano já aprovado e deverá ser registrada no sistema informatizado do DPF.

§ 3º Constatado o não cumprimento do plano aprovado durante a realização da vistoria de que trata o § 2º ou durante qualquer outra fiscalização, a Delesp ou CV deverá autuar o estabelecimento por infração ao art. 177, inciso I, não havendo, contudo, revogação do plano já aprovado.

§ 4º Não se considera alteração de item já aprovado do plano a simples substituição da empresa de segurança responsável pela vigilância patrimonial da agência, da empresa de transporte de valores ou da empresa responsável pelo sistema de alarme ou monitoramento, mas tais alterações devem ser informadas à Delesp ou CV com antecedência e mencionadas no pedido de renovação do plano de segurança.

§ 5º Caso a instituição financeira não obedeça ao prazo previsto no *caput*, a respectiva portaria será expedida na forma do art. 100, inciso II, sem prejuízo da lavratura do respectivo auto de infração pelo fato descrito no art. 178.

Seção V

Da Renovação do Plano de Segurança Com Alterações, Redução de Elementos de Segurança ou Implementação de Rodízio de Vigilantes

Art. 104. Havendo por parte da instituição financeira a pretensão de alteração, redução de elementos de segurança já aprovados, ou implementação de rodízio de vigilantes durante o intervalo intrajornada, o requerimento de renovação deverá ser apresentado até 31 de julho do ano anterior ao de sua validade, instruído com os documentos previstos no art. 101, bem como com a justificativa para a alteração, redução pretendida ou implementação do rodízio pretendido.

§ 1º No caso previsto no *caput*, a aprovação do plano dependerá de vistoria prévia, em procedimento completo, seguindo o trâmite do art. 102.

§ 2º Somente poderão solicitar a implementação de rodízio de vigilantes durante o intervalo intrajornada as agências ou PAB que contarem com dois ou mais vigilantes.

§ 3º A Delesp ou CV analisará o pedido de implementação de rodízio de vigilantes durante o intervalo intrajornada e decidirá com base nos elementos previstos no art. 101.

§ 4º A decisão que permitir o rodízio de horário de vigilantes durante o intervalo intrajornada não implicará em aumento do número de vigilantes no plano bancário apresentado pela agência ou PAB.

§ 5º Sendo definitivamente reprovadas as alterações, reduções ou implementação do rodízio de vigilantes durante o intervalo intrajornada, será expedida

portaria de renovação do plano de segurança nos termos do plano de segurança em vigor, sendo o interessado notificado, no próprio procedimento, dos motivos do indeferimento da proposta.

§ 6º Caso sejam apresentadas mais de uma alteração ou redução do plano de segurança, a Delesp ou CV poderá propor a aprovação parcial da proposta, notificando-se o interessado no próprio procedimento dos motivos do indeferimento das alterações ou reduções não aprovadas, cabendo recurso, em dez dias, dirigido ao DREX.

§ 7º A portaria de aprovação do plano de segurança deverá ser expedida até 31 de dezembro do ano de sua apresentação.

§ 8º Somente no ano seguinte, durante o respectivo procedimento de renovação do seu plano de segurança para o ano subsequente, poderão ser novamente discutidos os elementos do plano de segurança daquele estabelecimento financeiro.

§ 9º Caso a instituição financeira não obedeça ao prazo previsto no *caput*, somente será permitido solicitar a renovação simples do plano de segurança, nos termos do art. 103.

§ 10. Com a implementação eventual de sala de monitoramento, não deverá haver redução da quantidade de vigilantes fixada para a área de atendimento, independentemente da retirada ou não da porta de segurança.

§ 11. Toda solicitação de retirada de porta de segurança implicará em análise da Delesp ou CV acerca da necessidade de eventual aumento da quantidade de vigilantes no estabelecimento financeiro, objetivando a manutenção da segurança no local, consoante os elementos previstos no art. 101, § 1º, seguindo-se o procedimento disposto no § 6º.

Seção VI

Do Processo para Aumento de Elementos de Segurança Requerido pelo DPF

Art. 105. Constatada a qualquer tempo a necessidade de alteração do plano de segurança pelas Delesp ou CV, será o interessado notificado quanto às novas exigências e seus fundamentos para, no prazo do art. 103, apresentar o plano de segurança para o ano seguinte, com a inclusão dos devidos acréscimos mencionados.

§ 1º Caso a instituição financeira já tenha apresentado pedido de renovação do plano de segurança, o processo de notificação terá seguimento independentemente daquele, produzindo efeito apenas a partir da próxima apresentação do plano de segurança.

§ 2º No caso de já haver portaria expedida com vigência para o ano seguinte, a instituição financeira somente poderá ser instada a alterar o plano de segurança a ser apresentado no ano posterior para vigência no ano subsequente, seguindo o procedimento deste artigo.

§ 3º A instituição financeira será notificada a, no prazo de dez dias, concordar com as alterações propostas ou apresentar recurso dirigido ao DREX, que decidirá sobre a questão.

§ 4º Apresentado o novo plano nos termos indicados pela notificação do *caput*, sem discordância da instituição financeira, sua aprovação será automática e seguirá o trâmite do art. 103.

§ 5º Provido o recurso o procedimento será definitivamente arquivado.

§ 6º Improvido ou provido parcialmente o recurso, será notificado o interessado no próprio procedimento dos motivos da decisão e dos termos finais dos elementos de segurança que deverão constar no plano.

§ 7º Após a decisão final do processo que determine o aumento dos elementos de segurança, a instituição financeira fica obrigada a apresentar pedido de renovação de plano de segurança somente na modalidade prevista no art. 103, contendo todos os itens de segurança definidos neste processo.

Seção VII

Das Agências ou PABs em Unidades Móveis de Atendimento

Art. 106. Ficam obrigadas a cumprir as determinações desta Portaria as agências ou PABs construídos em modelos de unidades móveis de atendimento, a exemplo de caminhões, furgões, reboques, dentre outros.

§ 1º As unidades móveis de atendimento somente poderão ser utilizadas em casos excepcionais e temporários, assim compreendidos o atendimento em locais atingidos por desastres naturais, casos de calamidade pública, para atendimento de programas sociais de governo ou enquanto estiver em construção a primeira instalação física definitiva da instituição financeira na localidade.

§ 2º As agências ou PABs referidos no *caput* não poderão transportar dinheiro em seus deslocamentos.

§ 3º Os modelos de unidades móveis deverão ser previamente aprovados pela CGCSP.

Art. 107. A instituição financeira que pretender adotar o modelo de agência ou PAB referido no art. 106, deverá agendar junto à Delesp da respectiva unidade da federação, data para apresentação do veículo para a vistoria de aprovação do primeiro plano de segurança.

§ 1º Deverão ser encaminhados para a Delesp responsável, pelo menos quinze dias antes da data agendada para a vistoria de aprovação do plano de segurança, os documentos referidos no art. 101, *caput*, incisos I a V, bem como os seguintes documentos:

I - placa e chassi do veículo de transporte da unidade móvel;

II - cópia da Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV;

III - resumo do contrato de prestação do serviço com empresa de transporte de valores para abastecimento e recolhimento de numerário;

IV - descrição da unidade móvel e de seu sistema de imobilização, conforme modelo previamente aprovado pela CGCSP; e

V - declaração da instituição financeira de que a unidade móvel de atendimento somente será utilizada nas hipóteses previstas no art. 106, § 1º.

§ 2º O procedimento de aprovação do plano de segurança seguirá o disposto nos arts. 102, 103, 104 e 105, conforme o caso.

§ 3º O plano de segurança aprovado pela Delesp terá validade conforme disposto no art. 100, com abrangência em todo o território da respectiva unidade da federação.

§ 4º Na portaria de aprovação do plano de segurança deverá constar a placa e o chassi da unidade móvel de atendimento para a sua identificação.

§ 5º A qualquer tempo as vistorias subsequentes à primeira aprovação do plano de segurança, poderão ser delegadas pela Delesp à CV da circunscrição na qual estiver localizada a unidade móvel de atendimento, a qual também será responsável pela lavratura de eventuais autos de infração.

§ 6º A instituição financeira deverá informar à Delesp, com antecedência mínima de cinco dias, qualquer movimentação da unidade móvel de atendimento, informando destino, itinerário, data e razão do deslocamento.

§ 7º O plano de segurança perderá validade automaticamente caso a instituição financeira utilize a unidade móvel de atendimento em unidade da federação diversa daquela em que possui plano de segurança aprovado.

Seção VIII

Da Execução dos Planos de Segurança

Art. 108. Os estabelecimentos financeiros que realizem guarda de valores ou movimentação de numerário somente poderão utilizar vigilantes armados, ostensivos e com coletes à prova de balas.

Art. 109. O transporte de numerário, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, deverá ser efetuado conforme o art. 51.

Art. 110. Os estabelecimentos financeiros que utilizarem portas de segurança deverão possuir detector de metal portátil, a ser utilizado em casos excepcionais, quando necessária à revista pessoal.

Art. 111. As salas de autoatendimento, quando contíguas às agências e postos bancários, integram a sua área e deverão possuir, pelo menos, um vigilante armado, ostensivo e com colete à prova de balas, conforme análise feita pela Delesp ou CV por ocasião da vistoria do estabelecimento.

Art. 112. Qualquer proposta de alteração substancial no plano de segurança que não possa ser implementada a partir do ano seguinte deverá seguir ao procedimento previsto nos arts. 101 e 102.

§ 1º O requerimento deverá ser instruído com os documentos previstos no art. 101, bem como a justificativa da urgência para a alteração ou redução pretendida.

§ 2º O plano de segurança aprovado na hipótese do *caput* terá validade na forma do art. 100, inciso I, e substituirá o plano até então vigente.

Art. 113. Após a aprovação do plano de segurança, ficam as instituições financeiras obrigadas a cumpri-lo integralmente, durante a sua validade.

CAPÍTULO VI DOS PRODUTOS CONTROLADOS E ACESSÓRIOS

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 114. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança somente poderão utilizar as armas, munição, coletes de proteção balística e outros equipamentos descritos nesta Portaria, cabendo ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, autorizar, em caráter excepcional e individual, a aquisição e uso pelas empresas de outras armas e equipamentos, considerando as características estratégicas de sua atividade ou sua relevância para o interesse nacional.

§ 1º As empresas de vigilância patrimonial poderão dotar seus vigilantes, quando em efetivo serviço, de revólver calibre 32 ou 38, cassetete de madeira ou de borracha, e algemas, vedando-se o uso de quaisquer outros instrumentos não autorizados pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada.

§ 2º As empresas de transporte de valores e as que exercerem a atividade de escolta armada poderão dotar seus vigilantes de carabina de repetição calibre 38, espingardas de uso permitido nos calibres 12, 16 ou 20, e pistolas semi-automáticas calibre .380 e 7,65 mm, além dos instrumentos previstos no § 1º.

§ 3º As empresas que exercerem a atividade de segurança pessoal poderão dotar seus vigilantes de pistolas semi-automáticas calibre .380 e 7,65 mm, além do previsto no § 1º.

§ 4º As empresas de curso de formação poderão adquirir todas as armas e munição previstas neste artigo, bem como material e petrechos para recarga.

§ 5º As empresas com serviço orgânico de segurança poderão adquirir as armas e munição previstas para as empresas de vigilância patrimonial e as de transporte de valores, conforme a autorização que possuir.

§ 6º As empresas de vigilância patrimonial e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão, excepcionalmente, adquirir carabinas de repetição calibre 38, conforme as características da área vigiada, ouvida a Delesp ou CV a critério da CGCSP.

§ 7º As empresas de transporte de valores deverão, e as demais empresas de segurança privada poderão, dotar seus vigilantes de coletes de proteção balística, observando-se a regulamentação específica do Comando do Exército.

§ 8º Cada veículo de transporte de valores ou de escolta armada deve contar com uma arma curta para cada vigilante e, no mínimo, uma arma longa para cada dois integrantes da guarnição.

§ 9º As empresas de segurança privada poderão dotar seus vigilantes de armas e munição não-letais e outros produtos controlados, classificados como de uso restrito, para uso em efetivo exercício, segundo as atividades de segurança privada exercidas.

§ 10. Nas atividades de vigilância patrimonial e segurança pessoal, as empresas poderão dotar seus vigilantes das seguintes armas e munições não-letais de curta distância - até dez metros:

I - espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC) de até 70g, em solução (líquido), espuma ou gel; e

II - arma de choque elétrico de contato direto e de lançamento de dardos energizados;

§ 11. Nas atividades de transporte de valores e escolta armada, as empresas poderão dotar seus vigilantes das seguintes armas e munições não-letais, de média distância - até cinquenta metros - e outros produtos controlados:

I - espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC) de até 70g, em solução (líquido), espuma ou gel e outras substâncias de utilização similar, autorizadas por portaria do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, desde que seu uso na atividade de segurança privada seja permitido pelo Exército Brasileiro ou órgão competente;

II - arma de choque elétrico de contato direto e de lançamento de dardos energizados;

III - granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC) e fumígenas de sinalização;

IV - munição no calibre 12 lacrimogêneas de jato direto;

V - munição no calibre 12 com projéteis de borracha ou plástico;

VI - lançador de munição não-letal no calibre 12;

VII - máscara de proteção respiratória modelo facial completo; e

VIII - filtros com proteção contra gases e aero-dispersóides químicos e biológicos.

§ 12. As armas de fogo e sua munição, as armas não letais e sua munição e outros produtos controlados com prazo de validade expirado não poderão ser utilizados ou reconicionados, devendo ser entregues ao Exército Brasileiro para destruição.

§ 13. As armas de fogo em utilização pelos vigilantes da empresa devem estar sempre acompanhadas de cópia autenticada do respectivo registro.

Seção II

Dos Requisitos para Aquisição

Art. 115. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança somente serão autorizadas a adquirir armas, munição, coletes à prova de bala e outros produtos controlados se estiverem com a autorização de funcionamento e o certificado de segurança válidos.

§ 1º No caso de empresas de transporte de valores e de empresas com serviço orgânico de transporte de valores, somente serão autorizadas as aquisições de armas, munições e coletes de proteção balística para uso em veículos especiais se os certificados de vistoria correspondentes estiverem válidos.

§ 2º Quanto às armas e munições não-letais e outros produtos controlados, a empresa poderá ser autorizada a adquirir:

I - espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC) e arma de choque elétrico em quantidade igual à de seus vigilantes;

II - duas granadas fumígenas lacrimogêneas (Capsaicina - OC ou Ortoclorobenzalmalononitrilo - CS) e duas granadas fumígenas de sinalização, por veículo utilizado em transporte de valores ou escolta armada;

III - munições calibre 12 lacrimogêneas de jato direto (OC ou CS) e munições calibre 12 com projéteis de borracha ou plástico em quantidade igual à de munição comum que poderia adquirir;

IV - um lançador de munição não-letal no calibre 12, por veículo utilizado em transporte de valores ou escolta armada; e

V - quatro máscaras de proteção respiratória facial, por veículo utilizado no transporte de valores ou escolta armada.

§ 3º Para o uso de armas e munições não-letais o vigilante deve possuir curso de extensão específico.

Art. 116. Os requerimentos de aquisição de armas, munições e coletes de proteção balística das empresas especializadas, com exceção das empresas de curso de

formação, poderão ser feitos simultaneamente ao requerimento de autorização para funcionamento, em procedimentos separados, podendo ser solicitadas, neste caso, até dez armas, com até três cargas de munição para cada uma delas.

§ 1º No caso de empresas de transporte de valores, poderão ser solicitadas, ainda, quatro espingardas calibre 12, com três cargas de munição correspondente, para cada veículo especial adquirido.

§ 2º As empresas de segurança especializadas poderão, a qualquer tempo, adquirir até dez armas e suas respectivas munições, bem como até 20% (vinte por cento) a mais de coletes de proteção balística, além de sua necessidade operacional comprovada.

Art. 117. As empresas de segurança especializadas, exceto as empresas de curso de formação, terão seus requerimentos de aquisição de armas e munições analisados com base nos contratos de prestação de serviço que justifiquem as respectivas aquisições, bem como nos veículos especiais e de escolta que possuírem.

Parágrafo único. As empresas com serviço orgânico de segurança terão seus requerimentos analisados observando-se a quantidade de vigilantes, por turno de trabalho, e as características da área vigiada.

Art. 118. Os requerimentos poderão ser formulados com a finalidade de substituir armas e munições obsoletas, inservíveis ou imprestáveis, situação em que deverão ser entregues à Delesp ou CV, para serem encaminhados ao Exército Brasileiro para destruição, logo após o recebimento da autorização respectiva.

Parágrafo único. As munições obsoletas de que trata o *caput* poderão ser doadas aos cursos de formação para fins de realização dos cursos de formação, reciclagem ou extensão dos vigilantes da empresa doadora, devendo ser feita prévia comunicação à Delesp ou CV, assim como realizados os competentes registros de saída da munição da empresa doadora e entrada da munição no curso de formação.

Art. 119. Os requerimentos de aquisição poderão ser formulados com base em ocorrências de furtos ou roubos de armas, munições ou coletes à prova de balas, até seis meses após os fatos, desde que:

- I - sejam adotadas as providências previstas no art. 138;
- II - tenham sido adotadas providências no sentido de coibir e inibir tais sinistros; e
- III - a análise do histórico das ocorrências assim recomendar.

Art. 120. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir pelo menos duas e no máximo três cargas para cada arma que possuírem, de acordo com o calibre respectivo.

Art. 121. As armas de fogo utilizadas pelos vigilantes em serviço deverão estar municiadas com carga completa.

Parágrafo único. Na atividade de transporte de valores e escolta armada a quantidade mínima de munição portada deverá ser de duas cargas completas por cada arma que a empresa empregar em serviço.

Art. 122. Nos requerimentos de aquisição de armas de fogo das empresas de transporte de valores, observar-se-ão os quantitativos abaixo indicados:

I - revólveres calibre 38, pistolas semi-automáticas calibre .380 ou 7,65 mm, sendo uma arma para cada vigilante da guarnição do veículo especial; e

II - duas espingardas calibre 12 para cada veículo especial, no mínimo.

Art. 123. As empresas de curso de formação poderão adquirir armas conforme a sua capacidade de formação simultânea, limitando-se o quantitativo máximo de armas de cada calibre a 30% (trinta por cento) dessa capacidade e mínimo a 10% (dez por cento) da capacidade de uma de suas salas de aula.

Art. 124. As empresas de curso de formação poderão adquirir munição em quantidade máxima, de acordo com a quantidade e o tipo de calibre descrito no programa da matéria de armamento e tiro, constante de cada anexo desta Portaria, tomando-se por base o dobro do total de alunos formados nos últimos seis meses, considerando inclusive o fator de crescimento médio semestral, correspondente à munição prevista para seis meses de atividade, subtraído do total o estoque remanescente da requerente.

§ 1º Em se tratando de primeira autorização, a empresa de curso de formação poderá adquirir munição em quantidade máxima, para cada tipo de calibre, tomando-se por base a capacidade máxima de formação simultânea semestral, multiplicada pelo número de tiros por aluno conforme o curso.

§ 2º Por capacidade máxima de formação simultânea semestral entende-se o produto referente à quantidade de salas, o número de alunos por sala e a quantidade de turmas previstas para seis meses em cada sala.

§ 3º As empresas de curso de formação poderão adquirir a quantidade de munição utilizada por seus instrutores durante os testes de credenciamento no SINARM.

Art. 125. As empresas de curso de formação poderão adquirir materiais para recarga de munições, tais como estojo, projétil, espoleta e pólvora, observando-se o disposto no art. 124.

Parágrafo único. Somente será autorizada a aquisição do equipamento de recarga destinado ao manejo dos calibres previstos no art. 114.

Art. 126. Somente será autorizada a aquisição de armas, munições, equipamentos e materiais para recarga, e coletes à prova de balas, em estabelecimentos comerciais autorizados pelo Comando do Exército, ou de empresas de segurança privada autorizadas pelo DPF.

Seção III

Do Processo de Aquisição de Armas e Munições

Art. 127. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem adquirir armas e munições deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, informando a quantidade e especificações das armas e munições, anexando os seguintes documentos:

I - relação das armas e munições que possui, descrevendo o calibre, número de série e número de registro no SINARM, o local ou posto de serviço onde estão situadas, ou declaração de que não as possui firmada pelo seu representante legal;

II - relação atualizada dos vigilantes;

III - cópia do contrato firmado com o contratante do serviço, contendo o número de vigilantes, local da prestação do serviço e total de armas previsto para a execução do contrato, em vigor há, no máximo, seis meses; e

IV - comprovante do recolhimento da taxa de autorização para compra de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga.

§ 1º O disposto no inciso III do *caput* não se aplica às empresas com serviço orgânico de segurança.

§ 2º A empresa autorizada a exercer a atividade de escolta armada deverá apresentar a documentação de posse ou propriedade dos veículos utilizados na atividade, cujo quantitativo também será considerado na análise de aquisição de armamento.

§ 3º A empresa de transporte de valores deverá apresentar a documentação de posse ou propriedade dos veículos utilizados na atividade, bem como os respectivos certificados de vistoria em vigor, cujo quantitativo também será considerado na análise de aquisição de armamento.

Art. 128. As empresas de curso de formação que desejarem adquirir armas, munições, equipamentos e materiais para recarga deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, especificando a natureza e a quantidade, anexando os seguintes documentos:

I - relação das armas e munições que possui, descrevendo o calibre, número de série e número de registro no SINARM, bem com os materiais de recarga, ou declaração de que não as possui, firmada pelo seu representante legal;

II - declaração da capacidade simultânea de formação de vigilantes, mencionando o número de salas de aulas; e

III - comprovante do recolhimento da taxa de autorização para compra de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga.

Art. 129. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão adquirir armas e munições de outras empresas especializadas e com serviço orgânico que estejam em atividade ou que as tenham encerrado, devendo apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, anexando os seguintes documentos:

I - relação das armas e munições a serem transferidas, descrevendo o calibre, número de série e número de registro no SINARM;

II - documento de anuência da empresa cedente em negociar o armamento, declarando a inexistência de penhora sobre este ou de qualquer outro impedimento; e

III - comprovante do recolhimento da taxa de autorização para compra de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga.

§ 1º As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão observar, ainda, o procedimento previsto no art. 127.

§ 2º As empresas de curso de formação deverão observar, ainda, o procedimento previsto no art. 128.

§ 3º No caso de as armas a serem adquiridas pertencerem a empresas com serviço orgânico de segurança, originalmente compradas com autorização da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados-DFPC, do Comando do Exército, deverá ser anexado documento de anuência deste órgão.

§ 4º Depois de autorizada a compra e, havendo urgência devidamente demonstrada nos autos não caracterizada pela demora do próprio interessado em solicitar autorização para compra do armamento, poderá o Coordenador-Geral autorizar a posse e o uso provisório das armas pelo adquirente, condicionada à apresentação do protocolo do pedido de transferência do registro junto ao SINARM.

Art. 130. Os processos administrativos de autorização de aquisição de armas, munições e demais produtos controlados, em todos os casos previstos nesta Portaria, serão encaminhados à CGCSP sem a necessidade de parecer conclusivo da unidade descentralizada de origem, exceto quando for necessária ou conveniente sua manifestação sobre situações de fato que poderão influenciar na análise do pedido.

§ 1º Após o saneamento do processo, a DAPEX/CGCSP consignará:

I - a proposta de aprovação;

II - os motivos que ensejaram o arquivamento, adotando-se o procedimento previsto no art. 200; ou

III - os motivos que ensejaram o indeferimento do pedido, adotando-se o procedimento previsto no art. 200.

§ 2º Proposta a aprovação, o Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada decidirá sobre o pedido.

§ 3º Da decisão de arquivamento ou indeferimento proferida pela DAPEX/CGCSP caberá recurso, no prazo de dez dias, ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada.

§ 4º O alvará de autorização, expedido pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, será publicado no DOU, contendo natureza e quantidade das armas, munições e outros produtos controlados autorizados, e terá validade pelo período de noventa dias a contar de sua publicação.

§ 5º No caso de aquisição de armas de fogo e outros produtos controlados sujeitos a registro, a solicitação do registro deve ocorrer dentro do prazo de validade previsto no § 4º, instruindo-se o pedido com a nota fiscal e cópia do alvará de autorização de compra, sob pena de caducidade do respectivo alvará.

§ 6º As cópias das notas fiscais que comprovem a aquisição das armas, munições e demais produtos autorizados devem ser apresentadas pela empresa à Delesp ou CV no prazo de até trinta dias após sua emissão.

§ 7º Às empresas de segurança privada que desejarem adquirir armas e munições não-letais e outros produtos controlados aplicam-se os procedimentos previstos nos art. 127 a 129, conforme o caso.

Seção IV

Do Processo de Aquisição de Coletes de Proteção Balística

Art. 131. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem adquirir coletes de proteção balística deverão apresentar requerimento dirigido a Delesp ou CV, especificando quantidade e nível de proteção, anexando os seguintes documentos:

I - relação dos coletes de proteção balística que possui, descrevendo o fabricante, o número de série, a data de fabricação, o prazo de validade e o nível de proteção, ou declaração de que não os possui, firmada pelo seu representante legal; e

II - relação atualizada dos vigilantes.

§ 1º Depois de realizada a aquisição, deverá ser encaminhada à Delesp ou CV da respectiva circunscrição a relação dos coletes adquiridos, incluindo cópia da nota fiscal e dos números de série de cada colete.

§ 2º Poderão ser adquiridos coletes de proteção balística de empresas especializadas ou das que possuem serviço orgânico de segurança, que estejam em atividade ou que as tenham encerrado, devendo ser anexados os seguintes documentos:

I - relação dos coletes a serem transferidos, descrevendo o fabricante, o número de série, a data de fabricação, o prazo de validade e o nível de proteção; e

II - documento de anuência da empresa cedente em negociar o material, declarando a inexistência de penhora sobre este ou de qualquer outro impedimento.

Art. 132. As empresas obrigadas a possuir coletes deverão providenciar a aquisição de novos coletes à prova de balas, em até trinta dias antes do final do prazo de suas respectivas validades.

§ 1º O prazo de validade do colete de proteção balística deve estar afixado de forma inalterável no produto.

§ 2º Os coletes com prazo de validade expirado não poderão ser utilizados ou reconicionados, devendo ser destruídos.

§ 3º No caso de um colete ser alvejado por um disparo, o mesmo não poderá ser reutilizado, devendo ser destruído.

§ 4º A destruição do colete poderá ser feita por picotamento ou por incineração.

§ 5º Os coletes a serem destruídos devem ser entregues pela empresa proprietária à empresa fabricante deles a fim de procederem a sua destruição, as quais ficam obrigadas a recebê-los.

§ 6º As empresas de segurança privada poderão ainda negociar seus coletes a serem destruídos com outras empresas autorizadas pelo Exército a manipular o seu conteúdo balístico.

§ 7º O transporte dos coletes a serem destruídos para a empresa recebedora deve ser feito mediante expedição de guia de transporte dos coletes, pela Delesp ou CV.

§ 8º A entrega dos coletes a serem destruídos deverá ser agendada junto a Delesp ou CV, a fim de ser acompanhada por um servidor destes órgãos, que lavrará o respectivo termo de entrega para destruição dos coletes.

Art. 133. A autorização para compra de coletes de proteção balística será expedida pela Delesp ou CV, com validade de sessenta dias, prorrogáveis uma vez e por igual prazo, constando CNPJ, razão social e endereço da empresa, especificação e quantidade dos coletes autorizados.

§ 1º As empresas de segurança privada somente poderão transferir seus coletes a outras empresas de segurança privada.

§ 2º As notas fiscais que comprovem a aquisição dos coletes autorizados devem ser apresentados pela empresa à Delesp ou CV no prazo de até trinta dias após sua emissão.

Seção V

Do Transporte de Armas, Munições e Coletes De Proteção Balística

Art. 134. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem transportar armas e munições entre estabelecimentos da mesma empresa ou para suprimento de postos de serviço, ou em outras situações que se fizerem necessárias, deverão apresentar requerimento à Delesp ou CV em que conste:

I - a descrição das armas e munições a serem transportadas;

II - a descrição dos endereços de origem e destino, bem com o motivo da necessidade do transporte;

III - o trajeto do material a ser transportado, quando entre municípios não contíguos; e

IV - comprovante do recolhimento da taxa de autorização para transporte de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga.

Art. 135. O transporte de coletes à prova de balas, entre as instalações da empresa e para seus postos de serviço, não necessita de autorização da Delesp ou CV, dispensando-se a expedição da respectiva guia.

Parágrafo único. Quando os coletes forem adquiridos por outra empresa de segurança privada ou quando forem encaminhados para destruição, seu transporte dependerá de autorização da Delesp ou CV.

Art. 136. A guia de autorização para o transporte de armas e munições será expedida pela Delesp ou CV, com o prazo de validade de até trinta dias.

§ 1º O transporte deverá ser efetuado em veículo da empresa e por sócio ou funcionário portando documento comprobatório do vínculo empregatício, sendo que as armas deverão estar desmuniçadas e acondicionadas separadamente das munições, bem como acompanhadas da respectiva guia.

§ 2º Quando se tratar de transferência de armas e munições entre estabelecimentos da empresa, a requerente deverá solicitar autorização à Delesp ou CV de origem, instruindo-o com documentação que justifique a necessidade operacional, conforme disposto no art. 117, procedendo-se o registro no SINARM após a expedição da guia.

§ 3º No caso do § 2º, o pedido será encaminhado à Delesp ou CV de destino, que elaborará parecer conclusivo a cerca da necessidade operacional do estabelecimento destinatário, restituindo o expediente à Delesp ou CV de origem, para a expedição da guia ou notificação do interessado do indeferimento do pedido.

§ 4º Os postos de serviço da empresa devem estar cadastrados no sistema informatizado do DPF, para poder ser expedida autorização para transporte de armas, munições e demais produtos controlados.

§ 5º As empresas especializadas e as possuidoras de serviço orgânico de segurança privada deverão emitir as guias de transporte de armas de fogo, armas não letais e respectivas munições exclusivamente via sistema eletrônico, excluídos os casos e hipóteses a serem estabelecidos pela CGCSP.

Seção VI

Da Guarda de Armas, Munições e Coletes De Proteção Balística

Art. 137. As armas, munições, coletes de proteção balística e demais produtos controlados de propriedade das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança serão guardados em local seguro, em seu estabelecimento, de acesso restrito a pessoas estranhas ao serviço.

§ 1º Os equipamentos e até cinco armas de fogo que estejam sendo empregados na atividade de segurança privada poderão ser guardados em local seguro aprovado pela Delesp ou CV, no próprio posto de serviço, não podendo o tomador do serviço ter acesso ao material, cuja responsabilidade pela guarda cabe exclusivamente à empresa especializada.

§ 2º As empresas especializadas podem guardar em suas dependências viaturas, armas, munições e outros equipamentos de outras empresas, quando em trânsito regular decorrente das atividades de transporte de valores ou escolta armada, por até uma noite, desde que informado à Delesp ou CV da circunscrição, com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, pela empresa que guardará as armas e o que seu certificado de segurança esteja válido.

§ 3º Caso o posto de serviço seja estabelecimento financeiro poderão ser guardadas todas as armas empregadas na atividade de segurança privada no local, não se aplicando o limite de até cinco armas previsto no § 1º.

§ 4º As armas de fogo e munições guardadas em postos de serviço, inclusive em estabelecimentos financeiros, deverão ser acondicionadas em cofre, caixa metálica ou outro recipiente resistente e que seja afixado ou de outro modo que não possa ser deslocado ou transportado com facilidade, desde que possuam cadeados ou fechaduras de chave ou senha, as quais ficarão em poder dos vigilantes ou da empresa de segurança privada.

§ 5º No caso dos postos de serviço localizados em estabelecimentos financeiros, a localização do compartimento de guarda das armas ficará restrito ao cofre-forte ou sala-forte da unidade bancária ou em área de acesso proibido ao público externo, a critério da empresa de vigilância ou da instituição financeira.

§ 6º Na hipótese de o compartimento de guarda de armas e munições puder ser deslocado ou transportado com facilidade, e a opção adotada for por mantê-lo fora do cofre-forte ou sala-forte, tal recipiente deverá ser obrigatoriamente afixado, tirando sua condição de mobilidade.

Seção VII

Da Comunicação de Ocorrências

Art. 138. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança comunicarão ao DPF, por qualquer meio hábil, as ocorrências de furto, roubo, perda, extravio ou recuperação das armas, munições ou coletes de proteção balística de sua propriedade, em até vinte e quatro horas do fato.

§ 1º Após a comunicação de que trata o *caput*, o comunicante terá o prazo de dez dias úteis para encaminhar à Delesp ou CV:

I - cópia do boletim de ocorrência policial; e

II - informações sobre as apurações realizadas pela empresa.

§ 2º A Delesp ou CV providenciará o registro da ocorrência no SINARM, após receber a comunicação do fato, informando o documento apresentado.

§ 3º Outros incidentes com armas, munição e demais produtos controlados, ainda que não previstos no *caput* deste artigo, devem também ser comunicados à Delesp ou CV no prazo de dez dias do fato, seguindo-se o procedimento do § 1º, se for o caso.

§ 4º O prazo de vinte e quatro horas de que trata o *caput* deste artigo não se suspende ou interrompe nos feriados e finais de semana.

§ 5º As apurações a que se refere o inciso II do § 1º deverão conter, no mínimo, o relato dos funcionários envolvidos, informações a respeito de instalações da empresa que tenham, eventualmente, sofrido arrombamento e medidas corretivas adotadas.

Seção VIII

Da Utilização de Cães Adestrados

Art. 139. As empresas de vigilância patrimonial e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão utilizar cães em seus serviços, desde que possuam autorização de funcionamento e certificado de segurança válido.

Art. 140. Os cães a que se refere o art. 139 deverão:

I - ser adequadamente adestrados por profissionais comprovadamente habilitados em curso de cinofilia; e

II - ser de propriedade da empresa de vigilância patrimonial ou da que possui serviço orgânico de segurança, ou de canil de organização militar, de *Kanil Club* ou particular.

Parágrafo único. O adestramento a que se refere o inciso I deverá seguir procedimento básico e técnico-policial-militar semelhante ao adotado pela polícia militar.

Art. 141. Os cães adestrados deverão estar sempre acompanhados por vigilantes devidamente habilitados para a condução do animal.

Parágrafo único. A habilitação a que se refere o *caput* deverá ser obtida em treinamento prático, em órgão militar ou policial, *Kanil Club* ou empresa de curso de formação, expedindo-se declaração ou certificado de conclusão de curso.

Art. 142. O cão, quando utilizado em serviço, deverá possuir peitoral de pano sobre o seu dorso, contendo logotipo e nome da empresa.

Art. 143. A atividade de vigilância patrimonial com cão adestrado não poderá ser exercida no interior de edifício ou estabelecimento financeiro, salvo fora do horário de atendimento ao público.

CAPÍTULO VII DA ALTERAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 144. As empresas especializadas que desejarem efetuar alterações em seus atos constitutivos deverão requerer autorização específica, desde que estejam com a autorização de funcionamento e o certificado de segurança em vigor.

§ 1º As alterações que impliquem mudanças na razão social, inclusive tipo societário ou CNPJ dependerão de autorização do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, ficando as alterações de sócios, endereço, capital social e as demais a cargo da Delesp ou CV.

§ 2º Com relação aos processos de alteração de atos constitutivos de competência da Delesp ou CV, apenas o de alteração de sócios deverá ser encaminhado à CGCSP para atualização do cadastro da empresa.

§ 3º A alteração de objeto social está incluída nos procedimentos de autorização de nova atividade ou de encerramento de alguma atividade, não necessitando de procedimento próprio.

Art. 145. Expedida a autorização para alteração de atos constitutivos, a empresa especializada deverá levá-la a registro perante a Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, devolvendo o ato devidamente registrado à Delesp ou CV.

§ 1º Após o registro e devolução do ato registrado à Delesp ou CV, na forma do *caput*, a empresa especializada comunicará a alteração de seu ato constitutivo às demais Delesp ou CV de onde houver filial.

§ 2º Quando se tratar de alterações de razão social, inclusive tipo societário ou CNPJ, será publicado no DOU alvará autorizando a modificação destes dados da empresa.

Art. 146. As empresas que possuem serviço orgânico de segurança deverão comunicar previamente à Delesp ou CV de sua circunscrição as alterações de seus atos constitutivos, quando referentes à razão social, quadro societário, endereço e responsável pelo setor de segurança.

Parágrafo único. No caso de alteração de endereço, a empresa deverá observar o disposto no art. 93.

Seção II

Do Processo de Alteração de Atos Constitutivos

Art. 147. Para obterem a autorização para alteração de atos constitutivos, as empresas especializadas deverão protocolar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, à Delesp ou à CV, conforme o caso, indicando o que se quer alterar e anexando:

I - comprovante de quitação das penas de multa eventualmente aplicadas à empresa por infração administrativa aos dispositivos desta Portaria; e

II - comprovante de recolhimento da taxa de alteração de atos constitutivos.

§ 1º No caso de alteração de razão social, inclusive tipo societário ou CNPJ, a autorização dependerá de publicação no DOU de novo alvará do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada.

§ 2º No caso de alteração do quadro societário, a Delesp ou CV ouvirá em termo de declarações o sócio que pretender ingressar na sociedade, na forma do art. 10, § 1º, devendo-se anexar, ainda, relativamente a este:

I - cópia da Carteira de Identidade, inscrição no CPF, Título de Eleitor e Certificado de Reservista; e

II - certidões negativas de registros criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual e Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes, das unidades da federação onde mantenham domicílio e pretendam constituir a empresa.

§ 3º No caso de alteração de endereço, cuja autorização caberá a Delesp ou CV será observado o procedimento previsto nos arts. 8º e 9º, com expedição de novo certificado de segurança, apresentando, ainda:

I - as fotografias das instalações físicas, em especial da fachada, bem como do local de guarda de armas e munições, em se tratando de empresas especializadas; e

II - as fotografias das instalações físicas, em especial da fachada, do local de guarda de armas e munições, das salas de aula, do local adequado para treinamento físico e de defesa pessoal e do estande de tiro próprio, se houver, em se tratando de empresas de curso de formação.

§ 4º No caso de alteração para menor do capital social, a requerente deverá juntar, ainda, documento que comprove a integralização do capital social mínimo de 100.000 (cem mil) UFIR, procedimento dispensável às empresas que possuem serviço orgânico de segurança.

§ 5º As empresas de segurança privada que desejarem autorização para nova atividade deverão comprovar os requisitos da atividade pretendida, sem recolhimento de nova taxa de expedição de alvará de funcionamento.

§ 6º A autorização de funcionamento de filial procede-se na forma dos arts. 5º e 6º, dispensando-se de processo autônomo de alteração de atos constitutivos.

Art. 148. Caberá à Delesp ou CV do local onde se encontra a matriz da empresa especializada autorizar a alteração de seu ato constitutivo, devendo essa comunicar a alteração às demais Delesp ou CV de onde houver filial, ressalvados os casos de inexistência de processo autorizativo autônomo para alteração de atos constitutivos, a exemplo dos previstos nos arts. 5º, 6º e 7º.

CAPÍTULO VIII DO UNIFORME DO VIGILANTE

Art. 149. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§ 1º A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa; e

III - plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de seis meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante - CNV e fotografia colorida em tamanho 3 x 4 e a data de validade.

§ 2º O traje dos vigilantes empenhados na atividade de segurança pessoal não necessitará observar o caráter da ostensividade, aplicando-se quanto a estes o disposto no art. 70, § 2º.

§ 3º A validade da plaqueta de identificação do vigilante poderá ser aposta de forma a ser substituída a cada vencimento sem que seja necessária a reprodução de todo o documento.

Art. 150. O uniforme será adequado às condições climáticas do lugar em que o vigilante prestar serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

Art. 151. O modelo de uniforme dos vigilantes não será aprovado quando semelhante aos utilizados pelas Forças Armadas, pelos órgãos de segurança pública federais e estaduais e pelas guardas municipais.

§ 1º Em caso de semelhança superveniente causada por criação de novo uniforme nas Forças Armadas, nos órgãos de segurança pública federais e estaduais e nas guardas municipais, capaz de causar confusão ao cidadão e ao Poder Público, a Delesp ou CV responsável pela autorização do uniforme na unidade da federação poderá rever a autorização concedida.

§ 2º Na hipótese do § 1º não haverá necessidade de completa reformulação do uniforme autorizado, bastando alterações ou acréscimos de faixas, braçadeiras, inscrições, emblemas ou outros elementos identificadores que, a critério da unidade responsável, sejam suficientes para elidir a semelhança observada, fixando-se prazo razoável para implementação das medidas fixadas.

Art. 152. A empresa que prestar serviços de vigilância em indústrias, usinas, portos, aeroportos, navios fundeados em águas nacionais ou em outros estabelecimentos que venham impor riscos à incolumidade física de seus vigilantes, deverá adotar, além do uniforme, equipamentos de segurança necessários ao desempenho do trabalho, tais como capacetes, botas, óculos, cintos especiais e outros necessários, observadas as regras de segurança do serviço a ser executado.

Art. 153. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança poderão possuir mais de um uniforme autorizado, podendo um deles ser terno ou paletó, observadas as peculiaridades da atividade e o local de prestação do serviço, bem como os requisitos do art. 149, §1º.

Art. 154. Para obterem a autorização para modificação de uniforme já autorizado, ou acréscimo de um novo, as empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão possuir alvará de autorização e certificado de segurança válidos, devendo protocolar requerimento à Delesp ou CV, anexando:

I - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, nome e logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;

II - memorial descritivo das alterações propostas;

III - declaração das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública federais e estaduais e das guardas municipais ou da Delesp ou CV, informando que o modelo de uniforme apresentado não é semelhante aos utilizados por aquelas instituições; e

IV - comprovante de recolhimento da taxa de autorização para mudança de modelo de uniforme.

CAPÍTULO IX DO VIGILANTE

Seção I **Dos Requisitos Profissionais**

Art. 155. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, comprovados documentalmente:

I - ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II - ter idade mínima de vinte e um anos;

III - ter instrução correspondente à quarta série do ensino fundamental;

IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada;

V - ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;

VI - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais, sem registros indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal de onde reside, bem como do local em que realizado o curso de formação, reciclagem ou extensão: da Justiça Federal; da Justiça Estadual ou do Distrito Federal; da Justiça Militar Federal; da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal e da Justiça Eleitoral;

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e

VIII - possuir registro no Cadastro de Pessoas Físicas.

§ 1º Os exames de saúde física e mental e de aptidão psicológica serão renovados por ocasião da reciclagem do vigilante, às expensas do empregador.

§ 2º O exame psicológico será aplicado por profissionais previamente cadastrados no DPF, conforme normatização específica.

§ 3º Os vigilantes aptos a exercer a profissão terão o registro profissional em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, a ser executado pela Delesp ou CV, por ocasião do registro do certificado de curso de formação, com o recolhimento da taxa de registro de certificado de formação de vigilante.

§ 4º Não constituem obstáculo ao registro profissional e ao exercício da profissão de vigilante:

I - o indiciamento ou processo criminal instaurado por crimes culposos;

II - a condenação criminal quando obtida a reabilitação criminal fixada em sentença;

III - a condenação criminal quando decorrido período de tempo superior a cinco anos contados da data de cumprimento ou extinção da pena; e

IV - a instauração de termo circunstanciado, a ocorrência de transação penal, assim como a suspensão condicional do processo.

Seção II

Dos Cursos de Formação, Extensão e Reciclagem

Art. 156. São cursos de formação, extensão e reciclagem:

I - curso de formação de vigilante (Anexo I);

II - curso de reciclagem da formação de vigilante (Anexo II);

III - curso de extensão em transporte de valores (Anexo III);

IV - curso de reciclagem em transporte de valores (Anexo IV);

V - curso de extensão em escolta armada (Anexo V);

VI - curso de reciclagem em escolta armada (Anexo VI);

VII - curso de extensão em segurança pessoal (Anexo VII);

VIII - curso de reciclagem em segurança pessoal (Anexo VIII);

IX - curso de extensão em equipamentos não-letais I (Anexo IX);

X - curso de extensão em equipamentos não-letais II (Anexo X); e

XI - curso de extensão em segurança para grandes eventos (Anexo XI).

§ 1º Para a matrícula nos cursos de formação, reciclagem e extensão de vigilante, o candidato deverá preencher os requisitos previstos no art. 155, exceto o disposto no inciso IV, dispensado no caso dos cursos de formação.

§ 2º O curso de formação de vigilante será pré-requisito para os cursos de extensão e cada curso será pré-requisito para a reciclagem correspondente.

§ 3º A realização de extensão e reciclagem em transporte de valores, escolta armada ou segurança pessoal implicará a reciclagem do curso de formação do vigilante.

§ 4º A frequência e avaliação seguirão as regras estabelecidas em cada programa de curso constante nos anexos desta Portaria.

§ 5º O candidato aprovado fará jus ao certificado de conclusão do curso, que deverá ser registrado pela Delesp ou CV para ser considerado válido em todo o território nacional.

§ 6º O curso de formação habilitará o vigilante ao exercício da atividade de vigilância patrimonial e os cursos de extensão prepararão os candidatos para exercerem as atividades específicas de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal.

§ 7º Os cursos de formação, extensão e reciclagem são válidos por dois anos, após o que os vigilantes deverão ser submetidos a curso de reciclagem, conforme a atividade exercida, às expensas do empregador.

§ 8º O curso de extensão em equipamentos não letais I é requisito para a utilização pelo vigilante, dos equipamentos descritos no art. 114, § 10, bem como para a inscrição no curso de extensão em equipamentos não letais II.

§ 9º O curso de extensão em equipamentos não letais II é requisito para a utilização pelo vigilante dos equipamentos descritos no art. 114, § 11.

§ 10. A participação nos cursos de extensão em equipamentos não letais I e II e no curso de extensão em segurança para grandes eventos, não vale como início ou renovação da contagem de tempo de formação ou reciclagem de vigilante.

Seção III

Da Carteira Nacional de Vigilante

Art. 157. A CNV será de uso obrigatório pelo vigilante, quando em efetivo serviço, constando seus dados de identificação e as atividades a que está habilitado, na forma do art. 159.

§ 1º A CNV somente será expedida se o vigilante preencher os requisitos profissionais previstos no art. 155, estiver vinculado à empresa especializada ou a que possua serviço orgânico de segurança, e possuir curso de formação, extensão ou reciclagem dentro do prazo de validade.

§ 2º A CNV não é válida como identidade, mas tão somente como identificação profissional, devendo estar sempre acompanhada de documento oficial de identidade.

Art. 158. A CNV deverá ser requerida eletronicamente ao DPF pela empresa contratante, ou entidades sindicais devidamente cadastradas, até trinta dias após a contratação do vigilante, devendo-se apresentar:

I - Carteira de Identidade e CPF; e

II - informação de recolhimento da taxa de expedição da CNV, às expensas do empregador.

§ 1º No ato do requerimento somente serão processadas as solicitações nas quais for verificada eletronicamente a existência de vínculo empregatício e o pagamento válido da taxa correspondente, conforme número da Guia de Recolhimento da União - GRU informada.

§ 2º Os documentos mencionados no inciso I deverão ser apresentados em cópias legíveis anexadas ao formulário de requerimento eletrônico.

§ 3º No ato da solicitação, o requerente deverá informar a unidade do DPF onde deseja receber a CNV.

§ 4º O protocolo de requerimento, de porte obrigatório pelo vigilante enquanto não expedida a CNV, terá validade de sessenta dias a partir do recebimento do pedido pelo DPF, na forma do *caput*, e comprovará a regularidade do vigilante durante esse período.

§ 5º Não sendo expedida a CNV no prazo fixado no § 4º, a validade do protocolo poderá ser prorrogada na forma e prazo estabelecido em ato da CGCSP.

§ 6º Após o requerimento da CNV, a empresa contratante ou entidade de classe deverá agendar o comparecimento do vigilante à Delesp ou CV a fim de ser submetido à identificação através da coleta biométrica de suas impressões decadactilares a ser realizada pelo setor responsável pelos procedimentos de identificação da Superintendência Regional de Polícia Federal local ou da unidade descentralizada da circunscrição dos requerentes.

§ 7º Procedida a coleta biométrica, as impressões digitais do vigilante serão inseridas e pesquisadas no sistema automatizado de identificação de impressões digitais, cabendo ao setor responsável pelos procedimentos de identificação da Superintendência de Polícia Federal local ou da unidade descentralizada, informar os resultados da pesquisa à Delesp ou CV.

Art. 159. As CNV serão expedidas pela CGCSP com prazo de validade de cinco anos.

§ 1º Em caso de conclusão de novo curso de extensão, deverá a empresa ao qual estiver vinculado o vigilante requerer a atualização da CNV, contendo a nova extensão realizada, salvo quando os cursos ocorrerem de forma sucessiva, quando então o documento deverá ser requerido após a última extensão.

§ 2º O requerimento de atualização da CNV deverá ser acompanhado dos documentos previstos no art. 158.

§ 3º No caso do § 1º, o vigilante deverá portar a CNV desatualizada acompanhada do protocolo de requerimento da nova CNV.

§ 4º As CNV que tenham sido expedidas com erro ou que estejam desatualizadas na forma do § 1º, serão recolhidas pela Delesp ou CV no ato de entrega da nova carteira e encaminhadas à CGCSP para controle e destruição.

Art. 160. O pedido de renovação da CNV deverá ser apresentado no prazo de até sessenta dias, antes da data do seu vencimento, devendo ser instruído na forma prevista no art. 158.

Art. 161. Nos casos de extravio, danificação, destruição, furto ou roubo, o vigilante poderá requerer a segunda via de sua CNV, mediante inclusão obrigatória do boletim de ocorrência policial ou equivalente, além dos documentos previstos no art. 158.

Art. 162. As CNV que contenham erro material serão retificadas e novamente expedidas sem a necessidade do recolhimento da taxa correspondente, caso em que possuirão o mesmo prazo de validade da anteriormente expedida.

§ 1º Caso o erro verificado tenha sido causado por equívoco no preenchimento de dados previamente confirmados pelo próprio requerente, a expedição de nova CNV se dará mediante novo requerimento e pagamento de nova taxa.

§ 2º As CNV com erro serão obrigatoriamente entregues à Delesp ou CV, no ato do recebimento da carteira retificada.

Seção IV Dos Direitos

Art. 163. Assegura-se ao vigilante:

I - o recebimento de uniforme, devidamente autorizado, às expensas do empregador;

II - porte de arma, quando em efetivo exercício;

III - a utilização de materiais e equipamentos em perfeito funcionamento e estado de conservação, inclusive armas e munições;

IV - a utilização de sistema de comunicação em perfeito estado de funcionamento;

V - treinamento regular nos termos previstos nesta Portaria;

VI - seguro de vida em grupo, feito pelo empregador; e

VII - prisão especial por ato decorrente do serviço.

Seção V Dos Deveres

Art. 164. São deveres dos vigilantes:

I - exercer suas atividades com urbanidade, probidade e denodo, observando os direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos, no exercício de suas funções;

II - utilizar, adequadamente, o uniforme autorizado, apenas em serviço;

III - portar a CNV;

IV - manter-se adstrito ao local sob vigilância, observando-se as peculiaridades das atividades de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal; e

V - comunicar, ao seu superior hierárquico, quaisquer incidentes ocorridos no serviço, assim como quaisquer irregularidades relativas ao equipamento que utiliza, em especial quanto ao armamento, munições e colete à prova de balas, não se eximindo o empregador do dever de fiscalização.

Seção VI

Da Apuração das Condutas dos Vigilantes

Art. 165. As empresas de segurança privada deverão:

I - comunicar imediatamente à Delep ou CV de sua circunscrição a ocorrência de ilícitos penais com o envolvimento de seus vigilantes, quando no exercício de suas atividades, e colaborar nas investigações; e

II - apurar o fato em procedimento interno, juntando cópias do boletim de ocorrência e de outros documentos esclarecedores do fato, encaminhando cópia do procedimento apuratório à Delep ou CV, para conhecimento.

CAPÍTULO X

DAS PENALIDADES

Seção I

Das Penas Aplicáveis

Art. 166. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que contrariarem as normas de segurança privada ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

II - multa, de 500 (quinhentas) a 5.000 (cinco mil) UFIR;

III - proibição temporária de funcionamento; e

IV - cancelamento da autorização de funcionamento.

Seção II

Das Penas aplicáveis aos Estabelecimentos Financeiros

Art. 167. O estabelecimento financeiro que contrariar as normas de segurança privada ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

II - multa, de 1.000 (mil) a 20.000 (vinte mil) UFIR; e

III - interdição.

CAPÍTULO XI

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I

Das Infrações cometidas pelas Empresas Especializadas e pelas que possuem Serviço Orgânico de Segurança

Subseção I

Da Pena de Advertência

Art. 168. É punível com a pena de advertência a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - deixar de fornecer ao vigilante os componentes do uniforme ou cobrar pelo seu fornecimento;

II - permitir que o vigilante utilize o uniforme fora das especificações;

III - reter certificado de conclusão de curso ou CNV pertencente ao vigilante;

IV - permitir o tráfego de veículo especial de transporte de valores desacompanhado de cópia do certificado de vistoria respectivo;

V - deixar de reconhecer a validade de certificado de conclusão de curso devidamente registrado pela Delesp ou CV;

VI - possuir, em seu quadro, até 5% (cinco por cento) de vigilantes sem CNV, com a CNV vencida ou desatualizada, na forma do art. 159;

VII - matricular aluno em curso de formação, reciclagem, extensão ou treinamento complementar de tiro sem a apresentação de todos os documentos necessários; e

VIII - permitir que vigilante trabalhe sem portar a CNV ou protocolo de requerimento de CNV válido, na forma do art. 157.

Subseção II
Da Pena de Multa

Art. 169. É punível com a pena de multa, de 500 (quinhentas) a 1.250 (um mil, duzentas e cinquenta) UFIR, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - deixar de apresentar qualquer informação ou documento, na forma da legislação vigente, quando requisitado pela CGCSP, Delesp ou CV, para fins de controle ou fiscalização;

II - permitir que o vigilante exerça suas atividades sem os equipamentos de proteção individual necessários ao desempenho do trabalho em ambientes que possam causar riscos à sua incolumidade, tais como capacetes, botas, óculos, cintos especiais e outros necessários;

III - permitir que o vigilante exerça suas atividades sem o uniforme;

IV - permitir que o vigilante utilize o uniforme fora do serviço;

V - alterar seus atos constitutivos ou o modelo do uniforme dos vigilantes, sem prévia autorização do DPF;

VI - permitir a utilização de cães que não atendam às exigências específicas previstas nesta Portaria;

VII - deixar de devolver ao vigilante interessado, em até cinco dias após os registros, o seu certificado de conclusão do curso;

VIII - deixar de expedir a segunda via do certificado de curso de formação, extensão ou reciclagem, quando solicitada pelo interessado;

IX - permitir o tráfego de veículo especial de transporte de valores com o certificado de vistoria vencido;

X - alterar o local onde o veículo especial estiver operando, sem prévia comunicação à Delesp ou CV;

XI - proceder à desativação ou reativação do veículo especial, em desacordo com o procedimento previsto no art. 55;

XII - deixar de comunicar à Delesp ou CV a desativação temporária de veículo especial;

XIII - não comunicar o envolvimento de vigilante em ato ilícito no exercício da profissão ou não apurar internamente o fato, nos termos do art. 165;

XIV - alterar os atos constitutivos para fins de constituição de nova filial ou outra instalação e não ingressar com o respectivo pedido no prazo dos arts. 5º e 6º, §§ 5º.

XV - possuir, em seu quadro, entre 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) de vigilantes sem CNV, com a CNV vencida ou desatualizada na forma do art. 159;

XVI - manter em sala de aula mais de quarenta e cinco alunos, ressalvado o art. 76, inciso VI;

XVII - deixar de observar os prazos previstos nesta Portaria, salvo quando a omissão caracterizar conduta mais grave; e

XVIII - deixar de observar as determinações previstas no art. 79, §§ 2º e 3º.

Art. 170. É punível com a pena de multa, de 1.251 (um mil, duzentas e cinquenta e uma) a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - exercer a atividade de segurança privada em unidade da federação na qual não está autorizado;

II - contratar, como vigilante, pessoa que não preencha os requisitos profissionais exigidos;

III - exercer atividade de segurança privada com vigilante sem vínculo empregatício;

IV - deixar de efetuar as anotações e os registros devidos na CTPS do vigilante;

V - deixar de encaminhar a CTPS do vigilante à Delesp ou CV, para fins de registro profissional;

VI - permitir que o vigilante exerça suas atividades com a utilização de armas, munições, coletes à prova de balas, ou outros equipamentos, que não estejam em perfeito estado de conservação e funcionamento, fora do prazo de validade ou em desacordo com o art. 121 ou art. 132, § 2º;

VII - exercer quaisquer das atividades de segurança privada sem dispor do efetivo mínimo necessário de vigilantes;

VIII - deixar de promover a reciclagem do vigilante, os exames de saúde e de aptidão psicológica, quando devidos;

IX - deixar de assistir, jurídica e materialmente, o vigilante quando em prisão por ato decorrente de serviço;

X - deixar de providenciar o certificado de conformidade complementar na hipótese de modificação e/ou substituição nas peças de proteção balística ou na forma de montagem do veículo especial de transporte de valores, conforme disposto no art. 39;

XI - deixar de contratar o seguro de vida em grupo para o vigilante;

XII - dar destinação diversa da prevista no art. 132 aos seus coletes de proteção balística com prazo de validade vencido;

XIII - não possuir sistema de comunicação ou possuí-lo com problemas de funcionamento;

XIV - utilizar veículos comuns sem que estejam devidamente identificados e padronizados, contendo nome e logotipo da empresa, ou sem comunicar a sua posse ao DPF;

XV - utilizar veículo especial de transporte de valores sem os equipamentos exigidos ou em desacordo com as normas vigentes;

XVI - realizar transporte de valores em desacordo com o disposto nos arts. 50 ou 51;

XVII - exercer a atividade de transporte de valores por via aérea, fluvial ou por outros meios, sem a autorização competente;

XVIII - exercer a atividade de transporte de valores por via aérea, fluvial ou por outros meios, sem a presença de, no mínimo, dois vigilantes, ou deixar de observar as normas e as medidas de segurança necessárias;

XIX - utilizar ou manter veículo especial ou comum em irregular estado de conservação, sem que o veículo esteja formalmente desativado;

XX - utilizar veículo especial ou comum, em serviço, desprovido de um sistema de comunicação ou com sistema que apresente problemas de funcionamento;

XXI - matricular, em curso de formação, extensão, reciclagem ou treinamento complementar de tiro, candidato que não preencha os requisitos necessários;

XXII - deixar de aplicar a grade curricular, os exames teóricos e práticos, e a carga de tiro mínima, previstos nos anexos desta Portaria;

XXIII - promover a avaliação final do candidato que não houver concluído o curso com frequência de 90 % (noventa por cento) da carga horária em cada disciplina;

XXIV - promover a aprovação do candidato que não obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 60 % (sessenta por cento) em cada disciplina;

XXV - permitir que instrutor não credenciado ministre aulas nos cursos de formação, reciclagem ou extensão de vigilantes;

XXVI - deixar de informar aos órgãos de segurança o serviço a ser executado com passagem por outras unidades da federação;

XXVII - possuir, em seu quadro, entre 20% (vinte por cento) e 50 % (cinquenta por cento) de vigilantes sem CNV, com a CNV vencida ou desatualizada na forma do art. 159; e

XXVIII - empregar vigilante em atividade de segurança privada para a qual esse não possui habilitação.

Art. 171. É punível com a pena de multa, de 2.501 (duas mil, quinhentas e uma) a 5.000 (cinco mil) UFIR, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - utilizar em serviço armamento, munição ou outros produtos controlados que não sejam de sua propriedade;

II - adquirir, a qualquer título, armas, munições ou outros produtos controlados, de pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas à sua comercialização;

III - alienar, a qualquer título, armas, munições ou outros produtos controlados, sem prévia autorização do DPF;

IV - guardar armas, munições ou outros produtos controlados que não sejam de sua propriedade;

V - guardar armas, munições ou outros produtos controlados em local inadequado;

VI - negligenciar na guarda ou conservação de armas, munições ou outros produtos controlados;

VII - permitir que o vigilante utilize armamento ou munição fora do serviço;

VIII - realizar o transporte de armas ou munições sem a competente guia de autorização;

IX - permitir que o vigilante desempenhe suas funções fora dos limites do local do serviço, respeitadas as peculiaridades das atividades de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal;

X - utilizar vigilante desarmado ou sem coletes de proteção balística em estabelecimentos financeiros que realizam guarda de valores ou movimentação de numerário, ou em serviço de transporte de valores;

XI - realizar atividade de transporte de valores em desacordo com o disposto nos arts. 50, 51 ou 114, § 8º.

XII - transferir a posse ou propriedade de veículo especial à empresa que não possua autorização para atuar na atividade de transporte de valores;

XIII - realizar atividade de escolta armada em desacordo com o disposto nos arts. 66 ou 114, § 8º;

XIV - dar outra destinação às armas e munições adquirida para fins de formação, reciclagem ou extensão dos vigilantes ou para o exercício da atividade de segurança privada autorizada;

XV - permitir a utilização, por alunos e instrutores, de armas ou munições que não sejam de sua propriedade, excetuando-se as hipóteses dos arts. 84 e 118, parágrafo único;

XVI - permitir a realização de cursos de formação, reciclagem ou extensão de vigilantes fora das dependências autorizadas da empresa, ressalvado o disposto no art. 76, § 2º, ou em desacordo com as regras de segurança necessárias;

XVII - executar atividade de segurança privada em desacordo com a autorização expedida pelo DPF;

XVIII - executar ou contribuir, de qualquer forma, para o exercício da atividade de segurança privada não autorizada;

XIX - impedir ou dificultar o acesso dos policiais da Delesp ou CV às suas dependências e instalações, quando em fiscalização;

XX - declarar fato inverídico ou omitir fato verdadeiro ao DPF;

XXI - deixar de comunicar furto, roubo, extravio ou a recuperação de armas, munições e coletes de proteção balística de sua propriedade, ao DPF, no prazo de vinte e quatro horas da ocorrência, bem como deixar de adotar as providências referidas no art. 138, §§ 1º e 3º;

XXII - continuar funcionando durante o período de proibição temporária de funcionamento;

XXIII - utilizar armamento ou munição imprestável ou inservível para a atividade, ou munição recarregada fora dos casos permitidos nesta Portaria;

XXIV - utilizar inadequadamente as armas e demais equipamentos autorizados para a atividade de segurança privada;

XXV - possuir, em seu quadro, mais de 50 % (cinquenta por cento) de vigilantes sem CNV, com a CNV vencida ou desatualizada na forma do art. 159;

XXVI - executar atividade econômica diversa da segurança privada, conforme definição do art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983;

XXVII - utilizar vigilante em atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamentos de alarme; e

XXVIII - possuir fachada em desacordo com a autorização concedida.

Subseção III
Da Pena de Proibição Temporária de Funcionamento

Art. 172. É punível com a pena de proibição temporária de funcionamento entre três e trinta dias, conforme a gravidade da infração e suas consequências, ainda que potenciais, a reincidência e a condição econômica do infrator, a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - incluir estrangeiro na constituição societária ou na administração da empresa, sem amparo legal;

II - ter na constituição societária, como sócio ou administrador, pessoas que tenham condenação criminal registrada; e

III - não possuir pelo menos dois veículos especiais em condições de tráfego, para as empresas que exerçam a atividade de transporte de valores.

§ 1º No caso de aplicação da pena de proibição temporária de funcionamento, as armas, munições, coletes de proteção balística que não estejam em utilização serão recolhidas, e os veículos especiais deverão ser lacrados pela Delesp ou CV, permanecendo, pelo período que durar a proibição, em poder da empresa, mediante lavratura de termo de fiel depositário.

§ 2º Na hipótese de regularização após a lavratura do auto de infração e antes do trânsito em julgado da decisão, a pena de proibição temporária de funcionamento poderá ser convertida na pena de multa prevista no art. 171, aplicando-se o disposto no art. 180.

§ 3º Se a empresa temporariamente proibida de funcionar não sanar, dentro do prazo de cumprimento da pena, as irregularidades apontadas no processo administrativo que deu origem à punição, será instaurado o competente processo de cancelamento da autorização de funcionamento.

Subseção IV
Da Pena de Cancelamento da Autorização de Funcionamento

Art. 173. É punível com a pena de cancelamento da autorização de funcionamento para as atividades de segurança privada a empresa especializada e a que possui serviço orgânico de segurança que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - seus objetivos ou circunstâncias relevantes indicarem a prática de atividades ilícitas, contrárias, nocivas ou perigosas ao bem público e à segurança do Estado e da coletividade;

II - possuir capital social integralizado inferior a 100.000 (cem mil) UFIR;

III - deixar de comprovar, nos prazos previstos nos arts. 4º, § 1º e 20, § 2º, a contratação do efetivo mínimo de vigilantes, necessário à atividade autorizada;

IV - deixar de possuir instalações físicas adequadas à atividade autorizada, conforme aprovado pelo certificado de segurança;

V - ter sido penalizado pela prática da infração prevista no art. 171, inciso XXIII, e não regularizar a situação após trinta dias, contados do trânsito em julgado da decisão;

VI - deixar de sanar, dentro do prazo de cumprimento da pena, as irregularidades que ensejaram a proibição temporária de funcionamento;

VII - a contumácia, que consiste na prática de três ou mais transgressões específicas, ou cinco genéricas, previstas nos arts. 170 a 172, ocorridas durante o período de um ano, e com penas transitadas em julgado;

VIII - deixar de possuir quaisquer outros requisitos para o seu funcionamento;
e

IX - continuar funcionando fora dos limites da unidade da federação onde possui autorização após trinta dias da lavratura do auto de infração pelo cometimento do fato.

§ 1º No caso de serem constatadas irregularidades quando da análise de processo de revisão de autorização de funcionamento, se, após a lavratura do auto de infração correspondente, a empresa autuada desejar solucionar a irregularidade, deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo requerimento de revisão, conforme previsto no art. 14.

§ 2º Na hipótese de regularização após a lavratura do auto de infração, e antes do trânsito em julgado da decisão, a pena de cancelamento será convertida em multa prevista no art. 171, aplicando-se o disposto no art. 180.

§ 3º Nos casos de cancelamento de autorização para funcionamento das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança, as armas, munições e demais produtos controlados serão arrecadados e permanecerão custodiados na Delesp ou CV pelo prazo de noventa dias, contados do trânsito em julgado da decisão administrativa de cancelamento de autorização, após o quê serão encaminhados ao Comando do Exército para destruição, procedendo-se ao registro no SINARM.

§ 4º É vedada a permanência de registros regulares para armas de empresas canceladas, sendo que as armas não apresentadas pela empresa e não encontradas pela Delesp ou CV devem ter sua situação atualizada conforme o caso no SINARM, sem prejuízo das implicações penais aplicáveis ao caso.

§ 5º As empresas terão o prazo previsto no § 3º para, se quiserem, alienar suas armas, munições, demais produtos controlados e veículos especiais, devendo ser observado o procedimento previsto no art. 129.

§ 6º Com o trânsito em julgado da pena de cancelamento, a Delesp ou CV oficiará à Junta Comercial ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, às Receitas Federal, Estadual e Municipal, e à Secretaria de Segurança Pública comunicando o cancelamento da empresa especializada.

§ 7º Transcorridos cento e oitenta dias da publicação da portaria de cancelamento da autorização de funcionamento, a empresa de segurança privada poderá requerer nova autorização de funcionamento, exceto na hipótese do *caput*, inciso I, quando o prazo será de cinco anos.

Art. 174. O cancelamento da autorização de funcionamento da matriz acarretará o cancelamento de toda atividade da empresa no país.

Parágrafo único. O cancelamento da primeira filial autorizada em uma unidade da federação acarretará o cancelamento de toda atividade da empresa nessa unidade.

Seção II

Das Infrações Cometidas pelos Estabelecimentos Financeiros que Realizam Guarda de Valores ou Movimentação de Numerário

Subseção I

Da Pena de Advertência

Art. 175. É punível com a pena de advertência o estabelecimento financeiro que realizar qualquer das seguintes condutas:

- I - deixar de comunicar à Delesp ou CV o encerramento de suas atividades;
- II - deixar de comunicar à Delesp ou CV quaisquer irregularidades ocorridas com os vigilantes que prestam serviço nas suas instalações; e
- III - deixar de comunicar à Delesp ou CV quaisquer irregularidades ocorridas com os veículos especiais de sua posse ou propriedade.

Subseção II

Da Pena de Multa

Art. 176. É punível com a pena de multa, de 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) UFIR, o estabelecimento financeiro que realizar qualquer das seguintes condutas:

- I - impedir ou dificultar o acesso de policiais federais às suas instalações, quando em fiscalização;
- II - deixar de atender à notificação para apresentar as imagens de vídeo, captadas e gravadas pelo circuito interno de televisão, quando solicitadas em até trinta dias da ocorrência de qualquer ação criminosa havida no interior do estabelecimento financeiro;
- III - deixar de atender ou retardar, injustificadamente, o cumprimento de notificação da Delesp ou CV, ou usar de meios para procrastinar o seu cumprimento;
- IV - permitir que o vigilante realize atividades diversas da vigilância patrimonial ou transporte de valores, conforme o caso;

V - declarar fato inverídico ou omitir fato verdadeiro ao DPF; e

VI - descumprir o disposto no art. 107, §§ 1º e 6º.

Art. 177. É punível com a pena de multa, de 10.001 (dez mil e um) a 20.000 (vinte mil) UFIR, o estabelecimento financeiro que realizar qualquer das seguintes condutas:

I - dispor de sistema de alarme, vigilância ou qualquer outro elemento em desacordo com o plano de segurança aprovado;

II - promover o transporte de numerário, bens ou valores em desacordo com a legislação; e

III - apresentar plano de segurança fora do prazo regulamentar, mas ainda dentro da validade do plano anterior.

Parágrafo único. Para efeitos de fiscalização de plano de segurança bancário, a Delesp ou CV poderá lavrar apenas um auto de infração por dia de descumprimento.

Subseção III

Da Pena de Interdição

Art. 178. É punível com a pena de interdição o estabelecimento financeiro que apresentar o plano de segurança após o vencimento do plano anterior, não obtiver a aprovação do plano de segurança apresentado ou, por qualquer outro motivo, funcionar sem plano de segurança aprovado pelo DPF.

§ 1º Após a denegação definitiva do plano de segurança, o estabelecimento financeiro que desejar solucionar a irregularidade deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo plano de segurança, conforme previsto no art. 101.

§ 2º Na hipótese do § 1º, caso o novo plano apresentado seja aprovado antes do trânsito em julgado da decisão, a pena de interdição será convertida em multa prevista no art. 177, aplicando-se o disposto no art. 180.

§ 3º Na hipótese do § 1º, caso o novo plano apresentado seja aprovado após o trânsito em julgado da decisão na seara administrativa, a pena de interdição será convertida em multa no valor máximo previsto no art. 177, de ofício ou a pedido da instituição financeira.

Art. 179. No caso de ser aplicada, com trânsito em julgado, a pena de interdição, o estabelecimento financeiro será devidamente lacrado, notificando-se o responsável e cientificando-se o Banco Central do Brasil.

Seção III

Das Disposições Comuns

Subseção I

Da Dosimetria da Pena de Multa

Art. 180. Na fixação das penas de multas, a autoridade determinará o valor a ser pago, de forma motivada, a partir de um juízo de ponderação e tendo como parâmetros:

- I - a gravidade da conduta;
- II - as consequências, ainda que potenciais, da infração; e
- III - a condição econômica do infrator;

Parágrafo único. Após a fixação da pena-base de multa na forma do *caput*, em seguida serão consideradas:

- I - as agravantes;
- II - as atenuantes; e
- III - a reincidência.

Subseção II Das Circunstâncias Agravantes

Art. 181. São consideradas circunstâncias agravantes, quando não constituírem infração:

- I - impedir ou dificultar, por qualquer meio, a ação fiscalizadora da Delesp ou CV;
- II - omitir, intencionalmente, dado ou documento de relevância para o completo esclarecimento da irregularidade em apuração; e
- III - deixar de proceder de forma ética perante as unidades de controle e fiscalização do DPF.

Subseção III Das Circunstâncias Atenuantes

Art. 182. São consideradas circunstâncias atenuantes:

- I - primariedade;
- II - colaborar, eficientemente, com a ação fiscalizadora da Delesp ou CV; e
- III - corrigir as irregularidades constatadas ou iniciar de forma efetiva a sua correção, ainda durante as diligências.

Subseção IV

Da Reincidência

Art. 183. A reincidência, genérica ou específica, caracteriza-se pelo cometimento de nova infração depois de transitar em julgado a decisão administrativa que impôs pena em virtude do cometimento de infração anterior.

§ 1º Considera-se específica a reincidência quando as infrações anterior e posterior tiverem a mesma tipificação legal, e genérica quando tipificadas em dispositivos diversos.

§ 2º No caso de infrações puníveis com a pena de advertência, havendo reincidência genérica ou específica, aplicar-se-á a pena prevista no art. 169 ou art. 176, a depender do ente infrator.

§ 3º No caso de infrações puníveis com a pena de multa, a reincidência genérica implicará o aumento de um terço, enquanto a reincidência específica implicará o aumento de metade da pena aplicada.

§ 4º No caso de infrações cometidas pelas instituições financeiras, a reincidência será determinada, individualmente, por cada estabelecimento financeiro infrator.

Art. 184. As infrações administrativas punidas e com trânsito em julgado há mais de cinco anos não serão consideradas para efeitos da reincidência.

CAPÍTULO XII DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 185. A Delesp ou CV realizará fiscalizações nas empresas especializadas, nas que possuem serviço orgânico de segurança e nos estabelecimentos financeiros, iniciando-se:

I - de ofício, a qualquer tempo ou por ocasião dos requerimentos apresentados pelas empresas especializadas, pelas que possuem serviço orgânico de segurança ou pelos estabelecimentos financeiros;

II - mediante solicitação da CGCSP, das entidades de classe ou dos órgãos de segurança pública; e

III - mediante representação, havendo suspeita da prática de infrações administrativas.

Parágrafo único. Para os fins deste capítulo, observar-se-ão os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

Art. 186. Constatada a prática de infração administrativa, a Delesp ou CV lavrará o respectivo auto de constatação de infração e notificação, contendo data, hora, local,

descrição do fato, qualificação dos vigilantes e outras circunstâncias relevantes, arrecadando os materiais controlados que estiverem sendo empregados de maneira irregular ou temerária.

Parágrafo único. Em caso de concurso material de infrações será lavrado um auto de constatação de infração e notificação para cada infração constatada, na forma do *caput*.

Art. 187. O auto de constatação de infração e notificação iniciará o processo administrativo punitivo, em que serão assegurados ao autuado a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo único. Lavrado o auto de constatação de infração e notificação, é vedado seu arquivamento no âmbito da Delesp ou CV.

Art. 188. A Delesp ou CV notificará o autuado através da entrega, mediante recibo, de uma via do auto lavrado, concedendo o prazo de dez dias, ininterruptos, para a apresentação de defesa escrita.

Parágrafo único. A notificação de que trata o *caput* poderá ser realizada:

I - por meio da ciência, no próprio auto, de qualquer sócio, empregado da administração da autuada ou procurador cadastrado, inclusive por via eletrônica;

II - pelo envio de cópia do auto, mediante aviso de recebimento, ao endereço da autuada; ou

III - por qualquer outro meio hábil, que assegure a certeza da ciência do ato por parte da autuada.

Art. 189. Após o prazo da defesa, a Delesp ou CV elaborará parecer sobre os fatos eventualmente arguidos pela defesa e encaminhará o processo administrativo punitivo à CGCSP.

§ 1º A CGCSP elaborará parecer conclusivo propondo a aplicação da pena ou o seu arquivamento e enviará o processo administrativo punitivo à CCASP que examinará e opinará sobre o assunto.

§ 2º Ouvidos os membros da CCASP, o Diretor-Executivo do DPF, na condição de Presidente da CCASP ou, em suas faltas e impedimentos, o Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, proferirá decisão.

§ 3º A CGCSP poderá delegar à Delesp vinculada à Superintendência Regional diversa daquela em que lavrado o auto de constatação de infração e notificação, a responsabilidade pela elaboração do parecer conclusivo referido no § 1º.

Art. 190. Da decisão do Presidente da CCASP caberá recurso ao Diretor-Geral no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão no âmbito do processo eletrônico ou da publicação da portaria punitiva no DOU.

§ 1º Interposto recurso ao Diretor-Geral, o Presidente da CCASP poderá, no prazo de cinco dias, reconsiderar os termos da decisão recorrida.

§ 2º Caso não reconsidere ou não se manifeste nos autos, o recurso, juntamente com o processo principal, serão encaminhados ao Diretor-Geral para decisão.

§ 3º O recurso de que trata o *caput* somente terá efeito suspensivo quando se tratar de aplicação das penas de proibição temporária de funcionamento, cancelamento da autorização de funcionamento ou interdição de estabelecimento financeiro.

Art. 191. Da decisão do Diretor-Geral não caberá novo recurso na esfera administrativa.

§ 1º O interessado será notificado da decisão do Diretor-Geral, arquivando-se junto ao processo punitivo a decisão e uma via da notificação.

§ 2º As penas de multa somente serão consideradas pagas depois de lançada sua baixa no sistema, mediante o encaminhamento, pelo autuado, do original da GRU correspondente à CGCSP, devendo esta ser arquivada junto ao processo punitivo.

§ 3º Somente serão aceitas cópias de GRU caso conste da própria guia o número do processo punitivo a que se refere.

CAPÍTULO XIII

DA EXECUÇÃO NÃO AUTORIZADA DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA

Art. 192. A execução não autorizada das atividades de segurança privada por pessoa física ou jurídica, por meio de qualquer forma, implicará a lavratura do auto de encerramento respectivo.

§ 1º No caso de constatação de serviços não autorizados, a Delesp ou CV:

I - deverá, para fins de prova, arrecadar as armas e munições utilizadas, podendo realizar fotografias, tomar depoimentos de testemunhas ou vigilantes, bem como realizar outras diligências que se fizerem necessárias;

II - lavrará o auto de encerramento de atividade não autorizada de segurança privada;

III - notificará o responsável pela atividade, entregando cópia do auto de encerramento e dos autos de arrecadação lavrados, consignando o prazo de dez dias para a apresentação de defesa escrita; e

IV - notificará, ainda, o tomador dos serviços, caso haja, entregando cópia do auto de encerramento respectivo, de que poderá ser igualmente responsabilizado caso contribua, de qualquer modo, para a prática de infrações penais possivelmente praticadas pelo contratado.

§ 2º Findo o prazo previsto para a apresentação da defesa, a Delesp ou CV decidirá fundamentadamente no prazo de trinta dias sobre o encerramento das atividades, notificando o autuado.

§ 3º Da decisão de que trata o § 2º, caberá recurso ao Superintendente Regional, no prazo de dez dias, cientificando o autuado após a decisão final.

§ 4º Transitada em julgado a decisão administrativa que reconhecer a atividade como sendo de segurança privada não autorizada, deverá a Delesp ou CV:

I - instaurar o procedimento penal cabível, em caso de recalcitrância;

II - comunicar à CGCSP;

III - oficial aos contratantes da empresa encerrada, à Junta Comercial ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, às Receitas Federal, Estadual e Municipal, e à Secretaria de Segurança Pública, comunicando o encerramento; e

IV- lançar os dados do processo em sistema informatizado do DPF.

§ 5º Se a decisão do processo não reconhecer a atividade como sendo de segurança privada não autorizada, o procedimento instaurado será arquivado.

§ 6º A lavratura do auto de encerramento de atividades não autorizada tem força de ordem legal e é autoexecutável, devendo a empresa ou responsável pela atividade irregular cessar a prestação do serviço a partir do momento da lavratura do auto, não sendo considerado como autorização temporária para prestação de atividade de segurança privada o trâmite processual previsto neste artigo.

§ 7º Além dos bens de uso controlado pelo poder público ou cuja posse, por si só, constitua crime, durante as fiscalizações de combate à atividade clandestina de segurança privada, os policiais federais deverão apreender somente o mínimo de material necessário como prova do processo administrativo de encerramento da atividade.

§ 8º Após o encerramento do processo administrativo, os bens apreendidos que não sejam controlados e os que não constituam prova em processo criminal deverão ser devolvidos aos respectivos proprietários no ato de notificação da decisão administrativa.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 193. As atividades de vigilância patrimonial, de transporte de valores, de escolta armada e de segurança pessoal poderão ser executadas por uma mesma empresa, desde que devidamente autorizada em cada uma destas atividades.

Art. 194. A empresa especializada nas atividades de segurança privada adotará firma ou razão social, observando-se:

I - a não utilização de nome de fantasia;

II - a não utilização de firma ou razão social idêntica ou similar a uma outra já autorizada;

III - a não utilização de termos de uso exclusivo pelas instituições militares ou órgãos de segurança pública; e

IV - a não utilização de termos contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e à coletividade.

§1º Os interessados em constituir empresa especializada ou alterar a razão social de empresa especializada já autorizada deverão consultar, previamente, a CGCSP a respeito da adequação e disponibilidade da razão social que pretendam utilizar.

§2º A inobservância ao § 1º acarretará o indeferimento dos pedidos, caso a razão social proposta não atenda às disposições do *caput*, incisos I a IV.

Art. 195. As empresas e profissionais que não realizem atividades típicas de segurança privada não são disciplinados por esta Portaria.

Art. 196. Nas empresas especializadas constituídas sob a forma de sociedades anônimas de capital fechado, os requisitos exigidos aos sócios para a autorização e revisão da autorização de funcionamento somente deverão ser observados pelas pessoas físicas que participam da administração da companhia.

§ 1º As modificações na composição da administração da companhia deverão ser comunicadas no prazo de até cinco dias ao DPF, instruindo-se o procedimento com os documentos que comprovem os requisitos exigidos nesta Portaria para os administradores da empresa de segurança privada.

§ 2º As empresas de que trata este artigo, para obtenção da autorização e revisão da autorização de funcionamento, deverão comprovar a nacionalidade brasileira de todos os seus acionistas.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às empresas que possuem serviço orgânico de segurança.

Art. 197. As empresas de segurança privada poderão ter pessoas jurídicas como sócios.

§ 1º Os titulares das pessoas jurídicas sócias das empresas de segurança privada deverão preencher os mesmos requisitos dos sócios destas.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às empresas que possuem serviço orgânico de segurança.

Art. 198. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão manter atualizados seus dados, apresentando no máximo a cada três meses ao DPF, via sistema informatizado:

- I - relação dos empregados contratados e dispensados;
- II - relação de armas, munições e coletes à prova de balas;
- III - relação de veículos comuns e especiais, caso existam;
- IV - relação dos postos de serviço; e
- V - relação de todos os seus estabelecimentos.

§ 1º Os veículos comuns não poderão ser utilizados antes da comunicação de sua posse ao DPF.

§ 2º A empresa deve apresentar ao DPF, sempre que notificada, quaisquer informações sobre seus dados e documentos contábeis, para fins de comprovação da manutenção de seus requisitos e de regularidade de suas atividades.

§ 3º As empresas especializadas deverão informar ao DPF, por qualquer meio hábil, em até quarenta e oito horas de antecedência, os eventos em que prestarão serviços de segurança, contendo as seguintes informações:

- I - horário;
- II - local;
- III - público estimado; e
- IV - nome e número de registro no DPF dos vigilantes que atuarão no evento.

Art. 199. Os procedimentos previstos nesta Portaria observarão as formas e os meios disciplinados em normatização específica do DPF.

§ 1º Todos os processos previstos nesta Portaria poderão ser realizados por intermédio de procedimentos eletrônicos, a critério e na forma nela prescrita e conforme orientações da CGCSP.

§ 2º Os processos autorizativos serão analisados de acordo com a ordem cronológica de protocolo dos requerimentos, com exceção aos processos de solicitação de aquisição de armas, munições e petrechos dos cursos de formação de vigilantes, que terão trâmite prioritário.

§ 3º Os processos autorizativos serão analisados no prazo de sessenta dias, contados da data do protocolo dos requerimentos, descontados os atrasos decorrentes de culpa das empresas, podendo ser prorrogado excepcionalmente pela CGCSP.

§ 4º Os procedimentos elencados nesta Portaria poderão ser revistos a qualquer momento pela CGCSP, em razão de fatos graves que atentem contra a ordem pública e ao interesse da coletividade.

§ 5º Em caso de indisponibilidade de sistema eletrônico os procedimentos previstos nesta Portaria poderão ser protocolizados diretamente nas unidades do DPF.

Art. 200. Constatada a falta ou imprestabilidade de qualquer documento, o interessado será notificado a cumprir as exigências no prazo de quinze dias, contados da ciência da notificação.

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado, a critério da autoridade competente, mediante requerimento justificado do interessado apresentado antes do vencimento do referido prazo.

§ 2º Apresentada resposta incompleta ou decorrido o prazo de que trata o *caput* sem que tenha havido o atendimento integral e tempestivo da notificação, o processo administrativo será arquivado por inércia do interessado, dando-se ciência ao mesmo, que poderá, a qualquer tempo, apresentar novo requerimento.

§ 3º Da decisão de arquivamento caberá recurso no prazo de dez dias para autoridade hierarquicamente superior.

Art. 201. Por ocasião da análise de qualquer recurso previsto nesta Portaria a autoridade recorrida poderá, em cinco dias, reconsiderar sua decisão.

Parágrafo único. A falta da manifestação da autoridade recorrida no prazo do *caput* será interpretada como manutenção da decisão, devendo o recurso ser julgado pela autoridade competente independentemente de manifestação formal nos autos.

Art. 202. Às empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico que pretenderem, espontaneamente, encerrar suas atividades, aplicar-se-á o disposto no art. 173, §§ 3º e 4º, contando-se o prazo de noventa dias a partir da publicação da portaria de cancelamento de autorização.

§ 1º O cancelamento da autorização de funcionamento da matriz acarretará o cancelamento de toda atividade da empresa no país.

§ 2º O cancelamento da autorização de funcionamento da primeira filial autorizada em uma unidade da federação acarretará o cancelamento de toda atividade da empresa nessa unidade.

Art. 203. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico que estiverem com sua autorização de funcionamento vencida há mais de um ano, poderão ter sua autorização cancelada, de ofício pela CGCSP, após informação conclusiva da Delesp ou CV de não funcionamento da empresa no endereço informado ao DPF.

Art. 204. Todos os atos administrativos que necessitem de publicação em DOU deverão ser precedidos de recolhimento do preço público correspondente às despesas, junto à Imprensa Nacional, às expensas do requerente.

Parágrafo único. O procedimento será arquivado por inércia do interessado, sem necessidade de despacho da autoridade que proferiu o ato originário, caso o boleto emitido pela imprensa nacional seja encaminhado e não ocorra o recolhimento até a data do seu vencimento.

Art. 205. As multas e taxas decorrentes da atividade de fiscalização das empresas de segurança privada constituirão recursos diretamente arrecadados na Fonte 150 (cento e cinquenta), a serem consignados no orçamento do DPF, no Programa de Trabalho 06.030.0174.2081.001 - Operação do Policiamento Federal.

Parágrafo único. Anualmente a CGCSP encaminhará à Procuradoria da Fazenda Nacional e a outros órgãos competentes, relatório das multas aplicadas e não recolhidas pelas instituições financeiras e empresas, para as medidas legais cabíveis.

Art. 206. Os emolumentos mencionados no art. 205 serão recolhidos em moeda corrente nacional, por meio da GRU, com o(s) valor(es) mencionado(s) na Tabela do Anexo da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995 e, no caso de multas, de acordo com os valores estabelecidos nos arts. 14 e 40 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, conforme disponibilizado no endereço eletrônico do DPF - www.dpf.gov.br.

Art. 207. As empresas de curso de formação deverão implementar os novos currículos de formação, reciclagem e extensão previstos nesta Portaria, no prazo máximo de noventa dias a contar de sua publicação, respeitando-se os cursos já iniciados.

Art. 208. A qualificação do vigilante em extensão em segurança para grandes eventos, prevista nos artigos 19 e 156, inciso XI, será exigida a partir de dez meses para eventos esportivos em geral, e a partir de dezoito meses para os demais, contados da publicação desta Portaria. (Redação conferida pela Portaria nº 3.559, de 31 de maio de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de junho de 2013)

Art. 209. Os casos omissos serão resolvidos pela CGCSP e submetidos à aprovação do Diretor-Executivo do DPF.

Art. 210. Fica revogada a Portaria nº 387, de 28 de agosto de 2006, da Direção-Geral do DPF.

Art. 211. Esta Portaria entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA
Diretor-Geral

ANEXO I
(alterado pela Portaria nº 3.258/13-DG/DPF, publicada no D.O.U. em 14/01/2013)

CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE

PROGRAMA DE CURSO

1. PERFIL DO VIGILANTE

O vigilante deverá ter o seguinte perfil profissional:

a) preventivo/ostensivo: atributo de o vigilante ser visível ao público em geral, a fim de evitar a ação de delinquentes, manter a integridade patrimonial e dar segurança às pessoas;

b) proatividade: ação de antever e se antecipar ao evento danoso, com o fim de evitá-lo ou de minimizar seus efeitos e, principalmente, visar à adoção de providências para auxiliar os agentes de segurança pública, como na coleta das primeiras informações e evidências da ocorrência, de preservação dos vestígios e isolamento do local do crime;

c) relações públicas; qualidade de interação com o público, urbanidade, sociabilidade e transmissão de confiança, priorizando o atendimento adequado às pessoas com deficiência;

d) vigilância; atributo de movimento, dinamismo e alerta, contrapondo-se ao conceito estático;

e) direitos humanos; respeito à dignidade e à diversidade da pessoa humana, compromisso que o Brasil assumiu perante a comunidade internacional e princípio constitucional de prevalência dos direitos humanos;

f) técnico-profissional; capacidade de empregar todas as técnicas, doutrinas e ensinamentos adequados para a consecução de sua missão;

g) adestramento; atributo relacionado à desenvoltura corporal, com aprimoramento físico, domínio de defesa pessoal e capacitação para o uso proporcional da força através do emprego de tecnologias não-letais e do uso da arma de fogo, como último recurso de defesa própria ou de terceiros;

h) higidez física e mental; certeza de não ser possuidor de patologia física ou mental;

i) psicológico; perfil psicológico adequado ao desempenho do serviço de vigilante; e

j) escolaridade; 4ª série (exigência legal).

2. OBJETIVOS

2.1. Gerais

São os objetivos gerais do Curso de Formação de Vigilante - CFV:

a) dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da profissão de vigilante, em complemento à segurança pública, incluídas as atividades relativas à vigilância patrimonial, à segurança física de estabelecimentos financeiros e outros, preparo para dar atendimento e segurança às pessoas e manutenção da integridade do patrimônio que guarda, bem como adestramento para o uso de armamento convencional e o emprego de defesa pessoal; e

b) elevar o nível do segmento da segurança privada a partir do ensino de seus vigilantes.

2.2. Específicos

Ao final do CFV, o aluno deverá adquirir conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes para:

a) compreender o ser humano como titular de direitos fundamentais;

b) desenvolver hábitos de sociabilidade no trabalho e no convívio social;

c) executar uma vigilância dinâmica e alerta, interagindo com o público em geral;

d) prevenir ocorrências inerentes às suas atribuições, dentro da área física a ele delimitada, a fim de manter a integridade patrimonial e de dar segurança às pessoas;

e) antecipar-se ao evento danoso, a fim de impedir sua ocorrência ou de minimizar seus efeitos, principalmente, adotar as providências de auxílio aos agentes de segurança pública, como o isolamento do local;

f) operar com técnica e segurança equipamentos de comunicação, alarmes e outras tecnologias de vigilância patrimonial;

g) manusear e empregar, com segurança, armamento letal convencional na atividade de vigilante, de forma escalonada e proporcional, como instrumentos de defesa própria ou de terceiros;

h) defender-se com o uso de técnicas adequadas;

i) manter-se saudável e em forma física;

j) identificar condutas ilícitas descritas na legislação penal;

k) identificar o conceito, a legislação e as atribuições das empresas de segurança privada;

l) aplicar conhecimentos de primeiros socorros;

m) proteger o meio ambiente;

- n) adotar medidas iniciais de prevenção e de combate a incêndios;
- o) tomar as primeiras providências em caso de crise; e
- p) executar outras tarefas que lhe forem atribuídas, notadamente pela criação de divisões especializadas pela sua empresa, para permitir um crescimento sustentado em todas as áreas de segurança privada.

3. PÚBLICO ALVO

O público alvo do CFV será composto pelos candidatos regularmente inscritos, após o preenchimento dos requisitos mínimos previstos em lei e, especialmente, nesta Portaria.

4. ORGANIZAÇÃO

O CFV funcionará de acordo com as disposições contidas no programa de curso, no seu regime escolar e nas demais normas vigentes.

4.1. Metodologia

Os CFVs adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso, bem como palestras e mesas redondas abrangendo temas de interesse dos futuros vigilantes. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do curso.

A disposição do plano de curso e a grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

As disciplinas teóricas (excetuadas a de Educação Física, Prevenção e Combate a Incêndio, Primeiros Socorros, Defesa Pessoal e Armamento e Tiro) serão ministradas de forma sequencial, quando o conteúdo programático exigir de uma seja pré-requisito para as subsequentes.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e os alunos com nível de compreensão mais baixo.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, sendo que os psicólogos que venham a aplicar os testes psicológicos deverão estar inscritos no Sistema Nacional de Armas - SINARM.

Os monitores serão de livre opção dos cursos de formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo o plano de curso, grade horária e os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas teóricas de Tecnologias Não-Letais devem abordar de forma abrangente todas as circunstâncias e cenários de seu possível uso, objetivando preservar a incolumidade física das pessoas controladas com uso da força durante o exercício da profissão, em conformidade com os preceitos das Organizações das Nações Unidas - ONU relativos aos direitos humanos.

As aulas de Armamento e Tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso, de forma intercalada com as demais disciplinas, com o fim de valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.

4.2. Carga horária

A carga horária total do curso será de 200 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

As aulas práticas devem estar intercaladas com as aulas teóricas, de modo a garantir ao menos 1 h/a das disciplinas práticas por dia. São disciplinas práticas: Educação Física, Defesa Pessoal e Armamento e Tiro.

4.2.1. Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares	174 h/a
b) Verificação de aprendizagem.....	24 h/a
c) Abertura de curso.....	2 h/a
TOTAL.....	200 h/a

4.3. Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
Noções de Segurança Privada	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante.	8 h/a
Legislação Aplicada e Direitos Humanos	Dotar o aluno de conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles nos quais pode incorrer. Desenvolver conhecimentos sobre conceitos, legislação e técnicas de	20 h/a

	<p>proteção ambiental na área de vigilância.</p> <p>Ampliar conhecimentos para respeitar a visão política e prática da afirmação dos Direitos Humanos, observando a complexidade e a diversidade dos seres humanos e de seus direitos, compreendidos também perspectiva de respeito à diversidade de orientação sexual, dos direitos das mulheres (combate à violência de gênero), das crianças, adolescentes e idosos, dos portadores de necessidades especiais, combatendo, por fim, a utilização de práticas discriminatórias no exercício da profissão.</p>	
Relações Humanas no Trabalho	<p>Conscientizar e instrumentalizar o aluno para o desenvolvimento intra e interpessoal. Desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência. Dotar o aluno de conhecimentos que o capacitem a desenvolver hábitos de sociabilidade que permitam o seu bom relacionamento no trabalho e em outras esferas do convívio social.</p>	10 h/a
Sistema de Segurança Pública e Crime Organizado	<p>Desenvolver conhecimentos sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, atribuições constitucionais de cada corporação policial e das Forças Armadas e atribuições da guarda municipal. Dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância. Ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu modus operandi, com o fim de evitar cooptação do vigilante.</p>	10 h/a
Prevenção e Combate a Incêndio	<p>Dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente na evacuação de prédios.</p>	6 h/a
Primeiros Socorros	<p>Capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.</p>	6 h/a
Educação Física	<p>Aprimorar o condicionamento físico, visando capacitar o aluno a desenvolver um programa básico permanente de preparação física pessoal.</p>	12 h/a
Defesa Pessoal	<p>Desenvolver habilidades, fundamentos e técnicas de defesa pessoal e de terceiros.</p>	20 h/a
Armamento e Tiro	<p>Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento empregado na atividade de vigilância, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.</p>	24 h/a

Vigilância	Desenvolver conhecimentos sobre vigilância geral e sobre as áreas de vigilância especializadas, como vigilância em banco, shopping, hospital, escola, indústria, com o fim de manter a integridade do patrimônio que guarda, executar os serviços que lhe competem e realizar uma vigilância dinâmica, alerta, integrada e interativa. Capacitar o aluno a identificar as técnicas de vigilância em geral e compreender as funções do vigilante, bem como avaliar sua importância num esquema de segurança. Desenvolver conhecimentos sobre o plano de segurança das empresas. Dotar o aluno de conhecimentos específicos que o capacitem ao desempenho das atribuições de promover a segurança física de instalações, em sua área de atuação, adotando medidas de prevenção e repressão de ocorrências delituosas. Identificar emergência, evento crítico e crise. Desenvolver conhecimentos sobre táticas e técnicas iniciais na tomada das primeiras providências frente a um evento crítico ou uma crise.	14 h/a
Radiocomunicações	Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o sistema de telecomunicações utilizado pelas empresas de segurança. Capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos de comunicação.	10 h/a
Noções de Segurança Eletrônica	Desenvolver conhecimentos sobre os sistemas computadorizados e de controle eletrônico, não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes. Desenvolver conhecimentos sobre os sistemas de alarmes e outros meios de alerta, não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes. Capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos eletrônicos.	10 h/a
Noções de Criminalística e Técnicas de Entrevista Prévia	Dotar o aluno de noções sobre criminalística (evidências, vestígios e local de crime). Instrumentalizar o aluno de técnicas de isolamento do local do crime, preservação de vestígios até a chegada da polícia; observar e descrever pessoas, coisas, áreas e locais, de forma diligente; demais iniciativas que lhe competem na prevenção e repressão de ocorrências delituosas. Desenvolver conhecimentos que identifiquem as drogas mais usadas, legislação específica, tráfico ilícito, uso indevido e dependência, bem como as atividades policiais preventiva e repressiva. Desenvolver conhecimentos sobre técnicas de entrevista prévia, visando colher dados necessários ou relevantes às investigações policiais.	8 h/a
Uso Progressivo da Força	Desenvolver conhecimentos gerais sobre conceitos e legislação relativos ao emprego e uso da força de maneira escalonada, com o auxílio de armas menos que	8 h/a

	letais. Desenvolver habilidades de utilização do uso progressivo da força. Fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de vigilância patrimonial e segurança pessoal.	
Gerenciamento de Crises	Dotar o aluno de conhecimentos para desempenhar de forma eficaz suas atividades, especialmente no momento de uma ocorrência fática de crise ou conflito. Desenvolver conhecimentos sobre as diferenças de crise e conflito, apresentando ao aluno diversos exemplos reais e simulados de gerenciamento de crises.	8 h/a

4.4. Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

4.5. Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90% da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4.6. Avaliação

Ao final de cada disciplina teórica será realizada uma avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver o mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos.

A complexidade das questões elaboradas deverá ser condizente com o nível de escolaridade dos alunos.

As avaliações das disciplinas práticas (Educação Física, Defesa Pessoal e Armamento e Tiro) serão realizadas de forma prática, sendo que as disciplinas de Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros serão de forma simulada.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais matérias, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

5. PROGRAMA DE MATÉRIAS

5.1 Noções de Segurança Privada - NSP

Carga horária: 8 h/a

Avaliação: Verdadeiro ou Falso (V/F) (1 h/a)

Objetivos da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante;
- b) identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante; e
- c) exercer suas faculdades legais quando for oportuno.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	identificar na legislação conceitos, missão, políticas, terminologias de segurança privada.	Legislação de segurança privada (Lei nº 7.102, de 1983, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, e esta Portaria): <ul style="list-style-type: none">- conceito;- complemento da segurança pública;- políticas;- terminologias (Vigilante, Empresas Especializadas, Serviço Orgânico, Estabelecimentos Financeiros, Transporte de Valores, Segurança Pessoal Privada, Escolta Armada, classe patronal e classe laboral); e- atividades de Segurança Privada.
Estratégias de ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.		
2	identificar os órgãos reguladores da segurança privada e suas atribuições.	Órgãos Reguladores e competências: <ul style="list-style-type: none">- Ministério da Justiça;- Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada - CCASP;- Departamento de Polícia Federal (Diretor Executivo, Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada - CGCSP, Delegacias de Controle de Segurança Privada - Delesp, Comissões de Vistoria - CV);- Exército Brasileiro/DFPC - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados; e- Secretaria de Segurança Pública - SSP: papel subsidiário.

Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais e resolução de exercício. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.		
3	identificar direitos e deveres do vigilante, processo de apuração de suas condutas e infrações administrativas que pode vir a praticar em nome da empresa.	Vigilante: -direitos; -deveres; -regulamento disciplinar; -apuração de suas condutas; e -infrações administrativas.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.		
4	identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante.	Direito Trabalhista: - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos; - convenções e acordos coletivos de trabalho; e - processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, prepostos, testemunhas).
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.		

5.2. Legislação Aplicada e Direitos Humanos

Carga horária: 20 h/a , Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) dotar o aluno de conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer;

b) desenvolver conhecimentos sobre conceitos, legislação e técnicas de proteção ambiental na área de vigilância, com o fim de propiciar ao vigilante oportunidade de reflexão quanto ao seu relevante papel na preservação ambiental e os métodos como educador e fiscalizador dos direitos e deveres do cidadão para com o meio ambiente; e

c) ampliar conhecimentos para respeitar a visão política e prática da afirmação dos Direitos Humanos.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	identificar princípios constitucionais relacionados à segurança privada	Princípios Constitucionais: da igualdade (art. 5º, caput , da Constituição); da legalidade (art. 5º, inciso II, da Constituição); da intimidade, honra e imagem (art. 5º, inciso X, da Constituição); de domicílio (art. 5º, inciso XI, da Constituição); inviolabilidade de correspondência (art. 5º, inciso XII, da Constituição); da liberdade de trabalho (art. 5º, inciso XIII, da Constituição); de locomoção (art. 5º, inciso XV, da Constituição); De reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); de associação (art. 5º, inciso XVII, da Constituição); de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); da vedação ao racismo (art. 5º, inciso XLII, da Constituição) , da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII, da Constituição); da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição); dos direitos do preso (art. 5º, inciso LXIII, da Constituição); de habeas corpus (art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição).
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		
2	interpretar os elementos do crime e os tipos penais mais incidentes sobre a atividade de segurança privada.	Direito Penal: conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); maioridade penal; - autoria, co-autoria e participação; homicídio (art. 121 do Código Penal); lesão corporal (art. 129 do Código Penal);

		crimes contra a honra (arts. 138, 139 e 140 do Código Penal); constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal); ameaça (art. 147 do Código Penal); sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); violação de domicílio (art. 150 do Código Penal); violação de correspondência (art. 151 do Código Penal); furto (art. 155 do Código Penal); roubo (art. 157 do Código Penal); dano (art. 163 do Código Penal); apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); estelionato (art. 171 do Código Penal); receptação (art. 180 do Código Penal); incêndio (art. 250 do Código Penal); quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); resistência (art. 329 do Código Penal); desobediência (art. 330 do Código Penal); desacato (art. 331 do Código Penal); e corrupção ativa (art. 333 do Código Penal). Crimes Resultantes de Preconceito de raça ou de cor – Lei nº 7.716/, de 15 de janeiro de 1989.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 8 h/a.		
3	desenvolver conhecimentos sobre conceitos, legislação e técnicas de proteção ambiental na área de vigilância.	Meio Ambiente: conceito; proteção; - desenvolvimento sustentável; coleta seletiva de lixo; crimes ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998): crime contra a fauna (art. 29); crime contra a flora (art. 38, 41 e 49); crimes ambientais de poluição (art. 54).
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		
4	apontar no Direito Constitucional brasileiro a evolução dos direitos humanos. APONTAR os incisos do artigo 5º da Constituição que tratam dos direitos e garantias individuais.	Direitos Humanos: - evolução histórica; - evolução histórico-constitucional dos direitos humanos no Brasil; e - conceito. princípios fundamentais: - direitos fundamentais da pessoa humana; - dos direitos e garantias fundamentais (tortura, provas ilícitas, direito ao silêncio e o princípio da presunção da inocência);

		<ul style="list-style-type: none"> - direitos fundamentais da pessoa detida; o crime de tortura no contexto dos direitos humanos e o tratamento constitucional (art. 5º da Constituição); Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997: - da prisão e o direito a imagem; - do terrorismo, da segurança do cidadão, do estado e os direitos humanos fundamentais; - da responsabilidade civil objetiva e subjetiva e o crime de tortura, tratamento desumano ou degradante. - da prevenção e combate à violência contra mulher: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; - dos direitos das crianças e adolescentes: Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – noções básicas; - dos direitos da pessoa idosa: Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 – noções básicas;
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		

5.3. Relações Humanas no Trabalho

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) conscientizar e instrumentalizar o aluno para o desenvolvimento intra e interpessoal.

b) dotar o aluno de conhecimentos que o capacitem a desenvolver hábitos de sociabilidade e permitam o seu bom relacionamento no trabalho e em outras esferas do convívio social.

c) desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	

1	desenvolver hábitos de sociabilidade que permitam aprimorar seu relacionamento no trabalho e em outras esferas de convívio social.	<p>Comunicação Interpessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> -princípios de comunicação interpessoal; -processo de comunicação; -dicção, afasias, inibições; e -linguagem e fala. <p>Ética e Disciplina no Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> -normas de conduta socialmente adequadas no ambiente de trabalho; e -trato social cotidiano: regras de convivência. <p>Comando e Subordinação Disciplina e Hierarquia Apresentação Pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> -trato social em áreas especializadas de trabalho, como: bancos, shoppings, hospitais, escolas, indústrias, prédios, etc; -hábitos adequados e cuidados que o homem de segurança deve ter com a sua apresentação pessoal, asseio, postura e discrição; -princípios de apresentação pessoal; e -asseio, postura e discrição.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 8 h/a.</p>		
2	desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência.	<p>Atendimento às Pessoas com Deficiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificar quais características e circunstâncias que definem pessoas com deficiência; e - atender adequada e prioritariamente as pessoas com deficiência, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos sociais e individuais (vide Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989);
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a.</p>		

5.4. Sistema Nacional de Segurança Pública e Crime Organizado

Carga horária: 10 horas-aula (h/a)

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver conhecimentos sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, as atribuições constitucionais de cada corporação policial e das Forças Armadas e atribuições da guarda municipal, com o fim de o vigilante saber como complementar com seu serviço o de segurança pública;

b) dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância; e

c) ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu modus operandi, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e colabore com a polícia.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	desenvolver conhecimentos sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, as atribuições constitucionais de cada corporação policial e das Forças Armadas e atribuições da guarda municipal.	Dispositivos Constitucionais: - Sistema Nacional de Segurança Pública (art. 144 da Constituição); - Polícia Federal (art. 144, §1º, da Constituição); - Polícia Rodoviária Federal (art. 144, §2º, da Constituição); - Polícias Cíveis (art. 144, § 4º, da ConstituiçãoCF/88); - Polícias Militares e Bombeiros (art. 144, §§ 5º e 6º, da Constituição); - Guarda Municipal (art. 144, § 8º, da Constituição); - Forças Armadas (art. 142, §1º, da Constituição); e Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999: dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 3 h/a.		
2	dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.	Como Acionar os Órgãos do Sistema de Segurança Pública: - Polícia Militar; - telefones, alarmes; - Polícia Judiciária; e - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal (polícia de investigação).
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 3 h/a.		

3	ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu modus operandi , para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e colabore com a polícia.	<p>Crime Organizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito: delinquência organizada transnacional, associação ilícita, controle de área, vantagem financeira; - potencial ofensivo: alcance, dano social, intimidação e ameaça, corrupção e infiltração, sofisticação; - características: pluralidade de agentes, planejamento empresarial, cadeia de comando, compartimentação, código de honra, controle territorial, estabilidade, fins lucrativos; e - modalidades: assalto a banco, espionagem industrial, roubo de cargas, transporte de valores, contrabando, falsificação de produtos, tráfico de drogas, desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, sequestro.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.</p>		

5.5 Prevenção e Combate a Incêndio

Carga horária: 6 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios de pequenas proporções, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente para orientar a evacuação de prédios.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios de pequenas proporções, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente para orientar a evacuação de prédios;	<p>Prevenção de Incêndios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - considerações preliminares; - conceito de fogo e incêndio; - triângulo do fogo; - meios de propagação; - formação de incêndios e sinistros conexos; - classes de incêndios; - métodos preventivos; e - papel dos Bombeiros e das Brigadas de Incêndio. <p>Combate a Incêndio de Pequenas Proporções:</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - métodos de extinção; - extintores de incêndios; - evacuação de locais; e - trabalho em conjunto com as Brigadas de Incêndio e precedente à chegada dos Bombeiros.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais e exercício prático. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 3 h/a.		
2	capacitar o aluno, através de exercícios simulados, a desempenhar técnicas de prevenção e combate a incêndios;	Exercícios Práticos: <ul style="list-style-type: none"> - exercícios simulados para desempenhar técnicas de prevenção e combate a incêndios - manuseio de extintores; e - exercícios práticos para prevenir e combater incêndios.
Estratégias de Ensino: Aula de exercício prático. Recursos: 1 professor com equipamentos e cenário adequado. Carga Horária: 3 h/a		

5.6. Primeiros Socorros

Carga horária: 6 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	

1	prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.	Conduta na Prestação de Primeiros Socorros: - análise primária e secundária da vítima; - transporte de feridos; - acidentes traumáticos e hemorrágicos; - respiração artificial; e - massagem cardio-pulmonar.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais e exercício prático. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 6 h/a.		

5.7. Educação Física

Carga horária: 12 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) ampliar conhecimentos para construir uma mentalidade de prática continuada de atividade física em busca de saúde, bem estar físico, psicológico e social;
- b) exercitar/desenvolver qualidades físicas que favoreçam o aumento da capacidade física geral e específica, sempre que possível em situações compatíveis com o contexto físico, mental e social da atividade do vigilante;
- c) desenvolver força e resistência muscular por meio de corridas e exercícios livres, que permitam ao praticante a manutenção de seu condicionamento independente de espaço específico ou uso de aparelhos; e
- d) fortalecer atitudes de comportamento grupal, exercitando a empatia, a cooperação, a solução compartilhada de problemas e equilíbrio frente ao desgaste emocional decorrente do desgaste físico.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:

1	<p>mensurar pulsação como orientação à prática regular de corridas.</p> <p>realizar atividades de coordenação e aquisição de habilidades.</p> <p>desenvolver estratégias para melhorar capacidade aeróbia.</p> <p>desenvolver estratégias para melhorar a resistência muscular localizada.</p> <p>interagir entre grupos.</p>	<p>- verificações diagnósticas;</p> <p>- exercícios educativos de corrida;</p> <p>- corridas lineares;</p> <p>- exercícios localizados em circuitos; e</p> <p>- orientações básicas de montagem de treinamento físico.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática com treinamento progressivo da atividade de corrida, exercícios aquáticos ou circuito.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, pista de atletismo, ginásio poliesportivo e materiais de circuito (ambientes facultativos).</p> <p>Carga Horária: 12 h/a.</p>		

5.8. Defesa Pessoal

Carga horária: 20 h/a

Avaliação: V/F (4 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) ampliar conhecimentos para defesa própria e de terceiros durante o trabalho do vigilante e mesmo na vida cotidiana;

b) exercitar/desenvolver habilidades para domínio de pessoas, visando à realização de ações na área de vigilância com o uso adequado de força e de novas habilidades motoras, potencializando aquelas pré-adquiridas; e

c) fortalecer atitudes para valorizar o comportamento grupal, exercitando a empatia, a cooperação, a solução compartilhada de problemas e a abnegação, bem como desenvolver a coragem, decisão e iniciativa perante situações de perigo.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	<p>executar técnicas de artes marciais eficientemente, de acordo com seus princípios teóricos e mecânicos.</p> <p>exercitar a coordenação motora, flexibilidade, força e velocidade.</p> <p>exercitar, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo no treinamento e situação real do trabalho do vigilante.</p>	<p>Defesa Pessoal:</p> <p>a) técnicas de amortecimento de queda (Ukemi Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - amortecimento de queda lateral; - amortecimento de queda para trás; - amortecimento de queda para frente; - rolamento para frente; e - rolamento para trás. <p>b) técnicas de projeção (Nague Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Soto Gari;

	exercitar movimentos condicionados específicos e preparatórios para o treinamento de técnicas de artes marciais.	<ul style="list-style-type: none"> - O Goshi; - Koshi Guruma; e - Kote Gaeshi; c) técnicas de socos, chutes e defesas (Atemi Waza): técnicas de socos (Tsuki Waza): <ul style="list-style-type: none"> - jab / direto; - cruzado; - Upper; e - cotoveladas. técnicas de chutes (Keri Waza): <ul style="list-style-type: none"> - chute frontal, lateral e circular; e - joelhada; técnicas de defesas (Uke Waza): <ul style="list-style-type: none"> - Shuto Uke; e - Nagashi Uke. d) técnicas de estrangulamento: <ul style="list-style-type: none"> - Hadaka Jime 1; e - Hadaka Jime 2 (“Mata-Leão”). e) técnicas de chaves de braço e punho: <ul style="list-style-type: none"> - Kote Hineri (Sankio) posição deitada; - Kote Osae (Nikio); e - Ude Garami.
Estratégias de Ensino: Exercícios de aquecimento, educativos para melhoria da coordenação motora, agilidade, força e flexibilidade e exercícios educativos específicos. Recursos: 1 professor e monitores, um dojô, apitos, sacos de pancadas, luvas de foco, aparadores de chutes e cronômetro. Carga Horária: 4 h/a.		
2	demonstrar técnicas de defesa pessoal, com base nas técnicas de artes marciais enfocadas no módulo anterior. exercitar, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real. exercitar a coordenação motora e a flexibilidade.	Defesa Pessoal: <ul style="list-style-type: none"> - defesa de soco ao rosto; - defesa de chute frontal; - defesa de chute lateral; - defesa de pegada pelas costas; - defesa de gravata lateral; - defesa de gravata pelas costas; - defesa de facada por baixo; e - arma de fogo apontada ao peito.
Estratégias de Ensino: Exercícios de defesa de ataques armados e desarmados com utilização de técnicas de defesa pessoal. Recursos: 1 professor e monitores, um dojô, apitos, cronômetro, simulacros de armas de fogo, facas e bastões. Carga Horária: 8 h/a.		
3	demonstrar técnicas de defesa pessoal e domínio tático, com base nas técnicas de artes marciais enfocadas	Domínio Tático: <ul style="list-style-type: none"> - impedimento de saque de arma; - retenção de saque de arma;

	<p>nos módulos anteriores; exercitar, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real. exercitar a coordenação motora, flexibilidade, força e velocidade. desenvolver sentimento de grupo e cooperação em situação de estresse ou perigo. desenvolver o trabalho coordenado e em equipe.</p>	<p>- domínio 1 – utilizando técnicas de estrangulamento (Hadaka Jime 1 ou 2) - trabalho em duplas e trios; - domínio 2 – técnicas de projeção + chave de punho (Kote Hineri). Trabalho individual e em grupo; - domínio 3 (condução) – Ude Garami + Hadaka Jime; - algema 1 (deitado) – Kote Hineri; e - algema 2 (de pé) – Kote Hineri.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Exercícios de defesa pessoal, domínio tático e algemas. Recursos: 1 professor e monitores, um dojô, apitos, cronômetro, coldre, simulacros de armas de fogo e algemas. Carga Horária: 8 h/a.</p>		

5.9. Armamento e Tiro

Carga horária: 24 h/a

Avaliação: V/F (4 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante, com amparo de sua responsabilidade ética para com a comunidade, nos mecanismos disponíveis para a proteção de sua integridade física, psíquica e a de terceiros, na sua instituição, e nos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo;

b) avaliar as vantagens da utilização dos recursos não-letais na atividade de Segurança Privada, para que o vigilante disponha de meios adequados para aplicar a força de maneira proporcional contra uma ameaça, protegendo a sua incolumidade física bem como a de terceiros;

c) habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância, como último recurso para defesa própria ou de terceiros; e

d) fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	

1	<p>discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante</p> <p>elencar as qualidades necessárias ao bom desempenho do trabalho de vigilância</p> <p>identificar as armas de fogo a serem utilizadas, regras de segurança e de conduta no estande e cuidados no porte.</p> <p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação</p>	<p>Sobrevivência do Vigilante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - arma de fogo como último recurso para defesa pessoal ou de terceiros; - toda missão é importante; - trabalho em equipe; - conduta individual (transporte e guarda); - armamento utilizado (revólver calibre 38); - noções básicas de balística (poder de parada e munição transfixiante); - nomenclatura e função das principais peças; e - limpeza e conservação.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, caderno didático, sala de aula, multimídia.</p> <p>Carga horária: 4 h/a.</p>		
2	<p>discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante.</p> <p>identificar as armas não-letais a serem utilizadas na vigilância patrimonial, regras de segurança e de conduta no estande e cuidados no manuseio, no transporte e armazenamento.</p>	<p>Autodefesa e Ação do Vigilante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - arma não-letal como recurso valioso para defesa pessoal ou de terceiros, permite a neutralização da ação delituosa, sem a necessidade do contato físico; - conduta individual (transporte e guarda); - armamento e munição não-letais utilizados; <p>Regras de Segurança e Manejo das Armas e Munições não-letais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de emprego; - fundamentos do emprego das diversas munições em função do local, direção de vento e confinamento.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, multimídia, sala de aula e estande, equipamentos de defesa pessoal, munição de manejo e armas.</p> <p>Carga horária: 5 h/a.</p>		
3	<p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, nas diversas posições de tiro, através de projeção de slides, manuseio da arma e de treinamento em seco, bem como resolver incidentes de tiro (pane e solução).</p>	<p>Regras de Segurança e Manejo do Revólver no Estande:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de cobertura e abrigo; - conduta no estande; - inspeção da arma; - carregar e descarregar o armamento; - fundamentos do tiro (base, empunhadura, visada, respiração e acionamento da tecla do gatilho); - posição de tiro (de pé, ajoelhado, deitado, barricada à esquerda e barricada à direita);

		<ul style="list-style-type: none"> - incidentes de tiro (pane e solução); - treinamento em seco com dois olhos abertos; e - teoria e prática de saque e coldreamento da arma. <p>* visada e empunhadura: com os dois olhos abertos, empunhadura de mão dupla.</p> <p>justificativa: estudos apontam que confrontos armados ocorrem em distâncias de 3 a 6 metros.</p>
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva, dialogada, demonstrativa e prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, multimídia, sala de aula e estande, munição de manejo.</p> <p>Carga horária: 5 h/a.</p>		
4	efetuar tiro em visão primária – tvp - nas três posições, a 7 metros, 10 tiros em cada posição, com os dois olhos abertos.	<p>Revolver calibre 38:</p> <ul style="list-style-type: none"> - TVP de pé, a 10 metros, 10 tiros; - TVP ajoelhado barricado, a 7 metros, 10 tiros; - TVP deitado barricado, a 7 metros, 10 tiros;
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, revolver calibre 38, munição (30 tiros)</p> <p>Carga horária: 2 h/a.</p>		
5	efetuar tiro rápido - tr, partindo da posição de retenção, 5 metros, 12 tiros, com os dois olhos abertos.	<p>revolver calibre 38:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, posição de retenção, a 5 metros, 2 acionamentos em 3” a cada comando – 12 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, Revolver calibre 38, munição (12 tiros)</p> <p>Carga horária: 2 h/a.</p>		
6	efetuar tiro rápido, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, 5 metros, 12 tiros, com dois olhos abertos.	<p>Revolver calibre 38:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco de pé; -TR, posição de retenção, a 5 metros, barricada à direita e à esquerda, com 2 acionamentos a cada comando, em 3” – 12 tiros. <p>*barricada: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.</p>

Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, revólver calibre 38, munição (12 tiros) Carga horária: 2 h/a.		
7	efetuar tiro rápido, partindo com a arma coldreada, com saque, de pé, 5 metros, 12 tiros, com dois olhos abertos.	Revólver calibre 38: - treino da unidade; e -TR, com saque, a 5 metros, com 2 acionamentos a cada comando, em 3" – 12 tiros.
Estratégias de ensino: Aula expositivo, dialogada, demonstrativa e prática. Recursos: 1 professor e monitores, estandes, revólver e munição (12 tiros). Carga horária: 4 h/a.		
Verificação final Revólver calibre 38 10 tiros		
efetuar tiro rápido, sacando a arma do coldre, de pé, a 5 metros, 2 acionamentos a cada comando, em 3" - 10 tiros, com aproveitamento de 60% dos disparos na silhueta do alvo (alvo humanóide).		
<div style="text-align: center;"> MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO CALIBRE QUANTIDADE Calibre 38 76 </div>		

5.10. Vigilância

Carga horária: 14 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver conhecimentos sobre vigilância geral e sobre as áreas de vigilância especializadas, como banco, shopping, hospital, escola, indústria, com o fim de manter a integridade do patrimônio que guarda, executar os serviços que lhe competem e realizar uma vigilância dinâmica, alerta, integrada e interativa;

b) capacitar o aluno a identificar as técnicas de vigilância em geral e compreender as funções do vigilante, bem como avaliar sua importância num esquema de segurança;

c) desenvolver conhecimentos sobre o plano de segurança das empresas;

d) dotar o aluno de conhecimentos específicos que o capacitem ao desempenho das atribuições de promover a segurança física de instalações, em sua área de atuação, adotando medidas de prevenção e repressão de ocorrências delituosas; e

e) identificar emergência, evento crítico e crise.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
------	-------------------------	-----------------------

	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	conhecer sobre vigilância geral e sobre as áreas de vigilância especializadas, como banco, shopping, hospital, escola, indústria, com o fim de manter a integridade do patrimônio que guarda, executar os serviços que lhe competem e realizar uma vigilância dinâmica, alerta, integrada e interativa.	Tipos de Vigilância: - conceito de vigilância; - perfil do vigilante (alerta, dinâmico, interativo, preventivo, proativo, técnico e adestrado); - conceito de área de guarda (sob responsabilidade do vigilante); - integridade patrimonial e das pessoas; - vigilância em geral; - vigilância em banco; - vigilância em shopping; - vigilância em hospital; - vigilância em escola; - vigilância na indústria; - vigilância em prédio; e - outras modalidades.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		
2	capacitar o aluno a identificar as técnicas de vigilância em geral e compreender as funções do vigilante, bem como avaliar sua importância num esquema de segurança.	Funções do Vigilante: - identificar e compreender as funções do vigilante; - empregar técnicas de guarda e avaliação da sua importância num esquema de segurança; - exercer a atividade de guarda fixo e guarda móvel (ronda), sede do guarda; e - desempenhar a função de vigilante.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		
3	dotar o aluno de conhecimentos específicos que o capacitem ao desempenho das atribuições de promover a segurança física de instalações, em sua área de atuação, adotando medidas de prevenção e repressão de ocorrências delituosas. conhecer sobre o plano de segurança das empresas.	Segurança Física de Instalações: - medidas necessárias a um perfeito sistema de controle e segurança física de instalações; - proteção de entradas não permitidas; - controle de entradas permitidas; - prevenção de sabotagem; - controle de entradas e saídas de materiais e pessoas; e - plano de segurança.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		

4	dotar o aluno de conhecimentos sobre medidas a serem tomadas diante de situações emergenciais ou evento crítico.	EMERGÊNCIA E EVENTO CRÍTICO: <ul style="list-style-type: none"> - assaltos, tumultos, pânico; - evacuação de locais; - planos de emergência; - explosivos; - detecção de artefatos ou objetos suspeitos; - chamado da polícia especializada a cada caso; e - relatório de ocorrência.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.		

5.11. Radiocomunicação

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o sistema de telecomunicações utilizado pelas empresas de segurança.

b) capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos de comunicação.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	conhecer a teoria e a prática sobre o sistema de telecomunicações utilizado pelas empresas de segurança. capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos de comunicação.	Equipamentos de Comunicação: <ul style="list-style-type: none"> - noções gerais; - conceito e apresentação; - comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios; - atendimento telefônico; - uso do rádio; - código "Q"; - alfabeto fonético; - disciplina de rede; e - operações com telefone, radiofonia e central de rádio.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 10 h/a.		

5.12. Noções de Segurança Eletrônica

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver conhecimentos sobre os sistemas computadorizados e de controle eletrônico não restrito, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes;

b) desenvolver conhecimentos sobre os sistemas de alarmes e outros meios de alerta não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes; e

c) capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos eletrônicos.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	conhecer sistemas computadorizados e de controle eletrônico não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes. capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos.	Equipamentos Eletrônicos: - noções gerais; - conceito e apresentação; e - operações com equipamentos eletrônicos disponíveis.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 5 h/a.		
2	desenvolver conhecimentos sobre os sistemas de alarmes e outros meios de alerta, não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes capacitar o aluno a usar de maneira correta e eficaz os equipamentos.	Equipamentos Eletrônicos: - noções gerais; - conceito e apresentação; - operações com equipamentos de alarme e outros meios de alerta disponíveis.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 5 h/a.		

5.13. Nocões de Criminalística e Técnica de Entrevista Prévia

Carga horária: 8 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) dotar o aluno de conhecimentos sobre criminalística, evidências, vestígios e local de crime;

b) instrumentalizar o aluno de técnicas de isolamento do local do crime, preservação de vestígios até a chegada da polícia; observar e descrever pessoas, coisas, áreas e locais, de forma diligente; demais iniciativas que lhe competem na prevenção e repressão de ocorrências delituosas;

d) desenvolver conhecimentos visando colher dados necessários ou relevantes às investigações policiais; e

e) desenvolver conhecimentos que identifiquem as drogas mais usadas, a legislação específica, o tráfico ilícito, o uso indevido e a dependência, bem como a atividade policial preventiva e repressiva.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	<p>dotar o aluno de conhecimentos sobre criminalística, vestígios e local de crime.</p> <p>instrumentalizar o aluno de técnicas de isolamento do local do crime, preservação de vestígios até a chegada da polícia. observar e descrever pessoas, armas, veículos, coisas, áreas e locais, de forma diligente.</p> <p>tomar demais medidas que lhe competem na prevenção e repressão de ocorrências delituosas, desde que não atrapalhem a atividade policial.</p>	<p>Local do Crime:</p> <ul style="list-style-type: none"> - noções gerais e conceito; - objetivos: salvar vidas, prestar socorro às vítimas e auxiliar a polícia na apuração da materialidade e autoria; - isolamento do local; - preservação das provas ou vestígios materiais até a chegada da polícia; - método de observação e descrição de pessoas envolvidas (características e sinais particulares, como estatura, idade, sexo, voz, cor, compleição física, cabelos, tatuagens, rosto e olhos, com o fim de reproduzir retrato falado, vestimentas, equipamentos e petrechos), armas e calibres, veículos, equipamentos, coisas, áreas, circunstâncias, sequência dos fatos e locais. - sistema de memorização; e - outras providências que competem ao vigilante, desde que não atrapalhem a atividade policial.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 3 h/a.</p>		
2	desenvolver conhecimentos sobre técnicas de entrevista prévia, visando colher dados necessários ou relevantes às investigações policiais.	<p>Técnica de Entrevista Preliminar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - noções gerais e conceito; - entrevista preliminar de autor, vítima e testemunha; - perguntas genéricas: nome, identificação,

		<p>endereço, telefone, local de trabalho e breve histórico do envolvimento, participação ou assistência à ocorrência;</p> <ul style="list-style-type: none"> - perguntas específicas no caso de possível evasão do local ou desfalecimento de qualquer dos atores acima elencados, antes da chegada da polícia; - preservação, compartimentação e sigilo das informações; - elaboração de relatório para ser entregue à polícia; e - maneiras legais de agir.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 3 h/a.</p>		
3	<p>identificar as drogas mais usadas, legislação específica, tráfico ilícito, uso indevido e dependência, bem como as atividades policiais preventiva e repressiva.</p>	<p>Tráfico de Drogas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - noções gerais; - conceito e apresentação dos tipos de drogas; - efeitos psíquicos e físicos; - dependência, abstinência e tolerância; - modus operandi do traficante para viciar os novos consumidores; - educação preventiva; - coleta de dados e informações – sigilo; e - repasse às autoridades policiais competentes.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a.</p>		

5.14. Uso Progressivo da Força

Carga horária: 8 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos gerais sobre conceitos e legislação relativos ao emprego e uso da força de maneira escalonada, com o auxílio de armas menos que letais;
- b) desenvolver habilidades de utilização do uso progressivo da força; e
- c) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de vigilância patrimonial e segurança pessoal.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	<p>conceituar o significado do uso da força, bem como seus princípios norteadores.</p> <p>conhecer e identificar as legislações sobre o uso da força, sua legalidade e as consequências jurídicas no uso incorreto e inadequado.</p>	<p>Conceitos e Definições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - força; - nível de Uso da Força; - uso Progressivo da força; - Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL; e - Resolução 34/169 ONU/79; <p>Princípios Básicos sobre o Uso da Força</p> <ul style="list-style-type: none"> - legalidade; - necessidade; - proporcionalidade; e - conveniência. <p>Código Penal: justificativas ou causas de exclusão da antijuridicidade que amparam legalmente o uso da força (art. 23, 24 e 25 do Código Penal).</p> <p>Código Penal: artigos 129, 252 e 253</p> <p>Imputabilidade Penal legal do mau uso/excesso.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 4 h/a</p>		
2	<p>identificar a necessidade do uso da força.</p> <p>identificar os níveis de utilização da força progressiva e sua utilização, bem como listar os procedimentos a serem seguidos antes, durante e depois do uso da força.</p>	<p>Níveis de Força</p> <ul style="list-style-type: none"> - presença física; - verbalização; - controle de contato ou controle de mãos livres; - técnicas de submissão; - fáticas defensivas não letais; e - força letal. <p>Triângulo da Força Letal</p> <ul style="list-style-type: none"> - habilidade; - oportunidade; e - risco. <p>Modelo básico do Uso Progressivo da Força</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 4 h/a</p>		

5.15. Gerenciamento de Crise

Carga horária: 8 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) dotar o aluno de conhecimentos para desempenhar de forma eficaz suas atividades, especialmente no momento de uma ocorrência fática de crise ou conflito; e

b) desenvolver conhecimentos sobre as diferenças de crise e conflito, apresentando ao aluno diversos exemplos e simulados de gerenciamento de crise.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	conhecer como desempenhar de forma eficaz suas atividades, especialmente no momento de uma ocorrência fática de crise ou conflito.	<ul style="list-style-type: none">- introdução e princípios básicos sobre crise;- características de uma crise;- critérios de ação no gerenciamento de crises;- objetivos do gerenciamento de crises;- classificação dos graus de risco ou ameaça;- níveis de resposta e fatores que influenciam na classificação de eventos críticos e na gradação de sua periculosidade;- autoridades locais que devam ser imediatamente comunicadas;- plano de segurança da empresa.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		
2	desenvolver conhecimentos sobre as diferenças de crise e conflito, apresentando ao aluno diversos exemplos e simulados de gerenciamento de crise.	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- conceito de crise;- conceito de conflito;- características de uma crise;- conceito de gerenciamento de crises;- objetivos do gerenciamento de crises;- fontes de informação numa crise;- autoridades locais que devam ser imediatamente comunicadas;- apresentação de diversos exemplos sobre situações reais onde houve, ou não, a utilização de técnicas de gerenciamento de crise.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais, equipamentos e prática. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a.		

ANEXO II
(alterado pela Portaria nº 3.258/13-DG/DPF, publicada no D.O.U. em 14/01/2013)

RECICLAGEM DO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o CFV

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacite para o exercício da atividade de segurança privada.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste Programa de Curso, no Regime Escolar dos Cursos de Formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os Cursos de Formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

A disposição do plano de curso e a grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, e os monitores serão de livre opção dos cursos de formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 50 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares.....47 h/a

b) Verificação de aprendizagem.....3 h/a

TOTAL.....50 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga
------------	-----------	-------

		Horária
Revisão e atualização das disciplinas básicas	<p>São os objetivos:</p> <p>a) desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante;</p> <p>b) identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante;</p> <p>c) recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV;</p> <p>d) desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência;</p> <p>e) recordar os conhecimentos que capacitem o aluno a desenvolver hábitos de sociabilidade que permitam aprimorar seu relacionamento no trabalho e em outras esferas de convívio social, especialmente no trato em áreas especializadas de trabalho, como: bancos, shoppings, hospitais, escolas, indústrias, prédios, etc;</p> <p>f) reforçar o conhecimento objetivando coibir a prática de atividades discriminatórias ou em desrespeito aos direitos humanos, especialmente na perspectiva de combate à violência de gênero, orientação sexual, contra a criança, adolescente, idoso e portador de necessidade especial;</p> <p>g) recordar conhecimentos sobre o Sistema Nacional de Segurança Pública, atribuições constitucionais de cada corporação policial e das Forças Armadas e atribuições da guarda municipal;</p> <p>h) reforçar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros;</p> <p>i) reforçar conhecimentos sobre vigilância geral e sobre as áreas de vigilância especializadas;</p> <p>j) recordar os conhecimentos sobre radiocomunicação e segurança eletrônica;</p> <p>l) relembrar conhecimentos gerais sobre conceitos e legislação relativos ao emprego e uso da força de maneira escalonada; e</p> <p>m) recordar os conhecimentos sobre gerenciamento de</p>	32 h/a

	crise, outras aplicações práticas.	
Armamento e tiro	ARMAMENTO E TIRO a) recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de segurança privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros; b) realizar limpeza e conservação da arma; e c) praticar tiro.	10 h/a
Educação física	a) manutenção do condicionamento físico, recordar a capacitação do aluno a desenvolver um programa básico permanente de preparação física pessoal.	5 h/a

3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 60 % em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.5 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos. A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais matérias, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS

Carga horária: 32 h/a

Avaliação: V/F (3 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver e atualizar conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, combate à prática de racismo, relações humanas, atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência, segurança pública, preservação do local de crime, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes, vigilância, uso progressivo da força e gerenciamento de crises; e

b) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de segurança privada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada; - recordar e atualizar conhecimentos básicos de direito, direito constitucional e direito penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de formação de vigilante; - atualizar o aluno em noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios de pequenas proporções, bem como nas técnicas de primeiros socorros em caso de emergência; 	<p>Aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, Portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada)</p> <p>Papel do empresário e do representante de classe Direito, deveres e atribuições do vigilante</p> <p>Princípios Constitucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da igualdade (art. 5º, da Constituição); - da liberdade de trabalho (art. 5º, inciso XIII, da Constituição); - de locomoção (art. 5º, inciso XV, da Constituição); - de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); - de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); - da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); - da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição); e - da vedação ao racismo (art. 5º, inciso XLII, da Constituição). <p>Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos);

		<ul style="list-style-type: none"> - excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - crimes contra honra (arts. 138, 139 e 140 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); -boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal; - crimes resultantes de preconceito de raça ou cor: - Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989; - da prevenção e combate à violência contra mulher: Lei nº 11.340, de 2006; - dos direitos das crianças e adolescentes: Lei 8.069, de 1990 – noções básicas; e - dos direitos da pessoa idosa: Lei 10.741, de 2003 – noções básicas. <p>Direito Trabalhista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos convenções e acordos coletivos de trabalho; -processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, preposto,
--	--	---

		<p>testemunhas);</p> <p>direitos humanos e relações humanas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência; - trato social em áreas especializadas de trabalho, como: bancos, shoppings, hospitais, escolas, indústrias, prédios, etc; <p>Combate a Incêndio de Pequenas Proporções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - métodos de extinção; - extintores de incêndios; e - evacuação de locais. <p>Conduta na Prestação de Primeiros Socorros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - análise primária e secundária da vítima; - transporte de feridos; - acidentes traumáticos e hemorrágicos; - respiração artificial; e - massagem cardio-pulmonar.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais e exercício prático.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 12h/a</p>		
2	<p>- atualizar e reavaliar conhecimentos sobre vigilância, uso progressivo da força e gerenciamento de crises;</p>	<p>modalidades de vigilância (banco, shopping, hospital, escola, indústria, prédios)</p> <p>técnicas de vigilância</p> <p>controle de entrada e saída de pessoas</p> <p>identificação de suspeitos</p> <p>planos de segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> - nível de uso da força - uso progressivo da força <p>Código Penal: justificativas ou causas de exclusão da antijuridicidade que amparam legalmente o uso da força (art. 23, 24 e 25 do Código Penal)</p> <p>Código Penal: artigos 129, 252 e 253</p>

		<p>imputabilidade penal legal do mau uso/excesso</p> <p>níveis de força</p> <ul style="list-style-type: none"> - presença física - verbalização - controle de contato ou controle de mãos livres <p>identificação de emergências, crises, ou qualquer evento crítico: medidas imediatas e mediatas</p> <ul style="list-style-type: none"> -critérios de ação no gerenciamento de crises; -objetivos do gerenciamento de crises; -classificação dos graus de risco ou ameaça; -níveis de resposta e fatores que influenciam na classificação de eventos críticos e na gradação de sua periculosidade; -autoridades locais que devam ser imediatamente comunicadas. -apresentação de casos práticos.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 12h/a</p>		
3	<ul style="list-style-type: none"> - atualizar e reavaliar os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação; - atualizar e reavaliar os conhecimentos e o emprego de alarmes, outros meios de alerta não restritos, geridos por empresas e disponíveis a seus vigilantes, bem como outros equipamentos eletrônicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - sistema de telecomunicação utilizado pela empresa e disponibilidade no mercado; - vigilância eletrônica, alarmes e outros equipamentos eletrônicos; e - manuseio, uso correto, conservação e manutenção.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 4 h/a</p>		
4	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver e atualizar conhecimentos sobre segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - órgãos policiais (como acionar,

	<p>pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, sobre a prestação de informações à polícia federal, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal;</p> <p>- reforçar os conhecimentos para identificação de grupos criminosos e seu modus operandi, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e colabore com a polícia;</p>	<p>relacionamento);</p> <p>- quadrilhas e suspeitos, modus operandi;</p> <p>- local do crime: isolamento, medidas imediatas, sem interferir e nem inviabilizar o trabalho da polícia;</p> <p>- preservação de vestígios;</p> <p>- entrevista preliminar quando as pessoas tendem a se dispersar antes da chegada da polícia;</p> <p>- observar e descrever pessoas, coisas, veículos, cenas, locais, armas, etc;</p> <p>- identificação de drogas;</p> <p>- trato com as vítimas; e</p> <p>- modalidades: assalto a banco, espionagem industrial, roubo de cargas, transporte de valores, contrabando, falsificação de produtos, tráfico de drogas, desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, sequestro.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4h/a</p>		

4.2 Armamento e Tiro

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor)

Objetivo da disciplina:

- discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo;
- habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros;
- fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço; e
- praticar tiro.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	

1	<ul style="list-style-type: none"> - elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro; - capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane); - efetuar tiro em visão primária tvp, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 12 tiros; 	Revolver calibre 38: <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - carregar e descarregar a arma; - incidente de tiro (sanar pane); - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 12 tiros.
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, revolver calibre 38 e munição (12 tiros) Carga horária: 4 h/a.		
2	efetuar tiro rápido, retenção, 5 metros, com dois olhos abertos, 8 tiros;	Revolver calibre 38: <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco; e - T. R, retenção, 5 metros, barricada à direita e à esquerda, 2 acionamentos em 3” a cada comando, 08 tiros.
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, revolver calibre 38, munição (08 tiros) Carga horária: 2 h/a.		
3	efetuar tiro rápido, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, 5 metros, 8 tiros, com dois olhos abertos;	Revolver calibre 38: <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco; e - T. R, retenção, 5 metros, barricada à direita e à esquerda, 2 acionamentos em 3” a cada comando, 08 tiros.
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, revolver calibre 38, munição (08 tiros) Carga horária: 2 h/a.		
4	efetuar tiro rápido, sacando (arma no coldre), 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros;	Revolver calibre 38 <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco; e

	revólver calibre 38	- T.R, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3” a cada comando, 12 tiros.				
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, revolver calibre 38 e munição (12 tiros) Carga horária: 2 h/a.						
<div>MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO</div> <table><tr><td>CALIBRE</td><td>QUANTIDADE</td></tr><tr><td>Calibre 38</td><td>40</td></tr></table>			CALIBRE	QUANTIDADE	Calibre 38	40
CALIBRE	QUANTIDADE					
Calibre 38	40					

4.3 Educação Física

Carga horária: 5 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor – Apto ou Inapto)

Objetivo da disciplina:

- a) relembrar conhecimentos para construir uma mentalidade de prática continuada de atividade física em busca de saúde, bem estar físico, psicológico e social, bem como conceitos de qualidade físicas que favoreçam o aumento da capacidade física geral e específica, sempre que possível em situações compatíveis com o contexto físico, mental e social da atividade do vigilante; e
- b) desenvolver força e resistência muscular por meio de corridas e exercícios livres, que permitam ao praticante a manutenção de seu condicionamento independente de espaço específico ou uso de aparelhos.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<ul style="list-style-type: none"> - mensurar pulsação como orientação à prática regular de corridas; - desenvolver estratégias para melhorar capacidade aeróbia; - desenvolver estratégias para melhorar a resistência muscular localizada. 	<ul style="list-style-type: none"> - verificações diagnósticas; - exercícios educativos de corrida; - corridas lineares; - exercícios localizados em circuitos; e - orientações básicas de montagem de treinamento físico.
Estratégias de Ensino: Aula prática com treinamento progressivo da atividade de corrida, exercícios aquáticos ou circuito. Recursos: 1 professor e monitores, pista de atletismo, ginásio poliesportivo e materiais de circuito (ambientes facultativos). Carga Horária: 5 h/a.		

ANEXO III

CURSO DE EXTENSÃO EM TRANSPORTE DE VALORES – CTV

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o CFV.

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de transporte de valores, adotando medidas preventivas e repressivas ante possíveis ataques.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do Curso.

A disposição do plano de curso e a grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e nível de compreensão mais baixos dentre o grupo.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, e os monitores serão de livre opção dos cursos de formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo o plano de curso, grade horária e os Planos de Aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas de armamento e tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso de forma a valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.

As aulas práticas com veículo especial ou simulacro deverão ter seu cenário preparado com antecedência, com o fim de alcançar-se o máximo de aproveitamento.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 50 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas

curriculares.....43 h/a

b) Verificação de aprendizagem.....

.....7 h/a

TOTAL.....

.....50 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
LEGISLAÇÃO APLICADA	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de transporte de valores, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de transporte de valores, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV.	5 h/a
TRANSPORTE DE VALORES	Capacitar o aluno a desempenhar as atividades relacionadas ao transporte de valores em veículos especiais.	10 h/a
RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	Capacitar o aluno a resolver, em equipe, as situações de emergência relacionadas ao transporte de valores em veículos especiais.	10 h/a
ARMAMENTO E TIRO	Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento diversificado empregado na atividade especializada de transporte de valores, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.	18 h/a

3.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.5 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.6 Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos. A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" será realizada de forma prática.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais avaliações, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 Legislação Aplicada

Carga horária: 5 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de transporte de valores, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante;
- b) identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em transporte de valores;
- c) recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de transporte de valores, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV; e
- d) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos, no desempenho das atividades de transporte de valores.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	Conhecer os conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de transporte de valores.	a) aspectos legais sobre transporte de valores (Lei nº 7.102, de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, Portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada); b) papel do empresário e do representante de

		<p>classe;</p> <p>c) direito, deveres e atribuições do vigilante especialista em transporte de valores.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a.</p>		
2	<p>RECORDAR E ATUALIZAR conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de transporte de valores, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV.</p>	<p>Princípios Constitucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da liberdade de trabalho (art. 5º, inciso XIII, da Constituição) - de locomoção (art. 5º, inciso XV, da Constituição); - de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); - de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); - da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); e - da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição). <p>Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); - excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); e

		-boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.		
3	identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em transporte de valores.	<p>Direito Trabalhista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos; - convenções e acordos coletivos de trabalho; e - processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, preposto, testemunhas).
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 1 h/a.		

4.2 Transporte de Valores

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- ampliar conhecimentos sobre transporte de valores;
- desenvolver habilidades para desempenhar as atividades de transporte de valores em veículos especiais; e
- exercitar o aluno nas atividades de transporte de valores em veículos especiais.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:

1	identificar os meios, técnicas e táticas de transporte de valores em veículos especiais;	<ul style="list-style-type: none"> - veículo especial (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais); - formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais); - atribuições de cada membro da equipe; - conceito de valores; - itinerários e variantes; - carga e descarga de valores; - cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, carga e descarga dos veículos; - rádio e código “q”; e - responsabilidades sobre a atividade.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.</p>		
2	praticar e empregar técnicas e táticas de transporte de valores em veículos especiais.	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento, condução da arma e do rádio, proteção dos valores, colocação dos valores no destino final, recibo, registros, etc); - comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios; - uso de colete balístico; - elaboração de itinerários; - reconhecimento de roteiros (pontos de apoio); - reconhecimento de veículos e indivíduos suspeitos (simulações para exercício); - direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo – conteúdo apenas teórico); e - procedimentos em operações urbanas, em operações intermunicipais (viagens) e em transporte intermodal (em aeroportos,

		comboios/escoltas).
Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 8 h/a.		

4.3 Resolução das Situações de Emergência

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) capacitar o aluno de habilidades para resolver, em equipe, as situações de emergência (proatividade, ação e reação) relacionadas ao transporte de valores em veículos especiais;
- b) dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar, polícia rodoviária em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância; e
- c) ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu modus operandi, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e que possa fornecer informações à polícia.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<ul style="list-style-type: none"> - conhecer formas de ataque; - interpretar os respectivos planos de reação elaborados pela empresa; - identificar sua parcela de participação no plano de reação praticar exercício simulado elaborar relatórios; 	<ul style="list-style-type: none"> - ataques a veículos especiais (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa) - técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos; - planos de reação; - procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc); - procedimento da equipe durante e após o ataque; e - relatório da ocorrência (exercício prático).
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de registros, planos e recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 6 h/a.		

2	<ul style="list-style-type: none"> - dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância; - ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu modus operandi, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e prestar informações à polícia; 	<p>Como acionar os órgãos de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Polícia Militar; - Polícia Rodoviária; - telefones, alarmes; - quadrilhas de assalto a banco e carros; - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal (polícia de investigação); - prestação de informações à polícia federal; e - legislação que obriga prestar informações ao Coaf e outros órgãos (ENCLA).
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 2 h/a.</p>		
3	<p>dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios nos veículos de transporte de valores;</p> <p>capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros;</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificar as causas de incêndio em veículos; - métodos de combate e extinção; - manejo dos extintores de incêndio usados em veículos; - segurança dos valores durante e após o sinistro; - conceito de primeiros socorros; - análise primária e secundária; - transporte de feridos; - acidentes traumáticos; - hemorragias; - reanimação cardio-pulmonar; e - acionamento de equipe de para-médicos.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva e prática com auxílio de recursos audiovisuais e simulações. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 2 h/a.</p>		

4.4 Armamento e Tiro

Carga horária: 18 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo;
- b) habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de transporte de valores, como último recurso para defesa própria ou de terceiros; e
- c) fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 05 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - municiar e desmuniciar carregador; - carregar e alimentar a arma; - incidente de tiro (sanar pane); e - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 05 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (05 tiros).</p> <p>Carga horária: 3 h/a.</p>		
2	<p>efetuar tiro rápido - tr, retenção, 5 metros, com os dois olhos abertos, 4 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (4 tiros)</p> <p>Carga horária: 2 h/a.</p>		

3	<p>efetuar tiro rápido - tr, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino unidade; - treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 04 tiros; - barricada: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (4 tiros) Carga horária: 2 h/a.</p>		
4	<p>efetuar tiro rápido - tr, sacando, 5 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 4 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (4 tiros) Carga horária: 2h/a.</p>		
5	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 18 tiros.</p>	<p>Escopeta calibre 12:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - carregar e alimentar arma; - passagem de arma; - posição de tiro; - transição de arma (não sana pane faz a transição para a pistola, uso obrigatório da bandoleira); e - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 18 tiros.

Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.
Recursos: 1 professor e monitores, estandes, escopeta calibre 12 e munição (18 tiros).
Carga horária: 6 h/a.

6	efetuar tiro rápido, tr, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos, 06 tiros (prévia da prova).	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco de pé; e - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos em 3” a cada comando – 06 tiros.

Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.
Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre 380 e munição (6 tiros)
Carga horária: 3 h/a.

VERIFICAÇÃO FINAL PISTOLA calibre .380 12 TIROS

EFETUAR tiro rápido, sacando a arma do coldre, de pé, a 5 metros, 2 acionamentos a cada comando, em 3" - 10 tiros, com aproveitamento de 60% dos disparos na silhueta do alvo (alvo humanóide).

MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO

CALIBRE	QUANTIDADE
Calibre .380	33
Calibre 12	18

--

ANEXO IV

RECICLAGEM EM TRANSPORTE DE VALORES – RTV

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o curso de extensão em transporte de valores - CTV

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o recapacite para o exercício da atividade especializada de transporte de valores.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

A disposição do plano de curso e a grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, sendo que os monitores serão de livre opção dos cursos de formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 35 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares.....	33 h/a
b) Verificação de aprendizagem.....	2 h/a
TOTAL.....	35 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
------------	-----------	---------------

REVISÃO ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS	E	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada Revisar assuntos das disciplinas básicas do CFV e do Curso de Extensão em Transporte de Valores.	12 h/a
ARMAMENTO TIRO	E	Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de transporte de valores, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros. Realizar limpeza e conservação da arma. Praticar tiro.	16 h/a
EDUCAÇÃO FÍSICA		Manutenção do condicionamento físico, recordar a capacitação do aluno a desenvolver um programa básico permanente de preparação física pessoal.	5 h/a

3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 60 % em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.5 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos.

A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais matérias, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 Revisão e Atualização das Disciplinas Básicas

Carga horária: 12 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver e atualizar conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, relações humanas, segurança pública, preservação de local de crime, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes, modalidades de transporte de valores e resolução de emergências; e

b) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de transporte de valores.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<ul style="list-style-type: none">- desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada;- recordar e atualizar conhecimentos básicos de direito, direito constitucional e direito penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de formação de vigilante e no curso de extensão em transporte de valores.	<ul style="list-style-type: none">- aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102 de 1983, Decreto nº 89.056, de 1983, Portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada);-;papel do empresário e do representante de classe;-;direito, deveres e atribuições do vigilante; <p>Princípios Constitucionais:</p> <ul style="list-style-type: none">- da liberdade de trabalho (art. 5º, inciso XIII, da Constituição);- de locomoção (art. 5º, inciso XV, da Constituição);- de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição);- de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição);

		<ul style="list-style-type: none"> - da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); e - da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição). <p>Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposo); - excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal; <p>Direito Trabalhista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos; - convenções e acordos coletivos de trabalho; - processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, preposto, testemunhas); e - direitos humanos e relações humanas.
--	--	---

<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a</p>		
2	<p>atualizar e reavaliar treinamento da atividade de transporte de valores; atualizar e reavaliar os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação;</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - veículo especial (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais); - formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais); - atribuições de cada membro da equipe; - conceito de valores; - itinerários e variantes; - carga e descarga de valores; - cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, carga e descarga dos veículos; - conhecimento sobre plano de segurança dos bancos clientes aprovados pela polícia federal; - sistema de telecomunicação utilizado pela empresa e disponibilidade no mercado; - manuseio, uso correto, conservação e manutenção; - rádio e código “q”; e - responsabilidades sobre a atividade.
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 6 h/a</p>		
3	<p>conhecer formas de ataque; interpretar os respectivos planos de reação elaborados pela empresa; identificar sua parcela de participação no plano de reação; praticar exercício simulado; elaborar relatórios; atualizar e reavaliar os conhecimentos</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vigilância eletrônica e alarmes - manuseio, uso correto, conservação e manutenção; - ataques a veículos especiais (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa); - técnicas e táticas utilizadas pelos

	<p>e o uso de alarmes; e desenvolver e atualizar conhecimentos sobre segurança pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, sobre a prestação de informações à polícia federal, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal.</p>	<p>criminosos.</p> <p>planos de reação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc); - procedimento da equipe durante e após o ataque; - relatório da ocorrência (exercício prático); <p>órgãos policiais (como acionar, relacionamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> - quadrilhas e suspeitos, modus operandi; - local do crime: isolamento, medidas imediatas, sem interferir e nem inviabilizar o trabalho da polícia; - preservação de vestígios; - entrevista preliminar quando as pessoas tendem a se dispersar antes da chegada da polícia; e - observar e descrever pessoas, coisas, veículos, cenas, locais, armas, etc.
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 4 h/a</p>		

4.2 Armamento e Tiro

Carga horária: 16 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor)

Objetivo da disciplina:

- a) discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo;
- b) habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada transporte de valores, como último recurso para defesa própria ou de terceiros;
- c) fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço; e
- d) praticar tiro.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
------	-------------------------	-----------------------

	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre. .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - municar e desmunicar carregador; - carregar e alimentar a arma; - incidente de tiro (sanar pane); e - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 04 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (04 tiros). Carga horária: 4 h/a.</p>		
2	<p>efetuar tiro rápido - tr, retenção, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre. .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco (munição de manejo); e - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 04 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (04 tiros). Carga horária: 2 h/a.</p>		
3	<p>efetuar Tiro Rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino unidade; - treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, de pé, barricada à direita e á esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 04 tiros; e - barricada: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.

Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (4 tiros). Carga horária: 2 h/a.								
4	- efetuar tiro rápido - TR, sacando, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 06 tiros.	Pistola calibre .380: - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3” a cada comando – 06 tiros.						
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (6 tiros). Carga horária: 2 h/a.								
5	elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidentes de tiro (pane). efetuar tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 12 tiros.	Escopeta calibre 12: - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - desmontagem e montagem; - carregar e alimentar arma; - passagem de arma; - posição de tiro; - transição de arma (não sana pane, faz a transição para a pistola, uso obrigatório da bandoleira); e - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 12 tiros.						
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 01 professor e monitores, estande, escopeta calibre 12, munição (12 tiros). Carga horária: 06 h/a.								
<div>MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO</div> <table><thead><tr><th>CALIBRE</th><th>QUANTIDADE</th></tr></thead><tbody><tr><td>Calibre .380</td><td>18</td></tr><tr><td>Calibre 12</td><td>12</td></tr></tbody></table>			CALIBRE	QUANTIDADE	Calibre .380	18	Calibre 12	12
CALIBRE	QUANTIDADE							
Calibre .380	18							
Calibre 12	12							

4.3 Educação Física

Carga horária: 5 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor – Apto ou Inapto)

Objetivo da disciplina:

- a) relembrar conhecimentos para construir uma mentalidade de prática continuada de atividade física em busca de saúde, bem estar físico, psicológico e social, bem como conceitos de qualidade físicas que favoreçam o aumento da capacidade física geral e específica, sempre que possível em situações compatíveis com o contexto físico, mental e social da atividade do vigilante; e
- b) desenvolver força e resistência muscular por meio de corridas e exercícios livres, que permitam ao praticante a manutenção de seu condicionamento independente de espaço específico ou uso de aparelhos.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	mensurar pulsação como orientação à prática regular de corridas. desenvolver estratégias para melhorar capacidade aeróbia. desenvolver estratégias para melhorar a resistência muscular localizada. interagir entre grupos.	- verificações diagnósticas; - exercícios educativos de corrida; - corridas lineares; - exercícios localizados em circuitos; e - orientações básicas de montagem de treinamento físico.
Estratégias de Ensino: Aula prática com treinamento progressivo da atividade de corrida, exercícios aquáticos ou circuito. Recursos: 1 professor e monitores, pista de atletismo, ginásio poliesportivo e materiais de circuito (ambientes facultativos). Carga Horária: 5 h/a.		

ANEXO V

CURSO DE EXTENSÃO EM ESCOLTA ARMADA – CEA

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o CFV.

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de escolta armada, adotando medidas preventivas e repressivas ante aos possíveis ataques.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do curso.

A disposição do plano de curso e a grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e nível de compreensão mais baixos dentre o grupo.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, sendo que os monitores serão de livre opção dos Cursos de Formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo o plano de curso, grade horária e os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas de armamento e tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso de forma a valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.

As aulas práticas com veículo leve deverão ter seu cenário preparado com antecedência, com o fim de alcançar-se o máximo de aproveitamento.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 50 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares.....	43 h/a
b) Verificação de aprendizagem.....	7 h/a
TOTAL.....	50 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
------------	-----------	---------------

LEGISLAÇÃO APLICADA	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada na especialidade de escolta armada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de escolta armada, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV.	5 h/a
ESCOLTA ARMADA	Capacitar o aluno a desempenhar as atividades relacionadas à escolta armada.	10 h/a
RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	Capacitar o aluno a resolver, em equipe, as situações de emergência relacionadas à escolta armada.	10 h/a
ARMAMENTO E TIRO	Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento diversificado empregado na atividade especializada de escolta armada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.	18 h/a

3.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classes com no máximo 45 alunos cada uma.

3.5 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.6 Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 . A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" será realizada de forma prática.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais avaliações, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 Legislação Aplicada

Carga horária: 5 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de escolta armada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante;
- b) identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em escolta armada;
- c) recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de escolta armada, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de formação de vigilante; e
- d) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de escolta armada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada na especialidade de escolta armada.	<ul style="list-style-type: none">- aspectos legais sobre escolta armada (Lei nº 7.102. de 1983, Decreto nº 89.056, de 1983, Portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada);- papel do empresário e do representante de classe; e- direito, deveres e atribuições do vigilante especialista em escolta armada.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a		
2	recordar e atualizar conhecimentos básicos de direito, direito constitucional e direito penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de	<p>Princípios Constitucionais:</p> <ul style="list-style-type: none">-da liberdade de trabalho (art. 5º, inciso XIII, da Constituição);-de locomoção (art. 5º, inciso XV, da

	<p>escolta armada, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de formação de vigilante.</p>	<p>Constituição);</p> <ul style="list-style-type: none"> -de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); -de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); -da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); e -da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição); <p>Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); - excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); e - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.</p>		
3	<p>identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em escolta armada.</p>	<p>Direito Trabalhista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário);

		<ul style="list-style-type: none"> - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos; - convenções e acordos coletivos de trabalho; e - processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, preposto, testemunhas).
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 1 h/a.</p>		

4.2 Escolta Armada

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) ampliar conhecimentos sobre escolta armada;
- b) desenvolver habilidades para desempenhar as atividades de escolta armada; e
- c) exercitar o aluno nas atividades de escolta armada em veículos.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	identificar os meios, técnicas e táticas de escolta armada;	<ul style="list-style-type: none"> - veículo adequado (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais); - formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais); - atribuições de cada membro da equipe; - conceito de cargas ou valores escoltados; - mapas rodoviários impressos e eletrônicos disponíveis; - itinerários e variantes; - carga e descarga de valores; - cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, paradas, carga e descarga dos veículos; - conhecimento sobre vigilância eletrônica

		de transporte de cargas; - rádio e código “q”; e - responsabilidades sobre a atividade.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a.		
2	praticar e empregar técnicas e táticas de escolta armada em veículos.	Integram o conteúdo programático: - embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento no comboio, condução da arma e do rádio, proteção dos valores, colocação dos valores no destino final, recibo, registros, etc); - formação do comboio; - elaboração de itinerários; - comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos ou outros meios; - uso de colete balístico; - reconhecimento de roteiros (pontos de apoio); - reconhecimento de veículos e indivíduos suspeitos (simulações para exercício); e - direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo – conteúdo apenas teórico).
Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniçadas) e outros recursos necessários. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 8 h/a.		

4.3 Resolução das Situações de Emergência

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) capacitar o aluno de habilidades para resolver, em equipe, as situações de emergência (proatividade, ação e reação) relacionadas ao escolta armada em veículos;
- b) dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e polícia rodoviária federal ou estadual em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância; e
- c) ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu **modus operandi**, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e que possa fornecer informações à polícia.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>conhecer formas de ataque interpretar os respectivos planos de reação elaborados pela empresa;</p> <p>identificar sua parcela de participação no plano de reação praticar exercício simulado elaborar relatórios.</p>	<p>- ataques ao comboio (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa);</p> <p>- técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos;</p> <p>- planos de reação;</p> <p>- procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc);</p> <p>- procedimento da equipe durante e após o ataque; e</p> <p>relatório da ocorrência (exercício prático).</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de registros, planos e recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 6 h/a.</p>		
2	<p>dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e polícia rodoviária federal ou estadual em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância.</p> <p>ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu modus operandi, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <p>Como acionar os órgãos de segurança:</p> <p>- Polícia Militar;</p> <p>- Polícia rodoviária;</p> <p>- telefones, alarmes, etc;</p> <p>- quadrilhas de assalto a banco, carros-fortes e cargas;</p>

	por parte de organização criminosa e prestar informações à polícia.	- boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal (polícia de investigação); e - prestação de informações à Polícia Federal
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 2 h/a		
3	dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios nos veículos de escolta armada. capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.	Integram o conteúdo programático: <ul style="list-style-type: none"> - identificar as causas de incêndio em veículos; - métodos de combate e extinção; - manejo dos extintores de incêndio usados em veículos; - segurança dos valores durante e após o sinistro; - conceito de primeiros socorros; - análise primária e secundária; - transporte de feridos; - acidentes traumáticos; - hemorragias; - reanimação cardio-pulmonar; e - acionamento de equipe de para-médicos.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e prática com auxílio de recursos audiovisuais e simulações. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 2 h/a		

4.4 Armamento e Tiro

Carga horária: 18 h/a Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo;
- b) habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de escolta armada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros; e
- c) fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primaria tvp, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 05 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - municiar e desmuniciar carregador; - carregar e alimentar a arma; - incidente de tiro (sanar pane); e - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 05 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (05 tiros).</p> <p>Carga horária: 3 h/a.</p>		
2	<p>efetuar tiro rápido - TR, retenção, 5 metros, com os dois olhos abertos, 4 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (04 tiros)</p> <p>Carga horária: 2 h/a.</p>		
3	<p>efetuar Tiro Rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino unidade; - treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, de pé, barricada à direita e á esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 04 tiros; e - barricada: obstáculo que permita abrigo na

		posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (4 tiros) Carga horária: 2 h/a.		
4	efetuar tiro rápido - TR, sacando, 5 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.	Pistola calibre .380: - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 04 tiros.
Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (04 tiros) Carga horária: 2 h/a.		
5	elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro. capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane). efetuar tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 18 tiros.	Escopeta calibre 12 - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - carregar e alimentar arma; - passagem de arma; - posição de tiro; - transição de arma (não sana pane faz a transição para a pistola, uso obrigatório da bandoleira); e - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 18 tiros.
Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estandes, escopeta calibre 12 e munição (18 tiros). Carga horária: 6 h/a.		
6	efetuar tiro rápido, TR, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos, 06 tiros (Prévia da prova)	Pistola calibre .380: - treino da unidade; - treinamento em seco de pé; e - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos

		em 3” a cada comando – 06 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre 380 e munição (06 tiros) Carga horária: 3 h/a.</p>		
VERIFICAÇÃO FINAL	PISTOLA CAL .380	12 TIROS
<p>EFETUAR tiro rápido, sacando a arma do coldre, de pé, a 5 metros, 2 acionamentos a cada comando, em 3” - 10 tiros, com aproveitamento de 60% dos disparos na silhueta do alvo (alvo humanóide).</p>		
MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO		
CALIBRE	QUANTIDADE	
Calibre .380	33	
Calibre 12	18	

ANEXO VI

RECICLAGEM EM ESCOLTA ARMADA – REA

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o curso de extensão em escolta armada – CEA

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o recapacite para o exercício da atividade especializada de escolta armada.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

A disposição do plano de curso e a grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, sendo que os monitores serão de livre opção dos cursos de formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 35 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares.....	33 h/a
b) Verificação de aprendizagem.....	2 h/a
TOTAL.....	35 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga
------------	-----------	-------

		Horária
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS	<p>Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.</p> <p>Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante.</p> <p>Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada</p> <p>Revisar assuntos das disciplinas básicas do CFV e do Curso de Extensão em Escolta Armada.</p>	12 h/a
ARMAMENTO E TIRO	<p>Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de escolta armada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.</p> <p>Realizar limpeza e conservação da arma.</p> <p>Praticar tiro.</p>	16 h/a
EDUCAÇÃO FÍSICA (EF)	<p>Manutenção do condicionamento físico, recordar a capacitação do aluno a desenvolver um programa básico permanente de preparação física pessoal.</p>	5 h/a

3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 60 % em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.5 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos.

A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais matérias, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 Revisão e Atualização das Disciplinas Básicas

Carga horária: 12 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver e atualizar conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, relações humanas, segurança pública, preservação de local de crime, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes, modalidades de escolta armada e resolução de emergências; e

b) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de escolta armada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada recordar e atualizar conhecimentos básicos de direito, direito constitucional e direito penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de formação de vigilante e no curso de extensão em escolta armada.	- aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102, de 1983, Decreto nº 89.056 de 1983, Portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada); - papel do empresário e do representante de classe; e - direito, deveres e atribuições do vigilante. Princípios Constitucionais: - da liberdade de trabalho (art. 5º, inciso XIII, da Constituição); - de locomoção (art. 5º, inciso XV, da Constituição); - de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); - de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); - da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); e - da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da

		<p>Constituição).</p> <p>Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposo); - excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); e - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal. <p>Direito Trabalhista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos; - convenções e acordos coletivos de trabalho; - processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, preposto, testemunhas). <p>Direitos Humanos e Relações Humanas:</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		

2	<p>atualizar e reavaliar treinamento da atividade de escolta armada</p> <p>atualizar e reavaliar os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - veículo adequados (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais); - formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais); - atribuições de cada membro da equipe; - conceito de cargas ou valores escoltados; - mapas rodoviários impressos e eletrônicos disponíveis; - itinerários e variantes; - carga e descarga de valores; - cuidados e medidas essenciais a serem adotadas no deslocamento, paradas, carga e descarga dos veículos; - conhecimento sobre vigilância eletrônica de transporte de cargas; - sistema de telecomunicação utilizado pela empresa e disponibilidade no mercado; - manuseio, uso correto, conservação e manutenção; - formação do comboio; - elaboração de itinerários; - comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios; - uso de colete balístico; - rádio e código “q”; e - responsabilidades sobre a atividade.
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniçadas), malotes e outros recursos necessários.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 6 h/a</p>		
3	<p>conhecer formas de ataque</p> <p>interpretar os respectivos planos de reação elaborados pela empresa.</p> <p>identificar sua parcela de participação</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento no comboio, condução da arma e do rádio, proteção dos valores, colocação dos valores no destino

	<p>no plano de reação.</p> <p>praticar e empregar técnicas e táticas de escolta armada em veículos.</p> <p>praticar exercício simulado.</p> <p>elaborar relatórios.</p> <p>atualizar e reavaliar os conhecimentos e o emprego de alarmes.</p> <p>desenvolver e atualizar conhecimentos sobre segurança pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, sobre a prestação de informações a polícia federal, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal.</p>	<p>final, recibo, registros, etc);</p> <ul style="list-style-type: none"> - reconhecimento de roteiros (pontos de apoio); - reconhecimento de veículos e indivíduos suspeitos (simulações para exercício); - direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo); - ataques ao comboio (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa); - técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos; - planos de reação; - procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc); - procedimento da equipe durante e após o ataque; e - relatório da ocorrência (exercício prático). <p>Como Acionar os Órgãos de Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Polícia Militar; - Polícia Rodoviária; - Telefones, alarmes; - quadrilhas de assalto a banco, carros-fortes e cargas; - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal; e - prestação de informações à polícia federal.
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 4 h/a</p>		

4.2 Armamento e Tiro

Carga horária: 16 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor)

Objetivo da disciplina:

a) discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo;

- b) habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada escolta armada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros;
- c) fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço; e
- d) praticar tiro.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primaria tvp, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - municar e desmunicar carregador; - carregar e alimentar a arma; - incidente de tiro (sanar pane); e - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 4 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (4 tiros).</p> <p>Carga horária: 4 h/a.</p>		
2	<p>efetuar tiro rápido - TR, retenção, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco (munição de manejo); e - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando –4 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (04 tiros).</p> <p>Carga horária: 2 h/a.</p>		

3	<p>efetuar tiro rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 04 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino unidade; - treinamento em seco (munição de manejo); - TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 4 tiros; e - barricada: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (4 tiros). Carga horária: 2 h/a.</p>		
4	<p>efetuar tiro rápido - TR, sacando, 5,00 metros, com os dois olhos abertos, 06 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, sacando, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 6 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380, munição (06 tiros). Carga horária: 2 h/a.</p>		
5	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidentes de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primária TVP, partindo da posição de retenção, 10 metros dois olhos abertos, 12 tiros.</p>	<p>Escopeta calibre 12:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação; - desmontagem e montagem; - carregar e alimentar arma; - passagem de arma; - posição de tiro; - transição de arma (não sana pane, faz a transição para a pistola); e - TVP, em pé, 10 metros, dois olhos abertos, 12 tiros.

Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.
 Recursos: 1 professor e monitores, estande, escopeta calibre 12, munição (12 tiros).
 Carga horária: 6 h/a.

MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO

CALIBRE	QUANTIDADE
Calibre .380	18
Calibre 12	12

4.3 Educação Física

Carga horária: 5 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor – Apto ou Inapto)

Objetivo da disciplina:

- relembrar conhecimentos para construir uma mentalidade de prática continuada de atividade física em busca de saúde, bem estar físico, psicológico e social, bem como conceitos de qualidade físicas que favoreçam o aumento da capacidade física geral e específica, sempre que possível em situações compatíveis com o contexto físico, mental e social da atividade do vigilante; e
- desenvolver força e resistência muscular por meio de corridas e exercícios livres, que permitam ao praticante a manutenção de seu condicionamento independente de espaço específico ou uso de aparelhos.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>mensurar pulsação como orientação à prática regular de corridas.</p> <p>desenvolver estratégias para melhorar capacidade aeróbia.</p> <p>desenvolver estratégias para melhorar a resistência muscular localizada.</p>	<p>- verificações diagnósticas;</p> <p>- exercícios educativos de corrida;</p> <p>- corridas lineares;</p> <p>- exercícios localizados em circuitos; e</p> <p>- orientações básicas de montagem de treinamento físico.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática com treinamento progressivo da atividade de corrida, exercícios aquáticos ou circuito.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, pista de atletismo, ginásio poliesportivo e materiais de circuito (ambientes facultativos).</p> <p>Carga Horária: 5 h/a.</p>		

ANEXO VII

CURSO DE EXTENSÃO EM SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA – CSPP

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o –CFV.

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de segurança pessoal privada, adotando medidas preventivas e repressivas ante aos possíveis ataques às pessoas que protege.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do curso.

A disposição do plano de curso e a grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e nível de compreensão mais baixos dentre o grupo.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, sendo que os monitores serão de livre opção dos cursos de formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo o plano de curso, grade horária e os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

As aulas de armamento e tiro deverão ser distribuídas ao longo do curso de forma a valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real. O tiro real não poderá ser realizado em uma única etapa, cuja distribuição seguirá o programa de matéria abaixo.

As aulas práticas com veículo leve deverão ter seu cenário preparado com antecedência, com o fim de alcançar-se o máximo de aproveitamento.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 50 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares.....46 h/a

b) Verificação de aprendizagem.....4 h/a

TOTAL.....50 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
LEGISLAÇÃO APLICADA	Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de segurança pessoal privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante. Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante. Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança pessoal privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV.	4 h/a
SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	Capacitar o aluno a desempenhar as atividades relacionadas à segurança pessoal privada.	12h/a
RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	Capacitar o aluno a resolver, em equipe, as situações de emergência relacionadas à segurança pessoal privada.	8 h/a
ARMAMENTO E TIRO	Habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência armamento diversificado empregado na atividade especializada de segurança pessoal privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.	12 h/a
DEFESA PESSOAL	Ensinar e manter habilidades, fundamentos e técnicas de defesa pessoal e de terceiros.	10 h/a

3.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.5 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.6 Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos. A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" será realizada de forma prática.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais avaliações, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 Legislação Aplicada

Carga horária: 4 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de segurança pessoal privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante;
- b) identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em segurança pessoal privada;
- c) recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança pessoal privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV; e
- d) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos, no desempenho das atividades de segurança pessoal privada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, na especialidade de segurança pessoal privada.	- aspectos legais sobre segurança pessoal privada (Lei nº 7.102, de 1983, Decreto nº 89.056, de 1983, Portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada); - papel do empresário e do representante de

		<p>classe; e</p> <ul style="list-style-type: none"> - direito, deveres e atribuições do vigilante especialista em segurança pessoal privada.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 1 h/a</p>		
2	<p>recordar e atualizar conhecimentos básicos de direito, direito constitucional e direito penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de segurança pessoal privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de formação de vigilante.</p>	<p>Princípios Constitucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da liberdade de trabalho (art. 5º, inciso XIII, da Constituição); - de locomoção (art. 5º, inciso XV, da Constituição); - de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); - de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); - da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); e - da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição). <p>Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); - excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); e

		- boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a		
3	identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante especialista em segurança pessoal privada.	<p>Direito Trabalhista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos; - convenções e acordos coletivos de trabalho; e - processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, preposto, testemunhas).
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 1 h/a		

4.2 Segurança Pessoal Privada

Carga horária: 12 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) ampliar conhecimentos sobre segurança pessoal privada;
- b) desenvolver habilidades para desempenhar as atividades de segurança pessoal privada; e
- c) exercitar o aluno nas atividades de segurança pessoal privada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:

1	<p>IDENTIFICAR os meios, técnicas e táticas de segurança pessoal privada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - missão de segurança de pessoas: proteção do escoltado; - sistemas de segurança pessoal: modalidades (com um segurança e mais de um, relacionamento entre vigilantes na mesma missão, a pé, em hotéis, em aeroportos, na multidão, em festas e convenções, na residência, convívio com a família); - procedimentos individuais ou na formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais): foco no escoltado; - atribuições de cada membro da equipe; - sigilo profissional das operações e sobre a pessoa, família, atividades e patrimônio do escoltado; e - responsabilidades sobre a atividade.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a</p>		
2	<p>praticar e empregar técnicas e táticas de segurança pessoal privada em veículos.</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - veículo adequado (estrutura, componentes, itens de segurança, meios operacionais); - embarque e desembarque do escoltado; - embarque e desembarque da equipe (agilidade, posicionamento no cenário, condução da arma e do rádio, proteção do escoltado e sua retirada a salvo da cena de conflito, registros, etc); - formação do comboio; - elaboração de itinerários; - uso de colete balístico; - alarmes em veículos e residenciais e outros meios de vigilância eletrônica (funcionamento, uso adequado, conservação e manutenção); - comunicação por rádio, nextel, sinais, - palavras, comandos, ou outros meios;

		<ul style="list-style-type: none"> - rádio e código “q”; - mapas rodoviários impressos e eletrônicos disponíveis; - itinerários e variantes; - batedores e reconhecimento prévio; - reconhecimento de roteiros (pontos de apoio); - reconhecimento de veículos e indivíduos suspeitos (simulações para exercício); e - direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo).
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo leve, meios de comunicação, armas (desmuniadas) e outros recursos necessários.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 8 h/a</p>		

4.3 Resolução das Situações de Emergência

Carga horária: 8 h/a Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) capacitar o aluno de habilidades para resolver, em equipe, as situações de emergência (proatividade, ação e reação) relacionadas ao segurança pessoal privada em veículos;
- b) dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento da polícia militar e polícia rodoviária federal ou estadual em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância; e
- c) ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu **modus operandi**, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e que possa fornecer informações à polícia.

	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:

	<p>conhecer formas de ataque interpretar os respectivos planos de reação elaborados pela empresa. identificar sua parcela de participação no plano de reação praticar exercício simulado elaborar relatórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ataques ao escoltado (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa); - técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos; - planos de reação; - procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc); - procedimento da equipe antes, durante e após o ataque atentado/sequestro/bomba, molestações/ameaças/telefonemas anônimos; - relacionamento com a polícia (grupo de gerenciamento de crises, grupo anti-sequestro, grupos de operações especiais; - procedimentos no trato com a imprensa; e - relatório da ocorrência (exercício prático).
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de registros, planos e recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 4 h/a</p>		
	<p>dotar o aluno de conhecimentos e dados sobre a atuação e acionamento dos órgãos de segurança pública em caso de ocorrência policial gerada na área de vigilância. ampliar conhecimentos para identificar grupos criminosos e seu modus operandi, para que o vigilante evite ser alvo de cooptação por parte de organização criminosa e prestar informações à polícia.</p>	<p>Como acionar os órgãos de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Polícia Militar; - Polícia Rodoviária; - Polícia Civil; - grupos de gerenciamento de crises, anti-sequestro; - telefones, alarmes; - quadrilhas de sequestradores, assalto a banco, carros-fortes e cargas; e - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal (polícia de investigação);
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e monitores. Carga Horária: 2 h/a</p>		

	<p>dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios nos veículos e residência do escoltado.</p> <p>capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - identificar as causas de incêndio em veículos e em residência; - métodos de combate e extinção; - manejo dos extintores de incêndio; - segurança do escoltado durante e após o sinistro; - conceito de primeiros socorros; - análise primária e secundária; - transporte de feridos; - acidentes traumáticos; - hemorragias; - reanimação cardio-pulmonar; e - acionamento de equipe de para-médicos.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva e prática com auxílio de recursos audiovisuais e simulações.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		

4.4 Armamento e Tiro

Carga horária: 12 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo;
- b) habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança pessoal privada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros; e
- c) fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	

1	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primaria tvp, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 10 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nomenclatura e funcionalidade; - limpeza e conservação ; - municiar e desmuniciar carregador; - carregar e alimentar a arma; - incidente de tiro; e - TVP, em pé, 7 metros, dois olhos abertos, 10 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola .380 e munição (10 tiros). Carga horária: 4 h/a.</p>		
2	<p>efetuar tiro rápido - TR, partindo da posição de retenção, 5 metros, com os dois olhos abertos, 12 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando - 12 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (12 tiros) Carga horária: 2 h/a.</p>		
3	<p>efetuar Tiro Rápido - TR, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, em pé, 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; - TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 12 tiros; e - barricada: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (12 tiros) Carga horária: 2 h/a.</p>		

4	efetuar tiro rápido, TR, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros.	Pistola calibre .380: - treino da unidade; - treinamento em seco de pé; e - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos em 3” a cada comando – 12 tiros.				
Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre 380 e munição (12 tiros) Carga horária: 2 h/a.						
5	efetuar tiro rápido, TR, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos, 12 tiros. (prévia da prova).	Pistola calibre .380: - treino da unidade; - treinamento em seco de pé; e - TR, sacando a 5 metros, 2 acionamentos em 3” a cada comando – 12 tiros.				
Estratégias de ensino: Aula expositivo-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre 380 e munição (12 tiros) Carga horária: 2 h/a.						
<div>VERIFICAÇÃO FINAL PISTOLA calibre .380 12 TIROS</div> <div>Efetuar tiro rápido, sacando a arma do coldre, de pé, a 5 metros, 2 acionamentos a cada comando, em 3” - 12 tiros, com aproveitamento de 60% dos disparos na silhueta do alvo (alvo humanóide).</div> <div>MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO</div> <table><thead><tr><th>CALIBRE</th><th>QUANTIDADE</th></tr></thead><tbody><tr><td>Calibre .380</td><td>70</td></tr></tbody></table>			CALIBRE	QUANTIDADE	Calibre .380	70
CALIBRE	QUANTIDADE					
Calibre .380	70					

4.5 Defesa Pessoal

Carga horária: 10 h/a Avaliação: V/F (conceito do instrutor)

Objetivo da disciplina:

a) adquirir conhecimentos para defesa própria e de terceiros durante o trabalho do vigilante e mesmo na vida cotidiana, assim como habilidades para domínio de pessoas, visando à realização de ações na área de vigilância com o uso adequado de força e de novas habilidades motoras, potencializando aquelas pré-adquiridas.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	<p>exercitar movimentos condicionados específicos e preparatórios para o treinamento de técnicas de artes marciais.</p> <p>exercitar, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real.</p> <p>exercitar, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real.</p>	<p>Defesa Pessoal:</p> <p>a) Técnicas de amortecimento de queda (Ukemi Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - amortecimento de queda lateral; - amortecimento de queda para trás; - amortecimento de queda para frente; - rolamento para frente; e - rolamento para trás. <p>b) Técnicas de Projeção (Nague Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Soto Gari; - O Goshi; - Koshi Guruma; e - Kote Gaeshi. <p>c) Técnicas de socos, chutes e defesas (Atemi Waza):</p> <p>Técnicas de socos (Tsuki Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - jab / direto; - cruzado; - upper; e - cotoveladas. <p>Técnicas de chutes (Keri Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - chute frontal, lateral e circular; e - joelhada. <p>Técnicas de defesas (Uke Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Shuto Uke; e - Nagashi Uke. <p>d) Técnicas de Estrangulamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hadaka Jime 1; e - Hadaka Jime 2 (“Mata-Leão”). <p>e) Técnicas de chaves de braço e punho:</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Kote Hineri (Sankio) posição deitada; - Kote Osae (Nikio); e - Ude Garami. <p>Defesa Pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - defesa de soco ao rosto; - defesa de chute frontal; - defesa de chute lateral; - defesa de pegada pelas costas; - defesa de gravata lateral; - defesa de gravata pelas costas; - defesa de facada por baixo; e - arma de fogo apontada ao peito. <p>Domínio Tático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - impedimento de saque de arma; - retenção de saque de arma; - domínio 1 – utilizando técnicas de estrangulamento (Hadaka Jime 1 ou 2) - trabalho em duplas e trios; - domínio 2 – técnicas de projeção + chave de punho (Kote Hineri). Trabalho individual e em grupo; e - domínio 3 (condução) – Ude Garami + Hadaka Jime; - algema 1 (deitado) – Kote Hineri; e - algema 2 (de pé) – Kote Hineri.
<p>Estratégias de Ensino: Exercícios de aquecimento, educativos para melhoria da coordenação motora, agilidade, força e flexibilidade e exercícios educativos específicos.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, um dojô, apitos, sacos de pancadas, luvas de foco, aparadores de chutes e cronômetro.</p> <p>Carga Horária: 10 h/a.</p>		

ANEXO VIII

RECICLAGEM EM SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA – RSPP

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o curso de extensão em segurança pessoal privada – CESPP

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que recicle e atualize o vigilante para o exercício da atividade especializada de segurança pessoal privada.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

A disposição do plano de curso e da grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento, sendo que os monitores serão de livre opção dos cursos de formação, desde que estas observem o desenvolvimento do conteúdo programático e a segurança dos alunos.

As aulas de armamento e tiro deverão valorizar o manuseio e propiciar intimidade com a arma, mediante exercícios de empunhadura, visada e tiros em seco, antes do tiro real, bem como devem ser ministradas em dois turnos em dias diferentes.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 35 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a, exceto a prova que poderá ser aplicada em horário excedente.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares.....33 h/a

b) Verificação de aprendizagem..... 2 h/a

TOTAL..... 35h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga
------------	-----------	-------

		Horária
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS	<p>Desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante.</p> <p>Identificar direitos e deveres trabalhistas do vigilante.</p> <p>Recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada Revisar assuntos das disciplinas básicas do CFV e do Curso de Extensão em Segurança Pessoal Privada.</p>	12 h/a
ARMAMENTO E TIRO	<p>Recordar e praticar técnicas de uso e manejo do armamento empregado na atividade de segurança pessoal privada, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros.</p> <p>Realizar limpeza e conservação da arma.</p> <p>Praticar tiro.</p>	10 h/a
EDUCAÇÃO FÍSICA	Manutenção do condicionamento físico, recordar a capacitação do aluno a desenvolver um programa básico permanente de preparação física pessoal.	5 h/a
DEFESA PESSOAL	Relembrar e manter habilidades, fundamentos e técnicas de defesa pessoal e de terceiros.	6 h/a

3.4 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que houver concluído o curso com frequência de 90 % da carga horária de cada disciplina, sendo considerado aprovado aquele que obtiver o índice mínimo de aproveitamento de 60 % em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.5 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.6 Avaliação

Ao final da reciclagem será realizada uma única avaliação de aprendizagem escrita, do tipo objetiva, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos.

A avaliação de aprendizagem da matéria de "Armamento e Tiro" constará do desempenho do aluno em aula, mediante conceito individualizado atribuído pelo instrutor, não importando computação na nota do curso.

Será desligado do curso o aluno que for reprovado em uma ou mais matérias, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 Revisão e Atualização das Disciplinas Básicas

Carga horária: 12 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

a) desenvolver e atualizar conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada, papel das empresas e dos representantes de classe, direitos, deveres e atribuições do vigilante, Direito (Constitucional e Penal), direitos humanos, relações humanas, segurança pública, criminalística, técnica de entrevista, radiocomunicação, alarmes, modalidades de segurança pessoal privada e resolução de emergências; e

b) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de segurança pessoal privada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	desenvolver conhecimentos sobre conceitos e legislação de segurança privada recordar e atualizar conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles que pode incorrer na atividade de segurança privada, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV e no Curso de Extensão em Segurança Pessoal Privada.	- aspectos legais sobre segurança privada (Lei nº 7.102, Decreto nº 89.056, de 1983, Portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada); - papel do empresário e do representante de classe; e - direito, deveres e atribuições do vigilante. Princípios Constitucionais: - da liberdade de trabalho (art. 5º, XIII, da Constituição); - de locomoção (art. 5º, inciso XV, da Constituição);

		<ul style="list-style-type: none"> - de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); - de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); - da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); e - da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição); <p>Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); - excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); e - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal. <p>Direito Trabalhista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contrato de trabalho (salário, adicionais, estabilidade no emprego); - salário (salário-base, salário família, horas extras, férias, adicional noturno, 13º salário); - causas ensejadoras de demissão por justa causa, sem justa causa e a pedido; - sindicatos; - convenções e acordos coletivos de trabalho;
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> - processos na justiça trabalhista (comissão de conciliação prévia, preposto, testemunhas); e - direitos humanos e relações humanas.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		
2	<p>atualizar e reavaliar treinamento da atividade de segurança pessoal privada</p> <p>atualizar e reavaliar os conhecimentos e o emprego do rádio e outros meios de comunicação</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - missão de segurança de pessoas: proteção do escoltado; - sistemas de segurança pessoal: modalidades (com um segurança e mais de um, relacionamento entre vigilantes na mesma missão, a pé, em hotéis, em aeroportos, na multidão, em festas e convenções, na residência, convívio com a família); - procedimentos individuais ou na formação da equipe (componentes, armamento e equipamentos individuais): foco no escoltado; - atribuições de cada membro da equipe; - sigilo profissional das operações e sobre a pessoa, família, atividades e patrimônio do escoltado; - responsabilidades sobre a atividade; - uso de colete balístico; - comunicação por rádio, nextel, sinais, palavras, comandos, ou outros meios; - rádio e código “q”;
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniçadas), malotes e outros recursos necessários.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 4 h/a</p>		
3	<p>conhecer formas de ataque</p> <p>interpretar os respectivos planos de reação elaborados pela empresa</p> <p>identificar sua parcela de participação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ataques ao escoltado (registros no acervo da empresa, na polícia e publicações da imprensa); - técnicas e táticas utilizadas pelos

	<p>no plano de reação</p> <p>praticar e empregar técnicas e táticas de segurança pessoal privada</p> <p>praticar exercício simulado</p> <p>elaborar relatórios</p> <p>atualizar e reavaliar os conhecimentos e o emprego de alarmes desenvolver e atualizar conhecimentos sobre segurança pública, acionamento dos órgãos competentes quando necessário, identificação de quadrilhas e suspeitos, técnica de entrevista, relatório, informações à polícia, sobre a prestação de informações à Polícia Federal, ocorrência policial, inquérito policial, ação penal.</p>	<p>criminosos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - planos de reação; - procedimentos diante de imprevistos (pane no veículo, pneu furado, acidentes, etc); - procedimento da equipe antes, durante e após o ataque atentado/sequestro/bomba, molestações/ameaças/telefonemas anônimos; - procedimentos no trato com a imprensa; - relatório da ocorrência (exercício prático); - direção defensiva e ofensiva (emprego de técnicas: frenagem, choque, abalroamento, colisão, manobras radicais, resistência e potência do veículo) – atividade simulada; - alarmes em veículos e residenciais e outros meios de vigilância eletrônica (funcionamento, uso adequado, conservação e manutenção); e - relacionamento com a polícia (grupo de gerenciamento de crises, grupo antisequestro). <p>Como acionar os órgãos de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Polícia Militar; - Polícia Rodoviária; - telefones, alarmes; - quadrilhas de assalto a banco, carros-fortes e cargas; e - boletim de ocorrência, inquérito policial e processo penal.
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática e dialogada com auxílio de veículo especial, meios de comunicação, armas (desmuniadas), malotes e outros recursos necessários.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 6 h/a</p>		

4.2 Armamento e Tiro

Carga horária: 10 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor)

Objetivo da disciplina:

a) discutir e analisar o uso legal e progressivo da força pelo vigilante até o emprego da arma de fogo;

- b) habilitar o aluno a manejar e usar com eficiência o armamento empregado na atividade de vigilância de segurança privada, como último recurso para defesa própria ou de terceiros;
- c) fortalecer atitudes para adotar as regras de segurança necessárias em cada situação e ter conduta adequada no que concerne ao porte de arma em serviço; e
- d) praticar tiro.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	<p>elencar regras de segurança, limpeza e conservação, nomenclatura e posição de tiro.</p> <p>capacitar o aluno a utilizar arma de fogo, através de projeção de slides, manuseio da arma e treino em seco, bem como resolver incidente de tiro (pane).</p> <p>efetuar tiro em visão primaria TVP, partindo da posição de retenção, 7 metros dois olhos abertos, 08 tiros.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - regras de segurança; - nomenclatura e função das peças; - limpeza e conservação; - municiar e desmuniciar carregador; - carregar e descarregar; - treinamento em seco (munição de manejo); e - TVP, Retenção, 7 metros – 08 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, revolver calibre 38 e munição (08 tiros)</p> <p>Carga horária: 4 h/a.</p>		
2	<p>efetuar tiro rápido, partindo da posição de retenção, 5 metros, 08 tiros, com dois olhos abertos.</p>	<p>Pistola calibre .380:</p> <ul style="list-style-type: none"> - treino da unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; e - TR, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3" a cada comando – 08 tiros.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (08 tiros)</p> <p>Carga horária: 2 h/a.</p>		

3	efetuar tiro rápido, barricada à direita e à esquerda, partindo da posição de retenção, 5 metros, com dois olhos abertos, 8 tiros.	Pistola calibre .380: - treino unidade; - treinamento em seco com munição de manejo; - TR, retenção, de pé, barricada à direita e à esquerda, 5 metros, dois olhos abertos, 2 acionamentos em 3” a cada comando – 8 tiros; e *barricada: obstáculo que permita abrigo na posição de pé, com disparos à direita e à esquerda, empunhadura dupla e os dois olhos abertos.
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 2 professores, estande, pistola calibre .380, munição (8 tiros) Carga horária: 2h/a.		
4	efetuar tiro rápido, sacando, 5 metros, com dois olhos abertos. 12 tiros.	Pistola calibre 380: - treinamento em seco (munição de manejo); e - tiro rápido, retenção, 5 metros, 2 acionamentos em 3” a cada comando – 12 tiros.
Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática. Recursos: 1 professor e monitores, estande, pistola calibre .380 e munição (12 tiros) Carga horária: 2 h/a.		
MUNIÇÃO EMPREGADA POR ALUNO		
CALIBRE QUANTIDADE		
Calibre 380 36		

4.3 EDUCAÇÃO FÍSICA

Carga horária: 5 h/a

Avaliação: V/F (conceito do instrutor – Apto ou Inapto)

Objetivo da disciplina:

a) relembrar conhecimentos para construir uma mentalidade de prática continuada de atividade física em busca de saúde, bem estar físico, psicológico e social, bem como conceitos de qualidade físicas que favoreçam o aumento da capacidade física geral e específica, sempre que possível em situações compatíveis com o contexto físico, mental e social da atividade do vigilante;

b) desenvolver força e resistência muscular por meio de corridas e exercícios livres, que permitam ao praticante a manutenção de seu condicionamento independente de espaço específico ou uso de aparelhos.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>mensurar pulsação como orientação à prática regular de corridas.</p> <p>desenvolver estratégias para melhorar capacidade aeróbia.</p> <p>desenvolver estratégias para melhorar a resistência muscular localizada.</p>	<p>- verificações diagnósticas;</p> <p>- exercícios educativos de corrida;</p> <p>- corridas lineares;</p> <p>- exercícios localizados em circuitos; e</p> <p>- orientações básicas de montagem de treinamento físico.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula prática com treinamento progressivo da atividade de corrida, exercícios aquáticos ou circuito.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, pista de atletismo, ginásio poliesportivo e materiais de circuito (ambientes facultativos).</p> <p>Carga Horária: 5 h/a.</p>		

4.4 DEFESA PESSOAL

Carga horária: 6 h/a Avaliação: V/F (conceito do instrutor)

Objetivo da disciplina:

a) relembrar conhecimentos para defesa própria e de terceiros durante o trabalho do vigilante e mesmo na vida cotidiana, assim como habilidades para domínio de pessoas, visando à realização de ações na área de vigilância com o uso adequado de força e de novas habilidades motoras, potencializando aquelas pré-adquiridas.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	

1	<p>exercitar movimentos condicionados específicos e preparatórios para o treinamento de técnicas de artes marciais.</p> <p>exercitar, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real.</p> <p>exercitar, através de técnicas de amortecimento de quedas, mecanismos de proteção do corpo durante o treinamento e situação real.</p>	<p>Defesa Pessoal:</p> <p>a) Técnicas de amortecimento de queda (Ukemi Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - amortecimento de queda lateral; - amortecimento de queda para trás; - amortecimento de queda para frente; - rolamento para frente; e - rolamento para trás. <p>b) Técnicas de Projeção (Nague Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Soto Gari; - O Goshi; - Koshi Guruma; e - Kote Gaeshi. <p>c) Técnicas de socos, chutes e defesas (Atemi Waza):</p> <p>Técnicas de socos (Tsuki Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - jab / direto; - cruzado; - upper; e - cotoveladas. <p>Técnicas de chutes (Keri Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - chute frontal, lateral e circular. - joelhada; <p>técnicas de defesas (Uke Waza):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Shuto Uke; - Nagashi Uke. <p>d) Técnicas de Estrangulamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hadaka Jime 1; - Hadaka Jime 2 (“Mata-Leão”). <p>e) Técnicas de chaves de braço e punho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Kote Hineri (Sankio) posição deitada; - Kote Osae (Nikio); - Ude Garami. <p>Defesa Pessoal:</p>
---	---	--

		<ul style="list-style-type: none"> - defesa de soco ao rosto; - defesa de chute frontal - defesa de chute lateral; - defesa de pegada pelas costas; - defesa de gravata lateral; - defesa de gravata pelas costas; - defesa de facada por baixo; e - arma de fogo apontada ao peito. <p>Domínio Tático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - impedimento de saque de arma; - retenção de saque de arma; - domínio 1 – utilizando técnicas de estrangulamento (Hadaka Jime 1 ou 2) - trabalho em duplas e trios; - domínio 2 – técnicas de projeção + chave de punho (Kote Hineri). Trabalho individual e em grupo; e - domínio 3 (condução) – Ude Garami + Hadaka Jime; - algema 1 (deitado) – Kote Hineri; - algema 2 (de pé) – Kote Hineri.
<p>Estratégias de Ensino: Exercícios de aquecimento, educativos para melhoria da coordenação motora, agilidade, força e flexibilidade e exercícios educativos específicos.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores, um dojô, apitos, sacos de pancadas, luvas de foco, aparadores de chutes e cronômetro.</p> <p>Carga Horária: 6 h/a.</p>		

ANEXO IX

EXTENSÃO EM EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS-I - CENL-I

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o –CFV.

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos gerais e técnicas relativas ao emprego do espargidor de agente químico lacrimogêneo em solução (líquido), de espuma ou gel, da arma de choque, bem como o emprego e uso da força de maneira escalonada, com o auxílio da armas não letais, no desempenho das atividades de vigilância patrimonial e segurança pessoal.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1. Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

A disposição do plano de curso e da grade horária ficam a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso e no material didático mínimo disponibilizado pela Polícia Federal.

Os professores serão selecionados conforme a especialidade, por meio de credenciamento junto à Polícia Federal.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

3.2. Carga horária

A carga horária total do curso será de 14 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3. Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares..... 12 h/a

b) Verificação de aprendizagem..... 2 h/a

TOTAL..... 14 h/a

3.3. Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
------------	-----------	---------------

USO PROGRESSIVO DA FORÇA	Dotar o aluno de conhecimentos gerais relativos ao emprego e uso da força de maneira escalonada, com o auxílio de armas menos que letais, bem como a legislação pertinente.	4 h/a
EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS 1	Dotar o aluno de conhecimentos gerais, relativos ao emprego do espargidor de agentes químicos e arma de choque, bem como os efeitos sobre o organismo e os procedimentos de primeiros socorros.	8 h/a

3.4. Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.5. Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.6. Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1. USO PROGRESSIVO DA FORÇA

Carga horária: 4 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos gerais sobre conceitos e legislação relativos ao emprego e uso da força de maneira escalonada, com o auxílio de armas menos que letais;
- b) desenvolver habilidades de utilização do uso progressivo da força; e
- c) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de vigilância patrimonial e segurança pessoal.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	

1	<p>conceituar o significado do uso da força, bem como seus princípios norteadores.</p> <p>conhecer e identificar as legislações sobre o uso da força, sua legalidade e as consequências jurídicas no uso incorreto e inadequado.</p>	<p>Conceitos e Definições</p> <ul style="list-style-type: none"> - força; - nível de uso da força; e - uso Progressivo da força. <p>Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL</p> <p>Resolução 34/169, da ONU</p> <p>Princípios Básicos sobre o Uso da Força</p> <ul style="list-style-type: none"> - legalidade; - necessidade; - proporcionalidade; e - conveniência. <p>Código Penal: justificativas ou causas de exclusão da antijuridicidade que amparam legalmente o uso da força (art. 23, 24 e 25 Código Penal).</p> <p>Código Penal: artigos 129, 252 e 253 do Código Penal.</p> <p>Imputabilidade Penal legal do mau uso/excesso.</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		
2	<p>identificar a necessidade do uso da força.</p> <p>identificar os níveis de utilização da força progressiva e sua utilização, bem como listar os procedimentos a serem seguidos antes, durante e depois do uso da força.</p>	<p>Níveis de Força:</p> <ul style="list-style-type: none"> - presença Física; - verbalização; - controle de Contato ou Controle de Mãos Livres; - técnicas de Submissão; - fáticas Defensivas Não Letais; - força Letal; <p>Triângulo da Força Letal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - habilidade; - oportunidade; e - risco.

		Modelo básico do Uso Progressivo da Força.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a		

4.2. EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS 1

Carga horária: 8 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos gerais sobre conceitos, características, propriedades dos espargidores de agente químico e arma de choque, bem como os efeitos sobre o organismo e as formas existentes de primeiros socorros;
- b) desenvolver habilidades de utilização dos equipamentos estudados; e
- c) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de vigilância patrimonial e segurança pessoal.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	identificar as definições, características, propriedades dos espargidores de agente químico, bem como sua aplicação prática. conhecer os agentes lacrimogêneos (Capsaicina-OC ou Ortoclorobenzalmalononitrilo-CS).	Agentes lacrimogêneos - o que são lacrimogêneos características do CS e do OC espargidores de agentes químico - tipos de espargidores e suas aplicações; demonstrações e exercícios práticos
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a		

2	<p>conhecer os efeitos correspondentes a cada tipo de agente químico estudado e as formas existentes de primeiros socorros e descontaminação.</p>	<p>Ação fisiológica do agente químico</p> <ul style="list-style-type: none"> - ação irritante e asfixia química - concentrações <p>Primeiros socorros com agente químico</p> <ul style="list-style-type: none"> - remoção e neutralização do agente químico - soluções descontaminantes, oxigenoterapia, limpeza de ambiente contaminado. <p>Guarda e armazenamento</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		
3	<p>identificar as versões existentes de arma de choque; mecanismo de funcionamento; as restrições impostas ao seu uso, os sintomas decorrentes da utilização.</p> <p>conhecer alternativas táticas de emprego da arma de choque.</p>	<p>Armas de choque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - modelos; - níveis voltagem, recarga; - manutenção; e - guarda e armazenamento. <p>Alternativas táticas de emprego: aplicações</p> <p>Restrições legais de uso DFPC-EB-MD</p> <p>Demonstrações e exercícios práticos com cartuchos de treinamento de dardos não-condutivos</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		
4	<p>conhecer os procedimentos de primeiros socorros referentes ao uso de arma de choque.</p> <p>dotar o aluno de conhecimentos básicos sobre o sistema nervoso central; ação do sistema nervoso sensorial; sistema nervoso motor e</p>	<p>O sistema nervoso humano:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o sistema nervoso sensorial; - sistema nervoso motor; e - impulsos elétricos no sistema nervoso. <p>Considerações finais sobre o uso de armas e demais equipamentos não letais</p>

	impulsos elétricos.	
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a		

ANEXO X

EXTENSÃO EM EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS-II - CENL-II

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o curso de extensão em equipamentos não letais-I - CENL-I

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos gerais e técnicas relativas ao emprego de munições não letais de calibre 12, granadas de mão fumígenas e lacrimogêneas e máscara contra-gases, bem como o emprego e uso da força de maneira escalonada, com o auxílio da armas não letais, no desempenho das atividades de transporte de valores e escolta armada.

3. ORGANIZAÇÃO

O curso funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1. Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo, a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, serão admitidos para aguçar a destreza e como antecipação aos exercícios reais.

A disposição do plano de curso e da grade horária fica a cargo dos cursos de formação, em conformidade com este programa de curso e no material didático mínimo disponibilizado pela Polícia Federal.

Os professores serão selecionados conforme a especialidade, por meio de credenciamento junto à Polícia Federal.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião das inspeções.

3.2. Carga horária

A carga horária total do curso será de 20 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas curriculares.....	16 h/a
b) Verificação de aprendizagem.....	4 h/a
TOTAL.....	20 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
------------	-----------	---------------

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS BÁSICAS	Revisar assuntos das disciplinas do curso de extensão em equipamentos não-letais 1. Recordar e atualizar conhecimentos básicos sobre o uso progressivo da força. Recordar e praticar técnicas de uso e manejo de espargidores de agentes químicos e armas de choque.	4 h/a
EQUIPAMENTOS NÃO LETAIS 2	Dotar o aluno de conhecimentos gerais e técnicas relativas ao emprego de munições não letais de calibre 12, granadas fumígenas e lacrimogêneas e máscara contra-gases.	12 h/a

3.4. Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.5. Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.6. Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1. Revisão e Atualização das Disciplinas Básicas

Carga horária: 4 h/a

Avaliação: V/F (2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver e atualizar conhecimentos básicos sobre o uso progressivo da força;
- b) atualizar as técnicas de uso e manejo de espargidores de agentes químicos e armas de choque; e
- c) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de transporte de valores e escolta armada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
------	-------------------------	-----------------------

	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	<p>recordar e atualizar conhecimentos básicos sobre conceito, procedimentos e legislação sobre o uso progressivo da força.</p>	<p>Conceitos e Definições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - força; - nível de Uso da Força; e - uso Progressivo da força. <p>Necessidade do uso da força.</p> <p>Princípios Básicos sobre o Uso da Força:</p> <p>Legalidade, necessidade, proporcionalidade e conveniência.</p> <p>Modelo básico do Uso Progressivo da Força:</p> <ul style="list-style-type: none"> - níveis de Força <p>Código Penal: justificativas ou causas de exclusão da antijuridicidade que amparam legalmente o uso da força (art. 23, 24 e 25 do Código Penal).</p> <p>Triângulo da Força Letal: Habilidade, Oportunidade e Risco</p>
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		
2	<p>recordar e atualizar as definições, características, propriedades dos espargidores de agente químico e armas de choque, bem como seus efeitos sobre o organismo.</p> <p>atualizar e praticar técnicas de uso e manejo de espargidores de agentes químicos e armas de choque.</p>	<p>Integram o conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> - revisão das características e propriedades dos espargidores de agente químico lacrimogêneos; - revisão das características e propriedades das armas de choque; - atualização de novas tecnologias a respeito de espargidores e armas de choque; e - prática com simulacros.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real.</p> <p>Recursos: 1 professor e caderno didático.</p> <p>Carga Horária: 2 h/a</p>		

4.2. Equipamentos Não Letais 2

Carga horária: 12 h/a

Avaliação: V/F(2 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos sobre características, propriedades e utilização de munições não letais de calibre 12, granadas de mão fumígenas e lacrimogêneas e máscara contra-gases;
- b) desenvolver habilidades de utilização dos equipamentos estudados; e
- c) fortalecer atitudes para aplicar os conhecimentos adquiridos no desempenho das atividades de transporte de valores e escolta armada.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	
1	conhecer as condições técnicas de emprego das granadas de mão não letais de emissão fumígenas, em situações diversas.	Mecânica da granada fumígena Funcionamento - tipos de acionamento; - tempos de retardo e emissão; e - formas de arremesso. Exercícios práticos
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a		
2	conhecer as diversas munições não letais de impacto no calibre 12, abordando as características técnicas de cada uma. identificar as distâncias de utilização.	Munições de elastômero macio no calibre 12. Principais diferenças entre munições de elastômero e munições convencionais. Projetores de munições calibre 12. Distâncias de utilização.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 1 h/a		

3	EFETUAR a execução do tiro não letal no calibre 12, nas diversas situações.	Manuseio da munição em projetores e armas no calibre 12. Exercícios educativos de condicionamento de tiro de elastômero na região das pernas. Prática de tiro não-letal.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 4 h/a		
4	identificar máscara contra gás, as peças e respectivas finalidades. conhecer as principais características concernentes ao aparelho respiratório humano, incluindo anatomia fisiologia e perigos afins.	Os diversos modelos de protetores faciais O elemento filtrante e suas aplicações O processo de respiração: exalação e inspiração com protetor respiratório, adaptação
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 1 h/a		
5	identificar os cuidados referentes ao manuseio, transporte, conservação, higienização, desinfecção. efetuar as variáveis possíveis de colocar e tirar a máscara.	Exercícios práticos com a máscara: - processo convencional e processo prático de colocação da máscara. Atividade aeróbica com a máscara. Processo de higienização da máscara. Transporte, guarda e armazenamento. Considerações finais sobre a utilização de armas não letais.
Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 2 h/a		
6	efetuar os estágios de utilização da máscara em atmosfera contaminada com agente lacrimogêneo.	Operação prática com a máscara em atmosfera contaminada com lacrimogêneo. Descontaminação prática da máscara em atmosfera contaminada com lacrimogêneo.

Estratégias de Ensino: Aula expositiva e demonstrativa, com auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos simulados e demonstração com equipamento real.
Recursos: 1 professor e caderno didático.
Carga Horária: 2 h/a

ANEXO XI
(alterado pela Portaria nº 3.258/13-DG/DPF, publicada no D.O.U. em 14/01/2013)

CURSO DE EXTENSÃO EM SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS – SGE

PROGRAMA DE CURSO

1. REQUISITO

Ter concluído o CFV.

2. OBJETIVO

Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de segurança das pessoas e do patrimônio nos recintos onde forem realizados grandes eventos, adotando medidas preventivas e repressivas nos limites de suas tarefas no âmbito operacional da estrutura de segurança, numa função complementar às atividades dos órgãos estatais de segurança e serviços, sem prejuízo das competências que são específicas dessas forças, com o fim de prover a segurança de todos os envolvidos no evento, assegurando um ambiente confortável, seguro e de perfeita normalidade e harmonia para os organizadores e espectadores.

3. ORGANIZAÇÃO

Esta extensão funcionará de acordo com as disposições contidas neste programa de curso, no regime escolar dos cursos de formação e demais normas vigentes.

3.1 Metodologia

Os cursos de formação adotarão a metodologia do ensino direto, utilizando-se de métodos e técnicas de ensino individualizado, coletivo e em grupo, enfatizando ao máximo a parte prática, no intuito de alcançar os objetivos propostos para o curso. Os exercícios simulados, aproximados ao máximo da realidade, são indicados para aguçar a destreza e como antecipação ao emprego efetivo, desde que em condições de segurança adequadas, a cargo e sob a responsabilidade do curso.

Poderão os cursos de formação se utilizar de aulas práticas, as quais deverão ter seu cenário preparado com antecedência, com o fim de se alcançar o máximo de aproveitamento do curso ministrado.

A disposição do plano de curso e da grade horária fica a cargo dos cursos de formação, respeitado este programa de curso.

A linguagem usada pelo professor e a complexidade na apresentação dos temas deverão levar em consideração a escolaridade e níveis de compreensão do grupo.

Os professores serão selecionados conforme as especialidades, por meio de credenciamento junto à Polícia Federal.

Os professores deverão observar os conhecimentos adquiridos no curso de formação de vigilante no que é pertinente ao conteúdo programático de sua disciplina, para não haver sobreposição, sem, no entanto, deixar de ampliar e reforçar o aprendizado.

Os cursos de formação deverão manter em arquivo o plano de curso, grade horária e os planos de aula elaborados pelos professores, a serem apresentados por ocasião da fiscalização.

3.2 Carga horária

A carga horária total do curso será de 50 h/a, podendo ocorrer diariamente no máximo 10 h/a.

3.2.3 Distribuição do tempo

a) Disciplinas Curriculares45 h/a

b) Verificação de aprendizagem5 h/a

TOTAL50 h/a

3.3 Grade curricular

Disciplina	Objetivos	Carga Horária
<p>PAPEL DO VIGILANTE NA ESTRUTURA DE SEGURANÇA EM RECINTOS DE GRANDES EVENTOS</p>	<p>Desenvolver conhecimentos sobre conceitos, legislação e acordos entre os organizadores dos grandes eventos e os entes políticos, especialmente no que tange à segurança nos recintos desportivos utilizados nos eventos da Copa das Confederações em 2013, na Copa do Mundo em 2014 e nas Olimpíadas em 2016.</p> <p>Desenvolver conhecimentos adequados das estruturas físicas de segurança dentro dos locais onde serão realizados os grandes eventos e o respectivo plano de segurança, incluindo a divisão setorial da cadeia hierárquica de comando.</p> <p>Identificar o papel da segurança privada integrada às forças públicas de segurança e outros serviços públicos.</p> <p>Identificar a cadeia de comando na estrutura de segurança de um grande evento, seguir o canal de comando e os meios de comunicação disponibilizados, notadamente as formas de comunicação da central de segurança, estabelecendo o conceito de hierarquia de ações.</p> <p>Adequar o comportamento do vigilante quando integrado na estrutura de segurança de um grande evento e seu papel dentro do plano de segurança.</p> <p>Identificar as tarefas do vigilante e seus limites.</p> <p>Identificar direitos e deveres do vigilante, bem como dos espectadores.</p>	<p>5 h/a</p>

CONTROLES DE ACESSO	<p>Identificar e desenvolver técnicas de controle de acesso.</p> <p>Capacitar o aluno para realizar revistas pessoais.</p> <p>Identificar objetos e substâncias proibidas, ou suscetíveis a possibilitar atos de violência, bem como identificar práticas de burlas por maus espectadores ao sistema de controle.</p>	5 h/a
GERENCIAMENTO DE PÚBLICO	<p>Desenvolver habilidades e técnicas de atuação e comunicação para dar resposta aos problemas dos espectadores, tanto no campo legal, nas normas dos locais dos grandes eventos, nos acessos às dependências dos estádios e demais localidades onde o grande evento é realizado, bem como nos aspectos relacionados ao conforto e bem estar dos espectadores e organizadores, com especial atenção aos portadores de deficiências, crianças e idosos.</p> <p>Respeitar a diversidade e as diferenças entre as pessoas, principalmente no que tange diversidade de orientação sexual e combate ao racismo.</p> <p>Capacitar o aluno a conduzir conversas de nível simples a intermediário, com o objetivo de dar informações, indicar acessos, oferecer ajuda e o que mais for pertinente às tarefas afetas ao vigilante.</p> <p>Capacitar o aluno a promover a calma dos espectadores.</p> <p>Identificar, esclarecer e exemplificar as responsabilidades do vigilante quando praticar atitudes errôneas.</p> <p>Ampliar e atualizar os conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional, Direito Processual Penal e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de segurança em recinto de grande evento, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV.</p>	15 h/a
GESTÃO DE MULTIDÕES E MANUTENÇÃO DE UM AMBIENTE SEGURO, HARMÔNICO E CONFORTÁVEL	<p>Identificar princípios de gestão de multidões e seus comportamentos numa crise.</p> <p>Identificar a psicologia básica a ser usada no controle de multidões.</p> <p>Dinâmica de multidões, densidades, tensões e superlotações.</p> <p>Capacitar o aluno a resolver, em equipe e adotando o uso progressivo da força, as situações de emergência relacionadas a comportamentos impróprios de espectadores, incidentes estruturais ou tumultos generalizados.</p> <p>Capacitar o aluno a tomar as primeiras providências e preservar o local do incidente no caso de forças públicas ou serviços públicos serem demandados a intervir, repassando com presteza a ocorrência com todas as suas circunstâncias</p>	15 h/a

		<p>e medidas tomadas.</p> <p>Identificar e comunicar seu superior sobre comportamentos anti-sociais, racistas, xenófobos, ou contra crianças e idosos.</p> <p>Desenvolver técnicas de dissuasão de tais comportamentos, caso sua atuação, individual ou em equipe, seja suficiente para encerrar a ocorrência, sem deixar de fazer o devido encaminhamento as autoridades públicas quando a ocorrência caracterizar ilícito penal.</p> <p>Desenvolver atitudes para neutralizar violação aos regramentos do estádio, ao estatuto do torcedor, ou presença de espectadores banidos.</p> <p>Tomar conhecimento dos planos de contingência e de emergência, rotas de acesso e de evacuação.</p> <p>Desenvolver respostas a incidentes, como decisões da arbitragem, movimentação de massas e evacuações.</p> <p>Desenvolver exercício prático de formações, como cortina humana para impedir avanços de multidões e outros gerenciamentos e separação de conflitos, como contenções e escoltas.</p> <p>Instruir o vigilante de conhecimento para identificar os acessos, dependências, meios de comunicação, central de segurança, bem como noções no caso de desencadeamento de plano de contingência.</p>	
RESOLUÇÃO SITUAÇÕES EMERGÊNCIAS	DE DE	<p>Ampliar e revisar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de “Prevenção e Combate a Incêndio” e “Primeiros Socorros” durante o CFV.</p> <p>Dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente na evacuação de recintos onde são realizados grandes eventos.</p> <p>Capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros, com o fim de preservar a vida, minimizar os efeitos das lesões e auxiliar na recuperação do sinistrado.</p> <p>Dotar o aluno de habilidades para atuar corretamente, individualmente e/ou como membro de uma equipe de segurança, na execução dos planos de evacuação do recinto do grande evento, ou na execução do plano de contingência.</p>	5 h/a

3.4 Composição das turmas

As turmas serão compostas de classe com no máximo 45 alunos cada uma.

3.5 Frequência

A frequência é obrigatória a todas as atividades programadas para os alunos. Somente será submetido à avaliação final o candidato que obtiver frequência de 90 % da carga horária em cada disciplina.

Será desligado do curso o aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto no plano de curso, podendo aproveitar as disciplinas já concluídas em curso subsequente, desde que iniciado dentro do prazo máximo de 3 meses da conclusão do curso anterior.

3.6 Avaliação

Ao final das disciplinas teóricas será realizada uma avaliação de aprendizagem (prova objetiva) em cada qual, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver um mínimo de 6 pontos num máximo de 10 pontos.

4. PROGRAMA DE MATÉRIAS

4.1 PAPEL DO VIGILANTE NA ESTRUTURA DE SEGURANÇA EM RECINTOS DE GRANDES EVENTOS (PVRGE)

Carga horária: 05 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver conhecimentos sobre conceitos, legislação e acordos entre os organizadores dos grandes eventos e os entes políticos, especialmente no que tange à segurança nos recintos desportivos utilizados nos eventos da Copa das Confederações em 2013, na Copa do Mundo em 2014 e nas Olimpíadas em 2016;
- b) desenvolver conhecimentos adequados das estruturas físicas de segurança dentro dos locais onde serão realizados os grandes eventos e o respectivo plano de segurança, incluindo a divisão setorial da cadeia hierárquica de comando;
- c) identificar o papel da segurança privada integrada às forças públicas de segurança e outros serviços públicos;
- d) identificar a cadeia de comando na estrutura de segurança de um grande evento, seguir o canal de comando e os meios de comunicação disponibilizados, notadamente as formas de comunicação da central de segurança, estabelecendo o conceito de hierarquia de ações;
- e) adequar o comportamento do vigilante quando integrado na estrutura de segurança de um grande evento e seu papel dentro do plano de segurança;
- f) identificar as tarefas do vigilante e seus limites; e
- g) identificar direitos e deveres do vigilante, bem como dos espectadores.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:

1	<p>desenvolver conhecimentos sobre a constituição federal e os aspectos que envolvem a competência dos vigilantes durante a sua atuação em grandes eventos, bem como sobre os direitos básicos do consumidor os quais pautam as relações de consumo e asseguram os direitos e deveres dos frequentadores dos grandes eventos;</p> <p>desenvolver conhecimentos sobre as prerrogativas e deveres dos vigilantes, bem como os regramentos definidos na economia popular, ressaltando a impossibilidade de atuação de cambistas nas proximidades dos grandes eventos;</p> <p>desenvolver conhecimentos sobre o estatuto do torcedor e das regras definidas pelos entes políticos e os promotores e organizadores dos grandes eventos.</p> <p>conceituar e conhecer o sistema de comando em operações (sco).</p> <p>desenvolver conhecimentos de situações de emprego do sco, bem como de suas áreas de atuação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - aspectos pertinentes da constituição federal; - aspectos pertinentes do código de defesa do consumidor; - aspectos pertinentes do estatuto do torcedor; - aspectos pertinentes sobre economia popular; - regulamento de segurança da FIFA; - direitos e deveres dos vigilantes quando atuam em grandes eventos; - atribuições das forças de segurança pública; - atribuições das forças de segurança privada; - aspectos pertinentes da portaria da Polícia Federal que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de segurança privada; - conceito de SCO; - características e princípios do SCO; - áreas de atuação, instalações e atribuições do SCO; e - detecção de situações críticas e das necessidades de acionamento do SCO.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 5 h/a.</p>		

4.2 CONTROLE DE ACESSO (CA)

Carga horária: 5 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) identificar e desenvolver técnicas de controle de acesso;
- b) capacitar o aluno para realizar revistas pessoais; e
- c) identificar objetos e substâncias proibidas, ou suscetíveis a possibilitar atos de violência, bem como identificar práticas de burlas por maus espectadores ao sistema de controle.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	identificar e empregar os meios, técnicas e táticas de controle de acesso em grandes eventos.	<ul style="list-style-type: none"> - balizamento de portões e área do local do evento (controle de acesso às bilheterias, monitoramento preventivo do local do evento, prevenção contra invasão ao local do evento); - imobilização e registro; - apoio para registro de fatos ocorridos no evento; - intervenção repressiva rápida; e - observação do público (segurança preventiva do público, monitoramento preventivo do comércio)
Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 5 h/a.		

4.3 GERENCIAMENTO DE PÚBLICO

Carga horária: 15 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) desenvolver habilidades e técnicas de atuação e comunicação para dar resposta aos problemas dos espectadores, tanto no campo legal, nas normas dos locais dos grandes eventos, nos acessos às dependências dos estádios e demais localidades onde o grande evento é realizado, bem como nos aspectos relacionados ao conforto e bem estar dos espectadores e organizadores, com especial atenção aos portadores de deficiências, crianças e idosos;
- b) respeitar a diversidade e as diferenças entre as pessoas, principalmente no que tange diversidade de orientação sexual e combate ao racismo;
- c) capacitar o aluno a conduzir conversas de nível simples a intermediário, com o objetivo de dar informações, indicar acessos, oferecer ajuda e o que mais for pertinente às tarefas afetas ao vigilante;
- d) capacitar o aluno a promover a calma dos espectadores;
- e) identificar, esclarecer e exemplificar as responsabilidades do vigilante quando praticar atitudes errôneas; e
- f) ampliar e atualizar os conhecimentos básicos de Direito, Direito Constitucional, Direito Processual Penal e Direito Penal, enfocando os principais crimes que o vigilante deve prevenir e aqueles em que pode incorrer na atividade de segurança em recinto de grande evento, a partir dos conhecimentos adquiridos no CFV.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	identificar e empregar os meios, técnicas e táticas de gerenciamento de público em grandes eventos.	<ul style="list-style-type: none"> - funções a serem potencializadas antes, durante e após o evento; - funções a serem desenvolvidas antes da realização do evento (observação prévia, isolamentos, reserva de local para estacionamento de delegações, credenciamento de imprensa); - funções alusivas à proteção das instalações do local do evento e isolamentos pré-determinados; - funções a serem desenvolvidas para a recepção e escolta das delegações e dos árbitros, em se tratando de eventos esportivos; - funções a serem desenvolvidas para recepção, orientação e direcionamento dos espectadores do evento; - funções alusivas ao direcionamento das autoridades nos diversos níveis; - funções alusivas à proteção de acesso ao gramado, em se tratando de eventos esportivos; - funções alusivas ao monitoramento do comportamento dos frequentadores; - funções a serem desenvolvidas por ocasião do encerramento do evento; - funções alusivas à desmobilização dos profissionais envolvidos; - Princípios Constitucionais: <ul style="list-style-type: none"> - da igualdade (art. 5º caput, cf/88); - da legalidade (art. 5º, II, da Constituição); - da intimidade, honra e imagem (art. 5º, x, da Constituição); - de locomoção (art. 5º, inciso XV, da

		<p>Constituição);</p> <ul style="list-style-type: none"> - de reunião (art. 5º, inciso XVI, da Constituição); - de associação (art. 5º, XVII, da Constituição); - de propriedade (art. 5º, inciso XXII, da Constituição); - da presunção de inocência (art. 5º, LVII, cf/88); - da identidade (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição); - da liberdade (art. 5º, inciso LXI, da Constituição); - dos direitos do preso (art. 5º, LXIII, da Constituição); e - de habeas corpus (art. 5º, LXVIII, da Constituição); <p>- Direito Penal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceito de crime (tentativa e consumação – crime doloso e culposos); excludentes de ilicitude (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito); - maioria penal; autoria, co-autoria e participação; - homicídio (art. 121 do Código Penal); - lesão corporal (art. 129 do Código Penal); - constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal); - ameaça (art. 147 do Código Penal); - sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal); - furto (art. 155); - roubo (art. 157 do Código Penal); - dano (art. 163 do Código Penal); - apropriação indébita (art. 168 do Código Penal));
--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> - estelionato (art. 171 do Código Penal); - receptação (art. 180 do Código Penal); - incêndio (art. 250 do Código Penal); - quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal)); - resistência (art. 329 do Código Penal); - desobediência (art. 330 do Código Penal); - desacato (art. 331 do Código Penal); - corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); e - direito processual penal: inquérito policial; prisão em flagrante. <p>Direito Humanos e Princípios Fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -evolução histórica; - evolução histórico-constitucional dos direitos humanos no brasil; -conceito; - direitos fundamentais da pessoa humana; - dos direitos e garantias fundamentais (tortura, provas ilícitas, direito ao silêncio e o princípio da presunção da inocência); - direitos fundamentais da pessoa detida; e - o crime de tortura no contexto dos direitos humanos e o tratamento constitucional (art. 5º da Consituição); Lei nº 9.455, de 1997, (da prisão e o direito a imagem; do terrorismo, da segurança do cidadão, do estado e os direitos humanos fundamentais; da responsabilidade civil objetiva e subjetiva e o crime de tortura, tratamento desumano ou degradante. respeito à diversidade e as diferenças entre as pessoas, principalmente no que tange diversidade de orientação sexual e combate ao racismo.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Recursos: 1 professor e caderno didático. Carga Horária: 15 h/a.</p>	

4.4 GESTÃO DE MULTIDÕES E MANUTENÇÃO DE UM AMBIENTE SEGURO HARMÔNICO E CONFORTÁVEL (GMMASHC)

Carga horária: 15 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) identificar princípios de gestão de multidões e seus comportamentos numa crise;
- b) identificar a psicologia básica a ser usada no controle de multidões;
- c) dotar o aluno de conhecimentos sobre a dinâmica de multidões, densidades, tensões e superlotações;
- d) capacitar o aluno a resolver, individualmente ou em equipe, adotando o uso progressivo da força, as situações de emergência relacionadas a comportamentos impróprios de espectadores, incidentes estruturais ou tumultos generalizados;
- e) capacitar o aluno a tomar as primeiras providências e preservar o local do incidente no caso de forças públicas ou serviços públicos serem demandados a intervir, repassando com presteza a ocorrência com todas as suas circunstâncias e medidas tomadas;
- f) identificar e comunicar seu superior sobre comportamentos anti-sociais, racistas, xenófobos, ou contra crianças e idosos;
- g) desenvolver técnicas de dissuasão de tais comportamentos, caso sua atuação, individual ou em equipe, seja suficiente para encerrar a ocorrência, sem deixar de fazer o devido encaminhamento às autoridades públicas quando a ocorrência caracterizar ilícito penal;
- h) desenvolver atitudes para neutralizar violação aos regamentos do estádio, ao estatuto do torcedor, ou presença de espectadores banidos;
- i) dotar o aluno de conhecimento sobre planos de contingência e de emergência, rotas de acesso e de evacuação;
- j) desenvolver respostas a incidentes, como decisões da arbitragem, movimentação de massas e evacuações;
- h) desenvolver exercício prático de formação, como cortina humana para impedir avanços de multidões e outros gerenciamentos e separação de conflitos, como contenções e escoltas; e
- l) Dotar o aluno de conhecimento para identificar os acessos, dependências, meios de comunicação, central de segurança, bem como noções no caso de desencadeamento de plano de contingência.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
	agir com discrição, evitar tumultos, pânico, violência, tiros, etc. capacitar o aluno a controlar e atuar com indivíduos em atitude inconveniente dentro e nas	- uso progressivo da força; - técnicas de imobilização e condução de detidos; - defesa contra agressão de instrumentos

1	<p>proximidades dos grandes eventos.</p> <p>preparar o aluno para o diálogo com o público, orientando, educando e prevenindo potenciais situações indicativas de eclosão de desordem em massa.</p> <p>identificar o tipo de público envolvido no grande evento através do comportamento demonstrado por este, bem como pelo evento a ser realizado.</p> <p>realizar cortina humana para impedir avanços de multidões, em como outros procedimentos capazes de separar conflitos.</p> <p>realizar contenções e escoltas.</p>	<p>lesivos a integridade física dos espectadores e dos próprios vigilantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - técnicas de contenção de distúrbios em massa; - fatores que interferem no comportamento das massas; - fatores que influenciam no comportamento de um indivíduo; - comportamento das torcidas organizadas e o fenômeno do “hooliganismo”; - comportamento coletivo e suas manifestações; - ações de controle e encaminhamento das massas em grandes eventos; - preservação de local e comunicação das autoridades competentes; - rotas de acesso e de evacuação; - plano de contingência e as ações a serem desencadeadas para a sua deflagração; - técnicas de dinâmica de multidões e controle de tensões; e - identificação e comunicação ao superior sobre comportamentos anti-sociais, racistas, xenófobos, ou contra crianças e idosos.
<p>Estratégias de ensino: Aula expositiva-dialogada-demonstrativa-prática, com a utilização de recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: . 1 professor e monitores.</p> <p>Carga horária: 15 h/a.</p>		

4.5 RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (RSE)

Carga horária: 05 h/a

Avaliação: V/F (1 h/a)

Objetivo da disciplina:

- a) ampliar e revisar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de “Prevenção e Combate a Incêndio” e “Primeiros Socorros” durante o curso de formação de vigilante;
- b) dotar o aluno de noções e técnicas básicas de prevenção e combate a incêndios, bem como capacitá-lo a adotar providências adequadas em caso de sinistros, principalmente na evacuação de recintos onde são realizados grandes eventos;
- c) capacitar o aluno a prestar assistência inicial em caso de emergência através de assimilação de conhecimento de primeiros socorros, com o fim de preservar a vida, minimizar os efeitos das lesões e auxiliar na recuperação do sinistrado; e

d) dotar o aluno de habilidades para atuar corretamente, individualmente e/ou como membro de uma equipe de segurança, na execução dos planos de evacuação do recinto do grande evento, ou na execução do plano de contingência.

Unid	Objetivos Instrucionais	Conteúdo Programático
	Ao término das unidades, o aluno deverá ser capaz de:	Integram o conteúdo programático:
1	<p>conhecer formas de ataque.</p> <p>interpretar os respectivos planos de reação elaborados pela empresa, como membro de uma equipe de segurança em plano de contingência ou evacuação.</p> <p>identificar sua parcela de participação no plano de reação.</p> <p>praticar exercício simulado.</p> <p>elaborar relatórios.</p> <p>prestar assistência inicial em caso de emergência, com o fim de preservar a vida, minimizar os efeitos das lesões e auxiliar na recuperação da vítima.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - técnicas e táticas utilizadas pelos criminosos; - planos de reação; - procedimentos diante de imprevistos; - relatório da ocorrência (exercício prático); - como acionar os órgãos de segurança pública; - métodos de combate e extinção a incêndio; - manejo dos extintores de incêndio; - conceito de primeiros socorros; - análise primária e secundária; - transporte de feridos; - acidentes traumáticos; - hemorragias; - reanimação cardio-pulmonar; e - acionamento de equipe de para-médicos.
<p>Estratégias de Ensino: Aula expositiva dialogada com auxílio de registros, planos e recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos: 1 professor e monitores.</p> <p>Carga Horária: 5 h/a.</p>		

**Anexo VI - ANEXO VI - ETP - NOTA TÉCNICA RFB-
COPOL 182017.pdf**



Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017.

Assunto: Sistemas de Segurança Eletrônica - Recomendações

SUMÁRIO EXECUTIVO

Trata a presente Nota Técnica de recomendações da Divisão de Engenharia, da Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol), quanto à implantação de Sistemas de Segurança Eletrônica na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A Nota Técnica abrangerá principalmente Sistemas de Alarmes e de Circuito Fechado de TV (CFTV), abordando os procedimentos para projetá-los, instalá-los e mantê-los. O objetivo é contribuir com informações e peculiaridades do segmento de segurança eletrônica, para facilitar a elaboração de Termos de Referência e Editais de licitações.

I – INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem o intuito de buscar por soluções que promovam a segurança institucional e, ao mesmo tempo, reduzam custos operacionais. Deve-se destacar que o entendimento de segurança institucional é amplo, no sentido de proteção dos ativos tangíveis e intangíveis da RFB, sejam os bens materiais, mas também as pessoas e os valores da organização, como imagem, reputação, informações, documentos, políticas e estratégias.

2. No jargão da área, a primeira questão a ser respondida é sempre a “análise de riscos”, entendida aqui como um processo de identificação e avaliação de cada ameaça, em relação à probabilidade de ocorrência e à vulnerabilidade do objeto protegido contra a mesma. Também é importante conceituar a expressão “risco”, como a probabilidade de o patrimônio sujeitar-se a fatores (incidentes, vulnerabilidades e ameaças) que venham colocar em perigo, gerar perda ou danos aos ativos, comprometendo a continuidade das atividades da corporação.

3. Dessa forma, conceitua-se o sistema de segurança eletrônica, como o “conjunto de elementos técnicos destinados a advertir **in loco** ou à distância qualquer evento que possa acarretar risco para vidas, bens ou continuidade das atividades” (Ref. Miriam Bazote).

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. A Nota Técnica tem como referência material produzido pela Divisão de Segurança em Ambientes de Negócio da Diretoria de Segurança Institucional do Banco do Brasil (Disan/Di-sin) e pela Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança, do Crea/PR, além de artigos e catálogos da Internet. Adicionalmente, foram aplicadas as diretrizes estabelecidas pela Portaria da Diretoria Geral do Departamento de Polícia Federal (DG/DPF) nº 3.233, de 10 de dezembro de 2012, pela Portaria RFB Nº 354, de 23 de março de 2017, pela Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) nº 5, de 25 de maio de 2017, e pela Decisão Normativa Confea nº 106, de 17 de abril de 2015.

III – CONCLUSÃO

5. Portanto, embora se trate de tema dinâmico, com rápida evolução tecnológica, assim como as demandas da instituição neste segmento, sugere-se o encaminhamento da presente Nota Técnica aos administradores da RFB para conhecimento e aplicação das suas recomendações no que concerne às características técnicas desejadas para os sistemas de segurança eletrônica no âmbito da Receita Federal.

À consideração superior.

Assinado digitalmente

EUCLIDES SCHLOTTFELDT FAGUNDES

Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil – Matrícula 1294705

Chefe da Divisão de Engenharia

De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral de Programação e Logística.

Assinado digitalmente

FÁBIO COIMBRA MIRANDA

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – Matrícula 1954495

Coordenador de Logística

De acordo. Encaminhe-se na forma proposta.

Assinado digitalmente

NILTON COSTA SIMÕES

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – Matrícula 65427

Coordenador-Geral de Programação e Logística

Coordenação-Geral de Programação e Logística

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Edifício-Anexo, 2º Andar, CEP. 70048-900 – Brasília-DF

<http://rfb.gov.br/>

Documento de 49 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP23.0817.12095.0469 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> consulte a página de autenticação no final deste documento.

ANEXO I – CONCEITUAL

1. Introdução

A norma que serve de referência para as atividades de segurança eletrônica em órgãos públicos é a Portaria Nº 3.233 da Diretoria Geral do Departamento de Polícia Federal (DG/DPF), de 10 de Dezembro de 2012, que disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros. O parágrafo 3º do art. 1º desta Portaria dispõe sobre a abrangência das atividades de segurança privada:

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio

II - transporte de valores: atividade de transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;

III - escolta armada: atividade que visa garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valor, incluindo o retorno da equipe com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários;

IV - segurança pessoal: atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários; e

V - curso de formação: atividade de formação, extensão e reciclagem de vigilantes.

O art. 2º da Portaria estabelece os seguintes conceitos:

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria são utilizadas as seguintes terminologias:

I - empresa especializada: pessoa jurídica de direito privado autorizada a exercer as atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação;

II - empresa possuidora de serviço orgânico de segurança: pessoa jurídica de direito privado autorizada a constituir um setor próprio de vigilância patrimonial ou de transporte de valores, nos termos do art. 10, § 4º da Lei no 7.102, de 20 de junho de 1983;

III - vigilante: profissional capacitado em curso de formação, empregado de empresa especializada ou empresa possuidora de serviço orgânico de segurança, registrado no DPF, e responsável pela execução de atividades de segurança privada; e

IV – plano de segurança: documentação das informações que detalham os elementos e as condições de segurança dos estabelecimentos referidos no Capítulo V. (texto alterado pela Portaria nº 3.258/13-DG/DPF, publicada no D.O.U em 14/01/2013).

2. A Importância do Projeto

Para implantação de sistemas eletrônicos de segurança a primeira coisa a fazer é a elaboração de um projeto.

Neste projeto deve estar explícito tudo que irá compor a instalação, ou seja, é no projeto que irá aparecer a localização dos equipamentos, a localização da infraestrutura (eletrodutos, eletrocalhas, cabos etc.), os detalhes da instalação, os cálculos de dimensionamento e tudo o que for necessário para uma perfeita implantação. Tudo deverá ser feito dentro de normas técnicas nacionais ou internacionais, e na falta delas, dentro das especificações dos fabricantes.

É na fase de projeto que se evitam os erros de instalação, o desperdício de material, de tempo e de pessoal e as possíveis falhas nos equipamentos.

Com um projeto bem elaborado, além de evitar diversos erros, se evita o desperdício financeiro, pois os custos podem ser bem inferiores aos de uma implantação sem projeto. Com um bom projeto fica muito difícil haver surpresas nos valores da implantação, porque tudo estará especificado com antecedência.

A grande vantagem de um projeto é que se pode elaborar um planejamento financeiro e de implantação, documentação de onde estão localizados os equipamentos, passagem de cabos etc., facilitando a manutenção, ampliação dos sistemas, troca dos sistemas por tecnologias mais avançadas, entre outras vantagens.

Cabe destacar a Decisão Normativa Confea Nº 106, de 17/4/2015, que estabelece o seguinte:

Art. 1º Conceituar o termo “Projeto” como a somatória do conjunto de todos os elementos conceituais, técnicos, executivos e operacionais abrangidos pelas áreas de atuação, pelas atividades e pelas atribuições dos profissionais da Engenharia e da Agronomia, nos termos das leis, dos decretos-lei e dos decretos que regulamentam tais profissões

Art. 2º Para efeito desta decisão normativa, considera-se o termo genérico “Projeto” como:

I – o Projeto Básico, abordado pela Resolução nº 361, de 1991, e pela Orientação Técnica IBRAOP/OT - IBR 001/2006, que consiste nos principais conteúdos e elementos técnicos correntes aplicáveis às obras e serviços, sem restringir as constantes evoluções e impactos da ciência, da tecnologia, da inovação, do empreendedorismo e do conhecimento e desenvolvimento do empreendimento social e humano, nas seguintes especialidades:

.....

k) projeto de Instalações Especiais (lógicas, CFTV, alarme, detecção de fumaça)

3. A Importância do Plano de Segurança

A Portaria Nº 3.233/2012 da Diretoria Geral do Departamento de Polícia Federal (DG/DPF), de 10/12/2012 dispõe sobre normas direcionadas às atividades de Segurança Privada. Embora este ato normativo discipline as atividades de segurança privada e regule a fiscalização dos planos de segurança de estabelecimentos financeiros, os conceitos nele contidos deverão ser adotados dentro da realidade das unidades da RFB.

O artigo 98 da referida Portaria preconiza que “os estabelecimentos financeiros que realizarem guarda de valores ou movimentação de numerário deverão possuir serviço orgânico de segurança, autorizado a executar vigilância patrimonial ou transporte de valores, ou contratar empresa especializada, devendo, em qualquer caso, **possuir plano de segurança** devidamente aprovado pelo DREX”. O Artigo 99 da mesma Portaria dispõe que “*o plano de segurança deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, que abrangerá toda a área do estabelecimento, constando:*

- I - a quantidade e a disposição dos vigilantes, adequadas às peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe;*
 - II - alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com outro estabelecimento, bancário ou não, da mesma instituição financeira, empresa de segurança ou órgão policial;*
 - III - equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de trinta dias;*
 - IV - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e*
 - V - anteparo blindado com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.*
- § 1º Os elementos previstos nos incisos I e II são obrigatórios, devendo, contudo, integrar o plano pelo menos mais um dentre os previstos nos incisos III a V.*
- § 2º Os elementos de segurança previstos nos incisos III a V serão utilizados observando-se os projetos de construção, instalação e manutenção, sob a responsabilidade de empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência, bem como as normas específicas referentes à acessibilidade de pessoas idosas e portadoras de deficiência”.*

4. A Contratação de Serviços de Vigilância Eletrônica

A Instrução Normativa Nº 5 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) de 25/5/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O Anexo VI-A, Serviço de Vigilância, item 9, estabelece que (grifos nossos):

9. É permitida a licitação:

*a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, **sendo vedada** a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente.*

*9.1. Os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica **são serviços de engenharia**, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.*

O art. 17 da Portaria Nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, estabelece ainda o seguinte:

Art. 17. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.

§ 1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível.

§ 2º Os equipamentos e sistemas eletrônicos utilizados na forma do § 1º somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.

§ 3º As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizados por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983.

Desta forma, a RFB adotará preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica de forma integrada, isto é, a aquisição de equipamentos com a prestação do serviço de instalação e manutenção correspondente, além do serviço de monitoramento eletrônico. Além disso, por tratar-se de serviços de engenharia, as empresas contratadas devem estar registradas no CREA e possuir profissional qualificado (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis.

5. O Grau de Risco

A Portaria RFB nº 354/2017 que estabelece as normas relativas à contratação de serviços de vigilância no âmbito das unidades da RFB, no Anexo Único, Art. 3º preceitua que o padrão dos serviços de vigilância a serem contratados corresponderá à pontuação por Grau de Risco, de acordo com a seguinte Tabela:

Pontuação	Grau de risco	Serviço de Vigilância a ser utilizado
Até 13	1	ARF: Eletrônica Mínima, sem Vigilância Orgânica
		Demais Unidades: Eletrônica Mínima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria.
De 14 a 29	2	Eletrônica Média, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria.
De 30 a 34	3	Eletrônica Máxima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria.

Desta forma, pode-se observar que a Segurança Eletrônica estará presente em todas as situações, em abrangências variáveis, conforme o grau de risco, onde:

§ 1º *Vigilância Eletrônica Mínima*: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença;

§ 2º *Vigilância Eletrônica Média*: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa e alarme com sistema de presença;

§ 3º *Vigilância Eletrônica Máxima*: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença.

Embora a Portaria cite a Vigilância Eletrônica Mínima para o Grau de Risco 1, esta Nota Técnica recomenda a adoção da Vigilância Eletrônica Média ou Máxima, sempre que possível, havendo disponibilidade de serviço de monitoramento eletrônico por empresa especializada na localidade, por ser mais conveniente, tendo em vista a RFB não contar, em geral, com corpo técnico especializado e dedicado ao exercício dessa função.

6. Sistema de Alarme

O alarme contra invasão tem como objetivo proteger as edificações e seus ocupantes da entrada de pessoas não autorizadas. Os sistemas de alarme contra invasão podem ser de dois tipos: monitorados e não monitorados.

Os alarmes contra invasão monitorados são sistemas que contam com uma empresa dando suporte ao usuário no caso de invasão. O alarme pode ser utilizado de duas formas, por meio do disparo pela sirene ou pelo uso do botão de pânico. Quando o alarme dispara ou o cliente dispara propositalmente por meio do botão de pânico, a empresa envia uma equipe para verificação e intervenção se for o caso até a chegada da polícia, ou seja, o cliente terá o apoio de uma empresa para a sua segurança.

Os alarmes contra invasão não monitorados não têm a empresa dando suporte, ficando a cargo da pessoa que estiver na edificação tomar as providências para a proteção da mesma.

O alarme por si só tem a função de inibir a pessoa não autorizada mediante o acionamento da sirene e ao mesmo tempo alertar que a edificação está sendo invadida.

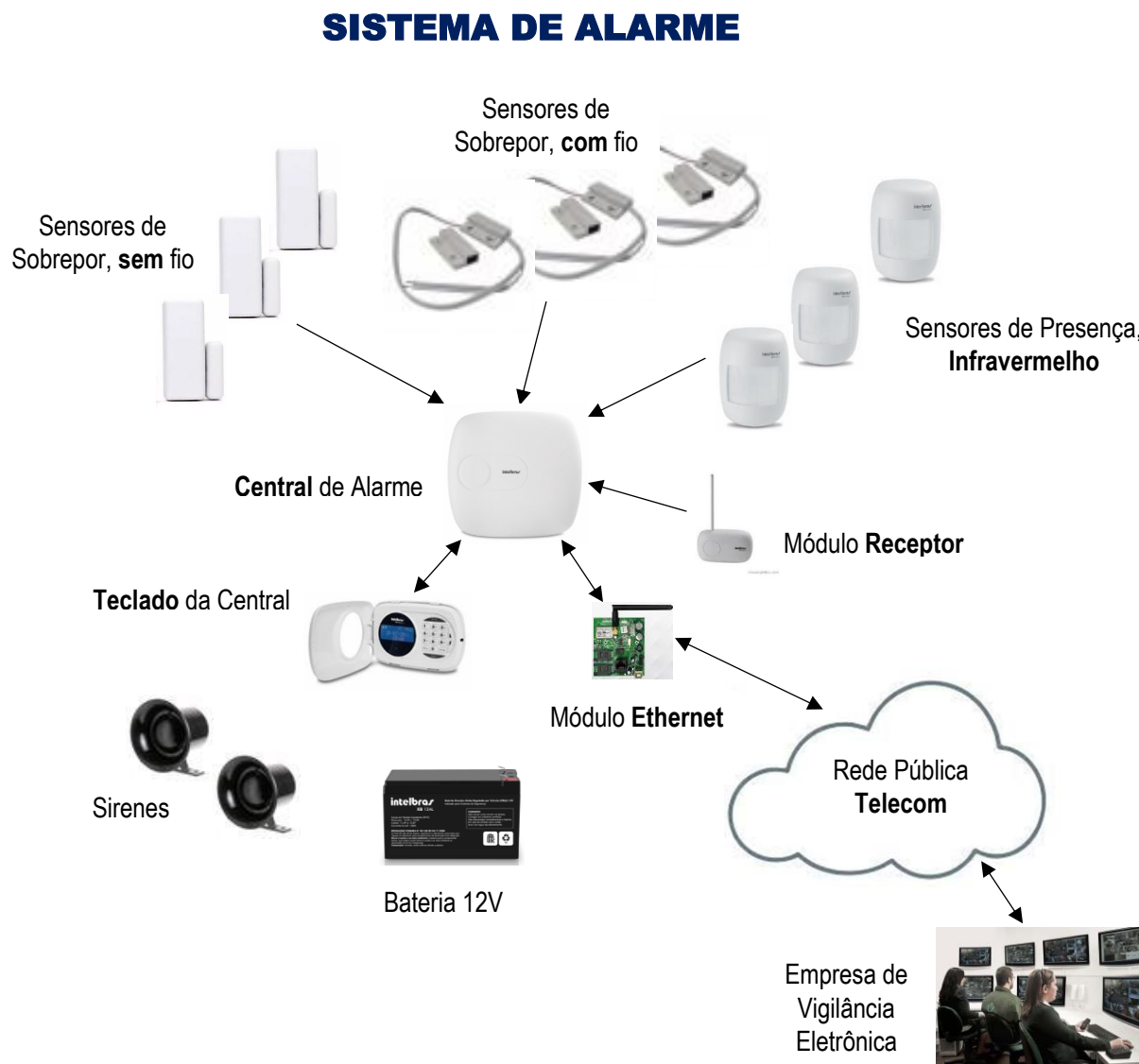
A Unidade da RFB deve sempre exigir em edital de licitação que a empresa especializada seja autorizada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) a exercer a atividade de vigilância patrimonial, de acordo com a Portaria DPF de Nº 3233/12 (*Art. 4º O exercício da atividade de vigilância patrimonial, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU*) e quando da venda do sistema de alarme e/ou monitoramento ela exija o projeto e o responsável técnico devidamente habilitado no CREA, conforme dispõe o art. 1º da Lei 6496, de 07 de dezembro de 1977:

“Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART)”.

6.1. Elementos que compõem um Sistema de Alarme

Os sistemas de alarme contra invasão são compostos por: projeto, infraestrutura, central de alarme, controles, sensores, sirene e bateria auxiliar.

No esquema abaixo exemplificamos uma instalação simplificada de um sistema de alarme contra invasão.



6.2. Projeto e Infraestrutura

O projeto é de grande importância para o sistema de alarme contra invasão, pois o projetista pode estudar todas as vulnerabilidades que existem no imóvel. De posse destes dados, ele deverá dimensionar a quantidade de setores, especificar as funções da central que deve ser usada no local. Deve dimensionar a área de atuação dos sensores, a posição onde devem ser localizados, os tipos de sensores a serem utilizados, o posicionamento da sirene, o dimensionamento da infraestrutura e a interligação a rede elétrica predial a ser utilizada. A infraestrutura deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e deve ser dimensionada de acordo com as normas técnicas.

6.3. Central de Alarme

Existem no mercado diversos tipos de centrais de alarmes. O mais importante na escolha da central de alarme é que ela atenda todos os preceitos definidos no projeto, que tenha uma boa relação custo benefício e a escolha de um fabricante que ofereça uma boa assistência técnica, rede autorizada e que tenha uma reposição de peças rápida e ágil.

O projetista deve prever o número de zonas a serem monitoradas de acordo com a vulnerabilidade da edificação. O projetista deve evitar a utilização de mais de um sensor na mesma zona, que é uma prática comum e muito usada, mas impede que se descubra num caso de falha ou tentativa de invasão o local que foi invadido, confundindo as pessoas num momento de pânico. Cada zona de monitoramento deve ter o seu sensor exclusivo.

Os tipos de centrais de alarmes mais usuais:

- Com fio: são centrais que são conectadas totalmente por fios, não utilizam nenhum tipo de conexão “wireless”.
- Sem fio: são centrais nas quais os sensores são interligados por conexão *wireless*. Tem a vantagem de terem uma instalação mais fácil e mais limpa, porque dispensam a infraestrutura para interligação dos cabos. As centrais sem fio são mais complexas, porque dependem da área de cobertura e também das interferências eletromagnéticas do ambiente, que podem atrapalhar o seu funcionamento.

Esta Nota Técnica recomenda a adoção de Central de Alarme com módulo Ethernet e circuito de comunicação Internet para transmissão das informações de alarmes a empresa de serviços de vigilância eletrônica.

6.4. Sensores de alarme

Os sensores de alarme para centrais contra invasão são os responsáveis pelo monitoramento do ambiente, eles servem para detectar a presença de pessoas não autorizadas, emitindo um sinal à central onde ocorrerá o disparo da sirene. Existem diversos tipos e modelos de sensores e finalidades de uso que deverão ser definidos pelo projetista de acordo com a vulnerabilidade da edificação e conforme a especificação do sensor.

Os sensores podem ser de uso interno ou externo, podendo ser com fio ou sem fio, conforma abaixo:

- Sensores de abertura ou magnético: são sensores utilizados diretamente nas portas ou janelas, funcionando através do contato elétrico com um ímã, podem ser com fio ou sem fio e serem instalados embutidos ou aparentes.
- Sensores por ruídos: são sensores que captam o som de uma pancada na superfície e também na quebra da superfície. Este sensor é conhecido também por sensor de quebra vidro, usualmente utilizado em vitrines.
- Sensores infravermelhos passivos IVP: são sensores que detectam se há movimentação de pessoas no ambiente, através do calor gerado pelos seres humanos. Eles são considerados passivos porque não emitem, mas apenas detectam movimentação de luz infravermelha na sua área de atuação. Estes sensores em alguns modelos podem ter a função dupla, acionando um sistema de iluminação. São sensores que podem ser utilizados internamente e externamente. Estes sensores são fabricados com e sem fio, sendo que para os sensores sem fio o usuário deve sempre tomar o cuidado de verificar o nível da bateria que fica junto ao sensor, estes sensores trabalham com transmissão de dados via RF (Rádio Frequência). Estes sensores possuem ajustes internos de sensibilidade e alcance. Há vários tipos de cobertura disponível.
- Sensores por micro-ondas: são sensores que detectam movimento pelo chamado efeito Doppler, o funcionamento é igual ao de um radar, emitindo pulsos e analisando os sinais recebidos.
- Sensores de barreira: são sensores que dispõem de sistema infravermelho, possuem tecnologia antineblina que permite a sua instalação em locais com alta densidade de neblina sem prejudicar seu funcionamento, que fará o monitoramento perimetral. Estes sensores funcionam um de frente para o outro, sendo um transmissor e um receptor, são sensores cujo funcionamento baseia-se na emissão de um feixe de luz infravermelha. A ativação se dá na interrupção do feixe infravermelho. Existem sensores de barreiras com vários feixes. São aplicados em distâncias de até 200metros.

- Sensores por ultrassom: estes sensores também utilizam o efeito Doppler, diferenciando do sensor de micro-ondas pelo fato dele não usar ondas de alta frequência, mas sim sinais acústicos de ultrassom com frequência entre 22kHz e 45 kHz, este sensor somente deve ser utilizado em ambientes internos.

O projetista deve fazer uma análise detalhada do local antes de fazer a escolha do sensor, levando em consideração vários parâmetros como posição de janelas, incidência do sol, climatizadores de ar, lareiras, arbustos, árvores, vento, tipo de iluminação, cortinas e etc. Em muitos casos o local a ser monitorado necessita da utilização de dois tipos de sensores com duas tecnologias distintas.

6.5. Sirenes

As sirenes são responsáveis pelo alerta de quando houver a invasão. É muito importante que no projeto as sirenes estejam bem localizadas e de difícil acesso, para evitar a possibilidade do desligamento pelo intruso. É muito comum a utilização de duas sirenes, uma como proteção extra, sendo que em caso de falha da primeira a segunda continuará atuando.

As sirenes de alarme são normalmente bitonais, significa que possuem dois tipos de sons e têm a intensidade de som em torno de 120db. É proibida a utilização de sirenes que emitam os sons de autoridades como sirenes de bombeiros, carro de polícia etc.

6.6. Baterias

As baterias são de fundamental importância nas centrais de alarmes contra invasão. Elas são responsáveis pelo funcionamento da central em caso de falta de energia. O projetista deve especificar no projeto o tempo que as baterias deixam a central ligada no caso de falta de energia elétrica e se em caso de necessidade ele poderá projetar um sistema paralelo para que a central permaneça por mais tempo ligada com mais baterias ou baterias de maior capacidade.

A bateria deve ser do tipo "selada". Existem baterias para 6, 12 ou mais horas. A bateria fica ligada diretamente à central onde a mesma possui uma fonte de alimentação que carrega em flutuação a bateria, além de alimentar a própria central e todos os equipamentos nela ligados.

A bateria deve obedecer a um programa de manutenção preventivo a fim de se verificar o tempo de permanência da carga na bateria. A bateria tem vida útil e deve ser trocada conforme especificação do fabricante.

6.7. Cabos

Os cabos utilizados em instalações de sistema de alarmes contra invasão são os seguintes.

Para a alimentação da central e interligação da sirene, ligação à rede elétrica, devem ser utilizados cabos dimensionados de acordo com a norma NBR 5410 dos seguintes tipos:

- Flexível, ou
- Rígido.

Para ligação entre sensores deverão ser utilizados cabos do tipo manga. Este cabo é muito parecido com cabo de telefonia, mas tem as características técnicas totalmente diferentes dos cabos de telefonia. Os cabos manga são constituídos de fios de cobre nu, envoltos em material isolante de PVC branco externamente e internamente por cores variadas, podendo ser blindados ou não e são constituídos por 3 ou 4 vias.

Não deve ser permitido que se utilizem cabos de telefonia para a ligação dos sensores à central, no caso de dúvida peça à empresa instaladora que apresente a comprovação do material que está utilizando. Existem no mercado cabos específicos para este fim. Para as instalações externas os cabos deverão ser do tipo blindado.

7. CFTV - Circuito Fechado de Televisão

O CFTV é um sistema que se utiliza de câmeras para fazer o acompanhamento dos locais remotamente, onde se consegue verificar diversos locais ao mesmo tempo. Existem dois tipos de sistema de monitoramento por CFTV, que são do tipo ativo e passivo.

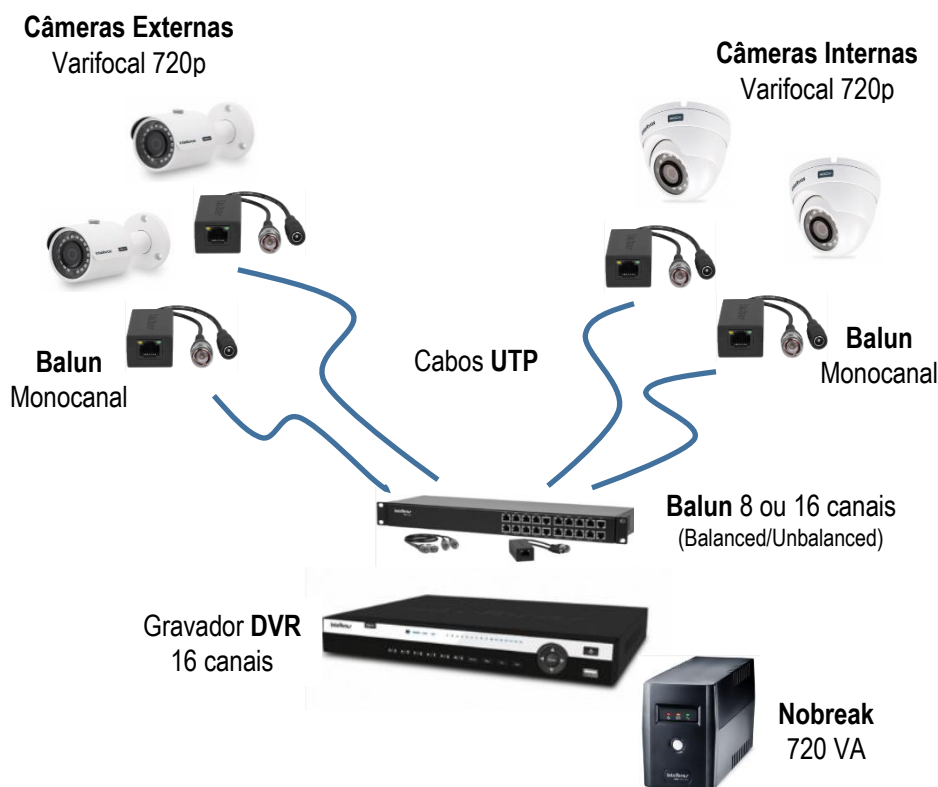
O sistema ativo, conta com uma pessoa ou equipe o tempo inteiro cuidando e analisando cada imagem e em caso de necessidade podem atuar imediatamente ao fato que está ocorrendo.

O sistema passivo é um sistema onde não se tem ninguém analisando as imagens, as imagens são gravadas e caso ocorra algum fato os administradores recorrem às imagens gravadas para comprovar o que aconteceu de fato e tomar as medidas cabíveis.

7.1. Elementos que compõem um sistema de CFTV

Os sistemas de CFTV são compostos por: projeto, infraestrutura, câmeras, gravadores de vídeo, fonte, nobreak, cabeamento, caixas de proteção, detectores de movimento, etc conforme figura a seguir:

SISTEMA CFTV



7.2. Projeto e Infraestrutura

No projeto o projetista define a localização de todas as câmeras e o tipo de câmera a ser usada, dimensionando seu alcance, abertura da imagem, o tipo de lente para que a imagem fique nítida e clara. Um dos pontos de grande importância num projeto de CFTV é a iluminação da cena que deve ser monitorada. O projetista deve analisar se para o local de monitoramento necessitará de implantação de luz artificial, o que deve ser dimensionado recorrendo a um projeto luminotécnico, deve analisar a iluminação externa em seus diversos horários do dia, principalmente se a câmera for externa, porque a posição do sol poderá ofuscar a imagem. O projetista também deve dimensionar o gravador de vídeo, deve considerar o tamanho dos dispositivos de armazenamento de imagem e as funções necessárias de acordo com as necessidades do cliente.

A infraestrutura para um sistema de CFTV deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e dimensionada de acordo com as normas NBR5410 e pertinentes. O sistema de CFTV também poderá ser instalado junto com sistemas de cabeamento estruturado, desde que se obedeça às normas EIA TIA 568A, B e NBR14565. Contudo não será possível que o sistema se utilize da rede da RFB ou mesmo da banda do link contratado para acesso remoto.

7.3. Câmeras de CFTV

As câmeras são compostas por sensores de imagem, dispositivos para captação da imagem. Normalmente são utilizados os CCD (Charge Coupled Device). Os fabricantes têm se utilizado também de sensores do tipo CMOS (Complementary Metal-Oxide Semiconductor). Os CCDs são responsáveis pela conversão das imagens visuais em sinais elétricos.

A resolução de um sistema de CFTV é medida normalmente em linhas de TV, mas para que a imagem tenha uma boa resolução vai depender da qualidade do conjunto câmera, lente, meio de transmissão e monitor. A resolução das câmeras é medida em pixels, quanto maior a quantidade de pixels, melhor será a qualidade de imagem. A resolução do monitor é medida em linhas de varredura vertical, independentemente de seu tamanho, o importante é analisar a quantidade de linhas verticais na hora da definição de qual monitor utilizar, quanto maior o número de linhas, melhor será a sua resolução. O monitor sempre deverá ter uma resolução melhor que a câmera.

As lentes têm a função de focar a cena para o sensor CCD. Existem diversos tipos de lentes, as principais lentes utilizadas são:

- Lente do tipo íris fixa: é a lente mais simples, possui somente ajuste do foco, aceita baixa variação de iluminação e com iluminação constante, são amplamente utilizadas em micro câmeras.
- Lente do tipo íris manual: esta lente permite que seja ajustada a quantidade de iluminação para o sensor CCD. Esta lente é utilizada em locais onde a iluminação é muito intensa ou é pouco intensa. A sua utilização deve ser junto com um obturador eletrônico.
- Lentes auto íris: são lentes que são ajustadas automaticamente de acordo com o nível de iluminação do local, possuem um motor interno que faz a correção da abertura ou do fechamento da íris sempre que necessária para poder manter a qualidade da imagem.
- Lentes varifocais: são lentes que têm a distância focal ajustável, são conhecidas como lentes com zoom manual, porque podem usar o zoom diretamente no corpo da lente. Este tipo de lente permite muitas vezes a correção no momento da implantação.

- Lentes zoom: são lentes que possuem as funções de zoom, foco e íris motorizados e não motorizados com a auto-íris incorporada. Estas lentes têm a possibilidade da visualização de objetos bem pequenos através da ampliação da cena.
- Lentes fixas: são lentes que não variam as distâncias focais, elas são adquiridas para distâncias fixas, sendo que se precisar alterar tem que trocar a lente.

7.4. Tipos de câmeras de CFTV

Existem diversos tipos de câmeras para diversas aplicações, onde o projetista deve definir qual a melhor a ser empregada de acordo com as premissas do projeto.

A escolha da RFB será por câmeras analógicas com resolução de 720p, em que o número “720” representa 720 linhas de resolução de tela horizontal, enquanto a letra “p” representa que se trata de uma varredura progressiva. Ao ser transmitido na velocidade de 60 quadros por segundo, 720p apresenta a maior resolução temporal possível sob o padrão ATSC. A varredura progressiva reduz a necessidade de prevenir cintilação filtrando pequenos detalhes.

Além disso, optou-se por câmeras analógicas, alimentadas por cabo UTP, por terem custo mais baixo. O uso de câmeras IP na rede RFB, embora tecnicamente viável, deve ser evitado para não sobrecarregar os recursos de TI da instituição.

7.5. Armazenamento de imagens

Todo sistema de CFTV pode se utilizar de um sistema de armazenamento de imagem. Um sistema de CFTV com sistema de armazenamento de dados é o mais adequado a ser utilizado nos sistemas de segurança, em que no caso de algum evento acontecer os responsáveis poderão recorrer às imagens.

Sistemas de gravação DVR: quer dizer Digital Vídeo Record, é um sistema responsável por gerenciar e armazenar imagens diretamente das câmeras.

O DVR “Stand Alone” é um equipamento que possui diversas funções, além da gravação de imagens, opera como processador e sequência de imagens, multiplexador etc. Os “Stand Alone” possuem sistema de armazenamento de imagem por HD interno, com a possibilidade de troca do HD sem ter de desligar o equipamento e sem perda de imagens.

7.6. Cabos

Os cabos utilizados para sistemas de CFTV são cabos para transmissão de sinais e cabos para alimentação elétrica em CA (Corrente Alternada) e CC (Corrente Contínua). Os cabos para transmissão de sinais mais comumente utilizados em CFTV são os cabos coaxiais, cabos UTP e fibras ópticas.

Os cabos UTP são cabos usualmente utilizados em rede de computadores. São cabos formados por quatro pares de fio entrelaçado e revestidos por uma capa de PVC. Os cabos UTP não têm blindagem e não devem ser instalados onde há campos eletromagnéticos. Uma das vantagens dos cabos UTP é a possibilidade de instalação em grandes distâncias. Este cabo necessita de conversores nas suas pontas, chamados de “Baluns”. A distância máxima fica em torno de 1500m para sistemas coloridos. Os cabos UTP devem ser sempre utilizados em instalações internas, para utilizações externas deverá ser do tipo STP, que são cabos blindados.

A RFB utilizará de forma preferencial soluções com cabeamento UTP por terem melhor qualidade do sinal de vídeo, por permitirem a alimentação de energia centralizada das câmeras e por abrirem a possibilidade de uso de novas tecnologias, no futuro, em particular, as câmeras IP.

7.7. Balun

Quando forem utilizados cabos do tipo UTP, deverá obrigatoriamente ser utilizado um conversor do tipo balun para interligação dos cabos ao equipamento, que é a conversão de cabo coaxial para par trançado. A palavra Balun é a união das palavras inglesas “Balanced” + “Unbalanced”, pelo qual se converte um sinal de uma linha balanceada em desbalanceada e vice-versa.

A RFB utilizará de forma preferencial soluções com Balun de 8 ou 16 canais, capazes de conduzir alimentação e sinal de vídeo para câmeras distantes até 300 metros através de cabos UTP CAT5E ou CAT6.

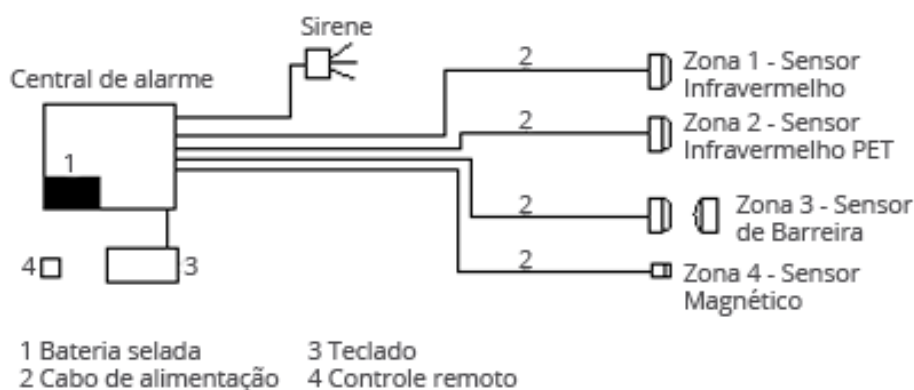
ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS

1. Sistema de Alarme

1.1. Projeto e Infraestrutura

Os sistemas de alarme contra invasão são compostos por: projeto, infraestrutura, central de alarme, controles, sensores, sirene e bateria auxiliar.

O projeto é de grande importância para o sistema de alarme contra invasão. Pois o projetista pode estudar todas as vulnerabilidades que existem no imóvel. De posse destes dados ele deverá dimensionar a quantidade de setores, especificar as funções da central que deve ser usada no local. Deve dimensionar a área de atuação dos sensores, a posição onde devem ser localizados, os tipos de sensores a serem utilizados, o posicionamento da sirene, o dimensionamento da infraestrutura e a interligação a rede elétrica predial a ser utilizada. A infraestrutura deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e deve ser dimensionada de acordo com as normas técnicas.



Esquema simplificado de uma instalação de alarme contra invasão

1.2. Central de Alarme

- a) Imóveis de **pequeno porte** (até 2.000 m² de área construída): central de alarmes com capacidade para 18 sensores com fio + 24 sensores sem fio.

Central de Alarme 18 Com Fio + 24 Sem Fio	Especificações
Tensão de alimentação	Bivolt
Corrente de saída de sirene	1 A com bateria de gel selada (7 A/h /12 V) 400 mA sem bateria
Carregador de bateria	Carregador inteligente
Buffer de eventos	256 eventos com data e hora
Memória para dispositivo sem fio	128 dispositivos
Número de dispositivos no barramento BUS	4 teclados e 4 receptores
Supervisão e proteção do barramento BUS	Sim
Distancia máxima entra a central e os dispositivos BUS	100 m com cabo 26 AWG
Número de zonas com fio	Máximo de 24 (com 4 teclados)

Resistência máxima de cabeamento de zona	100 Ω por zona
Número de zonas sem fio	24
Número de memória para discagem	8 com 20 dígitos cada (2 empresa de monitoramento 1 Download/upload 5 pessoas)
Modo de discagem	DTMF Homologado Anatel
Deteção de corte da linha telefônica	Sim, necessária programação
Protocolo de comunicação	Contact ID, Contact ID programável e Adenco Xpress
Proteção de entrada de linha telefônica	Protetor a Gás e PTC
Teste periódico	Programável em horas ou agendada por horário
Software para download e upload plataforma windows padrao V.21 compatíveis: Us Robotics, Motorola, Lucent e Agere	Sim. Necessário modem padrão V.21
Número de memória para envio de eventos via IP	2 destinos, fixos ou dinâmicos
Base de velocidade	10/100Mbps
Base do protocolo	TCP/IP
Consumo de banda	< 1 KB por evento
Teste periódico	Programado em minutos. Mínimo de 1 minuto
Software para download e upload plataforma windows	Sim, gratuito. Necessário conexão com internet banda larga e porta 9010 liberada

b) Imóveis de **médio e grande porte** (acima de 2.000 m²): central de alarmes com capacidade para 64 sensores com fio + 48 sensores sem fio.

Central de Alarme 64 Com Fio + 48 Sem Fio	Especificações
Tensão de alimentação	Bivolt
Corrente de saída de sirene	1 A com bateria de gel selada (7 A/h /12 V) 400 mA sem bateria
Supervisão contra corte e curto-circuito na saída sirene	Sim, é necessário um resistor de 2,2k
Carregador de bateria	Carregador inteligente
Buffer de eventos	256 eventos com data e hora
Número de dispositivos no barramento	18
Distância máxima barramento T1T2	100 m com cabo 26 AWG
Distância máxima barramento AB	1000 m com cabo 24 AWG blindado e trançado e ligação em cascata
Barramento para comunicação via Rádio	Sim
USB para programação local	Sim
Resistor instalação de zonas	Zona alta 3K9 Ω , zona baixa 2K2 Ω , resistor final de linha 2K2 Ω (incluso)
Resistência máxima de cabeamento de zona	100 Ω por zona
Número de zonas sem fio	24
Número de memória para discagem	8 com 20 dígitos cada (2 empresa de monitoramento 1 Download/upload 5 pessoas)
Modo de discagem	DTMF Homologado Anatel
Deteção de corte da linha telefônica	Sim, necessária programação
Protocolo de comunicação	Contact ID, Contact ID programável e Adenco Xpress
Proteção de entrada de linha telefônica	Protetor a Gás e PTC
Teste periódico	Programável em horas ou agendada por horário

Software para download e upload plataforma windows	Sim, gratuito
Número de memória para envio de eventos via IP	2 destinos, fixos ou dinâmicos
Base de velocidade	10/100Mbps
Base do protocolo	TCP/IP
Consumo de banda	< 1 KB por evento
Teste periódico	Programado em minutos. Mínimo de 1 minuto
Software para download e upload plataforma windows	Sim, gratuito. Necessária conexão com internet banda larga e porta 9010 liberada
Frequência de operação do módulo	Modulação quad-band (800, 900, 1800 e 1900 MHz) 2G
Número de SIM cards	2, modulo desbloqueado
Ganho da Antena	0 dBi
Número de destinos via GSM	2 IPs e 5 números para SMS
Teste periódico	Programado em minutos. Mínimo de 1 minuto
Número de zonas com fio na central	8 zonas (4 + 4 zonas)
Número de zonas com fio expansível	48 zonas através de 6 expansores de 8 zonas cada
Número de zonas nos teclados	8 zonas através de 4 teclados (2 zonas por teclados)
Número total de zonas com fio	64 zonas
Resistores das zonas duplas e final de linha	3,9K para zona alta, 2,2K para zona baixa e 2,2K para resistor de final de linha
Número de zonas sem fio	48 zonas através de 4 receptores de RF

1.3. Sensores

1.3.1. Sensor com fio

Sensor Magnético de Sobrepor usado em alarmes residenciais e comerciais, acionadores de relés, etc. Ideal para uso em janelas e portas.

- - Fixação por adesivo ou parafuso.
- - Borne parafusável.
- - Distância de acionamento 20mm.
- - Alimentação 12 volts.

1.3.2. Sensor sem fio

- Sensor de abertura sem fio para portas e janelas, usado em alarmes residenciais. Apresenta ótimos desempenhos em ambientes fechados.
- Bateria de lítio de longa duração
- Indicação de bateria fraca no sensor
- Reed switch SMD
- Frequência de 433,92 MHz
- Alcance RF: mínimo de 50m em área livre de obstáculos
- Alimentação: 3 VDC bateria de lítio inclusa

1.3.3. Sensor de Presença Passivo, Sem Fio, Infravermelho

Esse tipo de sensor não emite luz infravermelha. Pelo contrário, ele faz uma leitura das mudanças do infravermelho do ambiente. Quando o sensor é energizado ele faz uma leitura do infravermelho que retorna do ambiente que não possui movimento. A leitura é feita por um fotodetector (PIR). O PIR é um componente que converte variação infravermelha em pulsos elétricos.

- Ângulo de abertura: 90° ou 115°
- Alcance do pirosensor: Pelo menos 12m;
- Tempo de estabilização: 20segundos;
- Homologação da Anatel: É necessário;
- Bateria inclusa: Sim
- Modulação ook: Sim;
- Aviso de bateria em nível baixo: Sim

1.4. Sirenes

Sirene compacta de alta potência com 1 (um) tom diverso de sons próprios de viaturas policiais e de ambulâncias.

- Alimentação: 12V;
- Consumo: 180 mA a 300mA;
- Capacidade: 120dB;
- Suporte de fixação preparado para instalações na vertical e horizontal

1.5. Baterias

A bateria utilizada é de chumbo-ácido 12V, regulada por válvula selada VRLA recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamento. Uma bateria para uso geral e com uma vida útil de até 5 anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança.

- Tensão: 12 Vdc;
- Capacidade: 6 Ah (C20);
- Flutuação: 13,6V a 13,8V;
- Corrente inicial: 1,6 A a 1,8 A

1.6. Cabos

O sistema de alarme é interligado através de cabo flexível 4 vias multicores, atendendo ainda as seguintes especificações:

- Confeccionado em fio de cobre estanhado eletrolítico mole;
- Revestido com polietileno de baixa densidade colorido
- Envoltória de PVC branca ou cinza com componente anti-chama;
- Bitola 28 AWG.

O cabo de rede UTP categoria 5E ou 6 também é utilizado para um sistema de alarme.

1.7. Receptor

Um receptor de Rádio Frequência é utilizado no sistema de alarme com a finalidade de cadastrar dispositivos sem fio como o sensor magnético e o sensor de presença IVP, operando com tecnologia OOK ou FSK, nas seguintes especificações:

- Frequência de trabalho: 433,92 MHz
- Alimentação: 12 a 16V;
- Recepção: ook ou fsk;
- Decodificador: Smart code de 24 bits.

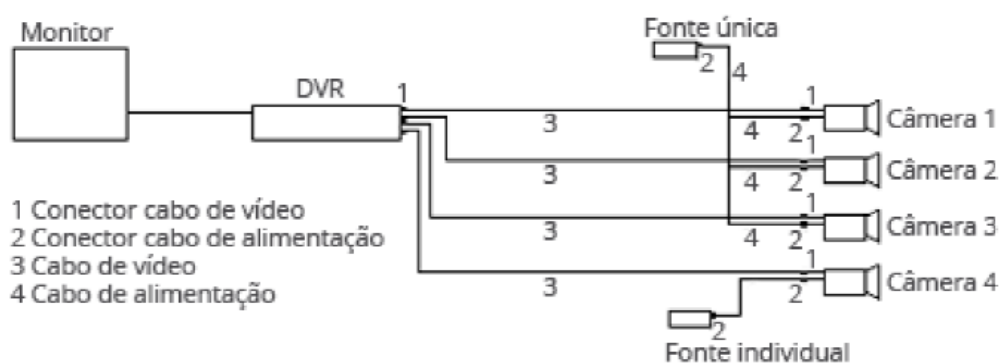
2. CFTV – Circuito Fechado de Televisão

2.1. Projeto e Infraestrutura

CFTV é um sistema que se utiliza de câmeras para fazer o acompanhamento dos locais remotamente, onde se consegue verificar diversos locais ao mesmo tempo. Existem dois tipos de sistema de monitoramento por CFTV, que são do tipo ativo e passivo. O sistema ativo, conta com uma pessoa ou equipe o tempo inteiro cuidando e analisando cada imagem e em caso de necessidade podem atuar imediatamente ao fato que está ocorrendo. O sistema passivo é um sistema onde não se tem ninguém analisando as imagens, as imagens são gravadas e caso ocorra algum fato os administradores recorrem às imagens gravadas para comprovar o que aconteceu de fato e tomar as medidas cabíveis.

Existem empresas que já estão atuando com o monitoramento remoto, sendo que o cliente contrata uma empresa que dispõe de uma equipe que fica o tempo inteiro cuidando e analisando as imagens. Esta Nota Técnica não recomenda a utilização de rede de dados (Internet) para envio de imagens à empresa de monitoramento devido à limitação de tráfego dos dados (em grande volume) que pode ocorrer e ainda sobrecarregar o armazenamento desses dados na empresa.

No esquema abaixo exemplificamos uma instalação simplificada de um sistema de CFTV.



Esquema simplificado de uma instalação de CFTV

2.2. Câmeras de CFTV – 720p

2.2.1. Câmera Dome Interna

Para ambientes internos utiliza-se, geralmente, a câmera dome. Ela é mais indicada para instalação no teto ou na parede, com altura e posicionamento em que seja fácil mudar a direção da lente. Seguem, abaixo, as especificações dessa câmera:

Câmera Dome Interna	Especificações
Alcance do Infravermelho (IR)	20m
Lente	2,8mm
Alimentação	Conector P4 fêmea
Resolução Real	720p
Saída de Vídeo	BNC Fêmea
Consumo Máximo de Corrente	220 mA
Tensão	12V
Infravermelho (IR) Inteligente	Sim, ajustando a luminosidade dos leds
Controle automático de ganho	Sim, (AGC - Automatic Gain Control).
Compensação de luz de fundo	Sim, (BLC – Backlight Compesation), para as aplicações onde a câmera estiver em situação de visualização com forte contraluz
Ampla faixa dinâmica	Sim, (WDR - Wide Dynamic Range) igual ou superior a 90 dB, para as aplicações onde há grande contraste de luz e o conteúdo da imagem deve ser visível nas áreas de menor e maior luminosidade
Deteção de movimento	Sim.

2.2.2. Câmera Bullet Externa.

Para ambientes externos utiliza-se geralmente a câmera bullet. Ela é indicada para postes e paredes em que o acesso não será frequente. Outra diferença está em que alguns modelos Dome possuem uma capsula que oculta a câmera, impedindo que as pessoas saibam onde a lente está direcionada, algo que não é possível com as câmeras Bullet. Seguem, abaixo, as especificações dessa câmera:

Câmera Bullet Externa	Especificações
Alcance Infravermelho IR	30m
Lente	2,8mm
Alimentação	Conector P4 fêmea
Resolução Real	720p
Saída de Vídeo	BNC Fêmea
Consumo Máximo de Corrente	330 mA
Tensão	12Vcc
Infravermelho (IR) Inteligente	Sim, ajustando a luminosidade dos leds
Controle automático de ganho	Sim, (AGC - Automatic Gain Control).
Compensação de luz de fundo	Sim, (BLC – Backlight Compesation), para as aplicações onde a câmera estiver em situação de visualização com forte contraluz
Ampla faixa dinâmica	Sim, (WDR - Wide Dynamic Range) igual ou superior a 90 dB, para as aplicações onde há grande contraste de luz e o conteúdo da imagem deve ser visível nas áreas de menor e maior luminosidade
Deteção de movimento	Sim.

2.3. Armazenamento de imagens – DVR 16 canais

- Compatível com as tecnologias HD, IP e Analógica;
- Modo DVR/NVR;
- 16 Canais de vídeo BNC + 4 Canais de vídeo IP;
- Gravação em resolução 720p ou superior;
- Compressão inteligente de vídeo em H.264+;
- Saída de vídeo HDMI e VGA;
- Edição de áudio e vídeo;
- Áudio: entrada com 4 canais (RCA), saída com 1 canal (RCA) e áudio bidirecional: 1 canal (RCA)
- Saída spot: 1 saída de vídeo spot configurável (HDMI ou VGA);
- Modo de gravação: Manual, contínua, contínua com condição de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera, perda de vídeo e alarme;
- Intervalos de gravação 1~60 min (padrão: 60 min), Pré-gravação: 1~30 seg., Pós-Alarme: 1~300 seg.;
- Modo de busca Hora/data com precisão de segundos, por tipo de evento; alarme e/ou detecção de movimento;
- Funções de reprodução: reprodução, pausa, parar, retrocesso, reprodução rápida, reprodução lenta, próximo arquivo, arquivo anterior, próximo canal, canal anterior, tela cheia, repetição aleatória, seleção do arquivo para backup;
- Modos de backup: pen drive, disco flash, disco rígido USB, DVD RW USB, download por rede;
- Interface RJ-45 (10/100/1000 Mbps) em acordo com o padrão IEEE802.3z;
- Acesso remoto via celular ou tablete (IOS e Android);
- Qtd. de HDs suportado 2 HDs SATA;
- USB 2 portas (1 traseira, 1 frontal);
- Alimentação DC 12 V, 5 A.

2.4. Cabos UTP

Para o CFTV utiliza-se o cabo UTP. O cabo é associado ao Balun de vídeo. Além de o sistema ser balanceado, muito menos suscetível a ruídos, por um cabo UTP se consegue passar até 4 câmeras, em um espaço igual ao do cabo coaxial, fazendo com que a infraestrutura reduza em 75% da sua bitola, obedecendo ainda as seguintes especificações:

- Categoria 5E ou 6;
- Bitola: 24 AWG;
- Fio rígido;

- Revestimento: PVC retardante a chamas;
- Transmissão: 250 Mbps/par (máx. 1000 Mbps);
- Condutores: 8 x 24 AWG (4 pares)

2.5. Balun

2.5.1. Balun mono

O Balun Mono conduz alimentação e sinal de vídeo para câmera em distâncias de até 300 metros através de cabo UTP CAT5 ou CAT6. Ele é comercializado em pares, o macho para ser instalado próximo a câmera e a fêmea próximo a fonte de alimentação. Especificações:

- Entrada de alimentação: conector Jack J4 fêmea
- Saída de alimentação: plug P4 macho
- Tensão de entrada: 12 ou 24 Vdc
- Tensão de saída: 12 ou 24 Vdc
- Corrente máxima de transmissão: 1 A
- Saída/entrada para transmissão alimentação e vídeo: RJ45
- Saída/entrada de vídeo (BNC macho): 1
- Saída com proteção PTC contra sobrecarga
- LED indicando alimentação e proteção
- Compatível com a tecnologia analógica tradicional e HD 720p
- Padrão de vídeo NTSC
- Vídeo | Impedância UTP: 100 Ω
- Proteção da entrada/saída de vídeo 2 kV (modo diferencial)

2.5.2. Balun 16 canais

Os Baluns passivos com transmissão de vídeo e alimentação trazem mais confiabilidade e organização para as instalações de CFTV. O kit completo é composto por power balun, baluns para conexão na câmera e cabos BNC para conexão com DVR. Especificações:

- Fonte chaveada interna bivolt
- Conduz alimentação e sinal de vídeo para câmeras distantes até 300 metros através de cabo UTP CAT5e ou CAT6
- Entrada: conectores RJ45 (transmite alimentação e recebe sinal de vídeo)
- Entrada auxiliar: conectores RJ45 função 4 em 1, somente para sinal de vídeo (transmite sinal de 4 câmeras através de 1 cabo UTP)
- LED indicativo de alimentação e proteção
- Saídas com proteção individual PTC contra sobrecarga

- Compatíveis com a tecnologia analógica tradicional e HD 720p
- Tensão de saída: 13,8 Vdc;

2.6. Bateria 12V

A bateria utilizada é de chumbo-ácido 12V, regulada por válvula selada VRLA recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamento. Uma bateria para uso geral e com uma vida útil de até 5 anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança.

- Tensão: 12 Vdc;
- Capacidade: 6 Ah (C20);
- Flutuação: 13,6V a 13,8V;
- Corrente inicial: 1,6 A a 1,8 A

2.7. Nobreak

O nobreak oferece proteção e energia extra para equipamentos eletrônicos. Ele protege das oscilações da rede elétrica e, em caso de queda no fornecimento de energia elétrica, possui bateria para prolongar a utilização dos equipamentos conectados a ele, garantindo mais tranquilidade e segurança. O equipamento deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Capacidade: 720 VA
- Entrada: Tensão nominal 120 VAC/ 220VAC
- Fator de potência: 0,5
- Proteção contra sobretensão/subtensão da rede elétrica, contra sobreaquecimento no inversor, contra descarga/sobrecarga de bateria e contra sobrecarga e curto-circuito na saída
- Bateria 12 Vdc
- 4 tomadas de saída (tripolar), de acordo com a NBR 14136

2.8. Monitor

O monitor utilizado para visualizações das imagens nas instalações de CFTV deve atender as seguintes especificações:

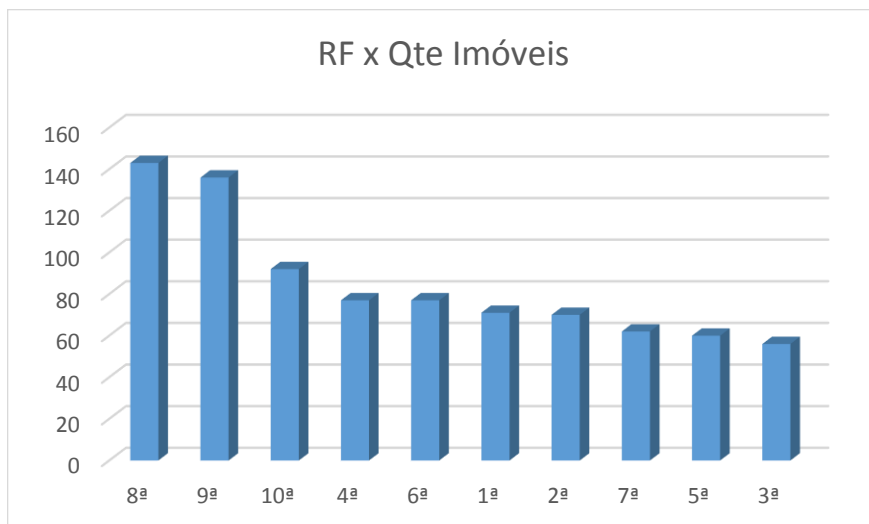
- Tamanho de 18,5"
- Tela LCD LED
- Conexões VGA e HDMI
- Resolução 1366 x 768/ 60Hz
- Tempo de resposta de 5ms

ANEXO III – APLICAÇÃO NA RFB

1. Imóveis da RFB

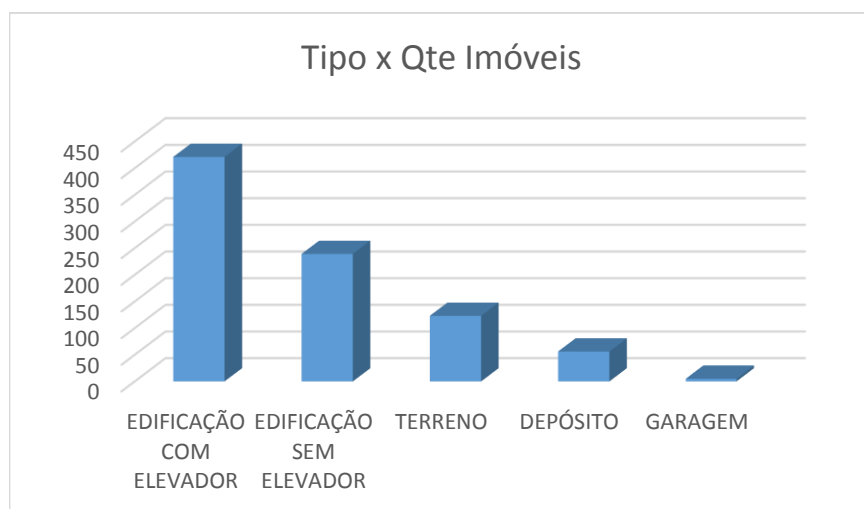
Pesquisa no Sistema Edifica indica a presença da RFB em 844 imóveis, distribuídos conforme as Regiões Fiscais abaixo:

RF	Qte Imóveis
8ª	143
9ª	136
10ª	92
4ª	77
6ª	77
1ª	71
2ª	70
7ª	62
5ª	60
3ª	56
Total	844



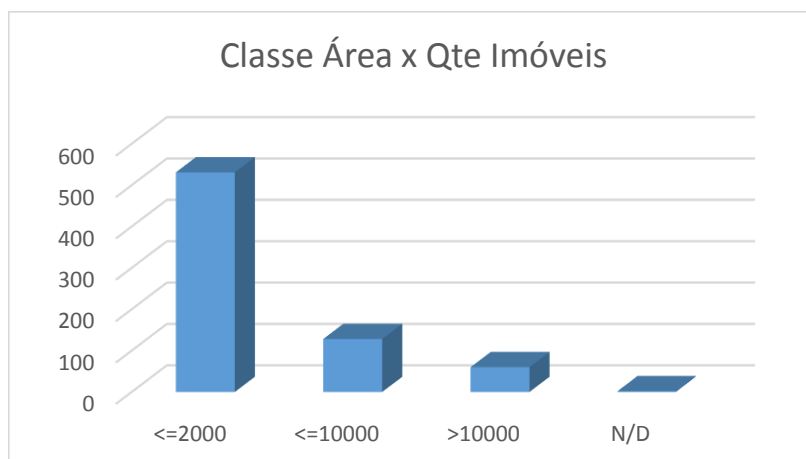
A distribuição por Tipo de Imóvel é conforme abaixo:

Tipo	Qte Imóveis
EDIFICAÇÃO COM ELEVADOR	421
EDIFICAÇÃO SEM ELEVADOR	239
TERRENO	123
DEPÓSITO	56
GARAGEM	5
Total	844



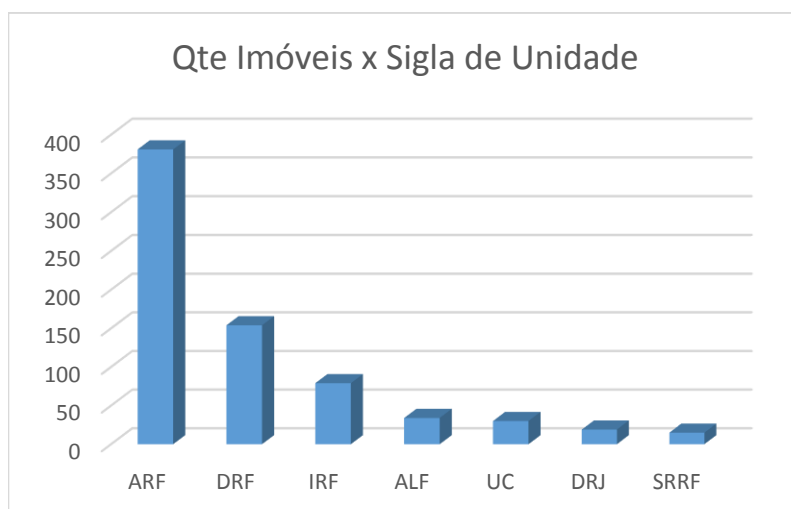
A distribuição por Classe de Área Edificada, desconsiderando os Terrenos, é a seguinte:

Classe Área	Qte Imóveis
<= 2.000 m ²	531
<=10.000 m ²	128
>10.000 m ²	60
N/D	2
Total	721



A distribuição por Sigla de Unidade é mostrada abaixo:

Sigla	Qte
ARF	381
DRF	154
IRF	79
ALF	34
UC	30
DRJ	19
SRRF	15
Total Geral	712



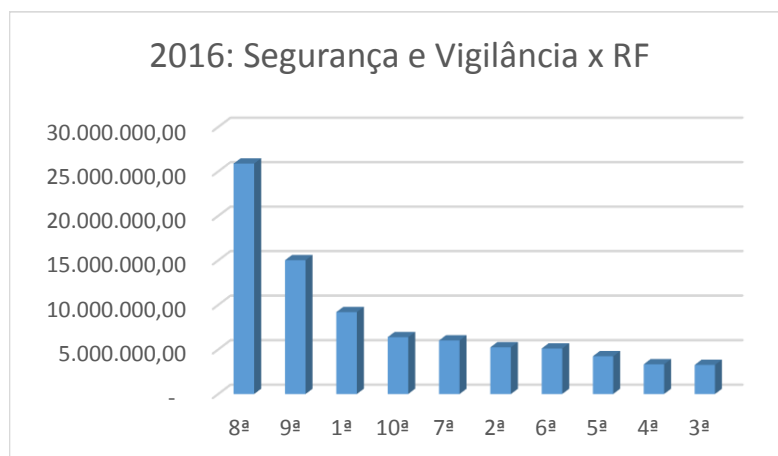
Conclusões da Pesquisa no Sistema Edifica:

- As três RFs com maior quantidade de imóveis: 8^a, 9^a, 10^a;
- O Tipo de imóvel predominante: Edificação com Elevador (indicando Escritórios);
- A Classe de Área predominante: abaixo de 2.000 m²;
- As Unidades predominantes: Agências (ARFs) e Delegacias (DRFs).

2. Contratos de Segurança e Vigilância

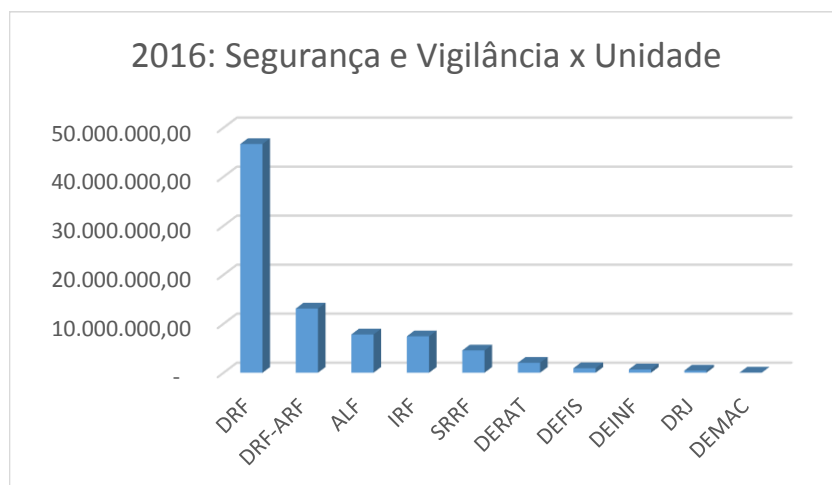
Pesquisa no Sistema SIASG com relação aos Contratos de Segurança e Vigilância indica:

2016: Segurança-Vigilância x RF	Vlr Empenhado Posição
8ª	1
9ª	2
1ª	3
10ª	4
7ª	5
2ª	6
6ª	7
5ª	8
4ª	9
3ª	10
Total 2016	83.641.980,37



Quanto ao tipo da Unidade:

2016: Segurança-Vigilância x UG	Vlr Empenhado Posição
DRF	1
DRF-ARF	2
ALF	3
IRF	4
SRRF	5
DERAT	6
DEFIS	7
DEINF	8
DRJ	9
DEMAC	10
Total 2016	83.641.980,37



Conclusões da Pesquisa no Sistema SIASG:

- As três RFs com maiores despesas em Segurança e Vigilância: 8ª, 9ª, 1ª;
- Os tipos unidades predominantes nos contratos: Delegacias (DRFs), Agências (ARFs) e Alfândegas (ALFs);
- Os perfis predominantes nos contratos: Vigilância Orgânica e Armada, com baixos valores em Segurança Eletrônica.
- Revela-se uma oportunidade para crescimento de Segurança Eletrônica e redução das Vigilâncias Orgânica e Armada.

3. Depósitos de Mercadorias

Pesquisa no Sistema CTMA com relação aos Depósitos de Mercadorias Apreendidas indica:

Os principais estoques da RFB, com valores acima de R\$ 1 Milhão em Dez/2016:

Unidade Gestora	Estoque/Dez 2016
DRF - FOZ DO IGUAÇU	1
DRF - CAMPO GRANDE	2
IRF - PONTA PORÁ	3
ALF - AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA	4
IRF - FLORIANÓPOLIS	5
DRF - CASCAVEL	6
DRF - CUIABÁ	7
ALF - PORTO DE SALVADOR	8
IRF - MUNDO NOVO	9
DRF - MARINGÁ	10
DRF - JUNDIAÍ	11
DRF - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	12
DRF - GOIÂNIA	13
DRF - UBERABÁ	14
IRF - CURITIBA	15
IRF - RIO DE JANEIRO	16
DRF - MARILIA	17
ALF - PORTO DE ITAJAÍ	18
DRF - SANTA MARIA	19
DRF - JOAÇABA	20
ALF - PORTO DE PARANAGUÁ	21
IRF - BELO HORIZONTE	22
IRF - CORUMBA	23
DRF - PONTA GROSSA	24
DRF - JOINVILLE	25
DRF - LONDRINA	26
IRF - SANTANA DO LIVRAMENTO	27
IRF - RECIFE	28
DRF - JOÃO PESSOA	29
DRF - ITABUNA	30
DRF - PRESIDENTE PRUDENTE	31
DRF - SANTA CRUZ DO SUL	32
DRF - SANTO ANGELO	33
DRF - POÇOS DE CALDAS	34
DRF - MONTES CLAROS	35
ALF - PORTO DE SÃO LUIS	36
DRF - NATAL	37
IRF - PORTO ALEGRE	38
DRF - URUGUAIANA	39
DRF - PALMAS	40
IRF - CHUÍ	41
DRF - LAGES	42

Os principais estoques de **cigarros**:

Unidade Gestora	Cigarros
DRF - CAMPO GRANDE	1
DRF - FOZ DO IGUAÇU	2
IRF - PONTA PORA	3
IRF - MUNDO NOVO	4
DRF - CASCAVEL	5
DRF - MARINGA	6
DRF - UBERABA	7
IRF - FLORIANÓPOLIS	8
DRF - POCOS DE CALDAS	9
IRF - BELO HORIZONTE	10

Os principais estoques de **veículos**:

Unidade Gestora	Veículos
ALF - AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA	1
DRF - FOZ DO IGUAÇU	2
DRF - CAMPO GRANDE	3
DRF - CASCAVEL	4
IRF - PONTA PORA	5
IRF - MUNDO NOVO	6
IRF - BELO HORIZONTE	7
DRF - JOAÇABA	8
IRF - CURITIBA	9
DRF - MARINGA	10

Os principais estoques de **produtos eletrônicos**:

Unidade Gestora	Eletrônicos
DRF - CUIABA	1
DRF - FOZ DO IGUAÇU	2
ALF - PORTO DE SAO LUIS	3
DRF - CASCAVEL	4
IRF - CURITIBA	5
DRF - MARINGA	6
ALF - PORTO DE ITAJAÍ	7
DRF - CAMPO GRANDE	8
IRF - RECIFE	9

Conclusões da Pesquisa no Sistema CTMA:

- Existem valores significativos nos estoques de mercadorias apreendidas da RFB que precisam ser Vigiados e Monitorados;
- Os três principais tipos de mercadorias apreendidas: cigarros, veículos e eletrônicos.

ANEXO IV – CUSTOS ESTIMADOS

As quantidades e custos apresentados são estimativas levantadas, devendo ser avaliados em cada caso concreto podendo os valores verificados **in loco** serem superiores ou inferiores aos apresentados. Não estão inclusos todos os componentes necessários para a instalação de um sistema de segurança eletrônica que contemple CFTV e alarme, como eletrocalha, caixa de passagem, aterramento, etc. O custo de acesso de dados dependerá da forma que a unidade considerar mais conveniente: Internet fixa ou móvel. A conexão do tipo fixa exige um modem, com assinatura de serviços de comunicação de dados. A conexão do tipo móvel exige um módulo de comunicação, além de um chip de telefonia móvel e um pacote de dados.

1. Imóveis de Pequeno Porte (<= 2.000 m²)

ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (18+24)	1	353,31	353,31
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	15	9,99	149,85
Sensor sem fio	14	29,00	406,00
Sensor de presença IR	10	110,47	1.104,70
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	500	0,40	200,00
Cabo UTP	50	0,87	43,50
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	2.000,00	2.000,00
Total			5.061,14

CVTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	8	196,50	1.572,00
Câmera Dome Interna 720p	8	99,90	799,20
Balun Monocanal	16	75,00	1.200,00
Balun 16 Canal	1	1.546,06	1.546,06
DVR 16 canais	1	1.477,50	1.477,50
Bateria 12V	1	71,38	71,38
Cabo UTP	500	0,87	435,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	1	1.411,65	1.411,65
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	4.000,00	4.000,00
Total			13.280,37

2. Imóveis de Escritórios (> 2.000 m²)

ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (64+48)	1	316,50	316,50
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	64	9,99	639,36
Sensor sem fio	24	29,00	696,00
Sensor de presença IR	24	110,47	2.651,28
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	1000	0,40	400,00
Cabo UTP	100	0,87	87,00
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	5.000,00	5.000,00
Total			10.593,92

CVTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	24	196,50	4.716,00
Câmera Dome Interna 720p	24	99,90	2.397,60
Balun Monocanal	48	75,00	3.600,00
Balun 16 Canal	3	1.546,06	4.638,18
DVR 16 canais	3	1.477,50	4.432,50
Bateria 12V	3	71,38	214,14
Cabos UTP	1000	0,87	870,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	2	1.411,65	2.823,30
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	10.000,00	10.000,00
Total			34.459,30

3. Depósitos de Mercadorias (<= 4.000 m²)

ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (18+24)	1	353,31	353,31
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	15	9,99	149,85
Sensor sem fio	14	29,00	406,00
Sensor de presença IR	10	110,47	1.104,73
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	1000	0,40	400,00
Cabo UTP	80	0,87	69,60
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	2.000,00	2.000,00
Total			5.287,27

CVTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	12	196,50	2.358,00
Câmera Dome Interna 720p	12	99,90	1.198,80
Balun Monocanal	24	75,00	1.800,00
Balun 16 Canal	2	1.546,06	3.092,12
DVR 16 canais	2	1.477,50	2.955,00
Bateria 12V	1	71,38	71,38
Cabos UTP	1000	0,87	870,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	1	1.411,65	1.411,65
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	4.000,00	4.000,00
Total			18.524,53

4 Depósitos de Mercadorias (> 4.000 m²)

ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (64+28)	1	316,50	316,50
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	64	9,99	639,36
Sensor sem fio	24	29,00	696,00
Sensor de presença IR	24	110,47	2.651,35
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	2000	0,40	800,00
Cabo UTP	120	0,87	104,40
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	5.000,00	5.000,00
Total			11.011,39

CVTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	32	196,50	6.288,00
Câmera Dome Interna 720p	32	99,90	3.196,80
Balun Monocanal	64	75,00	4.800,00
Balun 16 Canal	4	1.546,06	6.184,24
DVR 16 canais	4	1.477,50	5.910,00
Bateria 12V	2	71,38	142,76
Cabos UTP	2000	0,87	1.740,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	2	1.411,65	2.823,30
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	15.000,00	15.000,00
Total			46.852,68

Em locais onde o depósito de mercadoria apreendida é relativamente pequeno, deve-se adotar a infraestrutura de Sistema de Alarmes e CFTV equivalente aos imóveis de escritório de pequeno porte.

5. Serviços de Monitoramento e Manutenção

Serviço contratado de empresa terceirizada para operação e manutenção do sistema de alarme e CFTV. O contrato em questão visa a manutenção do equipamento com substituições de baterias dos sensores, verificação do funcionamento das câmeras e ainda a substituição de equipamentos danificados. O serviço também inclui a resposta em caso de sinistro com visita ao local ou acionamento da polícia.

6. Especificação do serviço – O que monitorar?

A quantidade e posicionamento das câmeras deverá garantir a cobertura das seguintes áreas:

- a) entrada e saída do local ou recinto;
- b) movimentação e armazenagem de mercadorias;
- c) unitização e desunitização de mercadorias;
- d) conferência física de mercadorias;
- e) pontos de controle do sistema de controle de acesso;
- f) estacionamento de veículos de carga e passeio;
- g) perímetro do local ou recinto;
- h) acessos, corredores e demais áreas sensíveis/críticas.

O sistema de alarme deverá contemplar:

- a) sensores magnéticos para portas e janelas externas;
- b) sensores infravermelho de presença nos ambientes sensíveis/críticos.

7. Orientações Gerais

A unidade que pretender contratar o Sistema de Alarme e CFTV deve seguir os seguintes passos:

1. Avaliar o enquadramento/classificação do imóvel:
 - a. Escritório $\leq 2000 \text{ m}^2$ ou Escritório $> 2000 \text{ m}^2$;
 - b. Depósito $\leq 4000 \text{ m}^2$ ou Depósito $> 4000 \text{ m}^2$.
2. Contratar um projeto para implementar o sistema de segurança eletrônica.
3. Contratar a solução de segurança eletrônica, conforme as possibilidades abaixo:
 - 3.1. Contratação dos serviços de segurança eletrônica, incluindo o fornecimento e a instalação dos equipamentos, em regime de comodato, conforme o Art. 17 § 2º da Portaria Nº 3.233/2012-DG/DPF, contemplando ainda os serviços de manutenção e monitoramento eletrônico por empresa especializada. É a opção preferencial.
 - 3.2. Aquisição dos equipamentos pela RFB e contratação dos serviços de instalação, manutenção e monitoramento eletrônico por empresa especializada. Opção não recomendada, conforme Anexo VI-A, Serviço de Vigilância, item 9 da IN MP nº 5/2017, exceção em unidades que já disponham dos equipamentos.
 - 3.3. Aquisição dos equipamentos e realização do monitoramento eletrônico pela própria RFB, contratando apenas os serviços de instalação e manutenção por empresa especializada. Opção também não recomendada, exceção em unidades onde a RFB tenha condições de realizar o monitoramento, ou seja inoportuno e inconveniente contratar empresa especializada.

A unidade da RFB escolherá a melhor forma de contratação dos equipamentos, sistemas e serviços de instalação, manutenção e monitoramento de alarme e CFTV, observando as vedações impostas pelas normas anteriormente citadas.

ANEXO V – PESQUISA DE PREÇOS

Referência: julho de 2017

Os preços dos materiais apresentados a seguir foram pesquisados na Internet no mês de julho de 2017. A unidade da RFB deverá atualizar os preços, fazendo nova pesquisa, para subsidiar o procedimento licitatório visando a aquisição / contratação desses materiais.

- Central de alarmes com capacidade para 18 sensores com fio + 24 sensores sem fio



- Central de alarmes com capacidade para 64 sensores com fio + 48 sensores sem fio

The screenshot shows a web browser window displaying the product page for the Intelbras 4010 SMART alarm central unit. The URL is www.casasbahia.com.br/MaterialparaConstrucao/SegurancaFerramentas/AlarmesSensoresFechaduras/central-de-a. The page title is "Central de alarme monitorada Intelbras 4010 SMART com até 64 zonas (4+4 painel + 2 por teclado 4 teclados) + 48 mistas [XEZ 4008 SMART, XAR 4000 SMART]". The price is listed as "Por: R\$316,50" or "até 8x de R\$ 39,56 sem juros". A green "Comprar" button is visible. A guarantee banner states "Garantia Total a Você!". The Intelbras logo is shown on the product image.

- Sensor com fio

The screenshot shows a web browser window displaying the product page for the Athina magnetic sensor. The URL is www.tudosegctv.com.br/alarme-residencial/sensores/sensor-magnetico-sobrep-or-com-fio-alarme?parceiro=7469. The page title is "SENSOR MAGNÉTICO SOBREP-OR COM FIO- ALARME". The price is listed as "Por: R\$ 9,99" or "ECONOMIZE R\$ 9,91". A green "COMPRAR" button is visible. The Athina logo is shown on the product image.

- Sensor magnético de sobrepor sem fio



- Sensor infravermelho de presença



- Sirene

www.eletronicasantana.com.br/sirene-pointer-4040---dni-03843/p?utm_source=buscape&utm_medium=vtex_inte

Sites Sugeridos | ComprasNet resulta... | Distribuição do Orç... | Dieng. Tesouro Ger... | Portal da Transparê...

Eletrônica Santana
vendas (11) 2823-7066

Digite aqui a sua busca **BUSCAR**

Faça login ou cadastre-se! Loja ouro Ebit

Meu carrinho (0)

íca Santana > Integração

ada para alarmes e circuitos de segurança, possui um toque de 120db e funciona com tensão de 12V.
e Pointer 4040 - DNI

943.00001 ★★★★★ (1 Avaliação)

Por R\$ 17,90
ou R\$ 17,00 no boleto
(com 5% de desconto)

COMPRAR

Compra Segura Eletrônica Santana

+ Veja todas as formas de pagamento

itana.vteximg.com.br/arquivos/ids/.../dni.jpg

PT 15:37 11/07/2017

- Bateria 12 V

https://www.submarino.com.br/produto/23206920/bateria-12v-intelbras-para-sistema-de-seguranca-xb-12al?WT:

Sites Sugeridos | ComprasNet resulta... | Distribuição do Orç... | Dieng. Tesouro Ger... | Portal da Transparê...

IMAGINOU? AQUI TEM!

O que você deseja buscar?

Olá! Minha conta

egue pelas lojas | Oferta Wow! | Baixe o app | QLed TV | Lançamentos | iPhone | Prime | Cartão Sub | Viagens

Casa e Construção > Segurança > Câmeras e Monitores de Segurança > Acessórios de Câmeras de Segurança

Bateria 12v Intelbras Para Sistema De Segurança Xb 12al

(Cód.23206920)

vendido e entregue por **intelmatec**

R\$ 71,38

3x de R\$ 23,79 s/ juros

Comprar

intelbras XB 12AL

Bateria Chumbo-Ácido Regulador por Voltagem (VRLA) 12V Indicado para Sistema de Segurança

Características:
- Carga em Tensão Constante (25°C)
- Regulador: 12,2V a 12,8V
- Célula: 14,4V a 15,0V
- Corrente Fictícia: 1,05A

RESOLUÇÃO CONSUMA Nº 451/05 DE 04/11/2005

As leis de proteção ao consumidor, especialmente a Lei nº 8080/90, estabelecem que o consumidor tem o direito de escolher entre comprar ou não comprar um produto ou serviço, e de não ser obrigado a comprar ou a aceitar qualquer obrigação decorrente de publicidade enganosa ou abusiva, nem de qualquer natureza, que induza ao erro ou à confusão.

PT 15:39 11/07/2017

- Cabos



The screenshot shows the Americanas.com website. At the top, there's a red banner with the text "compre e ganhe 1 mês de curso grátis* para aprender tuudo" and a "vem conferir" button. Below this is a search bar with the text "digite aqui sua busca" and a magnifying glass icon. To the right of the search bar, there's a login link "olá, faça seu login ou cadastre-se" and a shopping cart icon with the number "3". Below the search bar, there's a navigation bar with links like "pre por departamento", "baixe o app", "galaxy s8", "dia dos pais", "etna", "cartão BNDES", "venda na americanas", and "loja". The main content area shows a product titled "Cabo para Alarmes 4 Vias Megatron" with a code "(cód.7929713)". To the left of the product name is an image of a coiled white cable. To the right, it says "vendido e entregue por safetron" and "R\$ 39,90". There's a red "comprar" button and a note "corral temos apenas 2 no estoque". At the bottom, there's a taskbar with icons for Word, PDF, and other applications, and a system clock showing "15:43 11/07/2017".

- Câmera Dome Interna



The screenshot shows the SegurancaJato.com website. At the top, there's a dark header with the site name "SEGURANCAJATO", a search bar with the text "Busque por produto, marca ou n", a phone number "(61)4003-6095", a "CONTATO" button, a "MINHA CONTA" link, and a shopping cart icon. Below the header, there's a large image of a white dome camera on the left. To the right of the image, the product name "Câmera Dome AHD Infravermelho 20m HDL HDC-BA100-20B" is displayed. Below the name, the price "R\$99,90" is shown, along with a payment option "ou 3x de R\$33,30 sem juros". A red "COMPRAR" button is prominently displayed. Below the button, it says "Disponibilidade: Em estoque". There's also a Google rating of "4.7" and a "SITE BLINDADO" badge. At the bottom, there's a green button that says "Precisa de ajuda?". The taskbar at the bottom shows the same system clock as the previous screenshot, "15:45 11/07/2017".

- Câmera Bullet externa



- DVR 16 canais



- Cabo de Rede



- Balun monocal



- Balun 16 canais



Walmart

Olá, o que você procura?

Entre ou Cadastre-se

Intelbras

Power 4810012 Conversor Estático Vídeo Balun Vbp A16c 16 Canais Código 11376 Intelbras isec

☆☆☆☆☆ Seja o primeiro a avaliar

Quantidade: 1

CEP: CEP

Calcular frete

Vendido e entregue por: Infomachine

em estoque

Calcular frete e prazo de entrega

R\$ 1,546,06

6x de R\$257,68 sem juros

Adicione ao carrinho

- Monitor



Shoptime

Monitor LED 18,5" Samsung S19E310 Widescreen HDMI - Preto

(cód.124270803)

Veja todas as lojas com esse produto a partir de R\$ 379.00

vendido e entregue por **gazin**

R\$ 379,00

10x de R\$ 37,90 s/ juros

ver parcelas

COMPRAR

R\$ 379,00 no cartão Shoptime em até 10x de R\$ 37,90 s/ juros

ver parcelas

- HD interno para DVR

HD WD SATA 3,5" Purple Surveillance 6TB IntelliPower 64MB Cache SATA 6.0Gb/s - WD60PURX



Avaliações (5)

DISPONIBILIDADE
Imediata, em estoque!

COMPRAR

+ LISTA DE DESEJOS

De R\$ 1.623,41 por
R\$ 1.411,65
Em 10x sem juros no cartão de **R\$ 141,17**

R\$ 1.199,90 à vista
no boleto bancário com 15% de desconto.

PARCELAMENTO

Parcelas	Valor	Juros
1x	R\$ 1.270,49	sem juros
2x	R\$ 670,53	sem juros
3x	R\$ 447,02	sem juros
6x	R\$ 235,28	sem juros
7x	R\$ 201,66	sem juros
8x	R\$ 176,46	sem juros

- Modulo Ethernet/GPRS



ananas.com digite aqui sua busca

departamento galaxy s8 férias dia dos pais volta às aulas cartão BNDES venda na americanas loja mais próxima oferta do dia

casa e construção > segurança > alarmes e sensores de presença > alarme

Modulo Ethernet/Gprs Intelbras Xeg 4000 Smart
(cód. 12573109)

Cor verde

Escolha uma loja abaixo e compre

intelmatec
☒ R\$ 311,55
Calcule o frete

tudo forte
☐ R\$ 306,50
Calcule o frete

vendido e entregue por **intelmatec**

R\$ 311,55 (5% de desconto)
R\$ 295,97
no boleto ou em 1x no cartão

comprar

- Teclado LCD para central de alarme monitorada

Navegue pelas lojas ▾ Oferta Wow! Frete Grátis no app Galaxy S8 Lançamentos iPhone Cartão BNDES Prime Cartão Sub Viagens Venda no

> Casa e Construção > Segurança > Alarmes e Sensores de Presença > Alarme



Teclado Lcd Intelbras Xat 2000 Lcd, Para Central De Alarme Monitorada

(Cód.9230382)

Veja todas as lojas com esse produto **a partir de R\$ 150,80** >

vendido e entregue por **tudo forte** Oferta recomendada ⓘ

R\$ 150,83
7x de R\$ 21,54 s/ juros [ver parcelas](#)

Comprar

 R\$ 150,83 no cartão Submarino em até 7x de R\$ 21,54 s/ juros [ver parcelas](#)

submarino.b2w.io/produtos/01/00/sku/92303/3/9230378_1GG.jpg


15:17 27/07/2017

- Receptor

hopping TV e Audio Eletrodomésticos Informática Telefonía Esporte e Lazer Bebês e Crianças Eletroportáteis Beleza carrinho cheio

sa-se e receba descontos tas Exclusivas Conheça o Walmart Serviços Conheça nossas Marcas Exclusivas Peça o seu cartão Walmart Itaucard

sórios de Tecnologia > Periféricos de Informática > Redes e Conexões



Intelbras


Receptor XAR 4000 Smart Intelbras

☆☆☆☆☆ Seja o primeiro a avaliar ♥

Quantidade - 1 +

CEP CEP **Calcular frete**

Vendido e entregue por: [Política de troca](#) [Formas de pagamento](#)

em estoque [Olist sobre o Vendedor](#)  [Calcular frete e prazo de entrega](#) ~~R\$ 106,16~~ **R\$ 96,60** 3x de R\$ 32,20 sem juros

Adicionar ao carrinho

15:24 27/07/2017

- Nobreak 720VA

Todo o shopping TV e Áudio Eletrodomésticos Informática Telefonia Esporte e Lazer Bebês e Crianças Eletroportáteis Beleza carrinho cheio

Cadastre-se e receba descontos e Ofertas Exclusivas Conheça o Walmart Serviços Conheça nossas Marcas Exclusivas Peça o seu cartão Walmart Itaucard

Acessórios de Tecnologia > Periféricos de Informática > Proteção Elétrica

Intelbras
Nobreak 720va 7ah 220v Xnb 720 Intelbras
 ☆☆☆☆☆ Seja o primeiro a avaliar

Quantidade: - 1 +

Vendido e entregue por: **Digi Mania** sobre o Vendedor

CEP: **Calcular frete**

Política de troca Formas de pagamento

em estoque **Calcular frete e prazo de entrega** **R\$388,58**
 6x de R\$64,76 sem juros

Adicionar ao carrinho

PT 15:33 27/07/2017



Receita Federal

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

EUCLIDES SCHLOTTFELDT FAGUNDES em 23/08/2017, FABIO COIMBRA MIRANDA em 23/08/2017, NILTON COSTA SIMOES em 23/08/2017.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Dúvida? Acesse

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/qrcode.xhtml>

Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o número abaixo ou leia o código de barras a seguir:



AP23.0817.12095.0469

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

wnMrQ/UR0g31BSRtjF0tKHHvG1HttpMgtB4dGjy9VwA=

**Anexo VII - ANEXO VII - ETP - PORTARIA RFB 24896-
2020.pdf**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Coordenação-Geral de Programação e Logística
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Divisão de Gestão Estratégica e Orçamentária

PORTARIA COPOL/SUCOR/RFB/ME Nº 24896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V, VI e IX do art. 168 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes e parâmetros uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito das unidades descentralizadas da Secretarias Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º A disponibilização de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância contratados por Unidades da RFB observará as diretrizes e parâmetros qualitativos e quantitativos definidos nesta Portaria, assim consideradas:

I - Unidades de Atendimento: Unidades definidas como Agências da Receita Federal do Brasil (ARF), Postos de Atendimento da Receita Federal do Brasil (Posto) e Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC), estabelecidos em unidades exclusivas e distintas de suas Delegacias.

II - Unidades Aduaneiras: Unidades que exercem atividades aduaneiras ou Unidades que possuam Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) administrado pela RFB.

III - Demais Unidades: Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Delegacias Especializadas não enquadradas no inciso II.

§ 1º Compreende-se por DMA administrado pela RFB a instalação em que o controle físico das mercadorias apreendidas está sob a responsabilidade de servidor, ainda que haja contratação de mão de obra terceirizada de apoio para movimentação e manuseio.

§ 2º As Agências da Receita Federal do Brasil que até o Regimento Interno anterior eram consideradas DRF poderão ser enquadradas, para fins desta Portaria, no inciso III do caput.

§ 3º As definições constantes dos incisos I a III do caput tem validade exclusivamente para

os efeitos desta Portaria.

Art. 3º Considera-se vigilância patrimonial, para os efeitos desta Portaria, a atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos das unidades da RFB com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

Art. 4º Os tipos de serviços de vigilância a serem contratados pelas unidades serão definidos a partir do Grau de Risco calculado para a respectiva unidade, conforme Tabela 1 do Anexo Único.

§1º Para as Unidades de Atendimento, o quantitativo de postos dependerá da combinação do Grau de Risco calculado para a unidade e da Taxa de Homicídio definida para a região de localização geográfica da unidade, conforme constante da Tabela 2 do Anexo Único.

Art. 5º O Grau de Risco da unidade será definido a partir da pontuação total aferida, tendo em vista as pontuações definidas para os seguintes fatores, conforme definidos nas Tabelas do Anexo Único:

- I – Área total construída do Imóvel, em metros quadrados (m²), conforme Tabela 3;
- II – Quantidade de acessos do imóvel, conforme definido Tabela 4;
- III – Localização geográfica do imóvel em Região Metropolitana, conforme Tabela 5;
- IV – Quantidade de Atendimentos diários da unidade, conforme Tabela 6;
- V – Quantidades de ambientes de atendimento da unidade, conforme Tabela 7;
- VI – Valor patrimonial da unidade, conforme Tabela 8.

Art. 6º A quantidade de postos diurnos 44 horas para as Unidades de Atendimento enquadradas na tabela 2 do Anexo Único, para as Unidades Aduaneiras e para as Demais Unidades será determinada pelo número de acessos do imóvel, limitado a 2 (dois).

§ 1º Ao quantitativo previsto no caput poderá ser acrescido 1 (um) posto adicional, caso haja atendimentos a contribuintes em mais de 1 (um) andar, exceto no andar térreo, cujos postos são definidos pela quantidade de acessos ao imóvel.

§ 2º Poderá ser acrescido 1 (um) posto adicional para área edificada maior que 3.000 m² (três mil metros quadrados) e 1 (um) posto adicional para Unidades de Atendimento com mais de 300 (trezentos) atendimentos diários.

§ 3º Poderá ser acrescido 1 (um) posto noturno 12x36 para Unidades localizadas em cidades com mais de 100 (cem) mil habitantes, exceto para as Unidades de Atendimento.

§ 4º A quantidade de postos diurnos 44 horas para as Unidades de Atendimento deverá atender aos critérios estabelecidos na Tabela 2 do Anexo Único.

§ 5º Os acessos utilizados apenas para entrada ou saída de veículos particulares deverão ser atendidos por postos de porteiro.

Art. 7º As Unidades Aduaneiras terão a quantidade de postos diurnos 44 horas conforme previsto no artigo 6º e, adicionalmente, poderão contratar 1 (um) posto de vigilância noturno.

Art. 8º Para os Depósitos de Mercadorias Apreendidas (DMA) administrado pela RFB, poderão ser contratados os seguintes postos de vigilância 12h x 36h:

I - 1 (um) posto diurno e 1 (um) posto noturno, para DMA com área menor que 3.000 m² (três mil metros quadrados).

II - 2 (dois) postos diurnos e 2 (dois) postos noturnos, para DMA com área maior ou igual a 3.000 m² (três mil metros quadrados).

§ 1º Para fins deste artigo, considera-se DMA, a área, edificada ou não, destinada à guarda de mercadorias e/ou veículos apreendidos, desde que localizada:

I – em endereço diferente de imóvel da Unidade ou;

II – no mesmo endereço de imóvel da Unidade, com acesso independente ou com área específica superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), exclusiva para guarda de veículos apreendidos.

§ 2º Para fins de definição do quantitativo de postos de vigilância noturnos de que trata o inciso II do caput, considera-se a área edificada de imóvel da Unidade, quando este for superior à área do DMA localizado no mesmo endereço, nos termos do inciso II do § 1º.

§ 3º A contratação do posto noturno de que trata o art. 7º não se aplica à Unidade que possua DMA localizado no mesmo endereço nos termos do inciso II do § 1º deste artigo.

Art. 9º Os parâmetros de uniformização de que trata esta Portaria não se aplicam aos Recintos Alfandegados, Pontos de Fronteira Alfandegados e Áreas de Controle Integrado (ACI) administrados pela RFB, cuja quantidade de postos de trabalho de vigilância será definida pela respectiva Unidade, de acordo com a necessidade de atendimento às atividades de controle e fiscalização sobre o comércio exterior exercidas nas respectivas instalações.

Art. 10. As Unidades poderão contratar postos de categorias diferentes do estabelecido nesta Portaria, desde que observados os limites orçamentários definidos de acordo com as regras desta Portaria, e respeitadas eventuais restrições orçamentárias.

Art. 11. As unidades que apresentem necessidades de contratação de serviços de vigilância fora dos parâmetros estabelecidos por esta portaria poderão submeter pedido fundamentado à apreciação da Coordenação de Programação e Logística (Copol) para análise e decisão.

Art. 12. Preferencialmente, serão contratados postos de vigilância não armada.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Documento assinado eletronicamente

ONÁSSIS SIMÕES DA LUZ

Coordenador-Geral de Programação e Logística

ANEXO I

Tabela 1 - Serviço de Vigilância de acordo com Pontuação por Grau de Risco

Pontuação por grau de risco	Grau de risco	Serviço de Vigilância a ser utilizado
Até 13	1	ARF: Eletrônica Mínima, sem Vigilância Orgânica
		Demais Unidades: Eletrônica Mínima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.
De 14 a 29	2	Eletrônica Média, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.
De 30 a 34	3	Eletrônica Máxima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.

1. Vigilância Eletrônica Mínima: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença;

2. Vigilância Eletrônica Média: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa

e alarme com sistema de presença;

3. Vigilância Eletrônica Máxima: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença.

4. A contratação de vigilância eletrônica atenderá ao disposto na Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017

Tabela 2 - Unidades de Atendimento – Taxas de Homicídio da região de localização geográfica da unidade.

	Taxa de Homicídio		
Grau de Risco	<40 Caso 1	≥40, <82,8 Caso 2	≥82,8 Caso 3
1	0	1 posto de porteiro	1 posto de porteiro
≥2	1 posto de porteiro	1 posto de porteiro	2 vigilantes 44h

1. Taxa de Homicídio de acordo com o Índice de Criminalidade do município, definido no Atlas da Violência, publicado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 3 - Área total construída do Imóvel

Área do Imóvel	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 750	1	1	1
De 751 a 1500	2	1	2
De 1501 a 3000	3	1	3
Acima de 3000	4	1	4

Tabela 4 - Quantidades de acessos ao imóvel

Quantidade de acessos	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	2	2
2	2	2	4
Acima de 2	4	2	8

1. acessos do imóvel são os locais de entrada/saída de contribuintes, servidores e veículos, considerados apenas os acessos à área edificada, de livre movimentação durante o horário de funcionamento da unidade, sendo excluídos da contagem aqueles que não sejam efetivamente utilizados;

2. locais de entrada/saída próximos um ao outro e que possam ser visualmente cobertos por 1 (um) vigilante serão considerados 1 (um) acesso.

Tabela 5 - Localização em Região Metropolitana

Localização	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Região Metropolitana	3	2	6

1. Região Metropolitana é a região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;

2. a pontuação será considerada para a unidade localizada em município relacionado como pertencente à Região Metropolitana.

Tabela 6 - Quantidades de atendimentos diários da unidade

Quantidade de atendimentos/dia	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 50	1	1	1
De 51 a 200	2	1	2
De 201 a 300	3	1	3
Acima de 300	4	1	4

1. quantidade média de atendimentos realizados no período de 1 (um) dia pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), de acordo com o Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (SAGA).

Tabela 7 - Quantidade de ambientes de atendimentos do imóvel

Quantidade de ambientes	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	1	1
2	2	1	2
3	3	1	3
Acima de 3	4	1	4

1. indica a quantidade de ambientes de atendimento ou de pavimentos onde são realizados os atendimentos aos contribuintes pela unidade.

Tabela 8 - Valor Patrimonial do imóvel da unidade

Valor Patrimonial	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até R\$ 1.000.000,00	1	2	2
De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 2.000.000,00	2	2	4
De R\$ 2.000.000,01 a R\$ 3.000.000,00	3	2	6
Acima de R\$ 3.000.000,01	4	2	8

1. refere-se ao valor do imóvel, conforme registrado no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).



Documento assinado eletronicamente por **Onássis Simões da Luz**, **Coordenador(a)-Geral**, em 29/12/2020, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12376971** e o código CRC **793DE9EC**.

**Anexo VIII - ANEXO VIII - ETP - MAPA MENTAL PIU
VIGILÂNCIA.pdf**

PARÂMETROS INSTITUCIONAIS UNIFORMES - PIU - VIGILÂNCIA

